

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

Ana Paula Guedes Henrique

**ESTRATIFICAÇÃO HORIZONTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MINAS  
GERAIS: diferenças regionais nos sistemas público e privado, nos graus acadêmicos e  
nas carreiras.**

Belo Horizonte  
2022

Ana Paula Guedes Henrique

**ESTRATIFICAÇÃO HORIZONTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DE MINAS  
GERAIS: diferenças regionais nos sistemas público e privado, nos graus acadêmicos e  
nas carreiras.**

**Versão Final**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia da Educação  
Escolarização e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Maria Teresa Gonzaga Alves

Belo Horizonte  
2022

H519e Henrique, Ana Paula Guedes, 1990-  
T Estratificação horizontal na educação superior de Minas Gerais [manuscrito]:  
diferenças regionais nos sistemas público e privado, nos graus acadêmicos e nas  
carreiras / Ana Paula Guedes Henrique. - Belo Horizonte, 2022.  
188 f.: enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de  
Educação.  
Orientadora: Maria Teresa Gonzaga Alves.  
Bibliografia: f. 157-166.  
Apêndices: f. 167-188.

1. Educação -- Teses. 2. Ensino superior -- Minas Gerais -- Avaliação --  
Teses. 3. Ensino superior -- Minas Gerais -- Aspectos sociais -- Avaliação -- Teses.  
4. Avaliação educacional -- Teses. 5. Ensino superior -- Democratização da  
educação -- Teses. 6. Ensino superior -- Relações de gênero -- Teses. 7. Ensino  
superior -- Relações raciais -- Teses. 8. Ensino superior -- Relações étnicas --  
Teses. 9. Ensino superior -- Rendimento escolar -- Avaliação -- Teses. 10.  
Estudantes universitários -- Rendimento escolar -- Teses.

I. Título. II. Alves, Maria Teresa Gonzaga. III. Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 378.166

Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Albert Torres CRB6 2582  
(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma  
e na diagramação gráfica da ficha catalográfica.)




## ATA DA DEFESA DE TESE DA ALUNA ANA PAULA GUEDES HENRIQUE

Realizou-se, no dia 29 de agosto de 2022, às 14:00 horas, na Sala de Teleconferência da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 884ª defesa de tese, intitulada *Estratificação Horizontal na Educação superior de Minas Gerais: diferenças regionais, nos sistemas público e privado, graus acadêmicos e carreiras*, apresentada por ANA PAULA GUEDES HENRIQUE, número de registro 2018656737, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Maria Teresa Gonzaga Alves - orientadora - Orientador (UFMG), Prof(a). Claudio Marques Martins Nogueira (UFMG), Prof(a). Carolina Zucarelli (UFF), Prof(a). Wania Maria Guimaraes Lacerda (UFV), Prof(a). Valeria Cristina de Oliveira (UFMG).

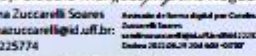
A Comissão considerou a tese: aprovada e destaca a originalidade e excelência da tese, sua contribuição para as pesquisas sobre desigualdades no ensino superior e as políticas públicas. Sugere a sua publicação.

A Banca sugeriu e o candidato acatou a mudança de título de tese para:

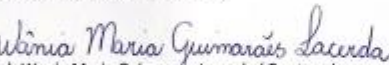
Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 29 de agosto de 2022.

  
Prof(a). Maria Teresa Gonzaga Alves - orientadora ( Doutora )

  
Prof(a). Claudio Marques Martins Nogueira ( Doutor )

  
Carolina Zucarelli Soares  
carolinazucarelli@uff.br  
05642225774  
Assinado digitalmente por Carolina Zucarelli Soares  
Certificado de Assinatura  
Carolina Zucarelli Soares  
CPF: 022.042.19-204-668-00787

Prof(a). Carolina Zucarelli ( Doutora )

  
Prof(a). Wania Maria Guimaraes Lacerda ( Doutora )

  
Prof(a). Valeria Cristina de Oliveira ( Doutora )



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Estratificação Horizontal na Educação superior de Minas Gerais: diferenças regionais, nos sistemas público e privado, graus acadêmicos e carreiras**

**ANA PAULA GUEDES HENRIQUE**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 29 de agosto de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Maria Teresa Gonzaga Alves - Orientador  
UFMG  
Prof(a). Claudio Marques Martins Nogueira  
UFMG  
Prof(a). Carolina Zucarelli  
UFF  
Prof(a). Wania Maria Guimaraes Lacerda  
UFV  
Prof(a). Valeria Cristina de Oliveira  
UFMG

Belo Horizonte, 05 de outubro de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 06/10/2022, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1812433** e o código CRC **C6D6F747**.



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à universidade pública brasileira. Em 2009, saí de Coronel Fabriciano, Vale do Aço, para ingressar no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, criado pelo Reuni, na Universidade Federal de Viçosa. Na UFV me graduei, concluí meu mestrado em Educação e constituí as bases para ingressar no lugar onde estão minhas grandes referências na Sociologia da Educação, a Universidade Federal de Minas Gerais. Ao longo do meu percurso, essas instituições mudaram e me transformaram. Hoje eu tenho a consciência de que, além de buscar entender essas mudanças, o que me move é aprender com elas e lutar para que elas caminhem em direção à justiça e à equidade.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, Maria Teresa Gonzaga Alves, uma pessoa sábia, justa e humana como poucas nessa vida. Receber a devolutiva dos meus textos era a certeza de que eles voltariam elevados ao máximo, mas respeitando todas as minhas escolhas (além de me arrancar umas boas risadas porque ela tem o dom de transmitir seu senso de humor nos comentários). Poder acompanhá-la entregando a mesma preocupação, rigor e comprometimento tanto nas pesquisas para a Unesco quanto em disciplinas para a graduação (que eu tive o privilégio de estagiar) foi um verdadeiro exemplo para mim enquanto pesquisadora e, especialmente, enquanto professora.

Agradeço imensamente à minha orientadora do mestrado e membro desta banca, que me “alfabetizou” em pesquisa científica, Wânia Lacerda. Obrigada pelo seu olhar criterioso e também generoso, sem ele eu não teria chegado até aqui. Agradeço ao Cláudio Nogueira, presente na minha trajetória desde a banca do mestrado até a defesa desta tese. Sua disposição para elevar quem está a sua volta e trabalhar coletivamente enriqueceu e tornou mais leve a minha experiência no doutorado. Meu muito obrigada à Carolina Zuccarelli. Os leitores não saberão, mas ela certamente notará que muitas das suas valiosas contribuições na qualificação estão presentes neste texto. Agradeço também à Valéria Oliveira, com quem eu tive a honra de trabalhar a um braço de distância, no GAME. Mesmo com todas as suas atribuições, ela se mantinha disposta a compartilhar e a ensinar a todas(os) ao seu entorno. A mesma generosidade e postura solidária encontrei na grande professora e pesquisadora Flávia Xavier. Obrigada. Agradeço ao Gustavo Bruno, que me socorreu nos momentos em que o *R* me descabelava e ofereceu apoio em forma de códigos, mesmo com sua vida atravessada por mudanças de país, cidade ou instituição. Minha gratidão a esta banca de gente boa, em todos os sentidos que essa expressão alcança.

Gostaria de agradecer também aos grupos de pesquisa de que eu tive a honra de fazer parte, ver em ação e me inspirar: ao Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Escolares (Nupede) e ao Grupo de Estudos Sobre Ensino Superior (GEES). Esses grupos e suas lideranças me trouxeram, além de grandes referências e aprendizado, verdadeiras experiências de camaradagem na vida acadêmica. Obrigada aos colegas Agnez, Bárbara, Cecília, Daniel, Fred, Isis, Liliane, Patrícia, Shirley, Tatiana, Thainara, Túlio, Yolanda e a todas as pessoas que eu tive o privilégio de cruzar pelo caminho e que me mostraram que produzir ciência de qualidade pode ser muito mais solidário que solitário.

Agradeço imensamente à minha família. Tive a sorte de ser eleita para vir filha de Léa e Henrique, pais sensíveis e parceiros. Nascer do ventre de uma professora de História militante e sindicalista fez de mim uma mulher, assim como ela, comprometida com uma educação emancipadora. Ter meu Papito sempre afetuoso, presente, e ver refletido nos olhos dele o orgulho por eu chegar até o doutorado me deu forças para segurar todas as pontas. Agradeço às minhas irmãs e melhores amigas, Ana Clara e Laísa. Compartilhamos o mesmo teto ao longo da produção deste trabalho e cada uma delas foi essencial para me trazer solidez e inspiração. Ana Clara com suas qualidades capricornianas, que se realiza no trabalho, mas o faz melhorando esse ambiente para si e para todos à sua volta. Laísa, minha confidente de rumos da tese e revisora, virginiana disciplinada, inteligente e obstinada. Obrigada irmãs, muitas vezes busco em vocês o que me falta, e volto preenchida. Obrigada família, essa conquista, as que vieram e virão só são possíveis porque os tenho como meus alicerces. Amo-os mais do que consigo expressar. Agradeço também minha cãopanheira, Paçoca, a diva-lata que nos escolheu na pandemia e passou quase tantas horas quanto eu olhando para essa tela.

Por falar em pandemia, durante boa parte do tempo em que eu pesquisava e escrevia esta tese, o mundo e, especialmente, o Brasil, passava por um dos períodos mais desgovernados e tenebrosos da sua história. A desesperança me consumiu muitas vezes. Nesse período, eu encontrei sentido na docência, como professora de Sociologia do ensino médio na educação pública. Por isso, toda gratidão às minhas alunas e alunos da Escola Estadual José Bonifácio. Espero contribuir para que a universidade seja cada vez mais um espaço para, por e com vocês. Também agradeço às minhas colegas de profissão. As gargalhadas compartilhadas na sala dos professores me recarregaram as baterias quando eu estava beirando a exaustão. Obrigada.

Quero agradecer aos meus amigos de infância, Gui, Dan, Paulinho, Luís e Gleisi. As nossas conversas sobre as experiências universitárias de vocês, estudantes trabalhadores, me marcaram, e eu quis, de alguma maneira, contemplá-las nesta pesquisa. Agradeço às amigas que a UFV me deu, Kelen, Nanne e Paulinha, presenças diárias, mesmo à distância, sendo colo,

escuta e memes. Agradeço à minha amiga Raísa por me fazer refletir com troca, “causos” e cervejinhas, como uma amiga de mais de 20 anos faz, como o meu feminismo excluía metade das mulheres brasileiras.

Por fim, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) por me conceder algo reservado a poucos neste país: o direito de pensar. Se eu não fosse bolsista teria que me desdobrar em várias escolas e jornadas triplas de trabalho, tal qual a maioria das minhas colegas de profissão e dos trabalhadores brasileiros. Se assim fosse, eu não teria tempo para investigar e pesquisar em benefício de um sistema de ensino superior mais justo e democrático para Minas Gerais e para o Brasil. Obrigada!

*Dedico esta tese à minha Vó Glória, que nasceu na roça, estudou até a 4ª série e agora tem uma neta doutora. Como eu queria a senhora aqui para ver isso.*

“Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão de encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São pelo menos, várias Minas.” (ROSA, 1957)

## RESUMO

Nos últimos trinta anos, o ensino superior brasileiro passou de 1,5 para 8,3 milhões de matrículas. Minas Gerais é o segundo estado com maior número de instituições e matrículas no ensino superior e passou pelo processo de expansão, interiorização e diversificação desse nível de ensino, que veio acompanhado da segmentação interna do sistema: a chamada estratificação horizontal. Logo, este é um problema observável no contexto mineiro. Tendo em vista as desigualdades geográficas do estado, esta pesquisa pretendeu identificar e analisar onde e com qual intensidade são observadas as desiguais chances de acesso e de conclusão na educação superior mineira. Para a análise, utilizamos abordagens dos estudos sobre a estratificação horizontal na educação superior fazendo um diálogo com o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). Os dados analisados foram os da coorte de matriculados no ano de 2018 na modalidade presencial de Minas Gerais disponibilizados pelo Censo da Educação Superior e dos concluintes em graduações presenciais dos anos 2017 a 2019 coletados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Em relação aos cursos analisados Medicina se destacou, pois, as chances de conclusão no curso revelaram-se fortemente associadas à origem social, com predominância de estudantes de camadas sociais privilegiadas. Computação e áreas correlatas chamaram atenção pela acentuada influência do gênero nas chances de conclusão, com forte presença de estudantes do sexo masculino. Observamos a vantagem quantitativa das mulheres, brancas e negras, no ensino superior privado e dos homens brancos nos bacharelados do setor público. Notamos também que é mais provável mulheres brancas e negras e homens negros concluírem licenciaturas, em comparação com homens brancos. Contudo, as chances de conclusão das distintas áreas/cursos, em relação às possibilidades de conclusão de uma licenciatura, foram menos discrepantes entre os grupos de raça e gênero no setor público e nas mesorregiões ao norte de Minas Gerais. Essas regiões, que foram beneficiadas pelas políticas de interiorização das instituições federais, romperam com tendências apreendidas no Centro-Sul e no Triângulo Mineiro. No Centro-Norte, tanto no setor público quanto privado a composição social dos estudantes se revelou mais baixa e os estudantes negros, especialmente as mulheres negras, estão em maior proporção inclusive em cursos mais seletivos e cujos os diplomas são mais valorizados simbólica e economicamente. Nossos resultados sustentam que a criação de Instituições de Ensino Superior públicas e privadas e de Institutos Federais em regiões menos desenvolvidas economicamente contribuem para diminuir a estratificação horizontal no sistema de ensino superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Minas Gerais. Estratificação Horizontal. Interseccionalidade. Desigualdades Geográficas.

## ABSTRACT

For the last thirty years, Brazilian higher education has gone from 1.5 to 8.3 million enrolments. Minas Gerais (MG) is the second state with the highest number of institutions and enrolments in higher education, and it went through the process of expanding, interiorising and diversifying this level of education, which was followed by the system's internal segmentation: what is called horizontal stratification. Thus, you can observe such a problem in MG. Considering the state's geographical inequalities, this study aimed at identifying and analysing where and to what degree the unequal chances of accessing and concluding Minas Gerais' higher education occur. For this purpose, we used studies about horizontal stratification linked to the concept of intersectionality (CRENSHAW, 2002). We analysed data from the cohort of enrolled students in Minas Gerais' presential courses in 2018, made available by the Censo da Educação Superior (Higher Education Census). Furthermore, we studied information regarding the students who were concluding presential courses from 2017 to 2018, gathered by Enade - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Students' Performance National Exam). Compared to other courses, we call attention to Medical School, since a person's chance of concluding it is strongly associated with their social origin, with the prevalence of students from privileged social classes. Computing School and related areas were pointed out for the significant influence of gender in the chances of conclusion, with a strong presence of male students. We observed the quantitative advantage of both black and white women in private higher education, whereas white men prevailed in the public sector's bachelor degrees. We also detected that it is more likely that black and white women and black men conclude teaching degree, compared to white men. However, the chances of concluding different areas/courses, compared to the possibilities of concluding a teach-training college, were less disparate between groups of race and gender in the public sector and the Northern regions of Minas Gerais. These areas, which were benefited by public policies of federal institutes' interiorisation, have counteracted tendencies that took place in the South-Centre and the Triângulo Mineiro (Minas Gerais' Triangle). In the North-Centre, in both public and private sectors, students' social background was less privileged, and black students, especially black women, are present in higher proportions, including in more selective courses whose degrees are more economically and symbolically valued. Our results demonstrate that establishing public and private Higher Education Institutions and Federal Institutes in less economically developed regions contribute to diminishing horizontal stratification in the higher education system.

Key-words: Higher Education. Horizontal Stratification. Intersectionality. Minas Gerais. Geographical Inequalities

## RESUMEN

En los últimos treinta años, la educación superior brasileña pasó de 1,5 a 8,3 millones de matrículas. Minas Gerais es el segundo estado con mayor número de instituciones y matrículas en la educación superior y ha atravesado el proceso de expansión, interiorización y diversificación de este nivel educativo, lo que estuvo acompañado por la segmentación interna del sistema: la estratificación horizontal. Por lo tanto, este es un problema observable en el escenario minero. Teniendo en cuenta las desigualdades geográficas del estado, esta investigación pretendió identificar y analizar dónde y con qué intensidad se observan las oportunidades desiguales de acceso y conclusión de la educación superior en Minas Gerais. Para el análisis, utilizamos enfoques de estudios sobre estratificación horizontal en la educación superior, dialogando con el concepto de interseccionalidad (CRENSHAW, 2002). Los datos analizados fueron los de la cohorte de estudiantes matriculados en la modalidad presencial en Minas Gerais en 2018, proporcionados por el Censo de Enseñanza Superior, y los de los egresados de las graduaciones presenciales de 2017 a 2019, recopilados por el National Student Performance Examen (Enade). Con relación a las carreras analizadas, se destacó Medicina, ya que las posibilidades de completar la carrera se mostraron fuertemente asociadas al origen social, con predominio de estudiantes de estratos sociales privilegiados. Computación y áreas afines llamaron la atención debido a la fuerte influencia del género en las posibilidades de finalización, con una fuerte presencia de estudiantes varones. Observamos la ventaja cuantitativa de las mujeres, blancas y negras, en la educación superior privada y la de los hombres blancos en las licenciaturas del sector público. También notamos que las mujeres blancas y negras y los hombres negros tienen más probabilidades de completar sus estudios en comparación con los hombres blancos. Sin embargo, las posibilidades de completar las diferentes áreas/carreras, en relación con las posibilidades de completar una carrera, fueron menos discrepantes entre grupos de raza y género en el sector público y en las mesorregiones del norte de Minas Gerais. Esas regiones, que fueron beneficiadas por las políticas de interiorización de las instituciones federales, rompieron con las tendencias percibidas en el Centro-Sur y en el Triángulo Mineiro. En el Centro-Norte, tanto en el sector público como en el privado, la composición social de los estudiantes estuvo más baja y los estudiantes negros, especialmente mujeres negras, están en mayor proporción incluso en cursos más selectivos y cuyos diplomas son más valorados simbólicamente y económicamente. Nuestros resultados sostienen que la creación de Instituciones de Educación Superior e Institutos Federales públicos y privados en las regiones menos desarrolladas económicamente contribuyen a reducir la estratificación horizontal en el sistema de educación superior.

**Palabras clave:** Educación Superior. Minas Gerais. Estratificación Horizontal. Interseccionalidad. Desigualdades Geográficas.

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1. Distribuição de matrículas presenciais em 2018 por 100 mil habitantes .....</b>	<b>61</b>
<b>Mapa 2. Distribuição de matrículas presenciais no setor privado em 2018 por 100 mil habitantes ..</b>	<b>62</b>
<b>Mapa 3. Distribuição de matrículas presenciais no setor público em 2018 por 100 mil habitantes ..</b>	<b>64</b>
<b>Mapa 4. Razão de chance de estar matriculado no setor privado sobre o público .....</b>	<b>65</b>
<b>Mapa 5. Percentual de estudantes não brancos por microrregião em Minas Gerais .....</b>	<b>69</b>
<b>Mapa 6. Percentual de pessoas não brancas por microrregião em Minas Gerais .....</b>	<b>70</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1. Áreas de conhecimento e cursos dos concluintes participantes do Enade em 2017, 2018 e 2019</b> .....	<b>110</b>
<b>Quadro 2. Descrição das variáveis dos modelos de regressão logística.....</b>	<b>113</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. PIB por pessoa por mesorregião de Minas Gerais (2017) – IDH (2010) – Percentual de Negros e Indígenas.....	59
Tabela 2. Grau de instrução de pessoas com 25 ou mais anos de idade (%) .....	59
Tabela 3. Percentual de matrículas de homens e mulheres por mesorregião e setor .....	66
Tabela 4. Percentual de brancos e não brancos por mesorregião e setor – casos válidos .....	67
Tabela 5. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça por setor público e privado - modalidade presencial - 2018.....	77
Tabela 6. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça no setor público por mesorregião.....	77
Tabela 7. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça no setor privado por mesorregião .....	80
Tabela 8. Percentual de matriculados no Ensino Superior de Minas Gerais por gênero e raça segundo o setor e o grau acadêmico .....	81
Tabela 9. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes mulheres (sexo feminino) segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018 .....	99
Tabela 10. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes negros e indígenas, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018.....	100
Tabela 11. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes egressos de escolas públicas, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018. ....	101
Tabela 12. Idade de ingresso, em média, no ensino superior, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018. ....	102
Tabela 13. Idade de ingresso, em média, no ensino superior, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018. ....	167
Tabela 14. Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Público – 2018 (continua) .....	170
Tabela 15. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo sem variáveis de controle.....	173

- Tabela 16. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo com as variáveis de controle..... 174**
- Tabela 17 . Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo sem variáveis de controle..... 175**
- Tabela 18. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo com variáveis de controle ..... 176**
- Tabela 19. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Centro- Norte – Modelo sem variáveis de controle..... 177**
- Tabela 20. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Centro- Norte – Modelo com as variáveis de controle..... 178**
- Tabela 21. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Centro- Norte – Modelo sem variáveis de controle..... 179**
- Tabela 22. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Centro- Norte – Modelo com variáveis de controle ..... 180**
- Tabela 23. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle ..... 181**
- Tabela 24. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle ..... 182**
- Tabela 25. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle ..... 183**
- Tabela 26. Razões de chance de ser conculinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser conculinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo com as variáveis de controle ..... 184**

**Tabela 27. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Leste Mineiro – Modelo sem variáveis de controle.....185**

**Tabela 28. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Leste Mineiro – Modelo com variáveis de controle .....186**

**Tabela 29. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Leste Mineiro – Modelo sem variáveis de controle.....187**

**Tabela 30. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Leste Mineiro – Modelo com variáveis de controle .....188**

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual de mulheres no setor público do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais – 2018.....	73
Gráfico 2. Percentual de mulheres no setor privado do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais – 2018.....	74
Gráfico 3. Percentual de não brancos no setor público do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais - 2018 .....	75
Gráfico 4. Percentual de não brancos no setor privado do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais – 2018.....	75
Gráfico 5. Percentual de grupos por sexo e cor/raça matriculados no setor público presencial segundo mesorregião .....	79
Gráfico 6. Percentual de grupos por sexo e raça/cor matriculados no setor privado presencial segundo mesorregião .....	81
Gráfico 7. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Educação segundo mesorregião .....	86
Gráfico 8. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Artes de Humanidades segundo mesorregião.....	87
Gráfico 9. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Ciências Sociais, Comunicação e Informação segundo mesorregião.....	88
Gráfico 10. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e cor/raça na área Negócios e Administração segundo mesorregião .....	89
Gráfico 11. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Ciências Naturais, Matemática e Estatística segundo mesorregião .....	90
Gráfico 12. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Computação e Tecnologias da Informação segundo mesorregião.....	91
Gráfico 13. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Engenharia, Produção e Construção segundo mesorregião.....	92
Gráfico 14. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Agricultura, Silvicultura e Veterinária segundo mesorregião .....	93

<b>Gráfico 15. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Saúde e Bem-estar segundo mesorregião .....</b>	<b>94</b>
<b>Gráfico 16. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área de Serviços segundo mesorregião .....</b>	<b>95</b>
<b>Gráfico 17. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Medicina segundo mesorregião .....</b>	<b>96</b>
<b>Gráfico 18. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Odontologia segundo mesorregião .....</b>	<b>97</b>
<b>Gráfico 19. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Direito segundo mesorregião .....</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 20. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte .....</b>	<b>116</b>
<b>Gráfico 21. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte .....</b>	<b>118</b>
<b>Gráfico 22. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da grande região Centro-Norte .....</b>	<b>119</b>
<b>Gráfico 23. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referências homens brancos no setor privado presencial da grande região Centro-Norte.....</b>	<b>121</b>
<b>Gráfico 24. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial das mesorregiões ao sul de Minas Gerais .....</b>	<b>123</b>
<b>Gráfico 25. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial das mesorregiões ao sul de Minas Gerais.....</b>	<b>124</b>
<b>Gráfico 26. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Vale do Rio Doce e Zona da Mata.....</b>	<b>126</b>

Gráfico 27. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Vale do Rio Doce e Zona da Mata .....	127
Gráfico 28. Composição Social das IES da Metropolitana de Belo Horizonte por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019.....	135
Gráfico 29. Índice Geral de Cursos das IES da Metropolitana de BH - 2018.....	136
Gráfico 30. Composição Social das IES do Norte de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	137
Gráfico 31. Índice Geral de Cursos das IES do Norte de Minas - 2018.....	138
Gráfico 32. Composição Social das IES do Vale do Jequitinhonha <sup>1</sup> , do Vale do Mucuri <sup>2</sup> e da Central Mineira <sup>3</sup> por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	139
Gráfico 33. Índice Geral de Cursos das IES do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e da Central Mineira - 2018 .....	140
Gráfico 34. Composição Social das IES Noroeste Mineiro por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	141
Gráfico 35. Índice Geral de Cursos das IES do Noroeste Mineiro - 2018 .....	142
Gráfico 36. Composição Social das IES em Campo das Vertentes por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	143
Gráfico 37. Índice Geral de Cursos das IES de Campo das Vertentes - 2018.....	143
Gráfico 38. Composição Social das IES do Oeste de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	144
Gráfico 39. Índice Geral de Cursos das IES do Oeste de Minas- 2018 .....	145
Gráfico 40. Composição Social das IES do Sul de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	146
Gráfico 41. Índice Geral de Cursos das IES do Sul de Minas - 2018.....	147
Gráfico 42 - Composição Social das IES do Triângulo Mineiro por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....	148
Gráfico 43. Índice Geral de Cursos das IES do Triângulo Mineiro - 2018 .....	148

<b>Gráfico 44. Composição Social das IES do Vale do Rio Doce por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....</b>	<b>150</b>
<b>Gráfico 45. Índice Geral de Cursos das IES do Vale do Rio Doce - 2018.....</b>	<b>151</b>
<b>Gráfico 46. Composição Social das IES da Zona da Mata por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019 .....</b>	<b>152</b>
<b>Gráfico 47. Índice Geral de Cursos das IES da Zona da Mata - 2018.....</b>	<b>152</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALFA	Faculdade de Almenara
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CES	Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora
CESA	Centro de Estudos Superiores Aprendiz
CESEP	Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado
CESUBE	Centro de Ensino Superior de Uberaba
CNEC	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)
ESAMC	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Uberlândia
EMI	Effectively Maintained Inequality
FAC	Faculdade Arquidiocesana de Curvelo
FACEALFOR	Fundação Educacional Além Paraíba
FACESM	Faculdades Integradas do Vale do Ribeira
FACISA	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte
FACTHUS	Faculdade de Talentos Humanos
FADIPA	Faculdade de Ipatinga
FADIVA	Faculdade de Direito de Varginha
FADIVALE	Faculdade de direito em Governador Valadares
FADMINAS	Faculdades Adventistas de Minas Gerais
FAEX	Faculdade de Extrema
FAGAMMON	Faculdade Presbiteriana Gammon
FAGOC	Centro Universitário Governador Ozanam Coelho
FAI	Faculdade Irecê
FAMA	Instituição educacional em Iturama
FAME	Faculdade de Medicina de Barbacena
FAMINAS	Faculdade de minas
FASA	Faculdade Santo Ângelo
FASI	Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna.
FASM	Faculdade Santa Marcelina
FATEC	Faculdade de Tecnologia e Ciências de Minas Gerais
FAVAG	Faculdade Vale do Gorutuba

FAVED	Faculdade do Vale Elvira Dayrell
FAVENORTE	Faculdade Verde Norte
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FCJP	Faculdade da Cidade de João Pinheiro
FDSM	Faculdade de Direito do Sul de Minas
FEOL	Faculdade de Oliveira
FEPI	Centro Universitário de Itajubá
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FINOM	Faculdade do Noroeste de Minas
FMS	Faculdade Machado Sobrinho
FMTI	Faculdade de Medicina de Itajubá
FPM	Faculdade de Patos de Minas
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
FUNORTE	Faculdades Unidas do Norte Minas.
GRANBERY	Faculdade Metodista Granbery
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBMEC	Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFET	Instituto Federal
IGC	Índice Geral de Cursos
IMEPAC	Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos
IMES	Instituto Mineiro de Educação Superior
INATEL	Instituto Nacional de Telecomunicações
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PAER	Pesquisa da Atividade Econômica Regional
MG	Minas Gerais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Pretos, Pardos e Indígenas
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SUPREMA	Faculdade de Ciências Médicas de Três Rios
TI	Tecnologia da Informação
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais

UF	Unidade da Federação
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UIT	Universidade de Itaúna
UNA	Centro Universitário Uma
UNEC	Centro Universitário de Caratinga
Uniaraxá	Centro Universitário do Planalto do Araxá
UniAtenas	Grupo Atenas
UniBH	Centro Universitário de Belo Horizonte
UNICERP	Centro Universitário do Serrado
UNIFACIG	Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEG	Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UNIFEMM	Centro Universitário de Sete Lagoas
UNIFENAS	Universidade José do Rosário Vellano
UNIFOR	Centro Universitário de Formiga
UNILABTRAS	Centro Universitário de Lavras
UNILESTE	Universitário Católico do Leste de Minas Gerais
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UninCor	Universidade Vale do Rio Verde
UNIPAC	Faculdade Presidente Antônio Carlos
UNISEBE	Centro Universitário do Vale do Ribeira
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo
UNIVAÇO	Faculdade de Medicina do Vale do Aço
UNIVÁS	Universidade do Vale do Sapucaí
UNIVERSO	Universidade Salgado de Oliveira

UNIVERTIX

Faculdade Vértice

UNIVIÇOSA

Centro Universitário de Viçosa

URSS

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	29
<b>1. A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PROLONGAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO, EXPANSÃO DO ACESSO E RECONFIGURAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS</b> .....	<b>33</b>
1.1 Educação básica e a seleção anterior ao ensino superior.....	33
1.2 Expansão do Ensino Superior no Brasil .....	36
1.3 As desigualdades horizontais na educação superior .....	41
1.4 A Estratificação Horizontal como objeto de pesquisa.....	43
1.5. Interseccionalidade: um conceito e um caminho metodológico.....	50
<b>2. MINAS GERAIS: FORMAÇÃO ECONÔMICA, CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR</b> .....	<b>53</b>
2.1 Formação econômica e desenvolvimento das mesorregiões mineiras .....	54
2.2 Ensino Superior em Minas Gerais .....	60
2.3. Perfil dos estudantes por mesorregião .....	66
<b>3. PERFIL DOS ESTUDANTES MINEIROS: GRAUS ACADÊMICOS E ÁREAS DE CONHECIMENTO</b> .....	<b>72</b>
3.1 Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos nas mesorregiões de Minas Gerais.....	72
3.2 Interseccionalidade: inclusão de mulheres negras no setor privado e a desvantagem dos homens negros .....	76
3.3 Distribuição por Gênero e Raça segundo Área e Cursos Selecionados .....	84
3.4 Considerações parciais .....	103
<b>4. O ÚLTIMO FUNIL: AS CHANCES DE CONCLUSÃO DOS ESTUDANTES DE MINAS GERAIS POR SETOR NAS ÁREAS E CURSOS SELECIONADOS ...</b>	<b>106</b>
4.1 Dados, variáveis e métodos .....	108
4.2 Metropolitana de Belo Horizonte .....	114
4.2.1 Setor público.....	114
4.2.2 Setor privado .....	116
4.3 Região Centro-Norte.....	118
4.3.1 Setor Público .....	118
4.3.2 Setor Privado .....	120
4.4 Regiões ao Sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro.....	121
4.4.1 Setor Público .....	121
4.4.2 Setor Privado .....	123
4.5 Leste Mineiro: Vale do Rio Doce e Zona da Mata.....	124

4.5.1 Setor Público .....	125
4.5.2 Setor Privado .....	126
4.6 Considerações Parciais .....	127
<b>5. COMPOSIÇÃO SOCIAL E INDICADOR DE QUALIDADE DAS IES DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>130</b>
5.1 Metropolitana de Belo Horizonte .....	132
5.2 Região Centro-Norte.....	136
5.2.1 Norte de Minas .....	136
5.2.2 Central Mineira, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha.....	138
5.2.3 Noroeste de Minas .....	140
5.3 Mesorregiões ao Sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro.....	142
5.3.1 Campo das Vertentes .....	142
5.3.2 Oeste de Minas .....	144
5.3.3 Sul de Minas .....	145
5.3.4 Triângulo Mineiro .....	147
5.4 Zona da Mata e Vale do Rio Doce .....	149
5.4.1 Vale do Rio Doce .....	149
5.4.2 Zona da Mata .....	151
5.5 Considerações Parciais .....	153
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>158</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>167</b>
Capítulo 3 .....	167
3.2 Interseccionalidade: inclusão de mulheres negras no setor privado e a desvantagem dos homens negros .....	167
Capítulo 4 .....	173
4.2 Metropolitana de BH .....	173
4.3 Centro-Norte.....	177
4.4 Sul de Minas e Triângulo Mineiro.....	181
4.4 Leste Mineiro.....	185

## INTRODUÇÃO

O ensino superior brasileiro se expandiu e se diversificou nas últimas décadas. Nesse processo, revelou-se aqui um fenômeno comumente observado nos países onde o acesso à educação superior se massificou no século XX: a estratificação horizontal (CHARLES; BRADLEY, 2002; GERBER; SHAEFER, 2004; GERBER, CHEUNG, 2008). As pesquisas sobre o tema apontam que a diversificação das instituições de ensino e de modalidades de cursos, o prestígio variado dos certificados e o distinto valor simbólico e econômico das carreiras mostram-se associados aos perfis dos estudantes do ensino terciário. Com isso, os grupos socialmente privilegiados buscam formas de garantir para si as melhores oportunidades educacionais nesse nível de escolaridade, que outrora esteve reservado a uma elite (LUCAS, 2001).

O aumento de matrículas no ensino superior brasileiro aconteceu sobretudo pelo setor privado, mas, na última década, o setor público também ampliou suas vagas e passou por um processo de interiorização (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016). Minas Gerais (MG) é o segundo estado com maior número de instituições e matrículas no ensino superior, e passou pelo processo de expansão, interiorização e diversificação. Desse modo, a estratificação horizontal é um problema percebido no estado.

Minas Gerais é o quarto estado com maior área territorial do Brasil e o maior da região Sudeste. Tendo em vista as desigualdades geográficas do estado, o prestígio das carreiras e dos graus acadêmicos (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e a diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES), os padrões de estratificação segundo gênero, raça e classe social podem ser distintos nas diferentes mesorregiões do estado. Sob essa perspectiva, nos questionamos onde e com qual intensidade são observadas as desigualdades por gênero, raça e origem socioeconômica na educação superior nas distintas regiões de Minas Gerais.

Para análise dessa questão, utilizamos abordagens das pesquisas sobre a estratificação horizontal na educação superior, dialogando com o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). O olhar interseccional para o problema da estratificação na educação superior mineira é uma lente metodológica que reúne diferentes marcadores sociais que atuam conjuntamente nas posições relativas dos sujeitos na hierarquia de cursos e nos tipos de instituições de ensino superior de MG. Com base na literatura consultada sobre as segmentações internas do ensino terciário, delimitamos as perguntas de pesquisa:

- (1) Existem padrões entre os perfis dos estudantes que demonstrem alguma variação na estratificação do sistema de educação superior de cada uma das regiões de Minas Gerais? Como isso se dá por setor? (Capítulo 2)
- (2) De que maneira raça, gênero e origem social estruturam as oportunidades em áreas/cursos de ensino superior? (Capítulo 3)
- (3) Qual efeito dos marcadores sociais (gênero, origem social e raça) nas chances de concluir áreas/cursos com prestígios distintos? Esses efeitos variam conforme o setor e a região? (Capítulo 4).
- (4) Como a estratificação horizontal está presente no nível das instituições, considerando a heterogeneidade das instituições de ensino superior mineiras? (Capítulo 5)

Para responder a essas perguntas, utilizamos os dados do Censo do Ensino Superior e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) referentes aos estudantes matriculados e concluintes de graduações presenciais em Minas Gerais. Essas duas pesquisas são realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Optamos por descrever os dados e como eles foram analisados em cada um dos capítulos que respondem às perguntas de pesquisa.

Procuramos demonstrar nesta tese que o sistema educacional de Minas Gerais, como uma síntese do que ocorre no Brasil, funciona como um funil, por meio do qual se reproduzem, nos níveis mais altos de ensino, as desigualdades sociais, especialmente as de gênero e de raça. Apesar das políticas públicas pós Constituição Federal de 1988 que universalizaram o acesso à educação básica, o funil se estabelece desde o início da escolarização, de forma que cerca de metade dos estudantes tem uma trajetória educacional muito irregular (SOARES; ALVES; FONSECA, 2021). Os que persistem e tentam ingressar no ensino superior enfrenam um funil mais estreito, especialmente nas instituições de maior prestígio e nos cursos mais elitistas, a despeito das políticas de cotas sociais e raciais adotadas nas instituições públicas (HENRIQUE; LACERDA, 2016; KNOP; COLLARES, 2019; SENKEVICS, 2021). Uma parte dos estudantes consegue uma vaga, mas, diante dos desafios do ensino superior ou de escolhas equivocadas, alguns ficam pelo caminho, não persistem nos cursos ou não concluem o ensino superior (DE PAULA, 2021).

O sistema educacional seleciona em todas as etapas, desde a porta de entrada na escola básica até o diploma. No ensino superior, tal qual um *cuco mágico*, as peças inicialmente aleatórias acabam por se encaixar em padrões reconhecidos pela Sociologia

da Educação. Os grupos sociais de estudantes se encaixam em determinadas instituições e cursos de forma previsível, configurando o fenômeno da estratificação horizontal.

Contudo, no caso mineiro, a interiorização do ensino superior nas regiões mais pobres do estado (no Centro-Norte) ampliou as oportunidades de acesso ao ensino superior para a população negra, especialmente as mulheres negras, em cursos de bacharelado, inclusive nos de maior prestígio. Sob certas condições, parece que nas regiões economicamente menos desenvolvidas, com IES criadas ou que se expandiram mais recentemente, as peças desse *cube mágico* se desencaixam, rompendo com o esquema notado nas mais tradicionais instituições de ensino superior do estado, localizadas no Centro-Sul e no Triângulo Mineiro. Revelar esses padrões dissonantes é a principal contribuição a que visa este estudo.

Esta tese está organizada em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No Capítulo 1, apresentamos uma revisão de literatura sobre as transformações da educação no Brasil nas últimas décadas com ênfase na expansão do ensino superior. Também apresentamos uma discussão conceitual sobre estratificação horizontal e interseccionalidade, que são os referenciais teóricos adotados nesta pesquisa.

No Capítulo 2, além de breve panorama sobre a formação histórica e socioeconômica das mesorregiões do estado, descrevemos o perfil dos estudantes do ensino superior de MG a partir dos dados do Censo do Ensino Superior. O capítulo mostra a já prevista sobrerrepresentação do setor privado no estado, porém com alguns casos atípicos relacionados à presença de grandes IES nas mesorregiões e às suas características socioeconômicas. Na seção 2.4 evidenciamos que nas regiões ao norte do estado, com população majoritariamente negra e maiores percentuais de estudantes negros, a cobertura do ensino superior é mais restrita, e até mesmo ausente em algumas microrregiões.

No Capítulo 3, introduzimos os marcadores de gênero e raça/cor dos estudantes para a análise da interseccionalidade nas mesorregiões, também feita por meio dos dados do Censo do Ensino Superior. As análises descritivas mostraram a vantagem quantitativa das mulheres no setor privado e que, de modo geral, os homens brancos predominam nos cursos de bacharelado nas universidades públicas. Já os homens negros estão em situação de maior desvantagem em ambos os setores. Contudo, nos cursos de bacharelado da grande região Centro-Norte, os homens negros e, sobretudo, as mulheres negras estiveram mais representadas tanto no setor público quanto no privado. A sub-representação dos estudantes negros nos bacharelados públicos foi puxada por regiões onde a população é

em sua maioria branca, cujas universidades públicas são mais tradicionais e ofertam mais vagas. Ainda assim, observamos que, no setor privado dessas regiões, a vantagem dos estudantes brancos, homens e mulheres, foi ainda maior, provavelmente como efeito das políticas de afirmação de direitos.

No Capítulo 4, utilizamos os dados do Enade para analisarmos as chances de mulheres brancas e amarelas, mulheres negras e indígenas e homens negros e indígenas concluírem uma área ou um curso  $x$  em relação aos homens brancos e amarelos. Os resultados demonstraram que, no geral, é mais provável que as mulheres (negras e brancas) e os homens negros concluam licenciaturas, em relação aos homens brancos. Contudo, as distâncias entre os grupos de gênero e raça variaram conforme setor e regiões geográficas. Apresentamos também modelos logísticos controlados pela origem socioeconômica. Os resultados apontam a existência de áreas nas quais o gênero ainda exerce maior efeito nas chances de conclusão e cursos em que a origem socioeconômica se revela enquanto fator mais relevante para a sua conclusão.

No Capítulo 5, analisamos a composição social e o indicador de qualidade das IES do estado, por mesorregião. Nossos resultados demonstraram que ambos os setores são muito heterogêneos, tanto em qualidade quanto no perfil de seus estudantes. No entanto, o setor público apresenta um padrão nessas diferenças, ao contrário do privado. Por fim, nas considerações finais, apresentamos uma breve síntese dos resultados desta pesquisa, a nossa contribuição com ela e as suas limitações, as quais podem se desdobrar em novos estudos.

## **1. A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO: PROLONGAMENTO DA ESCOLARIZAÇÃO, EXPANSÃO DO ACESSO E RECONFIGURAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

O objetivo deste capítulo é apresentar as tendências da expansão educacional ocorrida a partir da segunda metade do século XX, com ênfase nos caminhos seguidos pelo Brasil, especialmente no ensino superior. Inicialmente o texto evidencia os impasses que atravessam a educação básica: problemas de evasão e desequilíbrio nas trajetórias dos estudantes da educação básica que penalizam, sobretudo, os estudantes negros e pobres e as regiões brasileiras menos desenvolvidas economicamente. A educação básica é um filtro que seleciona estudantes e reduz o tamanho das coortes que chegam até a porta de entrada do ensino superior (1.1). Depois são analisadas as políticas públicas que marcaram o ensino superior brasileiro nas últimas décadas e foram responsáveis por ampliar a sua cobertura e incluir novos públicos na graduação (1.2). Mostramos, a seguir, estudos sobre países que expandiram o ensino superior antes do Brasil e analisaram as segmentações internas na educação superior massificada. Esse fenômeno, chamado de estratificação horizontal, também é analisado para o caso brasileiro no mesmo tópico (1.3). A apropriação pelos setores sociais privilegiados das melhores oportunidades educacionais no sistema de ensino superior – a chamada estratificação horizontal – embarga a ascensão de determinados grupos sociais por meio do diploma. Para identificar esses grupos, trouxemos o conceito de interseccionalidade como uma abordagem metodológica que estará presente nas análises empíricas ao longo desta tese (1.4).

### **1.1 Educação básica e a seleção anterior ao ensino superior**

Não é novidade que o Brasil é marcado por alta desigualdade social e seus indicadores educacionais, dimensão importante deste fenômeno, são baixos (MENEZES; KIRSCHBAUM, 2015). Especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, com a definição do caráter universal do ensino fundamental, a educação ganha maior importância para a diminuição dessas desigualdades (BRANDÃO; XIMENES, 2013). Naquele momento, a educação básica abrangia apenas o ensino fundamental e era garantida para a população com idade entre os 7 e 14 anos. Torná-la gratuita e obrigatória significou um grande avanço, pois a média de escolaridade da população girava em torno de 4 anos (CURRY, 2002; 2008). Em 2009, a Emenda Constitucional 59 ampliou a faixa-etária da educação básica para entre 4 e 17 anos, que teoricamente corresponde às etapas escolares da educação infantil ao ensino médio (BRASIL, 2009).

Em decorrência da Constituição e de suas emendas, houve uma ampliação do acesso a todos os níveis educacionais (IBGE, 2020). A média de anos de estudos da população brasileira aumentou e chegou a 9,3 anos no ano de 2018, número ainda abaixo do necessário para conclusão da educação básica (IBGE, 2019). Os problemas de fluxo escolar e evasão no ensino fundamental ainda comprometem o acesso ao ensino médio. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (Pnad-C), feita por amostragem, mostraram que, em 2019, o atraso ou abandono escolar atingia 29% da população de 15 a 17 anos (IBGE, 2019).

As desigualdades que contribuem para limitar o ingresso de determinados grupos sociais aos níveis de ensino mais elevados vêm sendo objeto de pesquisas desde o final século XX (RAFTERY; HOUT, 1993; LUCAS, 2001; SILVA; HASENBALG, 2000; CHARLES; BLANDLEY, 2002; BOURDIEU; PASSERON, 2014; FERNANDES, 2004). Na Irlanda, Adrian E. Raftery e Michael Hout (1993) pesquisaram as desigualdades educacionais com dados da segunda metade do século XX e observaram que toda expansão educacional tende a beneficiar as classes sociais privilegiadas, as primeiras a se apropriarem da ampliação do sistema. Os efeitos da expansão de qualquer nível educacional só chegam para as classes mais baixas, isto é, só as integra, quando o acesso dos grupos sociais em vantagens está saturado. Esses achados embasam a hipótese criada pelos autores: a Desigualdade Maximamente Mantida, e encontram eco em outros trabalhos publicados na mesma época (SMITH; CHEUNG 1986; SHAVIT; BLOSSFELD, 1993).

As desigualdades de oportunidades educacionais, especialmente as que atravessam a educação básica, é um tema premente também na agenda de pesquisa educacional brasileira entre o final do século XX e início do XXI (SILVA; HASENBALG, 2000; FERNANDES, 2005; MONT'ALVÃO, 2011; SOARES; ALVES; FONSECA, 2021). Em estudo de José Francisco Soares, Maria Teresa G. Alves e José Aguinaldo Fonseca (2021), as trajetórias educacionais de crianças nascidas entre 1º de julho de 1999 e 30 de junho de 2000 foram acompanhadas entre 2007 e 2015. O estudo constatou que 30,4% dos estudantes possuem grandes irregularidades<sup>1</sup> em suas trajetórias. Os maiores percentuais de trajetórias regulares foram observados no Sudeste, Centro-

---

<sup>1</sup> Os autores classificaram irregularidades como: presença de evasão; número de anos de sucesso escolar; número de anos de atraso escolar; ano escolar atingido em 2015; e presença de repetência. A soma desses critérios variou entre 0 e 7, e as ocorrências classificadas como “grandes irregularidades” referem-se aos estudantes na posição acima de 3.

Oeste e Sul e os menores no Norte e Nordeste. As meninas brancas matriculadas em escolas com nível socioeconômico (NSE) alto têm maiores chances de apresentarem trajetórias regulares, ao passo que os meninos pretos matriculados em escolas de baixo NSE têm menores chances (SOARES; ALVES; FONSECA, 2021). Tais resultados demonstram que, embora o acesso ao ensino fundamental esteja universalizado, o processo de escolarização é muito diferente entre os grupos sociais, penalizando os grupos historicamente excluídos das oportunidades educacionais.

A partir da emenda constitucional 59, de 2009, a população com faixa etária típica para o ensino médio (15 aos 17 anos) passou a ter a matrícula obrigatória. Com foco nessa etapa de ensino, Carlos Costa Ribeiro, Ricardo Ceneviva e Murillo M. Brito (2015) utilizaram os Censos Demográficos de 1960 e 2010 para analisar as taxas de transição educacional dos jovens brasileiros. Eles demonstraram que as chances de entrar no ensino médio aumentaram. No entanto, a conclusão ainda é um problema (RIBEIRO; CENEVIVA; BRITO, 2015). Para as famílias mais pobres, o efeito da renda domiciliar sobre as chances de um jovem concluir o ensino médio diminuiu em 2010, o que significou redução das desigualdades associadas à renda. Já a escolarização da mãe exercia um efeito positivo sobre a conclusão, o que aponta para a permanência da reprodução cultural sobre as chances de se completar o ensino médio.

André Salata (2019) mostrou que os jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos têm mais chances de afastamento da escola. Em 2015, 1,5 milhões de jovens dessa idade não frequentavam a escola, sendo que 17% desses pertenciam ao quintil de renda mais pobre e 7% ao mais rico da população. Os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) de 2018 (IBGE, 2019) reforçam os achados de Salata (2019). O percentual de pessoas de 18 a 29 anos com menos de doze anos de estudo – ou seja, que não concluíram o Ensino Médio – foi de 33,6%. Nas regiões Norte e Nordeste, o percentual de pessoas com idade entre 18 e 29 anos que não terminaram o Ensino Médio ficou em torno de 42%. Já no Sudeste, ele foi de 27%, e no Sul 33%.

Esses estudos mostram que a conclusão da educação básica ainda é um filtro para as transições educacionais mais altas, sobretudo entre estudantes de grupos sociais menos privilegiados (FERNANDES, 2004; SENKEVICS; CARVALHO, 2020; SALATA, 2019). As chances de progressão escolar continuam relacionadas a marcadores sociais como classe, região geográfica e raça, com efeito aumentado da raça nas transições educacionais mais elevadas (SILVA; HASENBALG, 2002; FERNANDES, 2004; RIBEIRO, 2006).

Diante das desigualdades nas trajetórias educacionais e nas chances de conclusão do ensino fundamental e médio, a população elegível para pleitear uma vaga nas universidades brasileiras já é selecionada antecipadamente. Portanto, o objeto de pesquisa desta tese – o ensino superior presencial de Minas Gerais – refere-se a um grupo de estudantes que passou por um filtro escolar que atravessa a educação brasileira.

## **1.2 Expansão do Ensino Superior no Brasil**

Enquanto o Brasil iniciou a expansão do seu sistema de ensino superior no final da década de 1990, na Europa e nos EUA esse fenômeno ocorreu a partir dos anos 1950. Nesses países, a educação básica estava universalizada e as pressões pelo direito à educação alcançaram o ensino terciário bem antes do fim do Século XX. A demanda por mão de obra qualificada na sociedade industrial, a pressão das classes médias em busca de mobilidade por meio dos estudos e o processo de ampliação de direitos de cidadania reivindicado pelos movimentos políticos e sociais culminaram na ampliação do sistema de educação superior (PRATES; COLLARES, 2014; MORAIS, 2015).

Segundo Antônio Augusto Prates e Ana Cristina Colares (2014), a expansão de matrículas na educação superior ocorrida entre 1960 e 1995 elevou de 13 para 82 milhões o número de matrículas na educação superior em todo o mundo. Essa “revolução numérica” se deu por meio da ampliação do setor privado e da diversificação institucional do sistema, uma vez que o modelo tradicional de universidades clássicas não daria conta de incorporar tantas pessoas (idem). Esse processo resultou em uma estratificação entre as instituições, que passaram a se dividir em: (1) IES de ensino e pesquisa; (2) IES de ensino; e (3) IES de ensino técnico-profissional.

Em boa parte da Europa, as instituições com foco no treinamento técnico-profissional se tornaram mais acessíveis às camadas populares, que foram majoritariamente nelas incluídas. No entanto, os ganhos do ensino terciário não universitário, ou seja, as IES de ensino técnico-profissional, revelaram-se inferiores ao modelo universitário tradicional nas IES de ensino e pesquisa. O retorno desigual na remuneração de acordo com o tipo de instituição frequentada foi observado em todos os países da OCDE, e isso diminuiu o impacto da expansão do ensino superior sobre a equalização das oportunidades sociais (PRATES; COLARES, 2014).

Ao contrário do contexto mencionado, a distinção entre instituições universitárias, que seriam as IES de ensino e pesquisa, e as não universitárias, as IES de ensino técnico-

profissional, informa pouco sobre a estratificação no ensino superior brasileiro. A segmentação interna no ensino superior no Brasil se manifesta, sobretudo, entre os setores (público e privado), a modalidade (presencial e à distância), o grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e tecnólogo) e o prestígio do curso. As universidades públicas assumiram um viés mais voltado para a pesquisa, enquanto as universidades privadas, apesar de muito heterogêneas, “se tornaram um grande negócio, crescendo a passo acelerado para satisfazer a demanda mais imediata por diplomas” (PRATES; COLLARES, 2014, p.115).

As IES adotaram estratégias, especialmente as instituições privadas brasileiras, para garantir o status de universidades, uma vez que isso as conferiria maior autonomia frente ao Ministério da Educação (SCHWARTZMAN, 1999). A diferenciação estabelecida na legislação teve por objetivo definir um modelo ideal de IES, pautada no ensino, pesquisa e extensão. Esse ideal acabou sendo absorvido pela iniciativa privada com a finalidade de se adequar, mesmo que artificialmente, ao patamar de universidade e, assim, criar autonomamente novos cursos e definir o número de vagas ofertadas anualmente (idem). Por isso, a maior parte dos estudantes está matriculado em uma instituição do tipo universitária.

No ano de 2018, as matrículas em IES classificadas como universidades totalizaram 4.467.694, em centros universitários eram 1.906.327, em faculdades 1.437.601 e 197.506 em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) ou Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's) (INEP, 2018). Quando se desloca a diferenciação dos tipos de IES para os “graus acadêmicos”, ou seja, cursos do tipo tecnólogos, bacharelado ou licenciaturas, em 2018, 67% dos estudantes estavam matriculados em cursos de bacharelado, 19% em licenciaturas e 15% em tecnólogos (idem). Não há uma correspondência direta entre os tipos de IES e o grau acadêmico que elas oferecem. Exemplo disso é o fato de 41% do total de matrículas nos cursos tecnólogos (n= 1.098.066) estarem concentradas em universidades (idem).

Ainda que exista uma pressão para a ampliação de vagas no ensino superior público, considerado um serviço de melhor qualidade, a expansão do acesso ocorreu, principalmente, por meio do setor privado. As universidades públicas são as mais antigas, conduzem a maior parte da pesquisa no país, mas têm alto custo. Por essa razão, as IES particulares se transformaram na opção mais viável para a massificação da educação superior. Apesar de se tratarem, em primeira instância, de um setor independente da ingerência do Estado, as políticas públicas adotadas nas últimas décadas transformaram

o ensino superior privado. O setor público, mais recentemente, também se modificou e se expandiu, mas a sua cobertura segue restrita.

Entre 1985 – quando se inicia a chamada “Nova República” – e os dias atuais, tivemos dois momentos de “autoridade política durável”, o que compreende, além de vitórias eleitorais e conquista de cargos executivos importantes, a construção de uma “narrativa sobre a agenda de governo” (ARRETCHE; MARQUES; FARIA, 2019, p.5). São eles os governos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), entre 1995 e 2002, e os governos de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e de Dilma Rousseff (Dilma), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), que governaram entre 2003 e 2016. Os governos do PSDB e do PT implementaram importantes políticas, com orientações ideológicas distintas, e produziram resultados também distintos, mas ambos transformaram a educação superior brasileira.

No primeiro ano do governo PSDB, 1995, as matrículas no ensino superior brasileiro totalizavam 1.759.703 milhões, sendo 60,2% delas no setor privado. Em 1996, como parte de uma série de reformas neoliberais, o governo FHC legalizou o ensino superior com fins lucrativos (MCCOWAN; BERTOLIN, 2020). Sob a gestão tucana (termo figurado para designar o PSDB), houve também a reformulação do crédito estudantil e a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), porém com restrições visando à sustentabilidade do programa que limitavam o seu acesso (GOMES et al., 2019). Já no setor público, não foram adotadas políticas para a expansão do acesso às universidades federais durante esse governo (idem).

A despeito da expressiva ampliação do acesso ao ensino superior privado, o governo FHC não adotou políticas que diminuíssem a “renda-dependência” no ingresso na educação superior, e os segmentos sociais privilegiados foram os mais beneficiados nesse período (idem). Em 2002, ao final de dois mandatos sob o mesmo grupo político, o total de matriculados na educação superior subiu para 3.479.913. 70,5% desse total estava matriculado em IES particulares, que cresceram 129% nesse período (INEP, 1995). Apesar disso, a representatividade dos 50% mais pobres da população caiu de 8,6% para 7,5% entre 1992 e 2002 (SCHWARTZMAN, 2004).

Simon Schwartzman (2004) aponta que, em 2002, 48% dos estudantes de instituições privadas pertenciam aos 10% mais ricos da população. Já no setor público, 34,2% dos estudantes estavam nesse nível econômico. No outro extremo, nas IES públicas, o percentual de estudantes provenientes da metade com menor renda da população era de 13,7%, em comparação com 5,6% das instituições privadas. Ainda

segundo o estudo, 75% dos estudantes do setor privado se definiram como brancos. Nas IES públicas, esse percentual foi de 62%. Considerando os dados dos setores público e privado apresentados por Schwartzman (2004), bem como a diminuição na representação das camadas populares no ensino superior durante os dois mandatos do PSDB, fica evidente que as políticas para expansão do ensino superior desse período não garantiram o acesso dos mais pobres. A expansão puxada pelo crescimento das IES privadas aumentou a renda-dependência e foi crucial para limitar a inclusão dos mais pobres, ao passo que ampliou as oportunidades dos mais ricos.

Em 2007, no Governo Lula, teve início a interiorização das universidades públicas, e houve um grande aumento de vagas, fomentadas pelo o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Porém, as políticas públicas adotadas nos 14 anos dos governos do PT não desalojaram o lugar de destaque do setor privado (MCCOWAN; BERTOLIN, 2020). Em 2016, o total de matriculados na educação superior subiu para 7.828.013, e a participação da iniciativa privada chegou a 75% (INEP, 2014)<sup>2</sup>.

Ainda que as matrículas nas IES públicas tenham aumentado 86% entre 2003 e 2016, o crescimento do ensino superior privado foi bem mais acentuado, chegando a 141%. A novidade foi a remodelação dos juros e a ampliação de beneficiários do Fies, que, em 2014, consumiu 48% do total de gastos federais em ensino superior, excluindo os gastos com pessoal (GOMES et al., 2019). Além disso, ocorreu a adoção do Programa Universidade para Todos (ProUni), que garantia isenções fiscais para as IES privadas que destinassem parte de suas vagas para estudantes bolsistas. O ProUni oferece bolsas integrais, com base no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para estudantes com renda familiar inferior a 1,5 salário mínimo per capita, e metade do valor da mensalidade para aqueles com renda de 1,5 até três salários mínimos per capita. Entre 2005 e 2016, foram concedidas mais de dois milhões de bolsas pelo ProUni, por volta de 70% integrais (GILIOLI, 2017).

Nas IES federais, dentre as políticas voltadas para a democratização do acesso, destaca-se a Lei 12.711 de 2012, que estabeleceu as cotas nas universidades públicas federais. Por meio dessa Lei, até o ano de 2016, 50% das vagas de todos os cursos e turnos das IES federais deveriam ser destinadas para estudantes de escolas públicas e, entre as vagas reservadas, metade iria para estudantes com renda per capita inferior a 1,5 salário

---

<sup>2</sup>O total de matrículas atualizado, conforme os dados mais recentes, é de 8.450.755 milhões (INEP, 2018).

mínimo, e a outra metade não precisaria declarar renda (BRASIL, 2012). As vagas destinadas a cada um desses grupos deveriam ser preenchidas em proporção no mínimo igual àquela de pretos, pardos e indígenas da unidade federativa onde a instituição está instalada, de acordo com dados fornecidos pelo último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Lei de Cotas, a expansão e interiorização das IES federais e os programas ampliados e criados voltados para as IES privadas levaram a uma transformação considerável no perfil dos estudantes da educação superior brasileira. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais<sup>3</sup>, em 2004, os 40% com menor renda da população brasileira totalizavam 6,8% das matrículas na rede pública e 2,8% no setor privado. Em 2017, esse percentual subiu para 24,9% e 15,8%, respectivamente. Além disso, entre 2004 e 2014, a proporção dos estudantes pretos e pardos de 18 a 24 anos de idade que frequentam o ensino superior subiu de 16,7% para 45,5%; entre os brancos, esse percentual foi de 47,2% para 71,4%.

Nas últimas décadas, a expansão de matrículas e, mais recentemente, as políticas redistributivas e equalizadoras adotadas pelos governos de esquerda impactaram diretamente a educação superior brasileira (GOMES et al., 2019). No entanto, a partir da crise política e econômica de 2015, as políticas de austeridade adotadas afetaram o ensino superior. Ao final do 1º mandato do Governo Dilma, em 2014, o Fies, por exemplo, atingiu o seu auge com 732 mil contratos<sup>4</sup>. No ano de 2015, em razão da crise fiscal no governo Dilma, o programa aumentou as suas taxas e diminuiu o número de beneficiados<sup>5</sup>. Já no governo Michel Temer (2016 a 2019), as regras para concessão do financiamento foram enrijecidas, os juros aumentaram e a adesão caiu<sup>6</sup>. No governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2018, considerado de extrema-direita e pautado por uma agenda econômica liberal (ALMEIDA, 2019), foi anunciado, a partir de 2021, a oferta de 100 mil novos contratos no Fies, números equivalentes aos do início da década<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Este documento é uma análise das condições de vida da população brasileira construída a partir da sistematização de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Foram consultadas as sínteses dos anos 2015, 2017 e 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>. Acesso em 26 abr. 2020.

<sup>4</sup> Informação disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/governo-bolsonaro-reduz-oferta-do-fies-quase-pela-metade-a-partir-de-2021-1.2279007> Acesso em 17 ago. 2020.

<sup>5</sup> Informação disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/governo-bolsonaro-reduz-oferta-do-fies-quase-pela-metade-a-partir-de-2021-1.2279007> Acesso em 17 ago. 2020.

<sup>6</sup> Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/governo-efetivou- apenas-24-das-vagas-do-fies-anunciadas-por-temer.shtml> Acesso em 17 ago. 2020.

<sup>7</sup> Informação disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46968457> Acesso em 17 ago. 2020.

As preferências pragmáticas definidas pelas orientações ideológicas de cada governo impactam a educação. No entanto, haja vista o caráter recente dos acontecimentos acima mencionados e a indisponibilidade de dados mais atualizados sobre a educação superior, avaliar o impacto das políticas mais recentes, por ora, revela-se inviável. Por isso, o foco desta tese será o ano de 2018, visando a mapear os marcadores sociais que estão presentes e atuam na diferenciação interna existente no ensino terciário mineiro. A partir daí, será possível identificar a distribuição dos grupos sociais na educação superior.

O setor (público/privado), o prestígio do curso e da instituição, o grau acadêmico e a região geográfica se refletem na composição social dos estudantes matriculados no sistema de ensino superior de Minas Gerais. No Brasil, dado o histórico de prestígio de determinadas profissões<sup>8</sup>, o foco das pesquisas no campo da estratificação horizontal é mais concentrado na distribuição desigual dos estudantes, conforme seus diferentes perfis, entre os cursos de graduação (RIBEIRO; SCHLEGEL; 2015; SILVA, 2016). Entretanto, a diversificação institucional no ensino superior brasileiro também apresenta padrões desiguais, principalmente quando se compara a qualidade do ensino superior público e privado (PRATES; COLLARES, 2014). As desigualdades resultantes desses mecanismos são chamadas de “estratificação horizontal” (GEBER; CHEUNG, 2008). Por meio desse conceito, queremos compreender como se deu a apropriação das oportunidades ampliadas na educação superior nas últimas décadas por parte dos grupos sociais em Minas Gerais. As próximas seções são dedicadas à revisão de literatura do fenômeno em questão.

### **1.3 As desigualdades horizontais na educação superior**

A relação entre estratificação social e educação é um campo de pesquisa relativamente consolidado. Diversos estudos mostram como a educação, especialmente o sistema escolar, está intrinsecamente relacionada à forma desigual como a sociedade classifica e distribui poder nas sociedades (BOURDIEU, 2014; WEBER, 1982). A origem social incide no prolongamento e na realização educacional dos sujeitos, colaborando, assim, com a manutenção da estrutura de classes.

---

<sup>8</sup> Diversos autores (COELHO, 1999; BARBOSA, 2003; VARGAS, 2010) apontam o prestígio histórico de determinadas profissões no Brasil, conhecidas como “profissões imperiais”, que contemplam os cursos de Direito, Engenharia e Medicina, que geraram uma hierarquia no prestígio ocupacional no país.

Inicialmente, a classe social e as oportunidades educacionais eram mais associadas com a mobilidade educacional vertical, isto é, a relação entre a origem social e o alcance das transições educacionais mais elevadas do sistema educacional (MONT'ALVÃO, 2017). Os estudos sobre as desigualdades em um mesmo nível de ensino emergiram a partir da segunda metade do século XX, quando ocorreu a massificação da educação superior em boa parte dos países desenvolvidos. Frequentemente, esse fenômeno veio acompanhado da diversificação institucional e da perda de valor dos diplomas. Com isso, a recompensa econômica e o status social que o acesso e a conclusão de um nível de ensino oferecem são inflacionados e diferenciados. Em resposta, classes sociais privilegiadas buscam constantemente formas de garantir vantagens posicionais no sistema educacional (LUCAS, 2001).

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) analisaram os efeitos da expansão do sistema educacional francês em relação à origem social dos ingressantes na educação superior. Os autores observaram que a probabilidade de acesso ao ensino superior se elevou em todas as categorias sociais, porém de forma desigual. Enquanto as chances de ingresso entre os filhos de industriais e de quadros superiores ultrapassaram 60%, entre os filhos de operários, mesmo diante de um relativo crescimento, as chances foram de 3,9% e ainda menores entre os filhos de agricultores.

O cenário de aparente equiparação das oportunidades educacionais e, ao mesmo tempo, a contínua manutenção de privilégios permitiu afirmar que a massificação da educação superior francesa foi, nas palavras de Bourdieu, um engodo para as classes populares. Elas vislumbravam ascensão e prestígio, mas destinaram-se a um diploma universitário desvalorizado, ou ainda pior, ao fracasso, um tipo de exclusão ainda mais perversa, pois, aparentemente, esse novo público teve a sua chance (BOURDIEU, 1998a; 1998c). Bourdieu e Passeron (2014) chamam atenção para a “restrição da escolha” por estudantes de distintos grupos sociais, o que explicaria, em parte, a maior presença de mulheres na faculdade de letras e dos jovens de classes desfavorecidas nos cursos de ciências que preparam para o ensino (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Pierre Merle (2011) também aborda as relações entre as carreiras e seu público e afirma que a expansão das vagas produziu uma democratização aparente. Nas séries profissionalizantes, a abertura social foi maior, ao passo que nas áreas mais científicas manteve-se praticamente o mesmo recrutamento social. Segundo o autor, a educação superior na França produziu uma “massificação não-igualitária”, já que o acesso a este nível de ensino é aberto a todos, mas a diferenciação dos destinos na universidade está

relacionada à origem social. Conforme Valérie Albouy e Thomas Wanecq (2002), as chances da coorte de filhos da classe trabalhadora nascidos na década de 1960 de acessar as *grandes écoles* foram menores que para os nascidos no pós-guerra. Isto é, mesmo em um período de massificação da educação francesa, as instituições mais reputadas mantiveram a seletividade e o sistema desigual.

Para explicar as desigualdades horizontais na educação superior Samuel R. Lucas (2001) criou a hipótese da Desigualdade Efetivamente Mantida (*effectively maintained inequality*) (LUCAS, 2001). Essa explicaria por que, mesmo com a expansão de matrículas, a diminuição das desigualdades não se verifica em sua plenitude: as classes sociais privilegiadas encontram formas qualitativas de garantir seu domínio naquele nível educacional.

Todos esses estudos – dos autores franceses e a hipótese da EMI de Lucas (2001) – se referem ao fenômeno denominado estratificação horizontal (GERBER; CHEUNG, 2008). Esse se refere à diferenciação interna do sistema educacional, responsável por estruturar desigualdades conforme a origem social e os destinos acessados pelos sujeitos em um mesmo nível de ensino. A dimensão horizontal da estratificação tem como foco a qualidade e o tipo de educação recebido dentro de um determinado nível de ensino (GERBER; SCHAEFER, 2004). Como apontado por Richard, Adam Gamoran e Yossi Shavit (2007), na medida em que o ensino superior se expandiu, ele se diferenciou hierarquicamente para que as classes trabalhadoras fossem desviadas das melhores oportunidades. Apesar de a expansão do sistema de ensino aumentar as taxas de matrícula entre os grupos étnicos e sociais, a desigualdade entre eles se manteria.

#### **1.4 A Estratificação Horizontal como objeto de pesquisa**

Maria Charles e Karen Bradley (2002) utilizaram o termo *horizontal segregation* para descrever as desigualdades segundo o gênero no ensino terciário de 12 países. Conforme as autoras, a diversificação estrutural na educação superior incidiu no aumento dos cursos de menor duração, não-universitários, vocacionais e de menor prestígio. Essa mudança levaria a formas de estratificação por sexo na educação superior como consequência de fatores culturais, estereótipos e condicionantes sociais que orientariam as mulheres para áreas e setores institucionais menos valorizados. Elas empregaram de forma pioneira o conceito de “segregação horizontal”, que reforça o seu argumento de que as desigualdades horizontais são provavelmente mais resistentes às pressões culturais

pelo igualitarismo de gênero que as desigualdades verticais (CHARLES; BLANDLEY, 2002).

Posteriormente, Theodore P. Gerber e David R. Shaefer (2004) citaram Charles e Brandley (2002), mas modificaram o termo utilizado pelas autoras para “estratificação horizontal”. Eles empregaram esse conceito para analisar os retornos dos cursos superiores no mercado de trabalho. Gerber e Shaefer identificaram que, na Rússia, tal como nos EUA, as áreas de engenharia, economia, direito e administração oferecem mais vantagens no mercado de trabalho, enquanto agricultura, educação, humanidades e ciências sociais são mal remuneradas. O curso de engenharia oferecia melhor retorno no período soviético, quando a remuneração era mais impulsionada pelas políticas públicas que pelo mercado. Já no direito, a remuneração aumentou com o desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Como resultado disso, houve uma diminuição nas matrículas em engenharia e o aumento em direito, economia e administração. As remunerações no campo da medicina, que eram baixas no período soviético, permaneceram. Além disso, o estudo apontou que o curso de tempo integral oferece mais vantagens no mercado de trabalho, tanto em termos de retorno financeiro, quanto em oportunidades de trabalho. Nesta modalidade de curso, as mulheres estão sub-representadas, o que contribui para diferença negativa dos seus salários em relação aos homens (GERBER; SHAEFER, 2004).

Shavit, Arum e Gamoran (2007) pesquisaram a expansão, diversificação institucional e desigualdade no ensino superior de Israel na década de 1990. A expansão em Israel ocorreu por meio do aumento de vagas em universidades menores, regionais e privadas e pela institucionalização de cursos de ensino superior voltados para docentes. Paralelamente, as universidades tradicionais mantiveram seu alto padrão de seleção social. Com essa mudança, o número de estudantes mais do que duplicou e as probabilidades de frequentar o ensino superior cresceram 50% na década de 1980. Os autores questionam as consequências dessas mudanças para a estratificação por gênero, classe e etnia no ensino superior.

Esses pesquisadores observaram que a expansão do ensino superior, por meio da criação de faculdades e extensões estrangeiras menos seletivas, proporcionou aos estudantes de origens sociais menos privilegiadas o aumento na probabilidade de frequentar esse nível de ensino. Isso os levou a concluir que as desigualdades no acesso ao ensino superior foram substituídas por desigualdades nas probabilidades de frequentar instituições de elite, o que corrobora a hipótese da Desigualdade Efetivamente Mantida

(DEM) de Lucas (2001). Sobre as desigualdades de gênero, o estudo mostra que, durante a década de 1970, os homens estavam em clara vantagem. Contudo, na década de 1990, as mulheres tinham aproximadamente a mesma probabilidade que eles de ingressarem no ensino terciário. No entanto, as diferenças de gênero estão relacionadas ao tipo, e não à quantidade de matrículas na educação superior. As mulheres alcançaram paridade com os homens em todas as áreas de estudo, exceto engenharia e ciências exatas. Porém, é mais provável que elas se voltem para a área de ensino como profissão do que os homens (SHAVIT; ARUM; GAMORAN., 2007).

Quanto às desigualdades raciais, Julie Renee Posselt e coautores (2012) observaram que, nos EUA, a competitividade que sustenta a estratificação entre instituições pós-secundárias reforçou a desigualdade racial entre 1972 e 2004. Os autores utilizaram dados construídos a partir de quatro pesquisas representativas do país e estimaram como os padrões de admissão – preparação acadêmica, os resultados alcançados *Scholastic Aptitude Test* (SAT<sup>9</sup>) e a liderança extracurricular – mantêm a desigualdade racial nas instituições de ensino superior seletivas ao longo do tempo.

O estudo reitera que, mesmo controlando as notas dos exames e a preparação acadêmica, as atividades de liderança extracurriculares contribuem negativa e significativamente para as chances de inscrição de estudantes negros e latinos em instituições seletivas. Ressalta-se que a crescente demanda por instituições seletivas parece vir acompanhada de critérios não cognitivos de seleção, e que as oportunidades de os atender não são igualmente distribuídas entre os grupos sociais e étnicos (POSSELT et al, 2012). A pesquisa conclui que os estudantes negros e latinos fizeram progressos em sua preparação acadêmica. No entanto, embora o acesso à educação pós-secundária tenha aumentado desde 1972 para todos os grupos étnicos, as chances de matrícula de negros e latinos em faculdades seletivas diminuíram em relação aos estudantes americanos brancos e asiáticos.

Diferentemente dos achados nas pesquisas da Rússia e dos EUA, Cristina Iannelli, Adam Gamaron e Lindsay Paterson e verificaram que, na Escócia, os estudantes oriundos da classe trabalhadora tendem a estar sobrerrepresentados em áreas cujos retornos no mercado de trabalho são mais altos. Eles entendem que, no que se refere aos valores econômicos dos diplomas e ao perfil dos estudantes, a educação superior do país não contribui para a reprodução social. Entretanto, as instituições onde esses estudantes estão

---

<sup>9</sup> O SAT é um exame padronizado utilizado como um dos critérios de classificação nas universidades norte-americanas onde os estudantes aplicam suas inscrições.

matriculados têm menor prestígio se comparadas às instituições tradicionais do país. Além disso, as mulheres permanecem sub-representadas nos campos de estudo cujos diplomas são mais rentáveis, reforçando a desigualdade de gênero.

A estratificação horizontal também foi objeto de estudos no México. Patrício Solis (2013) utiliza dados do questionário de Mobilidade Social do México, aplicado em 2011, para medir as desigualdades horizontais no sistema educacional mexicano. Esse questionário incluiu variáveis sociodemográficas dos estudantes e os tipos de instituições cursadas ao longo do processo de escolarização (se pública ou privada, turno e tipo), e o estudo ajustou modelos logísticos multinomiais em que a variável resposta foi o tipo de instituição de ensino. Os resultados sobre as transições escolares mostram que as chances de frequentar o bacharelado público e escolas profissionais são reduzidas para jovens de origem social mais favorecida. A pesquisa conclui que prevalece uma forte distinção entre escolas públicas e privadas de educação básica, o que reflete no aumento da desigualdade horizontal nas trajetórias educacionais. Isso ocorre porque, além de as crianças e jovens de camadas sociais privilegiadas apresentarem mais probabilidade de frequentar instituições particulares, a frequência nessas escolas parece ter efeitos independentes que favorecem o ingresso na educação superior, ampliando as desigualdades de oportunidades educacionais no país (SOLIS, 2013).

De um modo geral, na literatura internacional revisada, a vantagem relativa dos homens diminuiu ao longo dos anos, mas ainda permanecem desigualdades no que se refere à distribuição das mulheres por carreiras e, em alguns casos, por tipo de instituição. Nos Estados Unidos, existem padrões de desigualdade no acesso de negros e latinos às instituições de ensino privilegiadas. Porém, na Europa, não existe um consenso sobre a correspondência direta entre pertencimento a um grupo étnico desprivilegiado e menor representatividade no ensino superior. No que se refere às carreiras – com exceção dos achados de Iannelli e colaboradores (2018) sobre a Escócia –, elas são hierarquicamente distribuídas entre os distintos perfis sociais dos estudantes, visto que as classes sociais privilegiadas têm maior acesso às carreiras de maior prestígio. Em todos os estudos, a relação entre origem social e acesso às instituições seletivas e prestigiadas foi observada.

Enquanto o problema da estratificação no ensino terciário se intensificou nos países desenvolvidos a partir da década de 1960, no Brasil o fenômeno é mais recente.

Aqui, o processo de massificação<sup>10</sup> da educação superior aconteceu mais fortemente a partir dos anos 2000, quando a taxa de matriculados com 18 a 24 anos subiu de 8,8% para 18,4% entre os anos de 2000 e 2015 (IBGE, 2016). Junto à expansão do acesso, foram implementadas políticas públicas, como ações afirmativas, concessão de bolsas e financiamentos estudantis, em resposta às reivindicações por um sistema de ensino superior que priorizasse também a equidade e a justiça social (CUNHA, 2011).

Apesar disso, as desigualdades internas do sistema de ensino superior brasileiro são um traço persistente (VARGAS, 2014; ERNICA; ALMEIDA, 2015, BARBOSA, 2015; CARVALHAES; RIBEIRO, 2019). As características dos sistemas de educação superior (público e privado), os graus acadêmicos (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos), o prestígio variado dos diplomas e o distinto valor simbólico e econômico das carreiras são fatores que apontam para uma segmentação interna dentro da educação superior no Brasil.

Um dos primeiros trabalhos com foco na estratificação horizontal é a tese de doutorado em Sociologia de Arnaldo L. Mont'Avão (2013), que investigou o fenômeno por tipo de instituição (vocacional e acadêmica), setor e área do conhecimento. A pesquisa mostrou o aumento da vantagem de mulheres no acesso à rede privada e revelou que a educação acadêmica apresentava desigualdades de acesso maiores que as da educação vocacional. Segundo o autor, apesar de a rede privada ter se mantido mais desigual, ela experimentou uma queda nos níveis de desigualdade, ao contrário das públicas, que mantiveram a seletividade. O trabalho foi ao encontro das correntes que sugerem a flexibilização do sistema de ensino superior como forma de democratizar o sistema. Os cursos tecnólogos e a diversificação institucional estariam possibilitando o ingresso de um maior número de pessoas e, ao mesmo tempo, a rede pública, mais voltada para pesquisa, estaria mantendo sua seletividade<sup>11</sup> e qualidade.

A partir desse trabalho, o termo “estratificação horizontal” entra na agenda de pesquisa da Sociologia da Educação nacional e as análises se diversificam, com foco em cursos e instituições. Carlos Costa Ribeiro e Rogério Schlegel (2015), com base na análise

---

<sup>10</sup> Martin Trow (1970) classificou o acesso ao ensino superior em três categorias: sistema de elite, com taxa líquida de matrícula até 15%; sistema de massa, com taxa líquida de 15 a 33%; e sistema universal, com uma taxa líquida de 33 a 40%.

<sup>11</sup> Importa mencionar que os dados analisados por Mont'Avão (2013) são anteriores à implementação da Lei 12.711, que destina metade das vagas de todos os cursos das IES federais para estudantes de escolas públicas. Ademais, cumpre frisar que 25% das vagas são reservadas para estudantes de renda menor que 1,5 salário mínimo por pessoa da família e 25% possui renda livre. Além disso, a ocupação das vagas em cada grupo de renda deve obedecer à distribuição racial da unidade federativa onde a IES está localizada.

dos Censos de 1960 a 2010, observaram que o Brasil reproduz um padrão de estratificação nas carreiras semelhante ao dos Estados Unidos. Lá, assim como aqui, as áreas da educação, humanidades e ciências da saúde – com exceção de medicina – apresentam maior concentração de mulheres, de pessoas de rendimento mais baixo e de negros. Os homens, por sua vez, estão mais representados nas carreiras relacionadas à tecnologia, negócios e engenharia, como também apresentam rendimentos mais elevados. Apesar da ampliação da participação de mulheres, negros e indígenas na educação superior nas últimas décadas, o acesso não foi igualmente estendido a todas as carreiras universitárias para esses públicos.

Flavio Carvalhaes e Carlos Costa Ribeiro (2019) mediram as taxas relativas de entrada nos diferentes cursos e instituições, com o intuito de investigar as desigualdades de oportunidades de acesso a 34 cursos de ensino superior segundo características socioeconômicas, de raça e de gênero dos estudantes. Seus resultados demonstraram que: os homens estão concentrados nos cursos de retornos altos e muito altos; as mulheres, nos cursos de retornos altos e baixos; os brancos estão sobrerrepresentados em cursos com altos retornos; e negros se concentram desproporcionalmente em cursos com retornos baixos. Quando se analisa a classe social, eles observaram que os cursos a que há mais chances de pessoas mais ricas terem acesso são os de maior prestígio nas três grandes áreas do conhecimento: ciências exatas; ciências humanas e sociais; e ciências da saúde. Carvalhaes e Ribeiro (2019) concluíram que o ensino superior brasileiro, mesmo em tempos de expansão, permanece estratificado. Ainda que pareça uma escolha estar em um determinado curso de ensino superior, existem padrões desiguais no que se refere à raça, gênero e classe social na ocupação das vagas entre as distintas carreiras e instituições de ensino.

Diferente da abordagem de Carvalhaes e Ribeiro (2019), Márcia Knop e Ana Cristina Collares (2019) investigaram a estratificação horizontal no ensino superior brasileiro tendo como foco as chances de conclusão do curso, comparando ingressantes e concluintes. Conforme as autoras, estudantes com rendas familiares mais elevadas têm mais chances de conclusão tanto em instituições públicas quanto privadas e, principalmente, nos cursos de alto retorno econômico. Por outro lado, os alunos com pais de baixa escolaridade e estudantes negros/indígenas têm menores chances de concluir cursos de alto retorno econômico. A estratificação na educação superior brasileira incide, portanto, não apenas no acesso, como também na permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Anderson P. da Silva (2016) analisou os processos de estratificação na Universidade Federal Fluminense (UFF), no contexto de mudança no processo de seleção, ocorrida na década de 2000. O autor analisou as chances de ingresso dos estudantes em cursos com concorrência distinta. Ele utilizou o questionário respondido pelos candidatos às vagas da instituição, entre 2005 e 2010, e empregou modelos logísticos com o intuito de compreender o efeito das condições socioeconômicas e do pertencimento étnico-racial nas chances de ingresso na universidade e na participação acadêmica do estudante. As reformas na UFF possibilitaram a inclusão social de estudantes pobres na instituição, mostrou Silva, sobretudo em cursos de menor prestígio, o que está relacionado ao perfil dos cursos criados no período, com a interiorização da universidade no estado do Rio de Janeiro. No entanto, o efeito da renda e da educação básica privada aumentou sobre as chances de ingresso em cursos de maior prestígio, o que evidencia o fenômeno da estratificação horizontal na instituição.

Em linhas gerais, a estratificação horizontal no ensino superior brasileiro é marcada tanto pelas diferenças com relação aos cursos quanto aos tipos de IES, públicas ou privadas. Em ambas as dimensões, os padrões do efeito da classe, gênero e raça são observados em seus ingressantes e concluintes. Porém, nas pesquisas consideradas, apesar de observada a diversificação institucional das organizações de ensino superior, o nível dos cursos, com seus prestígios relativos variados e os distintos retornos de suas credenciais, reflete com maior intensidade as segmentações internas presentes na sociedade brasileira.

Nos estudos sobre estratificação educacional tanto no Brasil quanto na literatura internacional, o foco pode ser o acesso a destinos diversos (cursos, IES, graus acadêmicos), a realização (conclusão dos cursos), ou ambos. Nesses estudos, foi observada a diminuição do efeito da origem social sobre as primeiras transições educacionais e, ao mesmo tempo, a intensificação das desigualdades qualitativas na ponta superior do sistema educacional (hipótese da EMI). O ensino superior, apesar de ter se ampliado nas últimas décadas, reproduz esses efeitos e ainda conta com um viés social, étnico-racial, de gênero e geográfico tanto no acesso como nos diferentes destinos alcançados pelos sujeitos.

No Brasil, se observou padrões semelhantes ao da Rússia, de Israel, dos EUA e de alguns países da Europa, em que as mulheres, apesar de terem se tornado maioria no ensino superior massificado, ainda ocupam em maior proporção os destinos mais desvalorizados. No caso brasileiro, estudos apontam ainda que as desigualdades de

gênero no ensino superior apresentam características semelhantes às raciais (MELLO, 2011). Mesmo com a maior inclusão das últimas décadas, os estudantes não brancos, assim como as mulheres, tendem a ocupar as carreiras com menor retorno no mercado de trabalho. Esse cenário evidencia como o horizonte para os grupos socialmente excluídos do ensino superior parece ir se afastando mesmo quando eles alcançam esses espaços.

### **1.5. Interseccionalidade: um conceito e um caminho metodológico**

Para entender a estratificação horizontal e as desvantagens qualitativas observadas no interior de um nível de ensino, frequentemente se observa a combinação de dois ou mais marcadores sociais que estruturam as posições relativas de mulheres, negros e pobres no sistema educacional. Lélia González afirma que, em meados da década de 1970, no auge do “milagre brasileiro”, o Brasil experimentou um tipo de desenvolvimento social e econômico desigual e combinado que mantinha a divisão racial do trabalho e subalternizava os negros (GONZÁLEZ, 2020). Ao mesmo tempo, a presença de mulheres no mercado de trabalho e na universidade se ampliou. Em 1969, havia 100 mil mulheres nas universidades para cada 500 mil homens; e em 1975, havia 500 mil para cada 508 mil homens. Porém, as conquistas tanto na educação quanto no mundo do trabalho não contemplaram as mulheres negras. Elas permaneceram em ocupações manuais, na maioria das vezes empregadas domésticas ou como autônomas (idem).

Conforme estudos revisados por Carla Akotirene (2020), as mulheres racializadas<sup>12</sup> são estigmatizadas pelo Estado, discriminadas no campo jurídico e negligenciadas pelas teorias no feminismo branco e no movimento negro. Em 1991, Kimberlé Crenshaw inaugura o termo interseccional para descrever a marginalização estrutural das mulheres negras que (sobre)vivem na confluência entre as barreiras raciais e sexistas (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2020). Segundo a autora, o conceito de interseccionalidade “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.177). Nesta pesquisa, esse conceito será elucidado na conexão entre raça e gênero atuando na educação superior.

---

<sup>12</sup> A racialização do mundo é fruto das experiências de colonização e imperialismo baseadas na categorização de diversos grupos étnicos e culturais como raças inferiores (MONSMA, 2013). No Brasil, os grupos mais afetados negativamente por essa experiência foram os povos indígenas e os diversos grupos étnicos oriundos da África subsaariana. Esses povos foram escravizados e essencializados em suas diferenças e diversidades. Portanto, hoje, os grupos e pessoas racializadas são os que ainda são estigmatizados em decorrência desse processo. No caso do Brasil, os povos indígenas e a população negra.

O termo emergiu como uma resposta metodológica à negligência do Estado, do direito e até mesmo dos movimentos sociais em relação às mulheres negras e à marginalização estrutural imposta a esse grupo (AKOTIRENE, 2020). Crenshaw (2002, p.180) utiliza o conceito de interseccionalidade para discutir os efeitos das políticas públicas “de ajuste estrutural das economias em desenvolvimento” sobre a qualidade de vida das mulheres negras. A autora não aprofunda nas questões relacionadas às oportunidades educacionais. Porém, as consequências dos cortes de verbas públicas destinadas a jovens, crianças, idosos e programas de assistência recaem sobre as mulheres negras, a quem mais se atribui as responsabilidades do cuidado com esses grupos.

Catharine MacKinnon (2013) afirmou que o uso da interseccionalidade como método não se resume em adicionar variáveis de raça, classe e gênero na pesquisa, mas é uma lente metodológica que analisa o racismo e sexismo atuando em conjunto. Ser mulher e ser negro é diferente de experimentar os efeitos combinados de ser mulher e negra, afirma. Ela acrescenta que, sob essa perspectiva, se coloca nomeadamente a supremacia branca e o homem branco no topo, expondo a “estrutura dominante de discriminação”. O método interseccional pode revelar a realidade interseccional e oferecer uma alternativa para ajustar as leis à realidade social.

Os estudos interseccionais dentro do feminismo negro<sup>13</sup> evidenciam a superexploração econômica das mulheres negras, e do povo negro em geral, como também os mecanismos de exclusão que marcam as vivências dos homens negros na educação, que estão relacionadas com as desigualdades educacionais que os penaliza. As teorias do campo destacaram os processos de “deseducação” que atravessam a experiência escolar dos jovens negros (hooks, 2015). No ambiente escolar, é recorrente a associação dos meninos negros com a indisciplina coletiva e ao que é considerado “mau aluno” (CONNOLLY, 1998; TOLEDO; CARVALHO, 2018). Estereótipos associadas à agressividade e à não intelectualidade, uma socialização tendenciosa responsável por fazê-los acreditar que a força física e não o pensar os caracteriza, se refletem nas hierarquias simbólicas presentes dentro da escola, na subjetividade dos educadores e nos indicadores educacionais (hooks, 2015).

Em face dessa conjuntura, o diferencial da cor apresenta-se mais expressivo que o do sexo, colocando os homens negros abaixo das mulheres brancas na maior parte dos indicadores sociais (CARNEIRO, 2019). No caso dos rendimentos salariais médios,

---

<sup>13</sup> Movimento social, político e acadêmico que propõe um olhar étnico-racial dentro do feminismo e coloca em evidência as opressões de gênero, classe e raça em conjunto.

vemos que as mulheres brancas ocupadas receberam, em 2018, 75,8% do valor que os homens brancos receberam; os homens negros, 56,1%; e as mulheres negras, apenas 44,4% do rendimento médio dos homens brancos ocupados<sup>14</sup>.

Cabe reiterar que, mesmo sub-representados, entre os anos de 2001 e 2015, os estudantes negros passaram de 21,9% para 43,7% das matrículas no ensino superior no Brasil (DIAS, 2020). Ainda assim, quando esses homens negros e mulheres negras rompem com o padrão colonial e patriarcal que marca o Brasil e se escolarizam, eles/elas se dirigem a empregos com rendimento e prestígio mais baixos no mercado trabalho (CARNEIRO, 2019; NASCIMENTO, 2019). A estrutura racial desigual e excludente produz, com respaldo da escola, um mecanismo de seleção em que as pessoas negras, em especial as mulheres negras, são relegadas aos estratos mais baixos da hierarquia social (idem).

Em face das desiguais oportunidades dos grupos raciais e de gênero, propomos adotar uma perspectiva interseccional na compreensão dos padrões presentes na estratificação horizontal do ensino superior do estado de Minas Gerais. Assim, um dos objetivos desse trabalho é compreender onde as mulheres negras, homens negros, mulheres brancas e homens brancos estão matriculados e são concluintes da educação superior do estado.

É válido mencionar que pesquisas sobre a estratificação social e educacional consideram raça, classe e gênero em suas análises. Contudo, os estudos interseccionais propõem, além da inserção dessas variáveis, a sua análise em conjunto e a atenção para a matriz colonial da sociedade, isto é, para a conexão entre o passado patriarcal e escravocrata, que marca as identidades, opressões e os lugares sociais ocupados pelas mulheres racializadas (AKOTIRENE, 2020). Não obstante, autoras do campo defendem a necessidade de uma práxis interseccional nas pesquisas, estudando e referenciando pensadoras negras que foram e, recorrentemente, ainda são invisibilizadas pela academia. Cabe também destacar que os estudos interseccionais dizem respeito às identidades das mulheres, incluindo as mulheres não negras, oriundas de camadas populares, transsexuais e travestis (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2020).

---

<sup>14</sup> Informações disponíveis na publicação “Desigualdades por cor e raça” de 2019 do IBGE. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em: 19 mai. 2020.

## **2. MINAS GERAIS: FORMAÇÃO ECONÔMICA, CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS E DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR**

O padrão de desenvolvimento socioeconômico e o perfil étnico-racial de Minas Gerais são semelhantes aos do Brasil. As regiões localizadas ao norte do estado apresentam indicadores econômicos e sociais mais baixos, população majoritariamente negra e estiveram isoladas durante muito tempo das políticas públicas voltadas para desenvolvimento do estado e do país (SANTOS, SILVA, 2011; DA MATA-MACHADO, 1991). Já as regiões mais ao sul de Minas, cuja população é em sua maioria branca, são geograficamente mais próximas dos estados mais rico do país – São Paulo e Rio de Janeiro – e se beneficiaram economicamente dessa vizinhança. Os melhores indicadores econômicos do estado contemplam as regiões localizadas no sul de Minas Gerais e a região Metropolitana de Belo Horizonte, centro dinâmico do estado (CIRINO; GONZALEZ, 2012). Como consequência, as tendências presentes na distribuição das matrículas no ensino superior refletem as desigualdades econômicas e sociais das regiões onde estão as instituições localizadas.

O objetivo deste capítulo é descrever as características das mesorregiões de Minas Gerais como pano de fundo para a compreensão da expansão do ensino superior no estado. Minas Gerais tradicionalmente foi dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em doze mesorregiões, que congregam diversos municípios com semelhanças econômicas e sociais e vínculos históricos. Essas mesorregiões eram subdivididas em 66 microrregiões. Em 2017, o IBGE extinguiu essa forma de organização geográfica, que foi substituída por uma nova divisão territorial denominada regiões geográficas intermediárias e imediatas. Entretanto, em Minas Gerais, a divisão territorial anterior permanece relevante para a compreensão de sua formação econômica e populacional e da expansão do ensino superior no estado.

Para isso, na seção 2.1, são apresentadas informações históricas sobre o desenvolvimento das mesorregiões e seus indicadores econômicos e sociais. Em seguida, na seção 2.2, mostramos a distribuição de matrículas em graduações presenciais nos setores públicos e privados em cada mesorregião do estado. A partir dessa análise, notamos a já prevista sobrerrepresentação do setor privado no estado, mas como algumas exceções relacionadas às características socioeconômicas das mesorregiões. A seção 2.3 apresenta o perfil racial dos estudantes do estado em comparação com o perfil da população por microrregião, o que configura o que Lélia GONZALEZ denomina de

“divisão racial do espaço” (GONZALEZ, 2020). Nas regiões com população majoritariamente negra (mais ao norte) e maiores percentuais de estudantes negros, a cobertura do ensino superior é mais restrita, e até mesmo ausente em algumas microrregiões.

É válido ressaltar que esta pesquisa de doutorado não incluiu os cursos na modalidade à distância. Essa escolha possivelmente explica a ausência de matrículas na educação superior em algumas microrregiões. Nosso foco são as matrículas em graduações presenciais, que totalizaram em 2018 93,8% das matrículas na educação superior mineira. Essa escolha se deu por duas razões. A primeira partiu do reconhecimento que o perfil dos estudantes em educação à distância é bem particular. Geralmente, refere-se a um grupo de nível socioeconômico mais baixo, com resultados inferiores no Enade, além de seus cursos terem custos menores e serem tidos como de “2ª classe” (MCCOWAN, BERTOLIN, 2020). Logo, a desigualdade em comparação com a modalidade presencial já seria antecipadamente afirmada. A segunda razão é explicada pela ênfase geográfica desta pesquisa. Se um dos nossos objetivos é investigar as diferenciações das IES por mesorregião — perfis dos estudantes por áreas/cursos e IES — o resultado ficaria comprometido se fossem incluídos casos de sujeitos residentes no Vale do Mucuri e matriculados em um curso à distância de uma universidade da Metropolitana de BH, por exemplo, ou de outro estado.

## **2.1 Formação econômica e desenvolvimento das mesorregiões mineiras**

A diferenciação entre os setores, graus acadêmicos e áreas/cursos de ensino superior de Minas Gerais (MG), de um lado, e o perfil de seus respectivos estudantes, de outro, têm relação com a formação econômica e social das mesorregiões do estado, os processos de ocupação e suas fronteiras regionais. Nessa seção, com base em autores que discutem a história econômica (DE PAULA, 2001, STARLING, 2011; FURTADO, 2015 e outros), apresentaremos uma breve síntese sobre a formação social e econômica das doze mesorregiões do estado.

Minas Gerais se desenvolveu economicamente a partir do século XVII em torno da mineração do ouro, que se assentou na mão-de-obra escravizada e, entre outras consequências, gerou fluxos migratórios intensos no estado (FURTADO, 2015). Em sua etapa inicial, mais lucrativa, a mineração atraiu um grande contingente de pessoas para

as regiões auríferas – cidades entre Ouro Preto<sup>15</sup> e Diamantina<sup>16</sup>, entre a bacia do rio Doce e a do rio São Francisco (STARLING, 2011). Como resultado, era comum o desabastecimento de comida, animais e a incipiência de transportes (FURTADO, 2015). A demanda por esses produtos foi suprida por estados do sul do Brasil, como São Paulo, e pelas regiões ao sul de Minas Gerais, o que colaborou com o desenvolvimento dessas áreas (FURTADO, 2015; DE PAULA, 2001).

Por volta de 1760, a mineração de ouro entrou em decadência e, em 1808, ocorreu a fixação da Corte Portuguesa na Colônia, o que aumentou o comércio de alimentos. O sul do estado, que já atuava para abastecer as regiões auríferas, se transformou no centro econômico de Minas Geras, fornecendo gêneros alimentícios produzidos em grandes propriedades que exploravam trabalho escravizado para atender o mercado interno (DE PAULA, 2011).

A partir de 1830, o estado se beneficiou da expansão da economia cafeeira agroexportadora, cuja produção se dava na Zona da Mata (sudeste do estado, na divisa com o Rio de Janeiro) e, mais modestamente, no sul do estado (DE PAULA, 2011). Nesse período, a Zona da Mata cresceu consideravelmente, o que estimulou a sua urbanização e industrialização embrionária, tendo a cidade de Juiz de Fora como polo industrial do período. Na mesma época, o Triângulo Mineiro, região próxima do complexo cafeeiro paulista, se inseriu nas rotas mais dinâmicas da economia e começou a se desenvolver, ao passo que os primeiros ocupantes da região, quilombolas e indígenas, foram desapropriados de suas terras (GUIMARÃES, 2010).

Em 1929, foi deflagrada a crise da economia cafeeira, o que levou a Zona da Mata a um processo de estagnação, enquanto ocorria o “deslocamento do centro dinâmico” dos setores produtivos no país em direção à industrialização (FURTADO, 2015). Em Minas Gerais, o centro dinâmico a partir de então se transferiu para Belo Horizonte, a capital do estado, com uma indústria especializada no setor múmero-metalúrgico-siderúrgico e estimulada pela demanda crescente em consequência da Segunda Guerra Mundial (DE PAULA, 2011).

Belo Horizonte está situada na mesorregião Metropolitana, a mais populosa, com quase um terço dos habitantes de Minas Gerais. A capital apresenta altos índices de industrialização e infraestrutura urbana. Contudo, é uma região heterogênea e seus indicadores sociais internos são bastante desiguais (CIRINO, GONZALEZ, 2012). Já o

---

<sup>15</sup> Pertence à mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte

<sup>16</sup> Pertence à mesorregião Vale do Jequitinhonha

Sul de Minas e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba apresentam alguma homogeneidade interna, bons indicadores econômicos e sociais, enquanto o Oeste de Minas e a Central Mineira, próxima à Metropolitana de BH, têm bons indicadores sociais e baixos indicadores econômicos (idem).

O Noroeste de Minas, apesar de ocupar 25% do território mineiro, tem a menor densidade demográfica, com 1,87% de participação no total de habitantes do estado, e apresenta o terceiro maior PIB de Minas Gerais, porém, chama atenção pelos baixos indicadores sociais (IBGE, 2010). Até 1950 a região conservava as características sociais do Brasil Colônia: vazio demográfico e atraso econômico em relação às regiões mais desenvolvidas do estado, além de estar geograficamente distante da capital (OLIVEIRA, 2008). Tudo isso fez da região o território adequado para a expansão da fronteira agrícola em Minas Gerais a partir dos anos 1950 (idem). Atualmente a sua economia é basicamente formada pela atividade primária, extrativa, pela produção de grãos em escala comercial e por um crescimento econômico que caminha junto com o aumento das desigualdades sociais (SIMÃO, 2004; OLIVEIRA, 2008).

Ao leste do estado, o processo de ocupação da mesorregião Vale do Rio Doce se deu em torno da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX (PEREIRA et al., 2019). A ferrovia liga Belo Horizonte, o Vale do Rio Doce e o Espírito Santo e desempenhou um importante papel no desenvolvimento industrial mineiro, fazendo a ligação entre Minas Gerais e o mar. Em 1942, foi inaugurada a Companhia Vale do Rio Doce. A partir de então, o papel da ferrovia passou a ser, sobretudo, o de transportar minério de ferro, o que colaborou para formação do polo siderúrgico da região – o Vale do Aço. Atualmente, o Vale do Rio Doce possui regiões com razoável dinamismo econômico, como o Vale do Aço e o município de Governador Valadares, mas apresenta áreas cujas bases econômicas se concentram na pecuária e extrativismo vegetal (CIRINO, GONZALEZ, 2012). Contudo, a região sofre com os impactos socioambientais da siderurgia, do extrativismo mineral e vegetal e do crescimento populacional acelerado (PEREIRA et al., 2019).

Campo das Vertentes, assim como a Zona da Mata e o Vale do Aço, apresenta áreas desenvolvidas, tais como a cidade de Lavras, e também regiões mais estagnadas economicamente no seu território (CIRINO, GONZALEZ, 2012). Apesar dos seus indicadores sociais e econômicos intermediários, Campo das Vertentes é a mesorregião com maior número de matrículas presenciais em IES públicas de MG. A região conta com grandes instituições, tais como a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), e uma localização geográfica relativamente próxima do Sul de Minas Gerais, da região Metropolitana e do estado de São Paulo.

O norte do estado, até 1930, conservava uma economia agropastoril, com crescimento lento, e se encontrava isolada das demais regiões de Minas Gerais e do país (SANTOS, SILVA, 2011; DA MATA-MACHADO, 1991). A cidade de Montes Claros alcançou algum desenvolvimento com a produção de algodão e a posterior instalação de uma fábrica de tecidos na região em 1880. Mas o desenvolvimento econômico do norte de Minas Gerais aconteceu principalmente a partir de 1960, quando a região foi anexada à área de atuação institucional da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), devido às semelhanças do norte mineiro com o nordeste brasileiro (SANTOS, SILVA, 2011). Parte dos municípios que compõem o Vale do Jequitinhonha também foram anexados à Sudene. Ademais, mesmo municípios do Vale do Jequitinhonha que estão de fora da área de atuação da Sudene são alvo de suas políticas públicas (MIRANDA, 2013).

A intervenção do governo federal, via Sudene, foi decisiva para o desenvolvimento e para a industrialização das mesorregiões ao norte de Minas Gerais (SANTOS, SILVA, 2011; MOREIRA, 2010). Contudo, segundo alguns estudos, esse processo de modernização da região implicou o empobrecimento de parte da população, maior concentração de terras, enfraquecimento da agricultura familiar, destruição das matas ciliares, escassez de recursos hídricos, fatores que explicariam, em parte, o seu baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>17</sup> frente às demais regiões do estado (MOREIRA, 2010; BARBOSA; FEITOSA, 2006).

O Vale do Mucuri apresenta características socioeconômicas parecidas com as do Vale do Jequitinhonha, e a história de ocupação e desenvolvimento das regiões se encontram em diversos momentos. Até meados do século XIX, as terras do Vale do Mucuri eram compostas predominantemente de Mata Atlântica e com a forte presença da

---

<sup>17</sup> O IDH é um indicador concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com base em três critérios: 1) Saúde: expectativa de vida ao nascer; 2) Educação: média de anos de estudo dos adultos e anos esperados de escolaridade das crianças; 3) Renda: medida pela Renda Nacional Bruta com base na Paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante. O indicador varia de 0 a 1, e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país.

população indígena. A partir de 1890, migrantes vindos do Alto Jequitinhonha, do Norte de Minas e da Bahia introduziram o cultivo do café e, posteriormente, a pecuária na região (MIRANDA, 2013). No século XX, se acentuou a derrubada da mata para o comércio de madeira e para atender a pecuária, sendo essas atividades as maiores responsáveis pela erosão e pelo esgotamento dos solos (MARTINS, 2015). Atualmente, a expansão das monoculturas intensifica as crises ambientais, gera poucos empregos e reforça a “vocação pastoril” da região, presente ainda nos dias de hoje (idem).

Em 2001, o Ministério da Educação e a Fundação Seade realizaram em parceria a Pesquisa da Atividade Econômica Regional (PAER)<sup>18</sup>, a fim de caracterizar a estrutura produtiva e ocupacional das Unidades Federativas. O estudo chamou de região Centro-Norte a área composta pelas mesorregiões Noroeste, Central Mineira, Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Essa grande região ficou caracterizada por sua menor expressão econômica em comparação com as demais regiões de Minas Gerais, e as mesorregiões Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri foram áreas consideradas estagnadas (idem). Ao encontro dessa caracterização, em um estudo sobre a distribuição de renda e pobreza, mais da metade da população do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri encontrava-se em situação crítica de pobreza no início deste século (SIMÃO, 2004).

De modo geral, o desenvolvimento de Minas Gerais se deu de modo heterogêneo, descompassado e com pouco estímulo à integração das suas regiões. Como resultado, os indicadores socioeconômicos do estado são extremamente desiguais. Quando se observa o IDH das mesorregiões mineiras (tabela 1), o Vale do Mucuri, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas apresentam os valores mais baixos do estado, ao passo que o Triângulo Mineiro é a região com IDH mais alto, seguida pelo Oeste de Minas e Sul/Sudoeste de Minas. O Produto Interno Bruto (PIB) por pessoa nas mesorregiões do estado também reflete as desigualdades históricas de Minas Gerais (tabela 1). A Região Metropolitana de Belo Horizonte, o Triângulo Mineiro, o Noroeste de Minas e o Sul de Minas despontam como as regiões mais ricas do estado. Paralelamente, as regiões mais ricas e desenvolvidas – com exceção do Noroeste de Minas, região marcada pelo agronegócio –

---

<sup>18</sup> Informações disponíveis no documento:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Indicadores%20Scio-economicos.pdf> Acesso em abr de 2021.

são aquelas com população majoritariamente branca, ao passo que as mesorregiões mais pobres e com IDH mais baixo são formadas por uma população em sua maior parte negra.

**Tabela 1 – PIB por pessoa por mesorregião de Minas Gerais (2017) – IDH (2010) – Percentual de Negros e Indígenas**

	PIB por pessoa em (mil reais)	IDH	Percentual de negros e indígenas no total geral da população Censo 2010
Noroeste de Minas	32,2	0,687	65%
Norte de Minas	15,1	0,624	72%
Jequitinhonha	10,6	0,616	75%
Vale do Mucuri	13,1	0,654	74%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	43,9	0,711	41%
Central Mineira	24,8	0,686	58%
Metropolitana de Belo Horizonte	37,1	0,684	40%
Vale do Rio Doce	20,7	0,637	64%
Oeste de Minas	26,7	0,697	40%
Sul/Sudoeste de Minas	30,4	0,697	30%
Campo das Vertentes	21,4	0,691	42%
Zona da Mata	21,6	0,661	48%

Fonte: IBGE e Censo Demográfico 2010.

Os dados educacionais também são discrepantes (tabela 2). O Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri apresentam as maiores taxas de pessoas de 25 anos ou mais sem instrução ou com o fundamental incompleto (número de pessoas por 100 mil habitantes). Essas mesmas regiões são áreas onde há menos pessoas adultas com o ensino médio concluído. As regiões Metropolitana de BH e Triângulo Mineiro têm as maiores taxas de pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto.

**Tabela 2 Grau de instrução de pessoas com 25 ou mais anos de idade (%)**

	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Total
Noroeste de Minas	59,49	13,86	19,74	6,92	100,00
Norte de Minas	62,84	11,20	18,76	7,20	100,00
Jequitinhonha	73,28	9,20	12,20	5,32	100,00
Vale do Mucuri	66,35	11,06	15,99	6,60	100,00
Triângulo Mineiro	49,96	16,07	22,22	11,75	100,00
Central Mineira	61,09	13,25	18,10	7,56	100,00
Metropolitana de BH	44,19	15,07	26,95	13,80	100,00
Vale do Rio Doce	60,01	13,54	19,12	7,34	100,00
Oeste de Minas	57,48	14,69	19,18	8,65	100,00
Sul/Sudoeste de Minas	57,50	13,90	18,77	9,84	100,00

Campo das Vertentes	55,62	12,65	21,16	10,57	100,00
Zona da Mata	57,79	12,88	19,43	9,90	100,00
Minas Gerais	53,72	13,96	21,72	10,60	100,00
Brasil	49,38	14,69	24,62	11,30	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010. Dados da amostra.

Lélia Gonzalez chamou a desigualdade interna presente no Brasil de “divisão racial do espaço”, com forte dominação da região Sudeste, composta por uma população de maioria branca. Apesar de pertencer ao Sudeste, o estado de Minas Gerais é marcado pelas contradições que caracterizam o Brasil: norte mais pobre e sul mais desenvolvido. Gonzáles (2020), no texto “Mulher Negra”, menciona essas contradições da formação social brasileira, que segundo ela estabeleceram o que ficou conhecido como um *desenvolvimento regional e combinado* marcado pela:

[...] cristalização de desigualdades extremas entre regiões brasileiras, onde se pode distinguir uma região dominante e outras regiões dominadas, unidas num processo estruturalmente articulado, e a conseqüente reprodução dos níveis de pobreza e miséria em que vivem suas populações (FARIAS, 1983, *apud* GONZÁLEZ, 2020, p. 94).

Em síntese, as desigualdades internas – históricas em Minas Gerais – se refletem nos indicadores sociais e econômicos e no grau de instrução da população das mesorregiões. No estado, percebemos o descompasso econômico e social que marca o Brasil, cujas regiões historicamente pobres e com pessoas menos escolarizadas são aquelas cuja população é majoritariamente negra. A exceção é o Noroeste de Minas, região com PIB alto, economicamente orientada para o agronegócio, maioria da população negra e baixos indicadores sociais. Já nas regiões mais desenvolvidas e com melhores indicadores sociais, a população é em sua maioria branca. Na próxima seção, mostraremos como essa desigualdade se configura no ensino superior, que é alcançado por uma parcela pequena da população do estado.

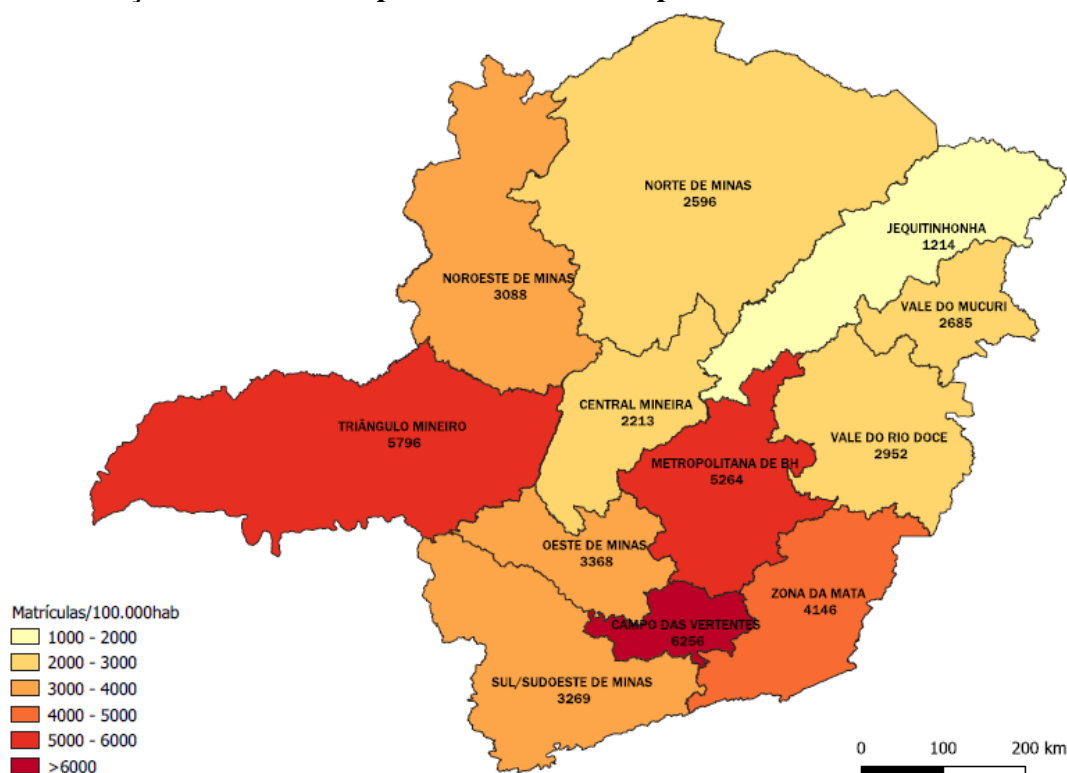
## 2.2 Ensino Superior em Minas Gerais

Minas Gerais é o estado que possui a segunda maior rede de ensino superior do Brasil. Em 2018, totalizou 818.877 matrículas na modalidade presencial<sup>19</sup>, distribuídas

<sup>19</sup> O foco do trabalho será na modalidade presencial, que totalizou em 2018 95% das matrículas do setor. A opção por essa modalidade partiu do reconhecimento que perfil dos estudantes em educação à distância é bem particular. Geralmente é um grupo de nível socioeconômico mais baixo, com resultados inferiores no ENADE, além de seus cursos serem de menor custos e serem tidos como de “2ª classe” (MCCOWAN, BERTOLIN, 2020). Logo, a desigualdade em comparação com a modalidade presencial já seria antecipadamente afirmada.

em 301 instituições, atrás apenas do estado de São Paulo (BRASIL, 2018). Apesar de possuir uma cobertura relativamente alta, se comparada ao resto do país, o ensino superior de Minas Gerais é distribuído desigualmente no interior do seu território. O Mapa 1 apresenta as taxas de matrículas na educação superior em cada mesorregião do estado. No ano de 2018, o Vale do Jequitinhonha tinha 1.214 estudantes matriculados no ensino superior para cada 100 mil habitantes, enquanto as regiões Campo das Vertentes, Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de BH apresentavam uma taxa superior a 5.000 mil estudantes.

**Mapa 1. Distribuição de matrículas presenciais em 2018 por 100 mil habitantes**



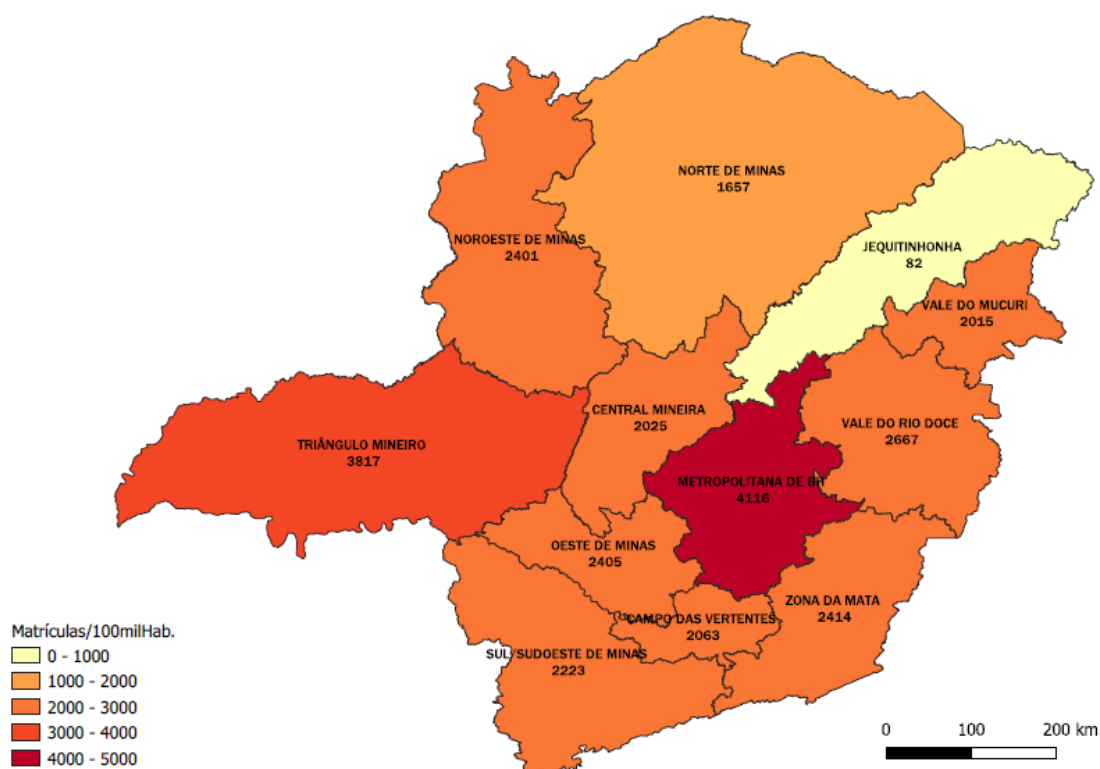
Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Ao analisar as matrículas por setor, a oferta desigual entre regiões é mais evidente no setor privado (Mapa 2). Notem que as mesorregiões mais escolarizadas e mais desenvolvidas – Metropolitana de BH e Triângulo Mineiro<sup>20</sup> – são as que mais concentram matrículas por 100 mil habitantes no setor privado. Na outra ponta, o Vale do Jequitinhonha, tem apenas 82 matrículas por 100 mil habitantes. Além disso, as

<sup>20</sup> Somente essas duas regiões concentram 58% do PIB de Minas Gerais. Fonte: <https://www.minasguide.com/pt/minas-gerais-por-regioes/> Acesso em 15 mai. 2020.

matrículas na metropolitana de BH (N= 256.692) estão distribuídas em 98 IES privadas e as no Triângulo Mineiro (N= 81.848), em 30 instituições. Na outra extremidade, o Vale do Jequitinhonha, região com menor PIB por pessoa e a menor taxa de matrículas do estado, apresentou o total de 578 matriculados na educação superior presencial privada por 100 mil habitantes, distribuídas em apenas duas instituições: Alfa de Almenara e Alfa de Unaí. Apesar disso, as demais regiões, com exceção do Norte de Minas, apresentam baixa variação na taxa de matrículas presenciais, entre 2.025 e 2.667 por 100.000 habitantes.

**Mapa 2. Distribuição de matrículas presenciais no setor privado em 2018 por 100 mil habitantes**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria

Quando se observa a distribuição espacial do setor público, o padrão de distribuição das matrículas é distinto. Observem no Mapa 3 que o Vale do Jequitinhonha apresenta 1.131 matrículas por 100 mil habitantes, a maior parte (N= 6.387 matrículas) concentradas na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), criada em 2005. Além dessa instituição, estão localizados na região cursos da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFET) e da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que totalizaram 1.525 matrículas.

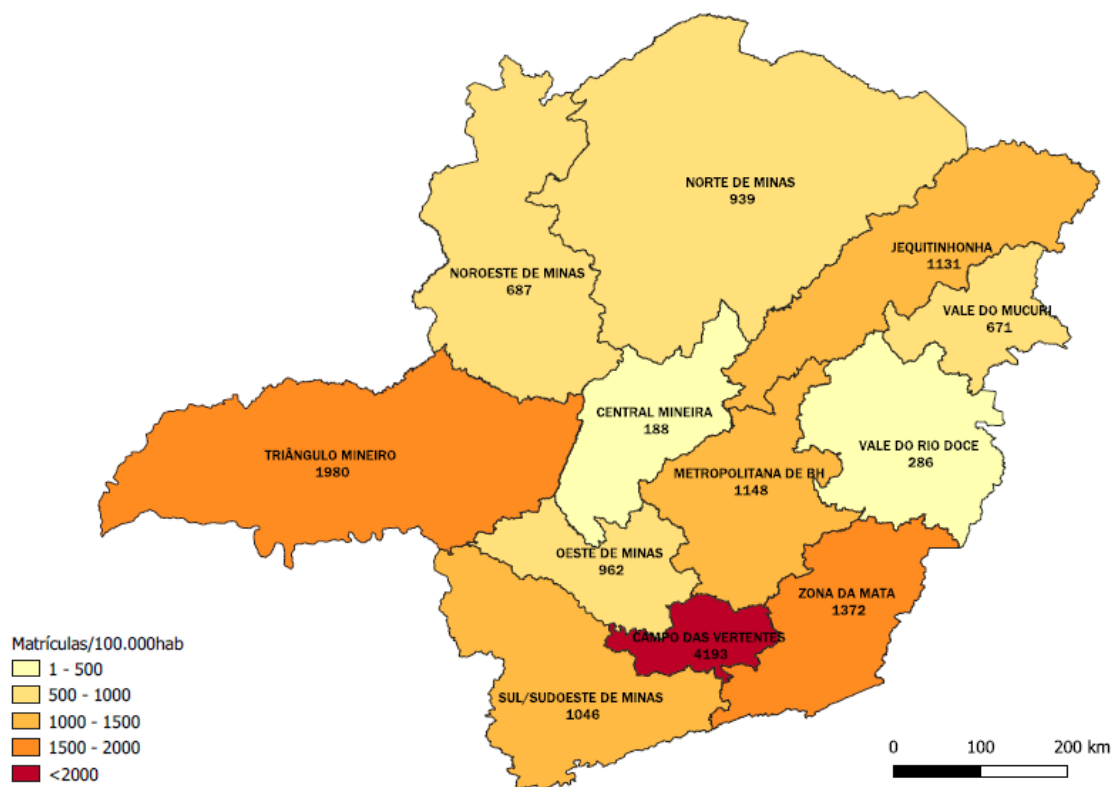
A UEMG e UNIMONTES são universidades criadas pela Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989. Ambas as IES foram criadas com o intuito de ampliar o ensino superior público e diminuir a prevalência do privado que se acentuou consideravelmente nos nas décadas de 1960 e 1970 (MIRANDA, 1989). O desenvolvimento de cada uma das instituições seguiu caminhos distintos, enquanto a UNIMONTES ficou mais concentrada nas regiões ao norte do estado a UEMG está mais presente na região metropolitana e nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais.

No que diz respeito às regiões com alta proporção do ensino superior público, o Mapa 3 evidencia a mesorregião Campo das Vertentes. Isso se deve, sobretudo, à presença de duas grandes IES públicas nessa região — a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) —, que somaram 20.488 matrículas em 2018. As demais IES públicas que ofertam cursos presenciais nessa região, o Centro Federal de Educação de Minas Gerais (CEFET), a UEMG e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudoeste de Minas Gerais, totalizaram 2.757 matrículas.

No outro extremo, as regiões com menor taxa de matrículas em IES públicas foram a Central Mineira e o Vale do Rio Doce. No caso da Central Mineira, as matrículas da região (N=775) estão concentradas em cursos do CEFET, da UEMG e em um campus da Unimontes. No Vale do Rio Doce, as matrículas no setor público (N= 4.624) estão no CEFET, no IFET e nos campi da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Cabe mencionar o fato de nenhuma dessas mesorregiões disporem de grandes universidades em seu território. Isso também se verifica no Noroeste e Oeste de Minas. No entanto, a primeira região tem um grande campus da UFSJ, e a segunda tem um alto número de matrículas na UEMG (N= 4.951), o que elevou sua taxa de matrículas por habitante.

É possível notar que a distribuição espacial das matrículas na educação superior pública não apresenta a mesma correspondência aos níveis de escolarização e ao desenvolvimento econômico das mesorregiões observada no setor privado. As diferenças nas taxas de matrículas presenciais no setor público entre as regiões mineiras são determinadas, sobretudo, pela presença de grandes universidades nas regiões. Mas isso não parece estar associado à riqueza ou escolaridade daquele território.

**Mapa 3. Distribuição de matrículas presenciais no setor público em 2018 por 100 mil habitantes**



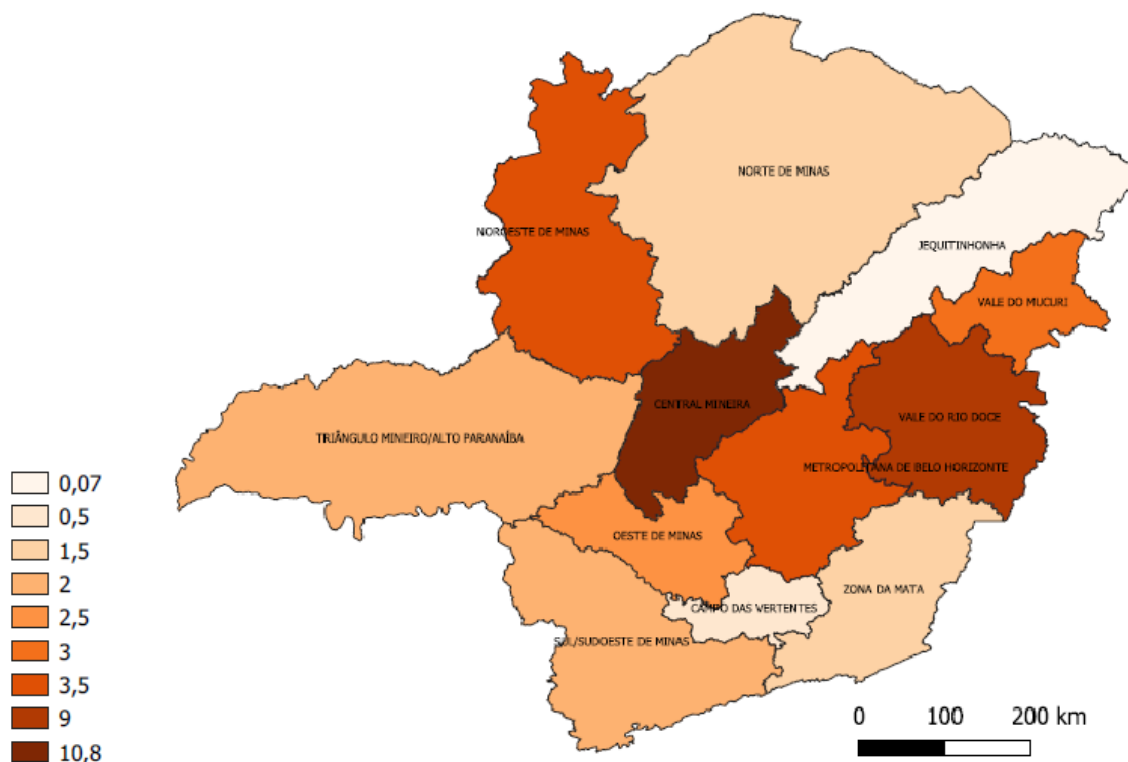
Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

A distribuição das matrículas no setor público e privado, analisada separadamente nos mapas anteriores, mostrou a forte presença do setor privado em todo o estado, com maior destaque na Metropolitana de BH e no Triângulo Mineiro, e a proeminência da presença do setor público em Campo das Vertentes. Com a finalidade de comparar os resultados apresentados do setor público e do privado, elaboramos o Mapa 4. Sabemos onde cada setor se destaca, mas qual a magnitude dessa predominância? Para isso, calculamos a razão de chance de estar matriculado em um setor ou outro. O cálculo é feito a partir da divisão do total de matriculados no setor privado pelo total de matrículas geral do estado. Depois, se divide o total de matriculados no setor público pelo total geral. Por fim, é feita a divisão entre esses dois resultados.

Em Minas Gerais, assim como no Brasil, em função da predominância do setor privado, as chances de estar matriculado nele são superiores para toda a unidade federativa – 2,3 vezes maior se comparado com o público. No entanto, esse número varia consideravelmente no estado. As chances de estar matriculado no setor privado presencial em 2018 era 11 vezes maior na Central Mineira, 9 vezes maior no Vale do Rio Doce, 3,5

vezes maior no Noroeste de Minas e na Metropolitana de BH, 3 vezes maior no Vale do Mucuri, 2,5 vezes maior no Oeste de Minas, 2 vezes maior no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas, 1,5 vezes no Norte de Minas e na Zona da Mata. As chances de estar matriculado no setor público só foram superiores no Campo das Vertentes – 2 vezes maiores – e no Vale do Jequitinhonha – 11 vezes maiores.

**Mapa 4. Razão de chance de estar matriculado no setor privado sobre o público**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Ao se comparar o Mapa 2 – “Distribuição de matrículas presenciais no setor privado em 2018 por 100 mil habitantes” – e o Mapa 4 – “Razão de chance de estar matriculado no setor privado sobre o público” –, notamos que os resultados não necessariamente convergem. No Mapa 2, o setor privado está mais intensamente presente na Metropolitana de BH e no Triângulo Mineiro. Porém, essa predominância não se verificou na análise das razões de chances (Mapa 4). Isso confirma a forte presença também de IES públicas nessas mesorregiões mais desenvolvidas economicamente, equilibrando a oferta dos setores públicos e privados. Já na Central Mineira e no Vale do

Rio do Doce, a prevalência do ensino superior privado se acentuou, o que é um indicativo da pouca cobertura do ensino superior público dessas regiões.

### 2.3. Perfil dos estudantes por mesorregião

Esta seção é dedicada à análise de perfil dos estudantes matriculados no ensino superior de Minas Gerais. As variáveis utilizadas foram sexo e raça, obtidas por meio do Censo da Educação Superior e da seleção dos microdados referentes à Minas Gerais no ano de 2018. A partir da distribuição dos estudantes segundo gênero (variável sexo) e cor/raça (categorias do IBGE), observamos que as mulheres são maioria em ambos os setores, mas não em todas as mesorregiões no setor público. Ademais, o perfil étnico-racial dos estudantes segue a tendência demográfica das mesorregiões onde estudam. Além disso, as mesorregiões com menores taxas de matrículas na educação superior são regiões cuja maioria da população é preta, parda e indígena, evidenciando que o acesso ao ensino superior nas regiões mais pobres e com maior população negra é mais restrito.

Entre o total de matriculados na educação superior de Minas Gerais em 2018, 53,6% é do sexo feminino e 46,4%, do sexo masculino. A predominância das mulheres ocorreu tanto no setor público quanto no privado, porém, neste último, foi ainda mais notável. Na Tabela 3, com essas descrições por região, algumas particularidades se apresentam. A predominância do sexo masculino no setor público no Campo das Vertentes, no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro chama atenção. Já no privado, as mulheres são maioria em todas as regiões.

**Tabela 3 Percentual de matrículas de homens e mulheres por mesorregião e setor**

	Público		Privado		% de mulheres no total geral da população
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
Campo das Vertentes	48%	52%	60%	40%	51%
Central Mineira	56%	44%	58%	42%	50%
Vale do Jequitinhonha	58%	43%	55%	45%	50%
Metropolitana de BH	50%	50%	55%	46%	52%
Norte de MG	57%	43%	57%	43%	50%
Noroeste de MG	51%	49%	57%	44%	49%
Oeste de MG	56%	44%	55%	45%	50%
Sul/Sudoeste de MG	48%	53%	55%	46%	51%
Triangulo Mineiro	49%	51%	54%	46%	50%
Vale do Mucuri	53%	47%	57%	43%	51%
Vale do Rio Doce	55%	46%	55%	45%	51%
Zona da Mata	51%	49%	56%	44%	51%

Minas Gerais	51%	50%	55%	41%	51%
N	122.865	120.344	315.839	259.229	9.955.453

Fonte: Censo Educação Superior de 2018 Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Do total de matriculados no ensino superior de Minas Gerais, entre os estudantes que autodeclararam raça<sup>21</sup>, 49% dos estudantes são não brancos, isto é, se declararam pretos, pardos e indígenas. Os estudantes brancos e amarelos somam 51%. Tanto no setor público quanto no privado, os brancos são maioria no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro, no Campo das Vertentes, no Oeste de Minas e na Zona da Mata. Em três das cinco regiões com maioria expressiva de estudantes brancos, os homens são maioria no sistema público. Nessas mesorregiões, pode estar ocorrendo uma desigual apropriação das vagas públicas, tanto no que diz respeito ao gênero quanto à raça. Vale registrar que o percentual de estudantes negros e indígenas nas IES privadas dessas mesorregiões é ainda mais baixo, mas as mulheres predominam. Já nas regiões em que os percentuais de estudantes negros e indígenas nas instituições públicas e privadas são os mais elevados – Vale do Jequitinhonha, Norte de MG, Noroeste de MG, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce – as mulheres são maioria em ambos os setores.

**Tabela 4. Percentual de brancos e não brancos por mesorregião e setor – casos válidos**

	Público		Privado		% Não brancos na população
	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos	
Campo das Vertentes	56%	44%	65%	35%	42%
Central Mineira	30%	70%	48%	52%	58%
Vale do Jequitinhonha	25%	75%	20%	80%	75%
Metropolitana de BH	48%	52%	44%	56%	60%
Norte de MG	23%	77%	31%	69%	72%
Noroeste de MG	27%	73%	30%	70%	65%
Oeste de MG	54%	46%	65%	35%	40%
Sul/Sudoeste de MG	66%	34%	75%	25%	30%
Triângulo Mineiro	60%	40%	62%	38%	41%
Vale do Mucuri	25%	75%	12%	88%	74%
Vale do Rio Doce	40%	60%	44%	56%	64%
Zona da Mata	57%	43%	63%	37%	48%
Minas Gerais	51%	49%	52%	48%	53%
N	110.339	105.712	257.564	243.458	10.105.389
Casos omissos	27.158		74.046		

Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

<sup>21</sup> Do total de estudantes matriculados nas graduações presenciais em Minas Gerais, 12,4% (n=101.204) não declarou raça e/ou a informação estava ausente.

Sob a perspectiva demográfica, essa tendência dos valores étnico-raciais faz sentido, uma vez que as regiões com maior percentual de negros matriculados na educação superior presencial em 2018 são também aquelas com maior proporção de negros no total geral da população, segundo dados do Censo Demográfico 2010, o último com informações disponíveis para esse nível geográfico.

Importa mencionar a Lei 12.711, que estabeleceu o mínimo de 50% de vagas em cada curso para estudantes de escolas públicas de ensino médio nas IES federais. As vagas reservadas devem seguir a composição étnico-racial e de pessoas com deficiência equivalente à da Unidade Federativa (UF) onde a instituição está instalada. No caso de MG, 53% da população é autodeclarada preta, parda e indígena. Portanto, dentre as vagas destinadas a estudantes cotistas, 53% devem ser para pessoas negras e indígenas. Apesar de a proporção de negros em cada mesorregião ser muito distinta, a ocupação das vagas nas universidades públicas e privadas parece seguir a tendência, apreendida no Censo 2010, do perfil étnico-racial geral da mesorregião. Além da Lei de Cotas Federal, a partir de 2017 a UEMG e UNIMONTES passou a reservar pouco mais de 50% de suas vagas para estudantes cotistas<sup>22</sup>.

No entanto, os dados do Censo de 2010 para autodeclaração racial apresentam algumas limitações quando aplicados aos dias de hoje. Estudos indicam que pessoas antes autodeclaradas brancas, nos últimos tempos, se reconhecem mais enquanto negras, aumentando, assim, a proporção de pessoas negras no total geral da população (MIRANDA, 2015; MARTELETO, 2012). Exemplo disso é a diferença entre os dados do Censo 2010, com 53% da população residente de MG autodeclarada preta e parda, e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual de 2019 (Pnad-C), feita por amostragem, em que o total de negros no estado subiu para 61%.

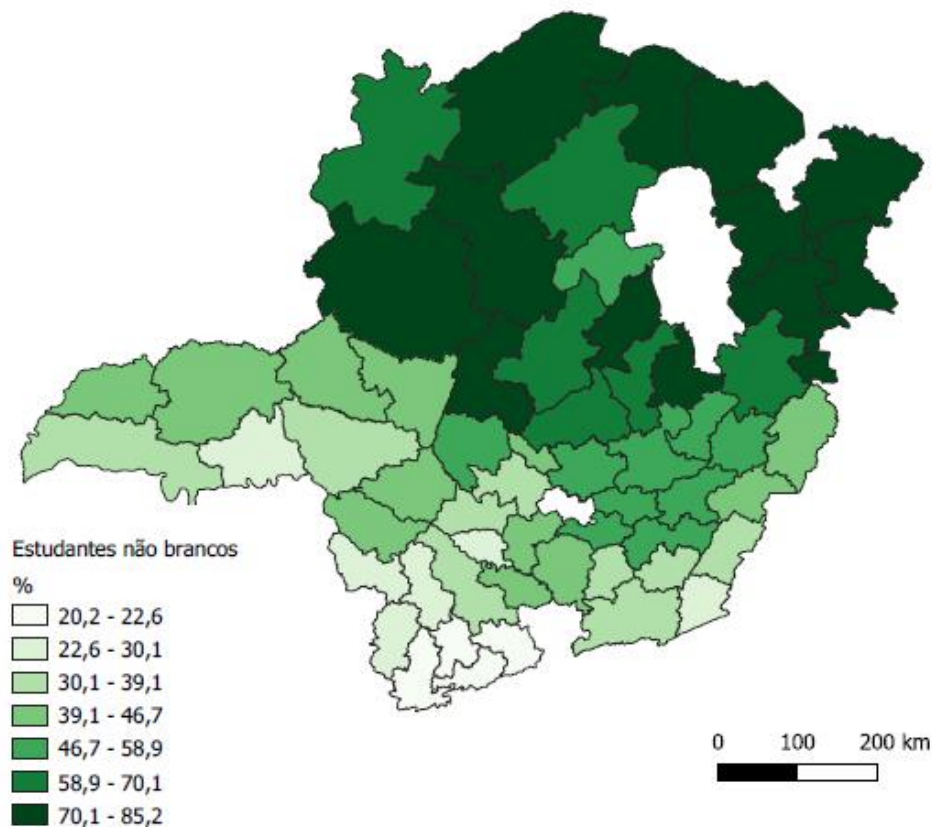
O Mapa 5, dividido em microrregiões, mostra com maior desagregação a ocupação de vagas segundo o perfil étnico-racial no estado. É evidente a tendência de as regiões mais ao norte do estado apresentarem maior proporção de estudantes negros. As microrregiões sem cor e sem linhas não apresentam cursos de ensino superior. São elas: Grão Mogol, no Norte de Minas, Capelinha e Pedra Azul, no Vale do Jequitinhonha, Peçanha, bem próxima ao Vale do Jequitinhonha, mas pertencente à mesorregião do Vale do Rio Doce, Itaguara, na Metropolitana de MG, e Andrelândia, no Sul de Minas. Com

---

<sup>22</sup> Ambas as universidades estaduais reservam cerca de 50% de suas vagas para estudantes cotistas sob critérios étnico-raciais, econômicos e da pessoa com deficiência.

exceção das duas últimas, essas microrregiões estão distribuídas mais ao norte do estado, onde a população é majoritariamente não branca.

**Mapa 5. Percentual de estudantes não brancos por microrregião em Minas Gerais**



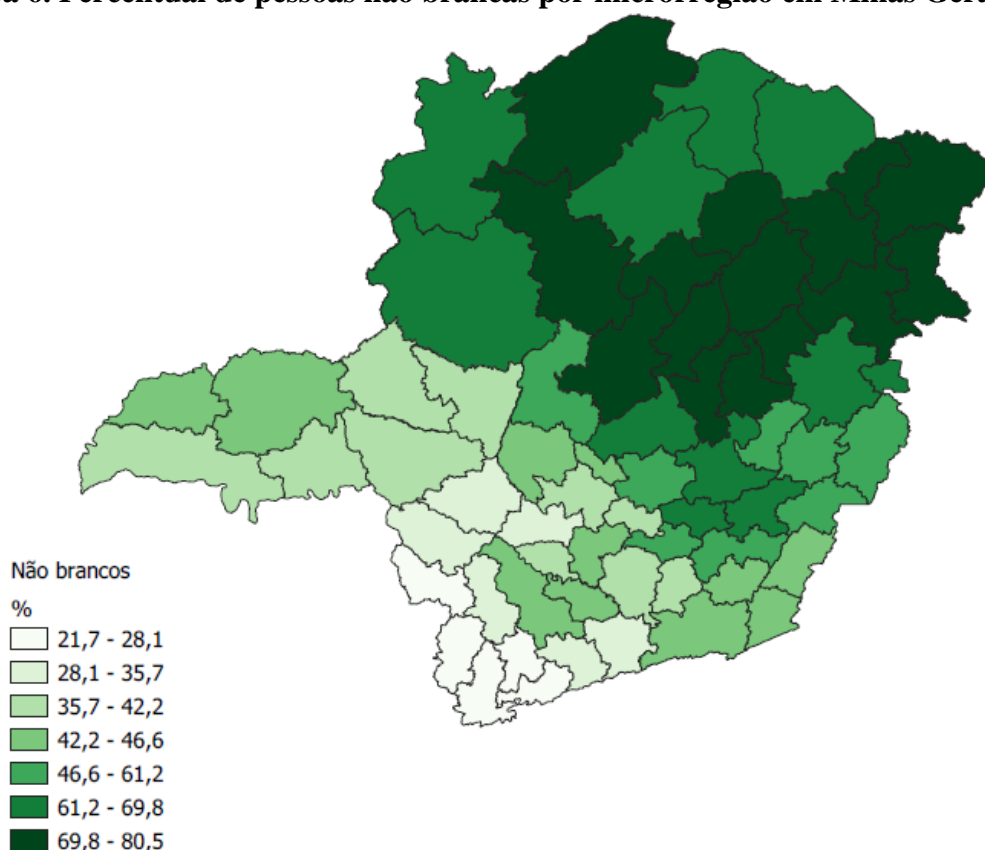
Fonte: Censo Educação Superior de 2018 e Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Com dados do Censo Demográfico de 2010, o Mapa 6 apresenta o percentual de pessoas não brancas residentes em Minas Gerais. Novamente, notamos que o perfil étnico-racial dos estudantes do ensino superior de Minas Gerais segue a tendência demográfica dos residentes na região: maior proporção de pessoas pretas, pardas e indígenas nas microrregiões ao norte do estado e maior concentração de brancos ao sul. Infere-se, então, que os percentuais de estudantes brancos e não brancos no Mapa 5 e no Mapa 6, referentes à população das microrregiões, são próximos. Ainda assim, existe sub-representação de estudantes negros e indígenas no ensino superior: eles correspondem a 49% e, no total da população, são 53%.

Há de se ressaltar que já se passaram mais de uma década desde a coleta das informações populacionais. Devido à pandemia causada pela Covid-19, o Censo Demográfico previsto para 2020 não aconteceu. Por isso, emerge a hipótese de que, com

informações mais recentes, a sub-representação de pessoas não brancas na educação superior mineira seria ainda mais alta. Alternativamente, testamos essa hipótese com dados do Censo da Educação Básica de 2018, que poderia ser uma boa aproximação do perfil racial das mesorregiões, uma vez que esse nível de ensino é obrigatório e a cor/raça dos alunos matriculados poderia refletir o perfil racial de suas famílias. Porém, as análises produziram resultados inconsistentes.

**Mapa 6. Percentual de pessoas não brancas por microrregião em Minas Gerais**



Fonte: Censo 2010, dados do universo. Elaboração própria.

Comparando o Mapa 1, que mostra haver mais matrículas por 100 mil habitantes na educação superior no sul do estado, com o Mapa 5, que apresenta a ausência de instituições presenciais de educação superior mais ao norte, e com o Mapa 6, que exhibe o perfil étnico-racial da população, percebemos, mais uma vez, aquilo que GONZALEZ chama de “divisão racial do espaço”, extremamente desvantajosa para a população negra (GONZÁLEZ, 2020). Além da sub-representação na ocupação das matrículas, existe uma ausência territorializada, que faz as regiões historicamente pobres e de população

majoritariamente não-branca permanecerem com as menores taxas de matrículas ou até mesmo sua ausência.

A partir do exposto, notamos a já prevista sobrerrepresentação do setor privado no estado. Contudo, algumas exceções chamaram atenção: em Campo das Vertentes, haja vista a presença de grandes IES públicas na região, o setor público predominou. No Vale do Jequitinhonha, região com baixos indicadores econômicos e sociais e população majoritariamente negra, a prevalência das universidades públicas também foi observada, mas, nesse caso, ela foi explicada pela fraca cobertura do setor privado. O setor público das regiões ao sul do estado se revelou mais masculino e o privado, mais branco. As maiores taxas de matrículas no setor privado foram observadas nas regiões mais desenvolvidas economicamente do estado: Triângulo Mineiro e Metropolitana de BH. No entanto, nessas mesmas regiões o setor público também se mostrou forte, enquanto no Vale do Rio Doce e na Central Mineira ele se revelou incipiente e o privado, dominante.

### **3. PERFIL DOS ESTUDANTES MINEIROS: GRAUS ACADÊMICOS E ÁREAS DE CONHECIMENTO**

#### **3.1 Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos nas mesorregiões de Minas Gerais**

A expansão de matrículas no ensino superior brasileiro esteve mais associada à diversificação dos tipos de IES – com destaque para expansão do setor privado – que à diversificação dos graus acadêmicos (bacharelado, licenciatura e tecnólogos) (PRATES; COLARES, 2014). Apesar disso, o grau acadêmico nos informa sobre a estratificação do ensino superior no país. Estudos anteriores demonstraram, por exemplo, que as licenciaturas são ocupadas majoritariamente por mulheres e grupos menos favorecidos (NOGUEIRA, 2012; NUNES, 2015; SETTON, 1999). Dentre os diversos cursos que integram as graduações de bacharelado no país, alguns se destacam pelo prestígio e pela seletividade, como as chamadas “profissões imperiais” – Medicina, Direito e Engenharia –, cujos estudantes tendem a vir de uma origem social mais privilegiada. Com ênfase nas especificidades regionais do estado de Minas Gerais, o presente capítulo tem por objetivo descrever os perfis dos estudantes segundo graus acadêmicos e setores (3.2), bem como por áreas de conhecimento (3.3).

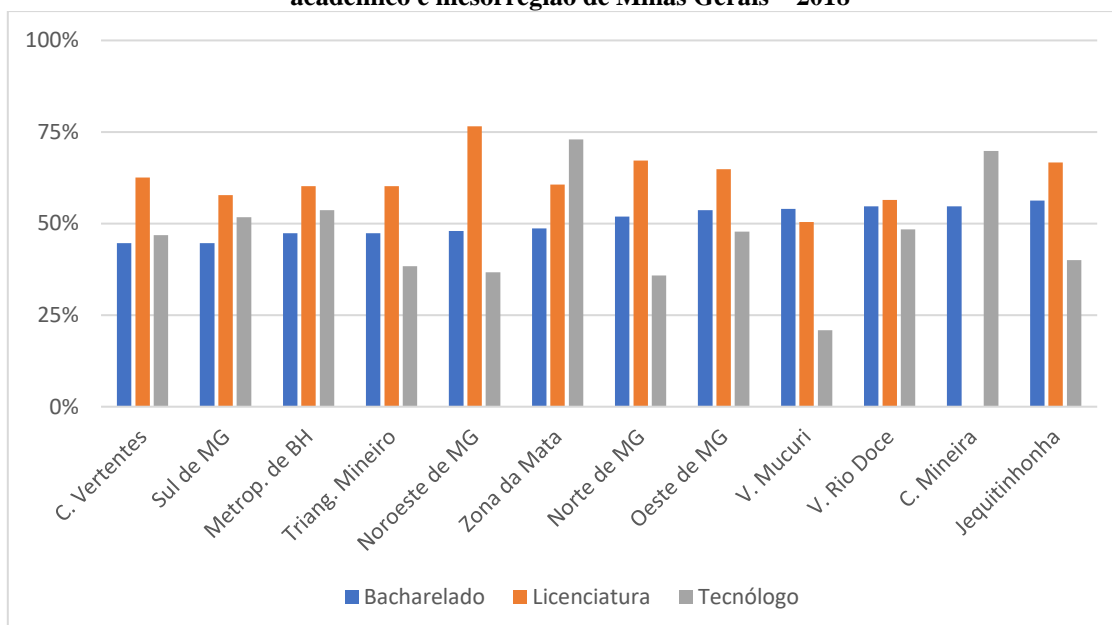
De acordo com as informações do Censo do Ensino Superior 2018 (INEP, 2018), as mulheres são maioria tanto nos cursos presenciais de bacharelado (52,7% das matrículas) quanto nas licenciaturas (66% das matrículas) das IES de Minas Gerais. Elas só não formam a maioria nos cursos de tecnólogos, mas chegam à metade (49,8% das matrículas). Quando analisamos essa distribuição por setor, os homens ocuparam a maioria das vagas nos cursos de bacharelado e tecnólogos públicos (52% e 54%, respectivamente), enquanto as mulheres são a maioria nas licenciaturas públicas, com 61,7% do total de matrículas. Nos cursos ofertados pelas IES privadas, a presença de mulheres se destaca em todos os graus acadêmicos. Elas somam 54,3% do total de matrículas nos cursos de bacharelado, 73,4% nas licenciaturas e 50,6% nos cursos tecnólogos.

Esses resultados demonstram que a “feminização da clientela” (SAMPAIO; LIMOGI, 2000) do ensino superior, observada desde o final da década de 1990, também se verifica em Minas Gerais. A vantagem das mulheres é mais evidente nas licenciaturas e nos cursos de bacharelado ofertados pelo setor privado. Nas IES públicas do estado, de

modo geral instituições mais reputadas, os homens ainda são maioria nas graduações de bacharelado.

Entretanto, assim como registrado no capítulo anterior, esses resultados gerais não se reproduzem da mesma forma entre as mesorregiões de Minas Gerais. O Gráfico 1 mostra a distribuição das matrículas nos cursos presenciais nas instituições públicas por grau acadêmico nas mesorregiões do estado. Observem que as mulheres são maioria nas licenciaturas em todo o estado<sup>23</sup>. Mas, nos cursos de bacharelado, elas são minoria em Campo das Vertentes, no Sul de Minas, na Metropolitana de BH, no Triângulo Mineiro, no Noroeste de MG e na Zona da Mata. Nos tecnólogos, grau acadêmico com menor número de matrículas, o percentual de homens ficou abaixo do de mulheres apenas na Metropolitana de BH, no Sul de Minas e na Zona da Mata.

**Gráfico 1. Percentual de mulheres no setor público do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais – 2018**



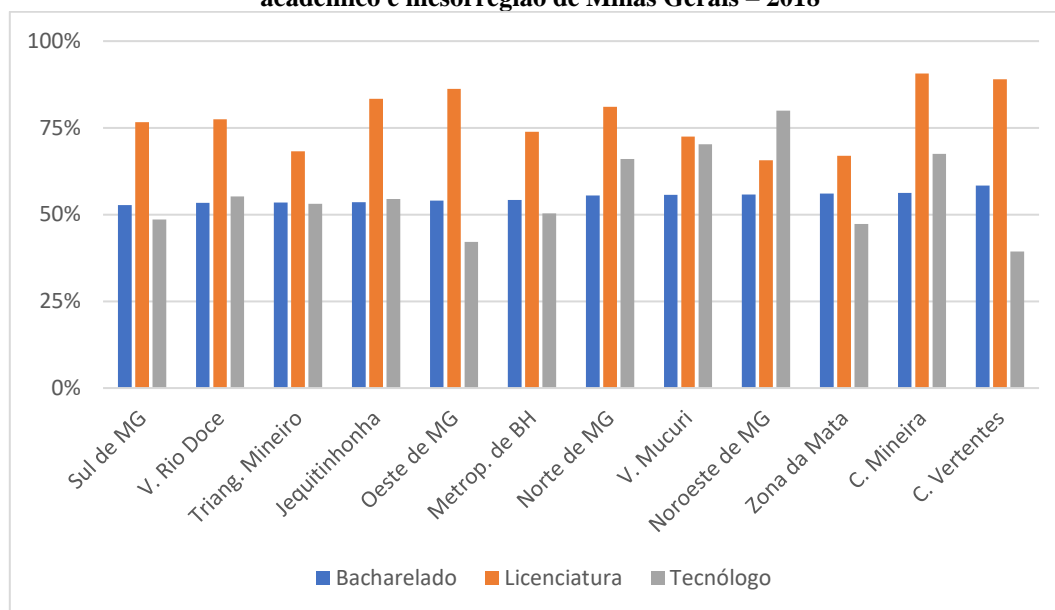
Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Já no setor privado, no qual a participação feminina nas matrículas é de 55%, as mulheres são maioria tanto nos cursos de bacharelado quanto nas licenciaturas em todas as mesorregiões do estado (Gráfico 2). A diferença é que, se nos cursos de bacharelado elas representam entre 53% e 58% das matrículas em todas as regiões, nas licenciaturas esse percentual oscilou entre 68% e 90%. Nos tecnólogos, os homens são maioria em oito das 12 mesorregiões. A presença majoritária dos homens nos tecnólogos, tanto no setor

<sup>23</sup> Na Central Mineira não foram registradas, em 2018, matrículas em licenciaturas presenciais.

público quanto no privado, decorre das áreas de concentração de boa parte desses cursos. No caso de Minas Gerais, mais de 15% de suas vagas são em áreas ligadas à computação e à tecnologia da informação, e nesses cursos os homens totalizaram mais de 85% das matrículas.

**Gráfico 2. Percentual de mulheres no setor privado do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais – 2018**



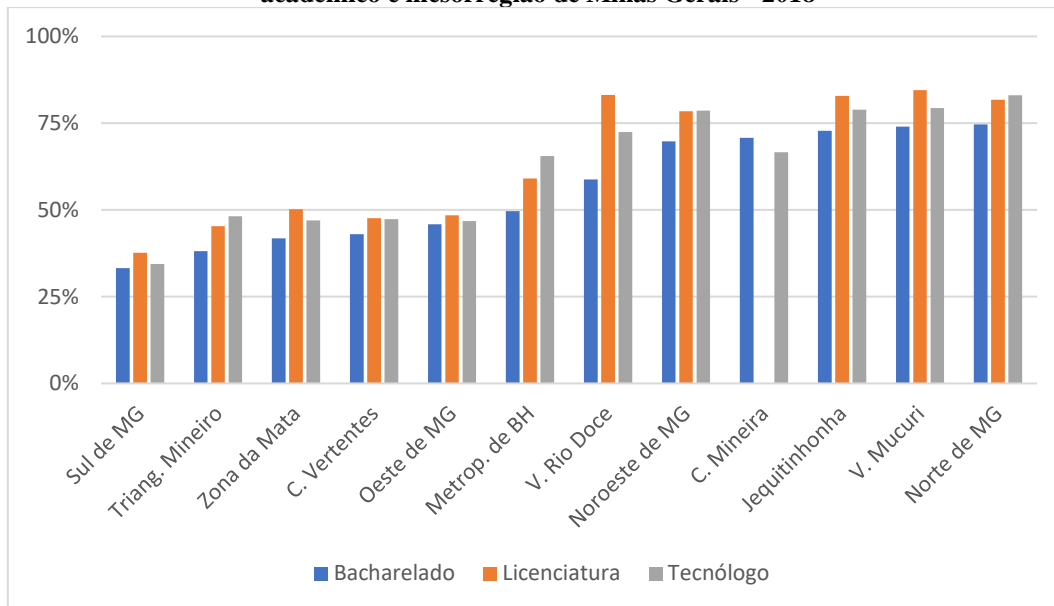
Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Os negros e indígenas são maioria nas licenciaturas (56%) e nos tecnólogos (54%) de Minas Gerais, enquanto nos cursos de bacharelado os estudantes brancos apareceram em vantagem, ocupando 52,3% das vagas. Ao analisar essas informações por setor, os estudantes brancos correspondem a 53% das matrículas nos bacharelados públicos, e 52% nos bacharelados ofertados por IES privadas. Nas licenciaturas, os estudantes negros e indígenas são maioria tanto nas universidades públicas (56,8%) quanto nas privadas (54,7%). Nos cursos de tecnólogos, a sobrerrepresentação dos estudantes negros e indígenas se mantém, totalizando 53,7% nas IES privadas e 55,7% nas públicas.

A distribuição das matrículas segundo o pertencimento racial por mesorregião está representada no Gráfico 3 (IES públicas) e no Gráfico 4 (IES privadas). Notem que a sobrerrepresentação de estudantes brancos nos cursos de bacharelado se manteve tanto no setor público quanto no privado nas regiões Campo das Vertentes, Oeste de MG, Sul de MG, Triângulo Mineiro e Zona da Mata. As IES privadas seguiram a tendência das públicas no que se refere aos padrões étnico-raciais observados em cada grau acadêmico,

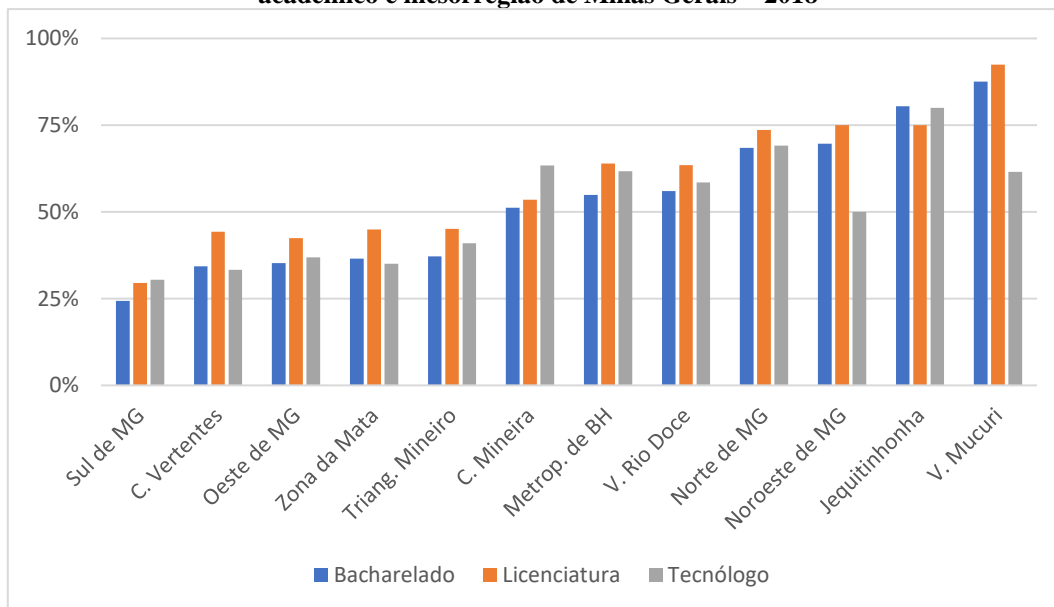
com maiores percentuais de estudantes negros e indígenas nas licenciaturas e tecnólogos, se comparados aos no bacharelado.

**Gráfico 3. Percentual de não brancos no setor público do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais - 2018**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria.

**Gráfico 4. Percentual de não brancos no setor privado do ensino superior presencial por grau acadêmico e mesorregião de Minas Gerais - 2018**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria.

Comparando os Gráficos 1 e 3, verificamos que nas mesorregiões Norte de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Vale do Jequitinhonha, cujas população e estudantes são na maior parte negros, as mulheres estão sobrerrepresentadas nos bacharelados públicos. Por outro lado, onde o bacharelado ofertado pelo setor público é mais masculino

– Campo das Vertentes, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e na Zona da Mata –, a maior parte dos estudantes são brancos. Apenas duas mesorregiões fogem a esse padrão: a Metropolitana, onde o bacharelado público é mais masculino, mas não há sobrerrepresentação de estudantes brancos, e o Oeste de Minas, com forte presença feminina nos bacharelados públicos, mas com predomínio de estudantes brancos. No setor privado, as mulheres, em todas as mesorregiões, ocupam a maior parte das vagas dos bacharelados e os percentuais de estudantes brancos nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais são superiores aos do público, possivelmente em razão da Lei 12.711.

### **3.2 Interseccionalidade: inclusão de mulheres negras no setor privado e a desvantagem dos homens negros**

Nesta seção, adotamos uma abordagem interseccional na compreensão dos padrões presentes na estratificação horizontal do ensino superior em Minas Gerais, por meio da análise das categorias raça/cor e gênero em conjunto. Assim, é possível dimensionar a representação de cada um dos grupos em análise no ensino superior. Agrupamos na categoria “negros e indígenas” os estudantes autodeclarados pretos (n=69.691), pardos (n=277.272) e indígenas (2.207). Esses estudantes integram os grupos raciais beneficiários das políticas de ações afirmativas no ensino superior<sup>24</sup>. Do total de estudantes matriculados em 2018 na educação superior presencial, 12,4% (N=101.204) não declararam cor/raça ou a informação estava ausente e, por isso, não foram incluídos nas análises descritivas.

Ao apreendermos a atuação de dois condicionantes sociais, gênero e raça, na distribuição das matrículas presenciais da educação superior de Minas Gerais em 2018, observamos que as mulheres brancas são maioria, seguidas das mulheres negras e indígenas, dos homens brancos, e, por último, dos homens negros e indígenas (Tabela 5). As mulheres estão quantitativamente em vantagem. No entanto, no setor público, a predominância é dos homens brancos, seguidos de perto pelas mulheres brancas e negras e, em menor proporção, pelos homens negros (Tabela 5).

---

<sup>24</sup> Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que reserva vagas com base em critérios sociais, econômicos e raciais nas universidades federais brasileiras. Lei nº 11.096/2005, que estabelece a reserva bolsas pelo PROUNI para candidatos pretos, pardos e indígenas em IES privadas.

**Tabela 5.. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça por setor público e privado - modalidade presencial - 2018**

	Privado	Público	Total
Homens brancos e amarelos	23,1%	25,8%	23,9%
Homens negros e indígenas	21,9%	23,8%	22,5%
Mulheres brancas e amarelas	28,3%	25,2%	27,4%
Mulheres negras e indígenas	26,6%	25,1%	26,2%

Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria.

A maior participação nas matrículas dos homens brancos e amarelos no setor público foi observada nas mesorregiões Campo das Vertentes, onde representam 29%, no Sul de Minas, com 35%, e no Triângulo Mineiro, onde eles totalizaram 30,5% de matrículas, conforme a Tabela 6. Nessas três regiões, as mulheres negras compõem o grupo com menores percentuais de matrículas nas IES públicas: 21%, 16,4% e 20%, respectivamente. Vale mencionar que essas mesorregiões são compostas por uma população de maioria branca. Já nas mesorregiões com os maiores percentuais de negros matriculados, as mulheres negras e indígenas aparecem em vantagem. No Norte de Minas, elas totalizaram 45,4% das matrículas, no Vale do Jequitinhonha 44%, no Vale do Mucuri 41% e no Noroeste de Minas 37,5% das matrículas. Os homens negros aparecem como o segundo grupo com maior proporção de matrículas nessas regiões, com 32,1%, 31%, 33,5% e 35,6% respectivamente (Tabela 6).

**Tabela 6. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça no setor público por mesorregião**

	Homens brancos e amarelos	Homens negros e indígenas	Mulheres brancas e amarelas	Mulheres negras e indígenas	Total
Campo das Vertentes	29,0%	22,8%	26,9%	21,3%	18593
Central Mineira	15,8%	31,8%	14,0%	38,5%	494
Vale do Jequitinhonha	11,4%	30,9%	13,6%	44,2%	7370
Metropolitana de BH	24,3%	26,2%	23,9%	25,6%	63518
Noroeste de MG	12,8%	35,6%	14,0%	37,6%	2431
Norte de MG	10,4%	32,1%	12,1%	45,4%	14363
Oeste de MG	25,5%	21,3%	28,0%	25,1%	5809
Sul/Sudoeste de MG	34,9%	17,8%	30,8%	16,5%	23388
Triângulo Mineiro	30,5%	20,3%	29,2%	20,0%	37916
Vale do Mucuri	13,4%	33,5%	11,9%	41,2%	2565
Vale do Rio Doce	17,8%	27,3%	22,3%	32,6%	4366
Zona da Mata	28,2%	21,4%	28,4%	22,0%	35238
Minas Gerais	25,8%	23,8%	25,2%	25,1%	216051
N	55826	51464	54513	54248	216051

Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria.

O Gráfico 5 deixa evidente a alta proporção de estudantes negros e indígenas no setor público nas mesorregiões mais ao norte do estado de Minas Gerais. No Norte de MG, no Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha os percentuais de homens e mulheres brancas somadas ficam em torno de 25%. Ainda assim, os estudantes negros aparecem sub-representados no total do setor público estado. Uma das razões para isso é a baixa cobertura das IES públicas nessas regiões, responsáveis por apenas 12,5% (n= 30.241) das matrículas presenciais do setor público de Minas Gerais. Vale atentar para o fato de que das 30.241 matrículas no Norte de Minas, 65% estão concentradas em IES federais<sup>25</sup>, que, além de ofertarem menos vagas, são bem mais recentes. Em 2003, antes das políticas de interiorização das instituições federais adotadas pelos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva<sup>26</sup> e Dilma Rousseff<sup>27</sup>, no Vale do Mucuri, no Norte de Minas, e no Vale do Rio Doce não existiam instituições federais. Havia apenas no Vale do Jequitinhonha, mas representava 1,1% (n=785) do total de matrículas das instituições federais no estado de Minas Gerais no período (INEP, 2003).

Nas regiões mais próximas do estado de São Paulo – Sul de MG, Triângulo Mineiro e Campo das Vertentes –, prevalecem os estudantes brancos no setor público, com destaque para os homens brancos e amarelos, grupo com maiores percentuais de matrículas (Gráfico 5). Outra região que apresentou alta proporção de estudantes brancos no setor público foi a Zona da Mata, um dos primeiros polos de desenvolvimento econômico de Minas Gerais, situada próxima ao estado do Rio de Janeiro. Essas quatro mesorregiões sozinhas totalizaram 53% das matrículas nos cursos presenciais de Minas Gerais.

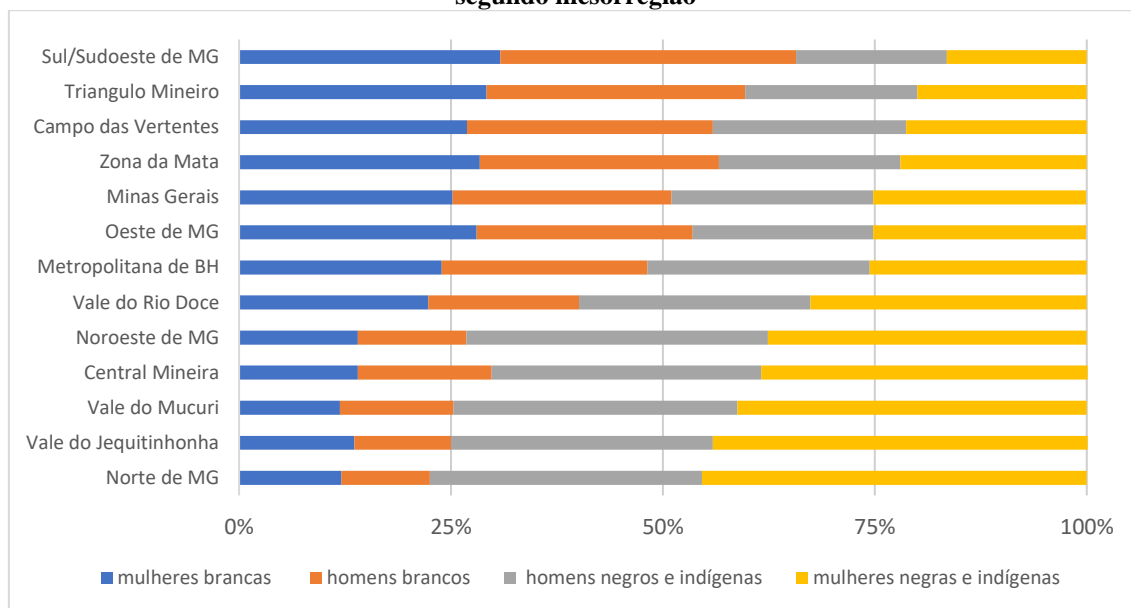
---

<sup>25</sup> No total geral de matrículas presenciais no setor público Minas Gerais em 2018, 84,7% estavam concentradas nas universidades federais.

<sup>26</sup> Presidente do Brasil entre os anos 2003 e 2010.

<sup>27</sup> Presidenta do Brasil entre 2011 e 2016.

**Gráfico 5. Percentual de grupos por sexo e cor/raça matriculados no setor público presencial segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria.

Sobre o setor privado, os dados gerais apresentaram-se distintos, se comparados aos sobre o público. Nas IES privadas, predominam as mulheres brancas, com 28,3% das matrículas, seguidas das mulheres negras e indígenas, com 26,6%, dos homens brancos, 23,1%, e dos homens negros, que representam 21,9% do total de matrículas (tabela 7). Essa ordem não se repetiu em nenhuma mesorregião. Nas regiões em que as mulheres brancas são maioria – Campo das Vertentes, Oeste de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Zona da Mata (Tabela 7) –, o segundo grupo com maior proporção de matrículas é o de homens brancos, seguidos com distância pelo grupo de mulheres negras e, por último, pelos homens negros.

A alta representatividade de mulheres negras no setor privado, atrás somente das mulheres brancas, foi puxada principalmente pela Metropolitana de BH, região que concentra 44% das matrículas no estado. Além da região metropolitana, no Norte de Minas, no Noroeste de Minas, no Vale do Mucuri, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Rio Doce e na Central Mineira, os percentuais de matrículas ocupadas por mulheres negras nas IES privadas se destacaram, figurando entre 30% e 50%. O percentual dos homens negros nessas mesmas mesorregiões foi de 26% a 38%. Nas regiões onde as mulheres brancas são maioria no setor privado, o percentual de mulheres negras variou entre 13% e 20% e o dos homens negros, entre 12% e 8% (Tabela 7).

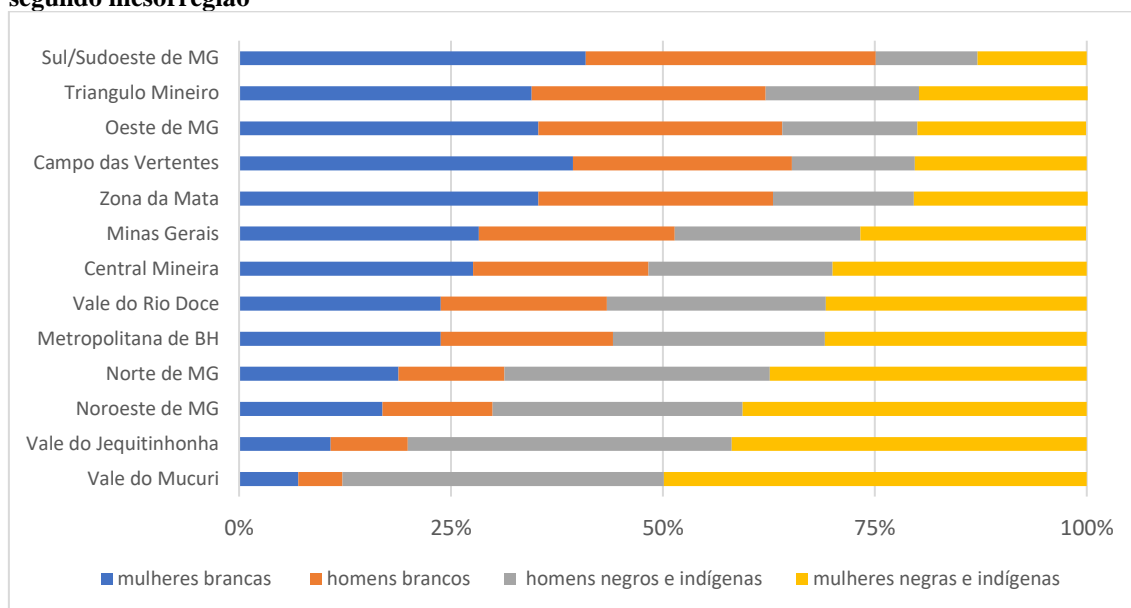
**Tabela 7. Percentual de matrículas no Ensino Superior de Minas Gerais, segundo gênero e cor/raça no setor privado por mesorregião**

	homens		mulheres		Total
	homens brancos	negros e indígenas	mulheres brancas	negras e indígenas	
Campo das Vertentes	25,8%	14,5%	39,4%	20,3%	10102
Central Mineira	20,7%	21,7%	27,6%	30,0%	7651
Vale do Jequitinhonha	9,1%	38,2%	10,8%	41,9%	186
Metropolitana de BH	20,3%	25,0%	23,8%	30,9%	222152
Noroeste de MG	13,0%	29,5%	16,9%	40,6%	8279
Norte de MG	12,5%	31,3%	18,8%	37,4%	21607
Oeste de MG	28,8%	15,9%	35,3%	19,9%	20536
Sul/Sudoeste de MG	34,2%	12,0%	40,9%	12,9%	49622
Triangulo Mineiro	27,6%	18,1%	34,5%	19,9%	75943
Vale do Mucuri	5,2%	37,9%	7,0%	49,9%	7708
Vale do Rio Doce	19,6%	25,8%	23,8%	30,8%	35917
Zona da Mata	27,7%	16,6%	35,3%	20,5%	41319
Minas Gerais	23,1%	21,9%	28,3%	26,6%	501022
<b>Total</b>	<b>115679</b>	<b>109965</b>	<b>141885</b>	<b>133493</b>	<b>501022</b>

Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

No Gráfico 6 — que mostra a distribuição dos grupos de gênero e cor/raça no setor privado por mesorregião —, a prevalência de estudantes brancos nas regiões com maioria da população branca é superior inclusive à observada no setor público. No caso do Sul de Minas, por exemplo, estudantes negros e indígenas somam apenas 25%. O contrário ocorreu em duas regiões cuja população é majoritariamente negra, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, com a forte predominância dos estudantes negros. Em ambos os casos, as mulheres, brancas ou negras, compõem os grupos com maior quantitativo de matrículas.

**Gráfico 6. Percentual de grupos por sexo e raça/cor matriculados no setor privado presencial segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Quando observada a distribuição de matrículas por gênero e raça segundo o grau acadêmico, fica evidente o predomínio dos homens brancos nos cursos de bacharelado públicos, nos quais eles totalizaram 28% do total de matrículas. Em seguida, estão as mulheres brancas, os homens negros e, por último, as mulheres negras (Tabela 8). No setor privado, as mulheres brancas são maioria nos cursos de bacharelado, seguidas pelas mulheres negras, os homens brancos e os homens negros. Nas licenciaturas, as mulheres negras estão em maior proporção tanto nas IES públicas quanto nas privadas, seguidas com alguma distância pelas mulheres brancas, pelos homens negros e, por fim, pelos homens brancos. Nos tecnólogos, os homens negros aparecem com maior percentual no setor público, seguidos de perto pelas mulheres negras. Nas IES privadas, mulheres e homens negros apresentaram percentuais próximos (Tabela 8).

**Tabela 8. Percentual de matriculados no Ensino Superior de Minas Gerais por gênero e raça segundo o setor e o grau acadêmico**

	Público			Privado			Total		
	Bachar.	Licenc.	Técnoł.	Bachar.	Licenc.	Técnoł.	Bachar.	Licenc.	Técnoł.
homens brancos	27,9%	17,1%	23,2%	23,6%	12,3%	22,9%	24,7%	15,4%	22,9%
homens negros	24,0%	21,7%	31,1%	22,0%	14,8%	26,6%	22,5%	19,3%	27,4%
mulheres brancas	25,1%	26,1%	21,0%	28,4%	33,1%	23,4%	27,5%	28,6%	23,0%
mulheres negras	23,0%	35,0%	24,6%	26,0%	39,9%	27,1%	25,2%	36,8%	26,7%

Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Entre os cursos de bacharelado do setor privado<sup>28</sup> no Oeste de Minas, em Campo das Vertentes, no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro e na Zona da Mata, as mulheres brancas apareceram com os maiores percentuais de matrículas, seguidas pelos homens brancos, depois, com maior distância, pelas mulheres negras e, por último, pelos homens negros. Nos cursos de licenciatura nessas mesmas regiões, as mulheres negras formam o segundo grupo com maior proporção de matrículas, atrás das mulheres brancas; e, com menores percentuais, estão os homens brancos e homens negros. Nas mesorregiões Norte de Minas, Noroeste de Minas e Vale do Mucuri, as mulheres negras apareceram em vantagem tanto nos cursos de bacharelado quanto nas licenciaturas do setor privado, seguidas dos homens negros e, com maior distância, aparecem as mulheres brancas e os homens brancos. Na região metropolitana de BH, as mulheres negras também formam o grupo com maior proporção, tanto nos bacharelados quanto nas licenciaturas.

Nos cursos de licenciatura, tanto do setor público quanto privado, observamos que, mesmo em regiões cuja população é em sua maioria branca, as mulheres negras e indígenas são o segundo grupo com maior proporção de matrículas, atrás apenas das mulheres brancas (Apêndice, Tabelas 13 e 14). Diferentemente dos bacharelados, a formação docente é mais acessível para as mulheres negras e indígenas nessas regiões. Por outro lado, na grande maioria das mesorregiões onde a população é predominantemente preta e parda, o segundo grupo com maior percentual de estudantes nas carreiras docentes são os homens negros, atrás apenas das mulheres negras. Isto é, nas mesorregiões com população de maioria negra, as licenciaturas são mais masculinas, pois são uma opção vislumbrada pelos homens negros e indígenas, diferentemente do que ocorre entre os homens brancos estudantes nas regiões onde a população branca é maioria.

Analisando os dados gerais do ensino superior privado no estado, os homens negros compõem o grupo com menor representatividade, o que também se observa no setor público. As mulheres brancas e negras são os grupos com maiores percentuais de matrículas nas IES particulares. A desvantagem dos homens negros é puxada pelos cursos de bacharelado, que têm as maiores taxas de matrículas. Nos cursos tecnólogos, os homens negros têm maior percentual e, nas licenciaturas, estão na frente dos homens brancos. Em relação aos cursos tecnólogos, vale registrar que são, usualmente, de curta duração, têm menor prestígio no país e somente a partir de 1996 eles conquistaram as

---

<sup>28</sup> As informações sobre gênero/raça segundo setor e grau acadêmico por mesorregião estão no Apêndice Tabelas 13 e 14.

prerrogativas para acesso a todos os níveis de pós-graduação (SEGENREICH; CASTANHEIRA, 2009).

A desvantagem dos homens negros no acesso à educação superior brasileira, observada nesta tese para o caso de Minas Gerais, foi investigada por Amélia Arte (2021). Segundo a autora, “são os homens negros que necessitam de uma atenção diferenciada se o objetivo é diminuir as desigualdades escolares existentes” (ARTE, 2021, p.19). Nas últimas décadas, vemos um importante aumento na participação de mulheres e de estudantes negros na educação superior, no entanto, os homens negros compõem o grupo menos presente nos espaços acadêmicos (ARTE, 2021). Essa realidade é enunciada já na educação básica, nível de ensino em que os meninos pretos estão em desvantagem tanto nos indicadores educacionais como nos processos escolares cotidianos (CARVALHO, 2009, TOLEDO; CARVALHO, 2018, SOARES; ALVES; FONSECA, 2021).

Até aqui, procuramos nos ater a dois dentre os vários aspectos que a estratificação horizontal assume no ensino superior brasileiro: o grau acadêmico e o setor. O setor público, embora apresente maior percentual de homens brancos nos cursos de bacharelado, tem menor discrepância, comparado ao privado, entre estudantes brancos e negros nas mesorregiões cuja população é majoritariamente branca, possivelmente um efeito da Lei 12.711, que estabeleceu as cotas sociais e raciais nessas instituições. Vale ressaltar que, nas regiões com mais estudantes negros matriculados nas universidades públicas, as mulheres negras apareceram em vantagem, inclusive nos cursos de bacharelado.

No setor privado, foi observada a maior proporção de mulheres brancas e negras, incluindo a maior presença das mulheres negras nos cursos de bacharelado. É razoável considerar duas interpretações para isso. A primeira seria assumir que o ensino superior privado, no geral, é menos estratificado se comparado com o setor público. A segunda seria considerar que, pelo fato de o sistema de ensino superior ser muito estratificado, e o setor público ser mais seletivo, oferecer pouca cobertura e ser reconhecido como de melhor qualidade, as oportunidades para esses grupos em cursos mais valorizados acontecem na iniciativa privada. Estudos anteriores (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019; MONT’AVÃO, 2013) apontaram a capacidade do setor privado de absorver grupos sociais desprivilegiados, e nossos achados para Minas Gerais também vão nesse sentido.

Tendo em vista outros níveis de estratificação para além dos graus acadêmicos, a próxima seção terá como foco a área de conhecimento e os marcadores sociais que estruturam o perfil dos seus estudantes.

### **3.3 Distribuição por Gênero e Raça segundo Área e Cursos Selecionados**

O retorno econômico e o prestígio social das carreiras universitárias são fortemente desiguais no Brasil, e a ocupação das vagas nos diferentes cursos tende a seguir um padrão correspondente à divisão sexual, étnico-racial, econômica e cultural presente na sociedade. As carreiras voltadas para o cuidado, ensino e bem-estar são mais ocupadas por mulheres (BARONE, 2011; ZUCCARELI et al., 2018). Os homens, por sua vez, estão em maior proporção nas carreiras tecnológicas, técnicas e ligadas às engenharias (CHARLES; BRADLEY, 2002; BARONE, 2011). As desigualdades étnico-raciais somam-se às de gênero, e parte dos cursos mais ocupados por mulheres também o são por pessoas pretas e pardas (RIBEIRO; SCHLEGEL; 2015). Não obstante, as graduações que preparam para as ocupações mais valorizadas no mercado de trabalho são mais seletivas nas IES públicas e mais caras nas privadas, o que restringe o acesso do estudante de capital cultural e econômico baixo, e garante vantagens quantitativas no mercado de trabalho aos detentores desses títulos.

Com objetivo de verificar os padrões raciais, de gênero e sociais das distintas carreiras em Minas Gerais, realizamos a análise dos cursos por áreas do conhecimento. Os cursos de graduação no Brasil são divididos em 10 áreas de formação com base nas áreas de conhecimento no Manual de Classificação dos Cursos de Graduação e Sequenciais – Cine Brasil 2019<sup>29</sup> – são elas: Educação; Artes e Humanidades; Ciências Sociais, Comunicação e Informação; Negócios, Administração e Direito; Ciências Naturais, Matemática e Estatística; Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Engenharias; Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; Saúde e Bem-estar; e Serviços.

Nesta seção, a análise dos perfis dos estudantes foi realizada com base nessa divisão em áreas, mas com algumas modificações. Em razão de os cursos de Medicina, Engenharia e Direito, as chamadas “profissões imperiais”, apresentarem historicamente

---

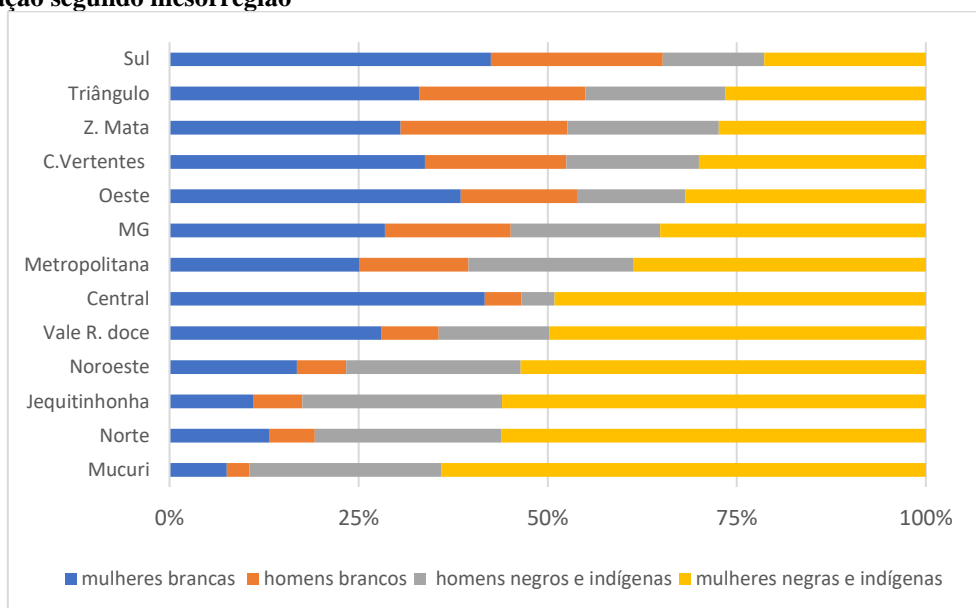
<sup>29</sup> Documento disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_examenes\\_da\\_educacao\\_superior/manual\\_para\\_classificacao\\_dos\\_cursos\\_de\\_graduacao\\_e\\_sequenciais\\_cine\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_superior/manual_para_classificacao_dos_cursos_de_graduacao_e_sequenciais_cine_brasil.pdf) Acesso em 19 de set de 2021.

maior prestígio no Brasil, elas foram analisadas separadamente. Outra graduação que se revelou distinta das demais de sua área, após as análises descritivas preliminares, foi o curso de Odontologia. Por essa razão, analisamos os perfis de seus estudantes separadamente da sua área, Saúde e Bem-estar.

As variáveis selecionadas para descrever os perfis por áreas foram sexo, cor/raça, tipo de escola que concluiu o ensino médio e idade de ingresso em média. Os percentuais e/ou valores por mesorregião, para o estado de Minas Gerais e segundo áreas, estão nas Tabelas 9 a 12. Os percentuais das matrículas de mulheres, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, estão na Tabela 9. A Tabela 10 mostra a mesma distribuição para as matrículas de estudantes negros e indígenas. A Tabela 11 também, mas para estudantes egressos de escolas públicas. A Tabela 12 apresenta a média de idade de ingresso no ensino superior, segundo áreas do curso por mesorregião. Como essas tabelas têm muitas linhas (mesorregiões) e colunas (áreas e cursos), optamos por apresentá-las no final desta seção. Na sequência, comentaremos as distribuições de matrículas por área dos cursos.

A área da Educação, composta pelos cursos de licenciaturas, é majoritariamente feminina, com o mínimo de 60% de mulheres nas mesorregiões Zona da Mata e Triângulo Mineiro e o máximo de 91% na Central Mineira (Tabela 9). Em sete das 12 mesorregiões, as licenciaturas são compostas por mais da metade de estudantes negros (Tabela 10) e a maioria dos estudantes são egressos do ensino médio público – mínimo de 51%, na mesorregião Oeste de Minas, e máximo de 95,6%, no Vale do Mucuri (Tabela 11). Os estudantes matriculados nessa área têm, em média, idade de ingresso mais elevada, em torno de 23,1 na Zona da Mata e 25,3 anos no Noroeste de Minas (Tabela 12). Conforme o Gráfico 7, as mulheres negras e indígenas totalizaram 35% das matrículas na área, à frente das mulheres brancas, com 28,5%, dos homens negros, 19,7%, e dos homens brancos, 16,7%. Até mesmo em regiões com altos percentuais de estudantes brancos – Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Zona da Mata, Oeste de Minas e Campo das Vertentes – as mulheres negras e indígenas têm percentuais de matrículas superiores aos dos homens brancos, atrás apenas das mulheres brancas.

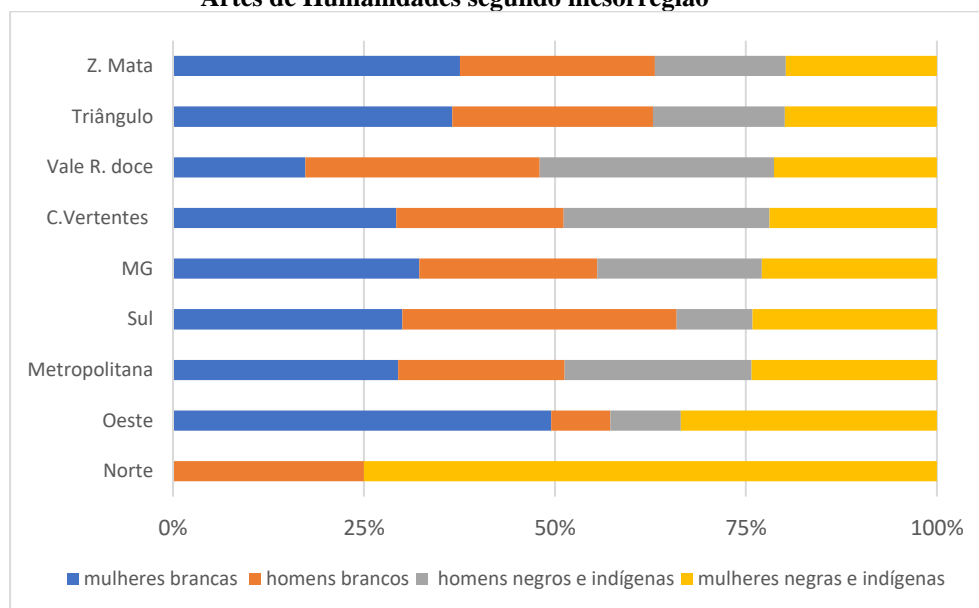
**Gráfico 7. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Educação segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Integram a área de Artes e Humanidades os cursos de História, Teologia, Filosofia, Design e graduações do campo das artes (Música, Dança, Artes Cênicas, Artes Plásticas, Cinema e Moda). Os cursos dessa grande área são ofertados em apenas oito das 12 mesorregiões do estado, e a maioria das matrículas são de estudantes do sexo feminino, 55,5%, como revela a Tabela 9. Apenas no Vale do Rio Doce, onde é ofertado somente o curso de Teologia, os homens são maioria (61,3%). A maior parte das pessoas matriculadas em cursos da área de Artes e Humanidades também são brancas (55,5%). Apenas no Vale do Jequitinhonha (72,7%) e no Vale do Rio Doce (52%) a maioria são pretos, pardos e indígenas (Tabela 10). O Gráfico 8 evidencia que, no total geral de matrículas do estado, as mulheres brancas são o grupo com maior percentual de matrículas (32%) na área, à frente dos homens brancos (23,3%), das mulheres negras (23%) e dos homens negros (21,6%). Na Tabela 11, no final da seção, chamou atenção o alto percentual de egressos de escolas privadas nos cursos da área de Artes e Humanidades, 46%. Apenas o curso de Medicina alcançou percentual superior para essa variável.

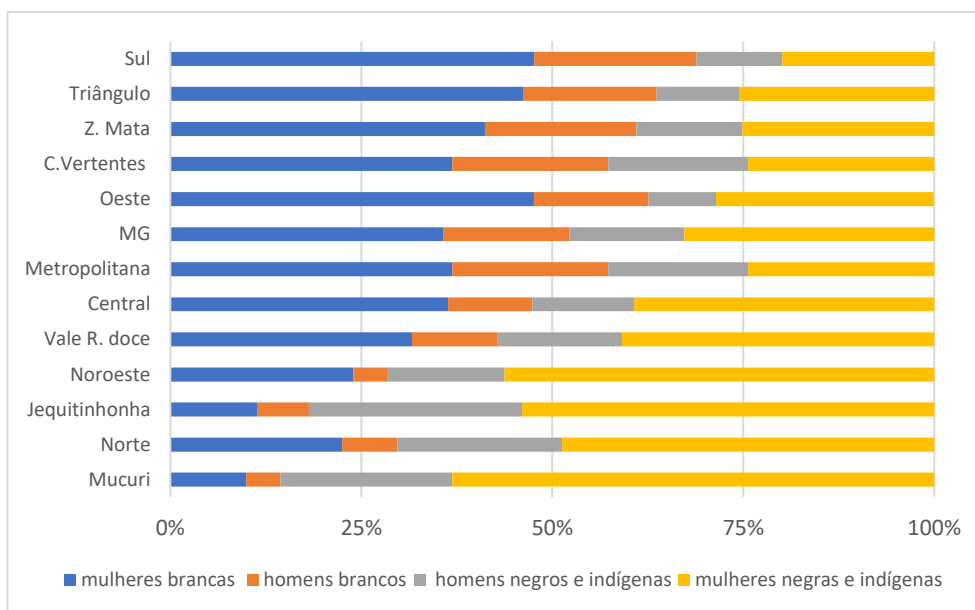
**Gráfico 8. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Artes de Humanidades segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

A área denominada Ciências Sociais, Comunicação e Informação reúne graduações em Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Comunicação Social, além dos cursos de Psicologia, Relações Internacionais, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. A maioria das matrículas na área é de estudantes do sexo feminino (68,8%), brancos (52,3%) e egressos do ensino médio público (67,7%), como demonstrado nas Tabelas 9, 10 e 11, respectivamente. As mulheres são maioria em todas as mesorregiões, e os estudantes negros e indígenas, mesmo em menor número no estado, totalizaram mais de 50% das vagas no Norte de Minas, no Vale do Mucuri, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Rio doce, no Noroeste de Minas, na Central Mineira e na Metropolitana de BH (Tabela 10). Nas mesorregiões em que os estudantes brancos estão em maioria, as mulheres brancas ocupam a maior parte das vagas e, nas que os estudantes negros predominam, as mulheres negras são o grupo com maiores percentuais de vagas (gráfico 9).

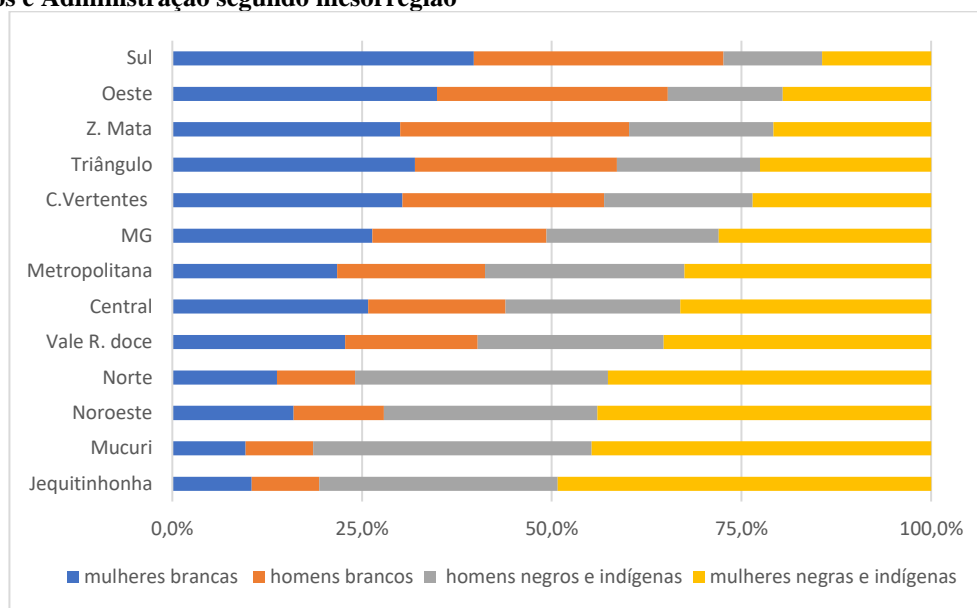
**Gráfico 9. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Ciências Sociais, Comunicação e Informação segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Os cursos da área Negócios e Administração são, predominantemente, Administração, Ciências Contábeis, Gestão e Comunicação e Marketing. No Manual de Classificação – Cine Brasil 2019, o curso de Direito também integra essa grande área, mas ele foi analisado separadamente. As mulheres totalizaram 54,4% das vagas na área, com percentual máximo na mesorregião Noroeste de Minas, 61%, e mínimo na Zona da Mata, com 50,9% (Tabela 9). Em torno de 50% dos estudantes são negros e indígenas, valor que oscilou entre 80,5%, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, e 27,4% no Sul de Minas. O Gráfico 10 revela uma distribuição mais equivalente entre os grupos por raça e sexo no total do estado. As mulheres negras totalizaram maior percentual de matrículas, 26%, e as mulheres brancas, o menor com 24%. Um resultado que se destacou foi o alto percentual de egressos de escolas públicas, 78%, superior a todas as demais áreas (Tabela 11). Vale mencionar que 18% das matrículas na área são de graduações do tipo tecnólogas, grau acadêmico com menor prestígio no país comparado ao bacharelado (PRATES; BARBOSA, 2012). Além disso, 86% dos estudantes estão matriculados em cursos noturnos, turno frequentemente ocupado por estudantes trabalhadores e de camadas sociais menos privilegiadas (VARGAS; PAULA, 2013).

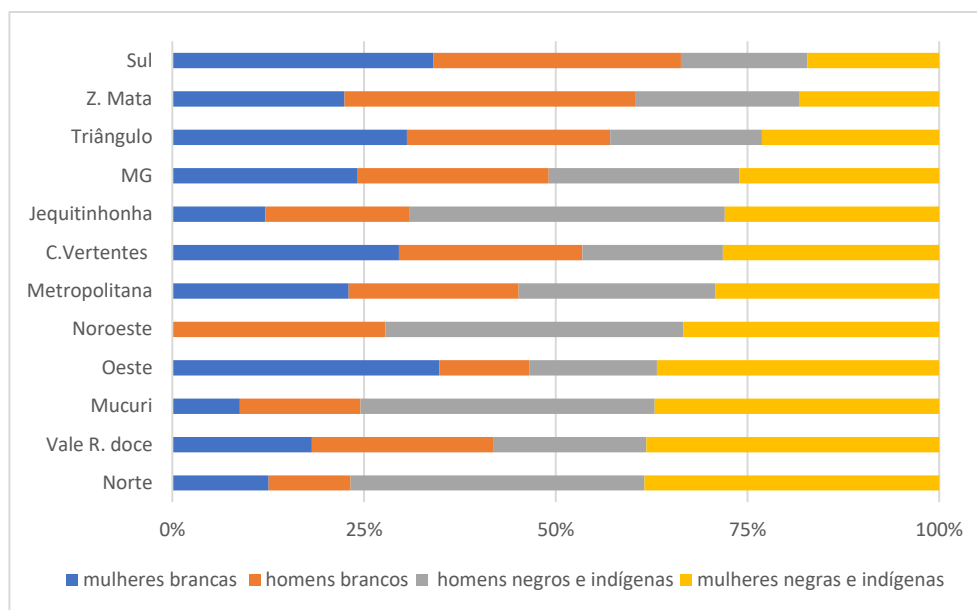
**Gráfico 10. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e cor/raça na área Negócios e Administração segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Os bacharelados de Física, Química, Matemática, Bioquímica, Estatística, Ciências Biológicas, Bioquímica e Geologia predominam na área de Ciências Naturais, Matemática e Estatística. As estudantes do sexo feminino ocupam cerca de metade das matrículas, valor que oscilou entre o máximo de 70,6%, no Oeste de Minas, e o mínimo de 36,7%, no Noroeste de Minas. Os estudantes negros totalizaram metade das matrículas, 51%, variando entre o máximo no Norte de Minas, 76,8%, e o mínimo de 33,7% no Sul de Minas. Do total de matrículas, 62% são de estudantes vindos de escolas públicas do ensino médio. A Zona da Mata e o Oeste de Minas apresentaram os menores valores para essa variável, 43,3% e 46%, respectivamente. Nas demais regiões, esse número foi superior a 60%. Vale ressaltar que a média da idade de ingresso na área é a mais baixa entre todas as áreas e cursos: 21,1 anos (Tabela 12). Os percentuais por raça/cor no estado apontam para uma equalização entre os grupos em Minas Gerais. Com diferenças sutis, as mulheres negras alcançaram maior percentual de matrículas, 26%, e as mulheres brancas apresentaram menor percentual 24% (Gráfico 11). Essa distribuição equitativa não se repetiu nas mesorregiões mineiras. Na Zona da Mata, por exemplo, os homens brancos predominaram (38%), e, no Vale do Jequitinhonha, os homens negros (41%).

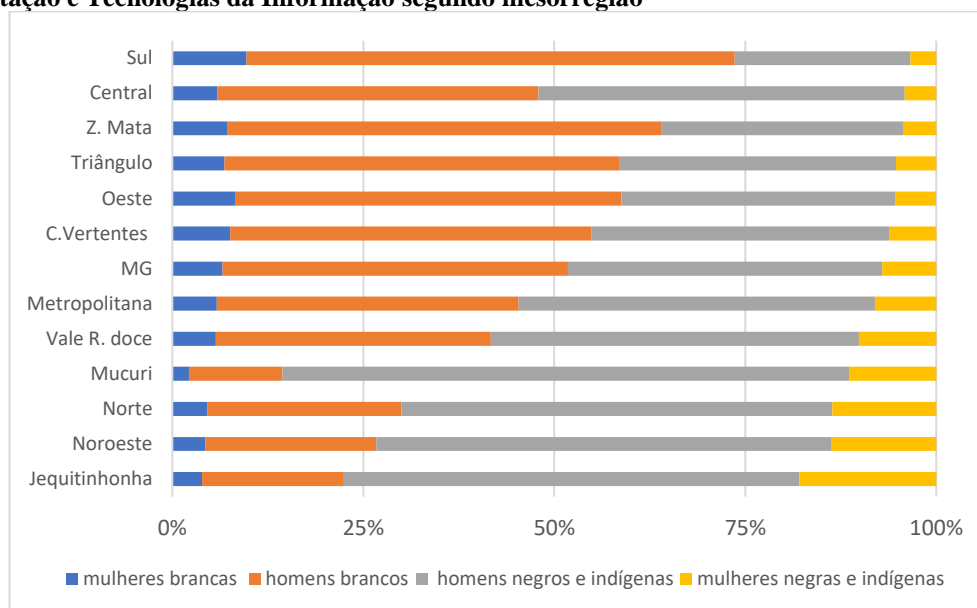
**Gráfico 11. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Ciências Naturais, Matemática e Estatística segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Integram a área de Computação e Tecnologias da Informação os cursos do campo das Ciências da Computação, tais como Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia da Computação, Engenharia de Software e Sistema de Informação. Essa área é a mais dominada pelos homens. 86,4% das matrículas são de estudantes do sexo masculino (Tabela 9). Os estudantes negros e indígenas totalizaram 48,2% das vagas (Tabela 10), e os egressos de escolas públicas, 72,1% (Tabela 11). No Vale do Mucuri, no Noroeste de Minas e na Central Mineira, o percentual de estudantes vindos do ensino médio público ultrapassou 90%. Em todo o estado, os homens alcançaram maiores percentuais de matrículas na área de Computação e TI. Porém, a diferença é que, nas regiões cuja população é em sua maioria negra, os homens negros e indígenas alcançaram os maiores percentuais, seguidos com distância pelos homens brancos, e, nas regiões mais ao sul do estado, os homens brancos predominaram, seguidos pelos homens negros (Gráfico 12).

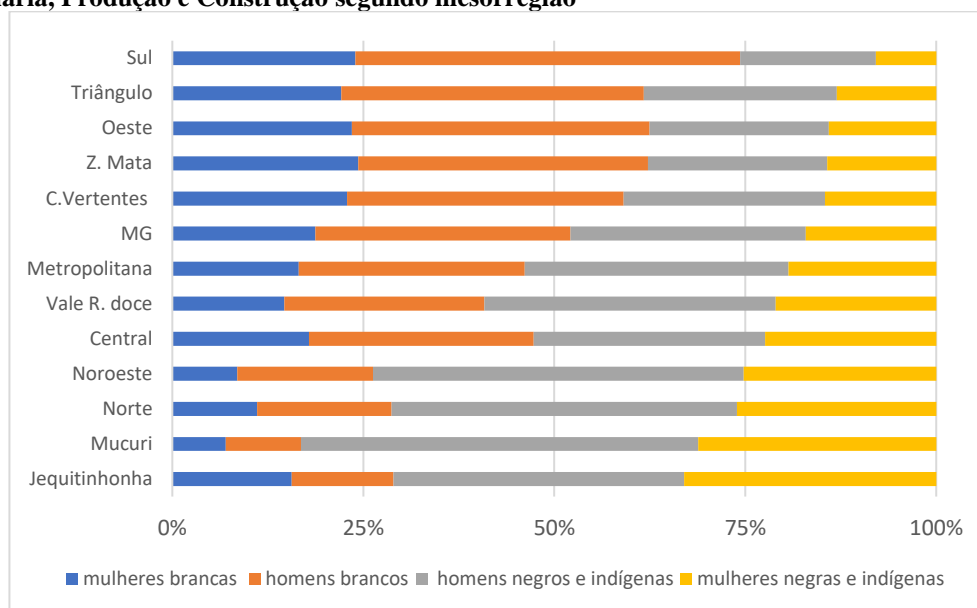
**Gráfico 12. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Computação e Tecnologias da Informação segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

As graduações reunidas na área denominada Engenharia, Produção e Construção são Arquitetura, Ciência e Tecnologia de Alimentos e todas as Engenharias, exceto as de Computação e de Software, a Agrícola, a Agrônômica e a Florestal. Essa área foi a que apresentou o segundo maior percentual de estudantes do sexo masculino, 64,6% (Tabela 9), valor que pouco se modificou no estado, pois em todas as mesorregiões os homens ocuparam mais de 60% das vagas na área. Os estudantes negros totalizaram 47,9% das matrículas (Tabela 10), com máximo de 83,1% no Vale do Mucuri, e mínimo de 25,7% no Sul de Minas. Os homens brancos totalizaram os maiores percentuais de vagas na área, 33,4%, seguidos pelos homens negros, 30,8%, as mulheres brancas, 18,7%, e, por fim, as mulheres negras, com 17,1% (Gráfico 13). A maioria dos estudantes dessa área veio de escolas públicas (69,4%) e, nas mesorregiões Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Central Mineira, esse número foi superior a 80%.

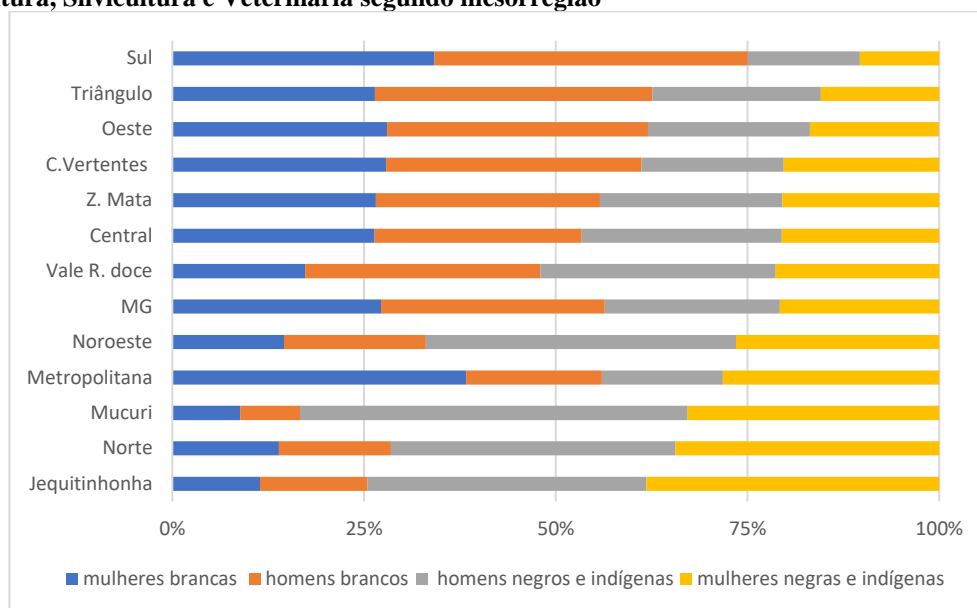
**Gráfico 13. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Engenharia, Produção e Construção segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Agronomia, Agronegócio, Medicina Veterinária, Engenharia Agrônômica, Engenharia Agrícola, Engenharia Florestal e Zootecnia são os principais cursos da área chamada Agricultura, Silvicultura e Veterinária. Nela, os estudantes do sexo masculino predominaram, com 52% das matrículas, e só não alcançaram maioria na Metropolitana de BH e no Vale do Rio Doce (Tabela 9). Os estudantes brancos predominam na área, com 56,4% das matrículas, terceiro maior percentual para a variável, inferior apenas aos dos cursos de Medicina e Odontologia. Os estudantes negros só formam maioria nas regiões Norte de Minas, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Noroeste de Minas e Vale do Mucuri. No total do estado, os homens brancos ocuparam 29,2% das vagas na área, à frente das mulheres brancas, com 27,2%, dos homens negros, com 22,9%, e, por último, aparecem as mulheres negras, com 20,8% (Gráfico 14). O percentual de estudantes egressos de escolas públicas foi de 69,6%, com mínimo de 56,5% na Metropolitana de BH. Já nas mesorregiões em que os estudantes negros totalizaram mais da metade das vagas, o percentual de estudantes matriculados vindos de escolas públicas foi superior a 80%.

**Gráfico 14. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Agricultura, Silvicultura e Veterinária segundo mesorregião**

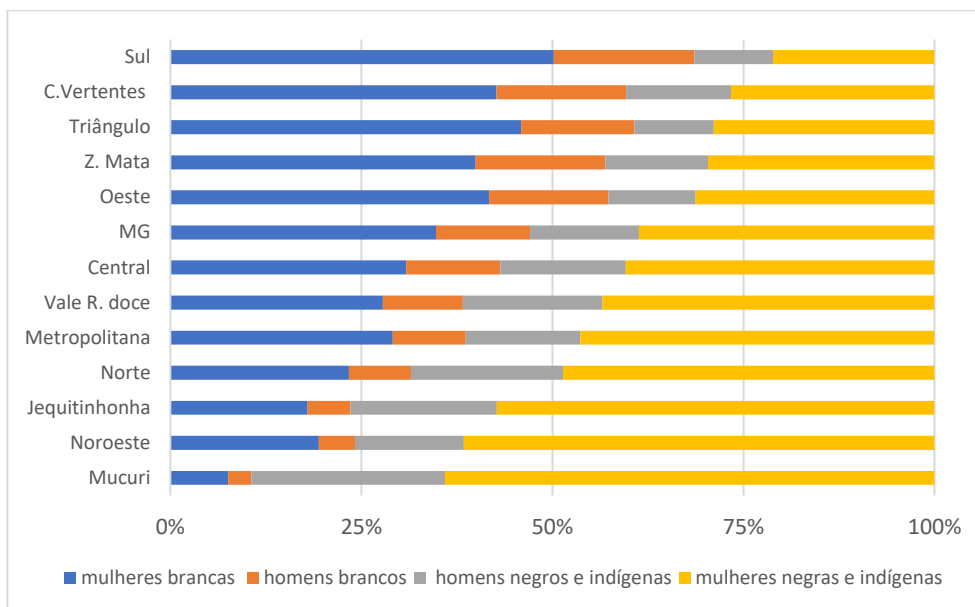


Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Compõem a área Saúde e Bem-estar os cursos de Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem, Bacharelado em Educação Física, Biomedicina, Farmácia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Radiologia, Gestão de Serviços em Saúde e Terapia Ocupacional<sup>30</sup>. Dentre todos os cursos e áreas, Saúde e Bem-estar se revelou a mais feminina, com 72,2% de estudantes matriculadas do sexo feminino (Tabela 9), com mínimo de 69,3% em Campo das Vertentes, e máximo de 81,4% no Noroeste de Minas. Os estudantes negros e indígenas somam 52,9% das matrículas, com máximo de 89,4% no Vale do Mucuri, e mínimo de 31,4% no Sul de Minas (Tabela 10). As mulheres negras alcançaram 38,7% das matrículas, à frente das mulheres brancas, com 34,8%, dos homens negros (14,2%) e dos homens brancos, com apenas 12,3% de matrículas (Gráfico 15). Mesmo nas regiões com maiores percentuais de população branca, as mulheres negras aparecem como segundo maior grupo, atrás apenas das mulheres brancas (Gráfico 15). Essa área reúne o segundo maior percentual de egressos de escolas públicas, 77,6%, sendo que em todas as mesorregiões esse valor foi superior a 70% (Tabela 11). No geral, a área é predominantemente ocupada por mulheres, boa parte negras, e vindas de escolas públicas.

<sup>30</sup> Medicina e Odontologia serão analisadas adiante

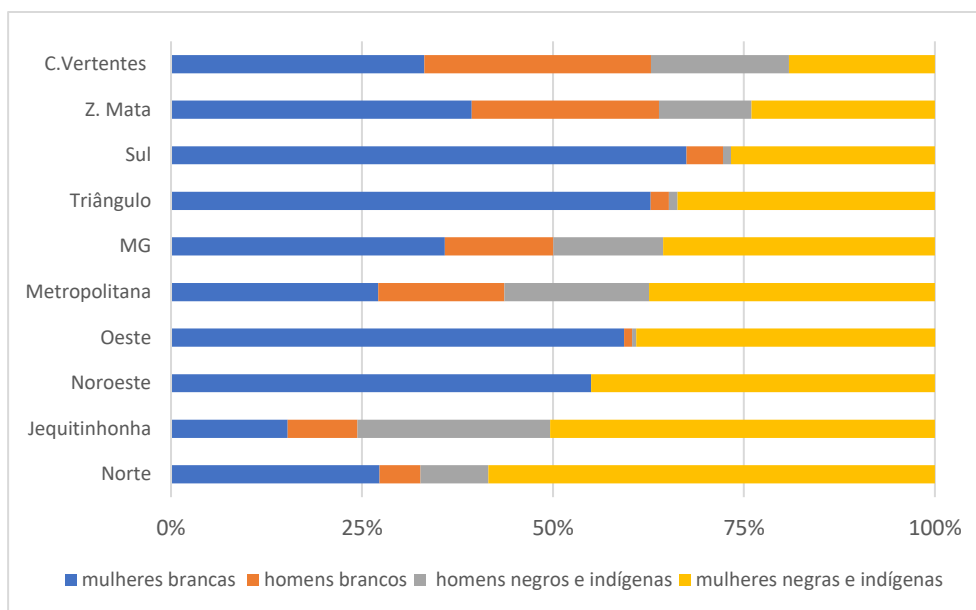
**Gráfico 15. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área Saúde e Bem-estar segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Os principais cursos da área denominada Serviços são Estética, Gastronomia, Turismo, Ciências Aeronáuticas, Gestão de Segurança Privada, Segurança Pública e Gestão de Turismo. As mulheres totalizaram 71,8% das matrículas na área, e em todas as mesorregiões de Minas Gerais elas estão à frente. Aproximadamente metade dos estudantes é negro ou indígena, com máximo de 75,6% no Vale do Jequitinhonha, e mínimo de 27,8% no Sul de Minas. As estudantes brancas têm percentuais próximos aos das estudantes negras e indígenas, em torno de 35,5%, e aos dos estudantes brancos e negros, cada grupo com aproximadamente 14% das matrículas (Gráfico 16). A área apresentou o terceiro maior percentual de egressos de escolas públicas, 73,7% (Tabela 11). Em média os estudantes ingressam na área mais tardiamente, com 25,4 anos (Tabela 12). Vale frisar que 79% das matrículas na área são de cursos tecnológicos, grau acadêmico que comumente têm menores salários e seus diplomados ocupam menos postos de liderança no mercado de trabalho (BARBOSA, 2012).

**Gráfico 16. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor na área de Serviços segundo mesorregião**

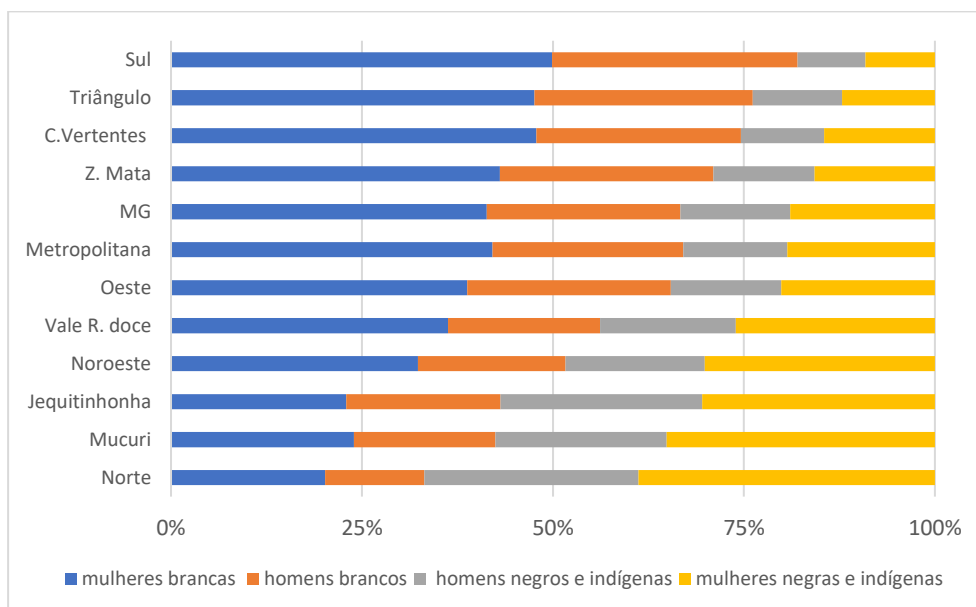


Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

A distribuição segundo gênero em Medicina – assim como em sua área de origem, Saúde e Bem-estar – aponta para a predominância das mulheres. Em Minas Gerais, a maior parte das matrículas é de estudantes do sexo feminino (60%), com o máximo de 62,3% em Campo das Vertentes e mínimo de 53,4% no Vale do Jequitinhonha (Tabela 9). Apesar disso, o perfil racial e social dos matriculados em Medicina se diferencia consideravelmente dos demais de sua área. Medicina apresentou o menor percentual de estudantes negros, apenas 33% (Tabela 10). Mesmo nas mesorregiões Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e Noroeste de Minas, onde a maioria dos estudantes é negra, o percentual de negros e indígenas no curso foi menor que 60%. Nas regiões onde os estudantes brancos são maioria, tais como Sul de Minas, Triângulo Mineiro e Campo das Vertentes, o percentual de negros e indígenas não chegou a 30%. As mulheres brancas alcançaram o maior percentual de matrículas no curso, 41,4%, à frente dos homens brancos, com 23,3%, das mulheres negras, com 19%, e dos homens negros, que totalizaram apenas 14% das matrículas (Gráfico 17). A origem escolar dos indivíduos matriculados em Medicina deixou ainda mais evidente a elitização do curso. Apenas 26,7% vieram de escolas públicas, com máximo de 59,5% no Vale do Mucuri e mínimo de 15,2% no Noroeste de Minas. Os estudantes de Medicina tendem a ser mais jovens, com 21,2 anos de idade, em média, no momento do ingresso (Tabela 12). Podemos dizer

que a maior parte das matrículas do curso de Medicina em Minas Gerais são ocupadas por mulheres brancas, jovens e de origem socioeconômica privilegiada.

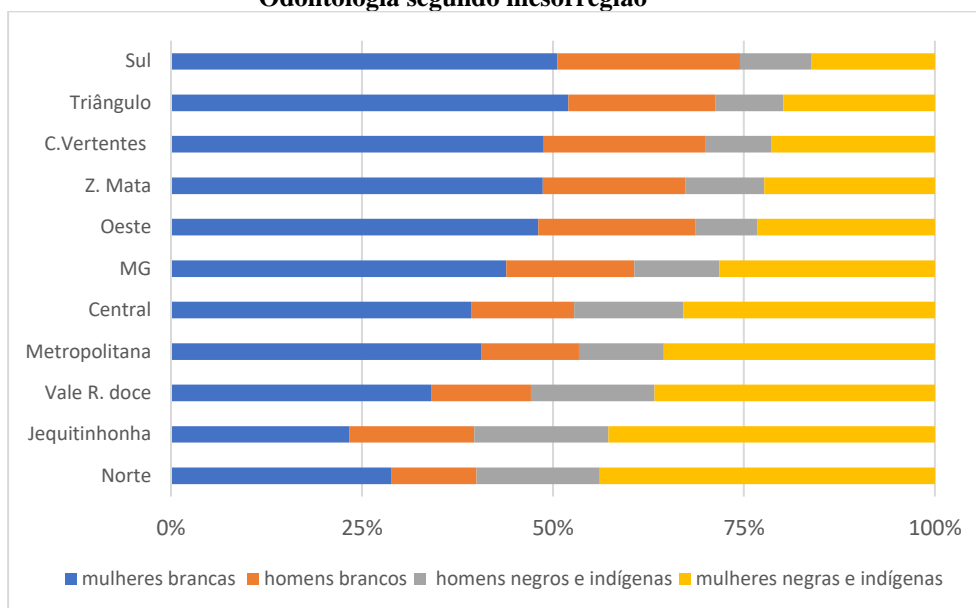
**Gráfico 17. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Medicina segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

O curso de Odontologia exibe predominância feminina – 72% das matrículas são de estudantes do sexo feminino (Tabela 9) – e, em todas as mesorregiões do estado, as mulheres respondem a mais de 65% das matrículas. O curso de Odontologia apresentou o segundo menor percentual de negros e indígenas matriculados, 39,4%, atrás apenas de Medicina (Tabela 10). O Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas apresentaram o maior percentual de estudantes não brancos matriculados, em torno de 60%, e o Sul de Minas, o menor, com 25,5% (Tabela 10). Quando reunidos sexo e raça, as mulheres brancas totalizaram 43,9% das matrículas, seguidas pelas mulheres negras, 28,2%, pelos homens brancos, 16,8%, e, por fim, pelos homens negros, com 11,3% (Gráfico 18). Na área onde o curso de Odontologia está inserido, Saúde e Bem-estar, as mulheres negras são o grupo predominante, indicativo da particularidade dessa graduação. O curso apresentou o terceiro menor percentual de estudantes vindos de escolas públicas, 60,6%, atrás de Medicina e da área Artes e Humanidades (Tabela 11). Assim como no curso de Medicina, a idade média de ingresso em Odontologia também é baixa, se comparada à das demais áreas, 21,3 anos (Tabela 12).

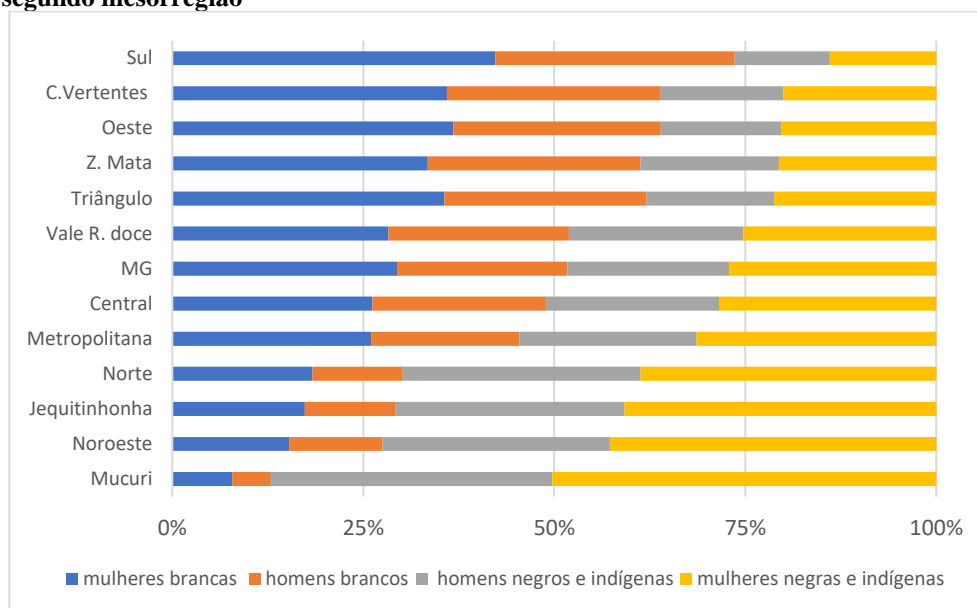
**Gráfico 18. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Odontologia segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

O curso de Direito integra a área Negócios, Administração e Direito. Contudo, em função do prestígio histórico da advocacia no país, ele foi analisado separadamente. As estudantes do sexo feminino totalizaram 56,2% das matrículas e, em todas as mesorregiões, elas ultrapassaram 50% (Tabela 9). Os estudantes pretos, pardos e indígenas alcançaram percentual de 48,2% das matrículas, com máximo de 87,1% no Vale do Mucuri, e mínimo de 25,5% no Sul de Minas (Tabela 10). Como mostra o Gráfico 19, as mulheres brancas ocuparam a maior parte das vagas (29,4%) à frente das mulheres negras (27,1%), dos homens brancos (22,3%) e dos homens negros (21,1%). A maioria dos estudantes estudou em escolas públicas de ensino médio (69%), com máximo de 92,8% no Vale do Mucuri, e mínimo de 23% no Vale do Jequitinhonha. Os estudantes de Direito tendem a ingressar mais tardiamente na universidade, com 24,1 anos em média (tabela 12).

**Gráfico 19. Percentual de matrículas no Ensino Superior por grupos de sexo e raça/cor no curso de Direito segundo mesorregião**



Fonte: Censo Educação Superior de 2018. Elaboração própria

Tabela 9. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes mulheres (sexo feminino) segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018

Mesorregião	Área do curso* (%)													
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	Negócios e Administração	Ciências Naturais, Matemática e Estatística	Computação e Tecnologias da Informação	Engenharias	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar	Serviços	Medicina	Odontologia	Direito	Total
<b>MG</b>	64,4%	55,5%	68,8%	54,4%	50,4%	13,4%	35,4%	47,8%	73,2%	71,8%	60,3%	72,0%	56,2%	53,6%
Norte	69,1%	72,7%	73,5%	56,1%	50,8%	18,1%	36,5%	48,5%	72,9%	<b>84,7%</b>	59,5%	72,8%	56,1%	56,8%
Jequitinhonha	67,0%		65,3%	59,0%	40,2%	21,5%	43,1%	49,5%	75,7%	66,2%	53,4%	65,6%	57,0%	57,4%
Mucuri	68,2%		73,0%	54,5%	45,9%	13,2%	38,1%	41,7%	71,6%		59,1%		58,0%	56,0%
Noroeste	70,2%		<b>80,2%</b>	61,0%	36,7%	17,9%	33,2%	40,0%	<b>81,4%</b>	<b>100,0%</b>	62,4%		57,7%	55,5%
Vale R. doce	76,4%	38,7%	73,4%	58,8%	57,9%	16,4%	35,1%	51,9%	71,0%		62,2%	70,8%	53,8%	54,8%
Central	<b>90,7%</b>		75,5%	59,7%		9,5%	39,8%	46,7%	71,3%	<b>97,7%</b>		72,9%	55,6%	57,5%
Metropolitana	64,3%	54,6%	67,2%	54,5%	52,6%	13,6%	35,4%	66,1%	74,7%	65,1%	61,3%	75,8%	56,9%	53,5%
Z. Mata	59,8%	56,8%	66,9%	50,9%	40,6%	11,7%	37,9%	47,4%	70,0%	67,6%	59,2%	70,7%	54,0%	53,9%
Oeste	71,4%	<b>82,9%</b>	75,5%	54,3%	<b>70,6%</b>	12,9%	36,8%	44,9%	73,7%	<b>98,4%</b>	58,6%	71,3%	57,1%	55,1%
Triângulo	60,5%	56,6%	71,7%	54,2%	53,4%	12,0%	34,8%	41,6%	74,6%	96,3%	59,5%	71,7%	56,7%	52,5%
Sul	64,7%	55,6%	67,7%	53,9%	51,3%	13,0%	31,7%	43,8%	71,2%	94,4%	59,1%	66,8%	55,9%	51,8%
C. Vertentes	64,8%	51,3%	60,8%	53,8%	57,3%	12,8%	37,3%	47,4%	69,3%	52,7%	62,3%	70,0%	55,6%	52,0%

Fonte: Censo do Ensino Superior 2018 (INEP, 2019)

Observação: (\*) os cursos estão agrupados por área conforme o Manual de Classificação dos Cursos – Cine Brasil 2019. Exceto os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, que têm perfil muito distinto nas suas respectivas áreas.

Tabela 10. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes negros e indígenas, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018.

Mesorregião	Área do curso* (%)													
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	Negócios e Administração	Ciências Naturais, Matemática e Estatística	Computação e Tecnologias da Informação	Engenharias	Agricultura e Veterinária	Saúde e bem-estar	Serviços	Medicina	Odontologia	Direito	Total
<b>MG</b>	54,9%	44,5%	47,7%	50,7%	50,9%	48,2%	47,9%	43,6%	52,9%	49,9%	33,3%	39,4%	48,2%	48,7%
Norte	80,8%	75,0%	70,3%	75,9%	76,8%	70,0%	71,3%	71,5%	68,5%	67,4%	66,8%	60,0%	69,8%	72,2%
Jequitinhonha	82,5%		81,9%	80,6%	69,0%	77,5%	71,0%	74,5%	76,4%	75,6%	56,8%	60,3%	70,8%	75,2%
Mucuri	90,9%		85,6%	81,5%	75,5%	85,6%	83,1%	83,3%	89,4%		57,5%		87,1%	84,5%
Noroeste	76,7%		71,6%	72,1%	72,2%	73,3%	73,7%	66,9%	75,9%	45,0%	48,4%		72,5%	70,8%
Vale R. doce	64,4%	52,0%	57,1%	59,8%	58,2%	58,3%	59,1%	59,4%	61,7%		43,8%	52,9%	48,1%	57,0%
Central	53,5%		52,6%	56,1%		52,1%	52,7%	46,6%	56,8%	45,2%		47,2%	51,1%	52,8%
Metropolitana	60,5%	48,7%	52,0%	58,8%	54,8%	54,7%	53,9%	44,0%	61,4%	56,4%	32,9%	46,6%	54,6%	55,0%
Z. Mata	47,4%	36,9%	39,0%	39,8%	39,5%	36,0%	37,7%	44,2%	43,1%	36,1%	29,0%	32,7%	38,7%	
Oeste	46,1%	42,7%	37,4%	34,7%	53,4%	41,2%	37,6%	37,9%	42,6%	39,7%	34,6%	31,4%	36,1%	38,1%
Triângulo	45,0%	37,2%	36,4%	41,4%	42,9%	41,4%	38,3%	37,4%	39,2%	34,8%	23,8%	28,7%	37,9%	38,7%
Sul	34,8%	34,0%	31,1%	27,4%	33,7%	26,4%	25,7%	25,0%	31,4%	27,8%	18,0%	25,5%	26,4%	27,9%
C.Vertentes	47,5%	48,9%	42,7%	43,1%	46,5%	45,1%	40,9%	38,8%	40,3%	37,2%	25,4%	30,1%	36,1%	40,8%

Fonte: Censo do Ensino Superior 2018 (INEP, 2019)

Observação: (\*) os cursos estão agrupados por área conforme Manual de Classificação dos Cursos – Cine Brasil 2019. Exceto os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, que tem perfil muito distinto nas suas respectivas áreas

**Tabela 11. Percentual de matrículas no ensino superior de estudantes egressos de escolas públicas, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018.**

Mesorregião	Área do curso* (%)													
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	Negócios e Administração	Ciências Naturais, Matemática e Estatística	Computação e Tecnologias da Informação	Engenharias	Agricultura e Veterinária	Saúde e bem-estar	Serviços	Medicina	Odontologia	Direito	Total
<b>MG</b>	70,8%	54,0%	67,7%	78,1%	62,0%	72,1%	69,4%	69,6%	77,6%	73,7%	26,7%	60,6%	69,0%	69,8%
Norte	78,8%	<b>100,0%</b>	66,6%	73,4%	78,0%	75,6%	72,3%	72,5%	72,4%	<b>53,7%</b>	34,5%	56,0%	58,9%	68,8%
Jequitinhonha	89,0%		<b>91,0%</b>	<b>97,8%</b>	73,9%	<b>85,1%</b>	73,8%	85,2%	84,4%	<b>90,2%</b>	<b>55,1%</b>	65,6%	<b>23,0%</b>	77,8%
Mucuri	<b>95,6%</b>		<b>93,8%</b>	<b>93,8%</b>	81,0%	<b>94,4%</b>	<b>88,2%</b>	<b>90,1%</b>	96,7%		<b>59,5%</b>		<b>92,8%</b>	<b>91,4%</b>
Noroeste	83,3%		85,9%	<b>90,5%</b>	71,4%	<b>90,6%</b>	82,1%	83,5%	89,4%	<b>95,0%</b>	<b>15,2%</b>		81,7%	80,2%
Vale R. doce	<b>93,1%</b>	82,7%	83,8%	86,3%	71,9%	78,4%	85,1%	82,2%	85,1%		30,7%	70,9%	63,2%	78,6%
Central	90,3%		91,5%	72,9%		<b>92,2%</b>	<b>89,7%</b>	88,2%	89,0%	97,7%		<b>88,9%</b>	<b>87,4%</b>	86,6%
Metropolitana	65,8%	54,9%	66,1%	78,2%	62,8%	71,0%	66,7%	<b>56,3%</b>	79,3%	74,3%	24,3%	56,5%	67,5%	68,6%
Z. Mata	62,7%	<b>42,7%</b>	61,3%	69,7%	<b>43,3%</b>	<b>62,0%</b>	<b>60,9%</b>	<b>61,5%</b>	70,9%	<b>59,8%</b>	30,9%	51,5%	67,6%	62,0%
Oeste	<b>55,1%</b>	89,6%	66,5%	84,3%	46,1%	<b>65,0%</b>	74,1%	84,5%	71,8%	89,1%	28,5%	62,0%	<b>84,9%</b>	73,6%
Triângulo	74,0%	69,2%	66,9%	79,2%	60,3%	73,5%	67,2%	69,8%	76,0%	80,9%	25,0%	63,7%	70,1%	70,2%
Sul	72,4%	63,7%	68,9%	76,4%	60,4%	70,9%	72,2%	71,3%	71,9%	78,1%	<b>16,6%</b>	64,6%	68,0%	69,5%
C. Vertentes	73,7%	41,7%	<b>55,1%</b>	74,9%	62,9%	77,9%	68,0%	73,6%	80,8%	83,7%	28,7%	58,4%	73,5%	69,7%

Fonte: Censo do Ensino Superior 2018 (INEP, 2019).

Observação: (\*) os cursos estão agrupados por área conforme o Manual de Classificação dos Cursos – Cine Brasil 2019. Exceto os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, que têm perfil muito distinto nas suas respectivas áreas.

**Tabela 12. Idade de ingresso, em média, no ensino superior, segundo área do curso e mesorregião de Minas Gerais, 2018.**

Mesorregião	Área do curso* (anos completos)													
	Educação	Artes e Humanidades	Ciências Sociais, Comunicação e Informação	Negócios e Administração	Ciências Naturais, Matemática e Estatística	Computação e Tecnologias da Informação	Engenharias	Agricultura e Veterinária	Saúde e bem-estar	Serviços	Medicina	Odontologia	Direito	Total
<b>MG</b>	24,4	24,9	23,6	23,5	21,1	22,2	22,4	21,5	23,3	25,4	21,2	21,3	24,1	23,1
Norte	24,1	25,9	23,6	22,6	20,4	21,5	22,1	20,9	22,3	24,2	21	21	23	22,5
Jequitinhonha	24,6		23	23	20	21,4	24	20,8	21,1	23,4	21,3	20	25,4	22,4
Mucuri	24,6		23	23	20	21,4	24	20	21,1		23,4		21,3	22,7
Noroeste	25,2		23,7	22,4	21,9	21,6	22,5	21,6	22,5	24,4	20,9		22,6	23
Vale R. doce	25	41	24,7	23,3	22,3	21,5	23,4	23,5	23,7		21,5	21,4	23,5	23,5
Central	24		23,5	22,9		21,5	22,1	21,8	22,5	23,4		21,8	22,9	22,5
Metropolitana	25,2	25	24	24,2	21,9	22,8	23	22,5	24,4	25,9	21,4	21,8	25	23,9
Z. Mata	23,1	24	23,1	23	20,2	22,2	21,5	21,1	22,6	26,8	21,2	21,3	23,5	22,5
Oeste	23,8	23,3	25	22,7	20,5	21,7	22,2	21	22,3	20,9	21,2	20	23,5	22,7
Triângulo	23,5	27,9	22,5	22,7	20,7	21,4	20,6	20,7	22,7	26	21	21,6	23	22
Sul	24,6	24,8	22,8	23,2	21	22,2	21,9	21,5	23	24	21	21	23,7	22,7
C.Vertentes	24	24,4	23,5	22,9	20,9	21,4	21,9	21,3	22,3	23,9	21	21,4	23,3	22,7

Fonte: Censo do Ensino Superior 2018 (INEP, 2019)

Observação: (\*) os cursos estão agrupados por área conforme o Manual de Classificação dos Cursos – Cine Brasil 2019. Exceto os cursos de Medicina, Odontologia e Direito, que têm perfil muito distinto nas suas respectivas áreas.

### 3.4 Considerações parciais

As análises apresentadas neste capítulo mostraram que, de modo geral, os homens brancos predominam nos cursos de bacharelado nas universidades públicas e os homens negros estão em situação de maior desvantagem no acesso ao ensino superior. Porém, há alguns resultados que fogem a esse padrão geral. Nos cursos de bacharelado da grande região Centro-Norte, formada por uma população majoritariamente não branca, os homens negros e, sobretudo, as mulheres negras estiveram mais representadas tanto no setor público quanto no privado. O acesso das mulheres negras nos cursos de bacharelado ficou mais evidente no setor privado. A sub-representação dos estudantes negros nos bacharelados públicos foi puxada por regiões onde a população é em sua maioria branca, cujas universidades públicas são mais tradicionais e ofertam mais vagas. Ainda assim, é importante lembrar que nessas regiões, no setor privado, a vantagem dos estudantes brancos, homens e mulheres, é ainda maior, provavelmente como efeito da Lei 12.711.

Adriano Senkevics e Úrsula Mello (2019) analisaram os ganhos em inclusão social da Lei 12.711 nas IES públicas (a Lei das cotas), especialmente entre as universidades mais seletivas, que incluíram no setor público federal grupos sociais e étnicos historicamente alijados da educação superior. Essa Lei transformou a representatividade de pretos, pardos e indígenas, como também de estudantes egressos de escolas públicas nas universidades federais. No entanto, a ação afirmativa parece estar tendo maior impacto nas universidades mais reputadas, que apresentam elevado desempenho no Índice Geral de Cursos (IGC)<sup>31</sup> (SENKEVICS; MELLO, 2019). Observando o caso de Minas Gerais, parece razoável afirmar que nas mesorregiões com instituições federais menos tradicionais, o efeito da Lei de Cotas pode também ser menos evidente. A intervenção pública decisiva para a democratização do ensino superior nessas regiões, constituídas por uma população em sua maior parte preta e parda, foi a criação de campi e instituições federais, o que ocorreu antes da Lei 12.711.

Diferentemente dos bacharelados, as graduações voltadas para a formação docente se confirmaram predominantemente femininas e negras, e seus estudantes ingressam mais tardiamente no curso em quase todas as regiões do estado, resultados já apontados em pesquisas anteriores (HONORATO; ZUCACCARELI; VIEIRA, 2019; RIBEIRO;

---

<sup>31</sup> Indicador derivado do Enade e expressa numericamente a qualidade das instituições de ensino superior (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES; 2009)

SCHLEGEL, 2015). Nas mesorregiões com altos percentuais de estudantes negros, os homens negros são o segundo maior grupo na ocupação das vagas das licenciaturas e de cursos da saúde (com exceção de Medicina e Odontologia). Reafirmando o que já enunciamos: carreiras tidas como mais femininas e de menor prestígio são mais vislumbradas pelos homens negros nas regiões ao norte de Minas Gerais, e as mulheres negras encontram maiores oportunidades de ingresso na educação superior por meio desses cursos nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais.

Nas áreas e cursos analisados, os homens predominaram somente nas áreas de Computação e TI, Engenharias e Agricultura e Veterinária. Nessas três áreas, os estudantes brancos estão sobrerrepresentados e os homens brancos aparecem como grupo com maior percentual de matrículas. Cabe salientar que as carreiras ligadas à área de Computação e Tecnologia da Informação – cuja proporção de estudantes do sexo masculino em Minas Gerais é superior a 85% – são, na era da “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), consideradas mais prósperas, com maior retorno econômico e com demanda superior no mercado de trabalho. Portanto, apesar de as mulheres estarem, em média, sobrerrepresentadas na educação superior, elas estão pouco presentes nas áreas tecnológicas, e o resultado disso pode incidir na segregação ocupacional por gênero e nas desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Os estudantes negros também estão sub-representados nas três “profissões imperiais”, mas o perfil do estudante de Medicina se revelou o mais distinto. Na maior parte das mesorregiões do estado, o percentual de estudantes negros e indígenas em Medicina ficou em torno de 35%, e o de estudantes vindos do ensino médio público não ultrapassou 30%. Já em Direito e nas Engenharias, aproximadamente 70% dos estudantes vieram de escolas públicas e quase metade das matrículas são de pessoas negras.

Em linhas gerais, os padrões de estratificação horizontal na educação superior no estado são distintos e variam conforme o perfil étnico-racial e socioeconômico do território. As regiões mais pobres e com menores taxas de matriculados na educação superior em Minas Gerais tiveram maior proporção de homens e mulheres negros nos cursos de bacharelado público, inclusive em carreiras mais valorizadas no mercado de trabalho, como Engenharias, Direito e Medicina (RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015). Já nas regiões ao sul do estado, com população em sua maioria branca, os cursos de bacharelado são ocupados principalmente por estudantes brancos, e os cursos de bacharelado das IES públicas, predominantemente, por homens brancos.

O objetivo de trazer a discussão interseccional para essa pesquisa foi elucidar a dimensão desse conceito na estratificação do ensino superior mineiro. Ao reunir sexo e raça, observamos que, na educação superior mineira, o grupo em maior desvantagem no que diz respeito ao acesso, foram os homens negros, minoria tanto no setor público quanto no privado. Essa informação encontra explicação na inversão histórica em termos de acesso e sucesso escolar das mulheres em relação aos homens, já demarcada no Censo dos anos 2000 (FERRARO, 2007). Ainda que as mulheres negras apareçam em vantagem com relação aos homens negros e estejam em maior proporção que os homens brancos no setor privado, nos perguntamos: (i) a vantagem quantitativa das mulheres negras em relação aos homens brancos no setor privado, puxada pela Metropolitana de BH, se confirma na realização (conclusão) do ensino superior? (ii) as chances de conclusão das áreas e dos cursos selecionados pelos grupos de raça/cor, por mesorregião, reproduzem os padrões verificados nas análises descritivas da coorte de matriculados?

#### **4. O ÚLTIMO FUNIL: AS CHANCES DE CONCLUSÃO DOS ESTUDANTES DE MINAS GERAIS POR SETOR NAS ÁREAS E CURSOS SELECIONADOS**

Nos capítulos anteriores, mostramos que o percentual de estudantes não-brancos matriculados no estado de Minas Gerais e os indicadores socioeconômicos do estado sintetizam o Brasil. Há fortes desigualdades regionais no estado, formação econômica segmentada e, nas regiões mais ao norte do estado, menos desenvolvidas economicamente, predomínio da população preta, parda e indígena. As análises descritivas da coorte de matriculados em 2018, por áreas e cursos presenciais selecionados, evidenciaram que as licenciaturas são mais femininas e negras, enquanto os bacharelados públicos são mais masculinos. As exceções foram observadas nas mesorregiões ao norte do estado.

Neste capítulo, queremos entender quem são os concluintes dos cursos superiores de Minas Gerais. Como apresentamos no Capítulo 1, nem todas as pessoas que iniciam a educação básica concluem o ensino médio e, portanto, não são elegíveis para ingressarem no ensino superior (SOARES; ALVES; FONSECA, 2021; SENCKEVICS, 2022; SALATA, 2019). Aqueles que transpõem as barreiras anteriores ao ensino superior e, finalmente, ingressam na universidade esbarram com um novo funil: a permanência no curso (COULON, 2017; VARGAS; HERINGER, 2017; BRUNO, 2022). Dados do relatório “*Education at a Glance 2019*”, da OCDE, mostram que apenas 33% dos estudantes brasileiros concluem os cursos no período de integralização previsto. Esse problema se reflete na taxa de escolarização da população brasileira: apenas 21% das pessoas entre 25 e 34 anos de idade possuem diploma de educação superior. Na Argentina, por exemplo, o percentual é de 40%, e no Chile, 34%.

Os concluintes na educação superior brasileira são sobreviventes de um sistema de educação que os seleciona até o fim. A partir dessa perspectiva, o objetivo deste capítulo é identificar em quais áreas/cursos, setor e regiões de Minas Gerais o grau de desigualdade de oportunidades dos estudantes, segundo grupo de raça e gênero, é mais ou menos acentuado.

Vale reiterar o esforço de analisar determinados cursos, pois, no Brasil, o desigual retorno econômico e simbólico dos diplomas é mais associado ao curso e/ou área do que à instituição de ensino superior frequentada. Segundo informações do Censo 2000, Medicina, Direito e Engenharia garantiam os maiores salários no país, e Medicina e Computação asseguravam as mais altas probabilidades de se conseguir uma ocupação (NERI, 2005).

Apesar do reconhecido prestígio dessas graduações, cabe registrar as mudanças no cenário político, econômico e educacional brasileiro nos últimos 22 anos. Desde 2015, o aprofundamento da crise política e econômica desmantelou a indústria de petróleo e gás, a construção civil, a indústria naval e a engenharia pesada no Brasil (MILEK; RIBEIRO, 2020). A partir de então, a empregabilidade e o rendimento das engenharias caíram (FISENGE, 2019). Concomitantemente, vinha sendo notada uma profusão de faculdades de direito. Entre os anos de 2005 e 2015, elevou-se em 40% a quantidade de advogados no país<sup>32</sup>. Enquanto esse número ultrapassa 1,1 milhão<sup>33</sup>, o número de médicos fica em torno de 500 mil<sup>34</sup>. De forma geral, ao longo da vida, os indivíduos recorrem mais a médicos que a advogados, mas a raridade do diploma de medicina, somada ao status da profissão no país, ainda garante alta empregabilidade e retorno salarial. Nesse sentido, assim como ressaltado no capítulo anterior, estudar esses cursos separadamente de suas áreas de conhecimento foi a opção analítica adotada nesta pesquisa.

Até aqui, enfatizamos as matrículas por graus acadêmicos, cursos selecionados e áreas da OCDE. Entretanto, é notório o descompasso entre os matriculados e os estudantes que “sobreviveram” aos múltiplos desafios impostos pelo ambiente universitário e superaram contingências individuais que podem interferir na conclusão de uma graduação. Pesquisas anteriores sobre permanência e evasão demonstraram algumas tendências que devem ser consideradas, como o alto índice de evasão nos primeiros anos de curso (COULON, 2008; FERRÃO; ALMEIDA, 2018; BRUNO, 2022). No caso do Brasil, proporcionalmente os estudantes da IES públicas tendem a apresentarem maiores taxas de conclusão, sobretudo a partir de 2007 (LETICHEVSKY *et al*, 2016). Chama atenção a elevada evasão nas licenciaturas do campo das ciências exatas (AZEVEDO, 2019). Tendo em vista que as análises se referem àqueles que permaneceram na educação superior até o período de integralização do seu curso, o que os coloca no posto de concluintes, a questão de pesquisa deste capítulo pode ser enunciada da seguinte maneira:

---

<sup>32</sup> Informações disponíveis em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2015/08/em-uma-decada-numero-de-advogados-aumenta-quase-40.html>. Acesso em 02 de jun de 2022.

<sup>33</sup> Informações disponíveis em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-27/numero-advogadas-supera-advogados-vez-brasil#:~:text=Na%20C3%BAltima%20atualiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20o%20n%C3%BAmero,dos%20profissionais%20da%20advocacia%20brasileira>. Acesso em 02 de jun de 2022.

<sup>34</sup> Informações disponíveis em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/brasil-tem-mais-de-500-mil-medicos/#:~:text=Em%202020%2C%20s%C3%A3o%20mais%20de,para%2010%20mil%C3%B5es%20de%20brasileiros.&text=popula%C3%A7%C3%A3o%20maior%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,diskon%C3%ADvel%20na%20plataforma%20Publica%C3%A7%C3%B5es%20CFM>. Acesso em 02 de jun de 2022.

- Qual efeito dos marcadores sociais (gênero, origem social e raça) nas chances de se concluir o ensino superior em MG nas distintas áreas e/ou cursos? Esses efeitos variam conforme a região?

Para abordar essa questão, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados (4.1). Na sequência, exibimos os modelos para os setores público e privado da região Metropolitana de Belo Horizonte, a maior do estado. Em seguida, os da grande região Centro-Norte, composta pelo Vale do Jequitinhonha, pelo Vale do Mucuri, pelo Norte de Minas, pelo Noroeste de Minas e pela Central Mineira (4.2). Depois, expomos os resultados e as análises para as mesorregiões ao sul do estado: Sul de Minas, Campo das Vertentes, Triângulo Mineiro e Oeste de Minas (4.3). Por fim, apresentamos os resultados do Leste Mineiro, composto pelo Vale do Rio Doce e pela Zona da Mata (4.4), e as considerações parciais deste capítulo (4.5).

#### **4.1 Dados, variáveis e métodos**

Utilizamos os microdados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) para responder à questão de pesquisa deste capítulo. O Enade tem por objetivo avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de sua área de formação (INEP, 2012). Ele segue um ciclo que determina as áreas de aplicação por ano e, ao final de três anos, todos os cursos de graduação de todas as áreas são contemplados. Até 2008, o Enade era amostral e realizado por ingressantes e concluintes. A partir de 2009, ele passou a se restringir a estudantes concluintes e se tornou censitário. Caso a avaliação do ano em questão coincida com a área de formação do estudante, a sua participação é obrigatória e constará no histórico escolar se foi cumprida. Além de aferir o rendimento dos estudantes, o Enade aplica um questionário para caracterizar o perfil sociodemográfico e a trajetória educacional dos estudantes por curso. Utilizamos os dados desse questionário em nossa análise.

Selecionamos os dados do Enade dos anos 2017, 2018 e 2019 — os mais recentes disponíveis no momento da produção desta tese — para abranger todas as áreas de conhecimento. O questionário socioeconômico do Enade dispõe de mais informações em comparação ao Censo da Educação Superior. É importante frisar que os dados públicos do Enade não são diretamente comparáveis aos do Censo. Enquanto a população daquele se refere aos concluintes — os que alcançaram o último ano do curso e por isso devem fazer o teste de conhecimentos —, este abarca todos os matriculados nos cursos/áreas de

conhecimento em todos os anos, de ingressantes a concluintes<sup>35</sup>. Assim como nas análises anteriores, foi feito o recorte para cursos presenciais.

Para o cálculo das chances de concluir determinada área e/ou curso de ensino superior, ajustamos modelos de regressão logística. Essa técnica permite apreender as chances de ocorrência de um determinado fenômeno a partir da relação de variáveis com pesos empiricamente determinados (GUJATARI, 2011). O referido modelo supera restrições do método de mínimos quadrados ordinários da regressão linear, uma vez que não pressupõe linearidade entre variáveis dependentes e independentes, não requer que as variáveis sejam normalmente distribuídas e não assume homocedasticidade do erro da regressão (MUNIZ, 2012). Em outras palavras, é uma técnica passível de ser aplicada quando tais pressupostos da regressão linear são violados.

Especificamente, utilizamos a regressão logística multinomial – um tipo de regressão logística adequada para o ajuste do modelo quando a variável dependente possui mais de duas categorias. No caso desta pesquisa, a variável dependente (ou resposta) – a área do curso e/curso – apresenta 12 alternativas<sup>36</sup>.

Dessa forma, para uma variável dependente com  $k$  categorias, ou seja, para a variável área e/ou curso de graduação, o modelo de regressão multinomial estima  $k-1$  equações, sendo a primeira categoria a referência para as análises. Nesta tese, a área de referência são todas as licenciaturas e estão sendo preditas as razões de chance das mulheres brancas e amarelas, das mulheres negras e indígenas e dos homens negros e indígenas de concluírem um curso qualquer em relação a concluírem alguma licenciatura, comparadas às razões de chances dos homens brancos e amarelos.

Na Sociologia da Educação, esse método é útil para perguntas de pesquisa envolvendo desigualdade de oportunidades, isto é, quando queremos investigar em que medida a sociedade oferece aos seus membros as mesmas chances de vivenciarem um determinado fenômeno independentemente da sua origem social (BUIS, 2017). Os resultados em razões de chance (*odd ratios*) são as razões de um evento ocorrer em um grupo sobre a chance de ocorrer em outro grupo, e variam segundo as variáveis independentes do modelo. Uma razão de chance igual a 1 indica que as chances são as

---

<sup>35</sup> A compatibilização dessas duas bases de dados pode ser feita por meio do Serviço de Acesso aos dados Protegidos (Sedap) do Inep, uma vez que em ambas têm o CPF do estudante. Porém, seu acesso requer a presença na sede do Instituto em Brasília, o que não foi previsto para esta pesquisa.

<sup>36</sup> Após uma análise descritiva dos dados, ficou evidente o baixo número de casos das áreas de Serviços e de Artes e Humanidades, por isso, esses casos foram excluídos. Além disso, o curso de Arquitetura apresentou perfil, sobretudo o gênero – maior parte mulheres –, discrepante em relação a sua área conforme a OCDE, por isso, foi analisado separadamente.

mesmas para os dois grupos. Uma razão de chance inferior a 1 indica que as chances de se estar na categoria de referência, nesse caso de concluir uma licenciatura, são maiores para aquele grupo do que para os homens brancos, o grupo de referência. Já se o resultado for superior a 1, as chances de aquele grupo pertencer àquele curso, em comparação com as licenciaturas, é maior que as chances dos homens brancos.

Para estimar os modelos desta seção, utilizamos a função *multinom* do pacote *nnet* versão 7.3-12 (VENABLES; RIPLEY, 2002) processados em ambiente computacional *R*, no *RStudio*. A variável dependente foi “Área” e cada uma das 12 áreas é composta por um ou mais cursos, como mostrado no Quadro 1. Cursos das áreas de Serviços e de Artes e Humanidades foram excluídos das análises devido ao baixo número de concluintes no triênio considerado.

**Quadro 1. Áreas de conhecimento e cursos dos concluintes participantes do Enade em 2017, 2018 e 2019**

Área	Curso
Educação	Licenciaturas
Ciências Sociais, Jornalismo e Comunicação	Bacharelado em Ciências Sociais, Relações Internacionais, Comunicação Social, Bacharelado em Geografia, Tecnologia em Recursos Humanos e Psicologia.
Negócios e Administração	Ciências Contábeis, Administração, Ciências Econômicas, Tecnologia em Logística, Administração Pública, Tecnologia em Gestão da Qualidade, Tecnologia em Gestão Pública, Tecnologia em Marketing e Tecnologia em Gestão.
Ciências Naturais, Matemática e Estatística	Bacharelado em Ciências Biológicas, Bacharelado em Matemática, Bacharelado em Física, Bacharelado em Química e Estatística.
Computação e TI	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gestão da Produção Industrial, Tecnologia em Redes de Computadores, Engenharia da Computação, Bacharelado em Computação e Sistemas da Informação
Engenharias	Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Mecânica, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Produção, Bacharelado em Engenharia e Engenharia Ambiental.
Agricultura e Veterinária	Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Tecnologia em Agronegócio.
Saúde e bem-estar	Farmácia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia, Serviço Social, Biomedicina, Tecnologia em Radiologia e Bacharelado em Educação Física.
Medicina	Medicina.
Odontologia	Odontologia.
Direito	Direito.
Arquitetura	Arquitetura.

Observação: as áreas de Serviços e de Artes e Humanidades foram excluídas devido ao baixo número de estudantes concluintes que fizeram o Enade.

Em consonância com o recorte interseccional adotado nesta tese, as variáveis independentes são raça e sexo reunidos, totalizando quatro categorias: homens brancos e amarelos; mulheres brancas e amarelas; mulheres negras e indígenas; e homens negros e indígenas. Para uma leitura mais fluida, por vezes os amarelos (2,3% dos concluintes no triênio) e indígenas (0,2% dos concluintes) estão omitidos na escrita, mas permaneceram reunidos nas análises nas categorias brancos e negros, respectivamente.

A renda familiar foi inserida no modelo como variável independente de controle. A literatura aponta que as chances para ingresso na educação superior são influenciadas pelo capital econômico da família, em ambos os setores, e mais acentuadamente no ensino superior privado (PRATES; COLARES, 2014; SALATA, 2018; SENKEVICS, 2022). Essa variável entrou no modelo nas seguintes faixas: até 1,5 salários mínimos (referência); de 1,5 a 3 salários mínimos; de 3 a 4,5 salários mínimos; de 4,5 a 6 salários mínimos; e acima de 6 salários mínimos.

Além da renda, estudos demonstram que filhos de pais mais escolarizados alcançam mobilidade educacional superior à de filhos de pais com baixa escolaridade (PRATES; COLARES, 2014; RIBEIRO, 2011). Dessa forma, a escolaridade materna está como variável independente de controle do modelo, pois, em média, as mães alcançaram níveis educacionais mais altos comparadas aos pais e a escolaridade delas influencia positivamente o percurso escolar dos filhos (NOGUEIRA, 2011; TAN; PENG; LYN, 2019). As faixas de escolaridade da mãe nos modelos são: até o ensino fundamental (referência); ensino médio; e ensino superior/pós-graduação.

Também estão no modelo as variáveis “idade no momento em que o estudante realizava a prova” e “o tipo de escola de ensino médio”. A origem escolar (tipo de escola do ensino médio) está dividida em duas categorias: todo em escola pública e demais categorias. Uma parte dos estudantes não respondeu a essa informação (7,4%). Para não perder esses casos, eles estão como “públicos omissos”.

Foram ajustados modelos distintos para a Metropolitana de Belo Horizonte; para o Sul de Minas, o Triângulo Mineiro, o Oeste de Minas e Campo das Vertentes reunidos; para a Central Mineira, o Norte de Minas, o Noroeste de Minas, o Vale do Mucuri e o Vale do Jequitinhonha reunidos; e para o Vale do Rio Doce e a Zona da Mata, também juntos. As mesorregiões reunidas apresentam semelhanças no perfil étnico-racial de sua

população, proximidade geográfica e indicadores socioeconômicos similares. Dessa maneira, o número de casos em cada área aumentou, possibilitando a convergência do modelo para cada área e/ou curso. Os modelos foram estimados para cada grande região citada e, separadamente, por categorias administrativas – setor público e setor privado. Optamos por fazer assim porque, como vimos no Capítulo 2 e 3, os cursos dos setores público e privado apresentam tendências distintas, e nosso objetivo é observar o comportamento dos marcadores sociais também por área em cada setor, o que não foi realizado no Capítulo 3.

Embora o problema em tela tenha uma clara estrutura multinível – mesorregiões e IES –, não ajustamos modelos hierárquicos aos dados do Enade para verificar os efeitos dos múltiplos contextos (níveis) simultaneamente na variável resposta. Mesmo com o agrupamento de mesorregiões, há áreas de conhecimento e/ou cursos ausentes em algumas delas. A existência de dados ausentes sobre cursos em algumas mesorregiões, o fato de a maioria das IES não ofertar cursos de todas as áreas de conhecimento, o número de categorias da variável resposta (12 áreas/cursos) e a quantidade de estudantes nos três ciclos do Enade (149.995) tornaram a modelagem muito complexa para o ajuste de modelos hierárquicos. Diversas alternativas foram testadas, mas mesmo os modelos mais simples não convergiram. Embora reconhecendo a importância do contexto para os fenômenos educacionais, optamos por ajustar modelos convencionais, por mesorregião ou grupo de mesorregiões.

Foram ajustados dois tipos de modelos: os modelos apenas com as variáveis de interesse, a raça e o sexo dos estudantes, sem outras variáveis de controle; e os modelos cheios, com as variáveis de controle. As variáveis de controle são aquelas que se mantêm constantes em um experimento e servem para avaliar o efeito da variável independente de interesse, descontado o efeito das demais variáveis intervenientes.

No caso brasileiro, por exemplo, raça e renda são variáveis correlacionadas, pois a população branca tem, em média, renda superior à população preta e parda. Se uma pesquisa deseja identificar o efeito da raça, independentemente da renda, é indicado que a renda seja inserida como um controle. Vale destacar que os nossos dados são populacionais, isto é, trata-se dos concluintes em cursos presenciais de Minas Gerais entre os anos 2017 e 2019<sup>37</sup>. Portanto, o modelo sem os controles mostra uma descrição

---

<sup>37</sup> Cabe ressaltar que todos os concluintes devem fazer o Enade, mas nem todos comparecem. Os faltosos no dia do Exame precisam seguir protocolos para regularizar a sua situação, que, em último caso, pode ficar pendente até a próxima edição do Enade de sua área de conhecimento. Dessa forma, a população deste

bastante fiel da realidade, isto é, as chances de aquelas pessoas, nos anos considerados, concluírem uma área ou curso. Já o modelo cheio nos serve para estimar o efeito do gênero e da raça independentemente da escola de origem, da idade, da escolaridade materna e da renda familiar. O Quadro 2 resume as variáveis utilizadas nos modelos de regressão logística.

**Quadro 2 - Descrição das variáveis dos modelos de regressão logística**

Função da variável	Nome	Tipo	Interpretação esperada
Dependente (resposta)	Área/curso	Categórica. 12 áreas/cursos (ver quadro 1).	-
Variável de interesse	Sexo/cor-raça	Categórica. 1. Homens brancos e amarelos (referência); 2. Mulheres brancas e amarelas; 3. Mulheres negras e indígenas; e 4. Homens negros e indígenas.	<i>Dummys</i> , sendo os homens brancos e amarelos a categoria de referência. Em geral, os negros e indígenas (homens ou mulheres) tendem a apresentar menos oportunidades educacionais que homens brancos. As mulheres brancas, em algumas áreas/cursos, podem apresentar vantagens em relação aos homens brancos.
Controle	Renda familiar	Categórica. 1. Até 1,5 salários mínimos (referência); 2. 1,5 a 3 salários mínimos; 3. 3 a 4,5 salários mínimos; 4. 4,5 a 6 salários mínimos; e 5. Acima de 6 salários mínimos.	<i>Dummys</i> , sendo a faixa de renda mais baixa a categoria de referência. Espera-se que, quanto maior a faixa de renda, mais chances de concluir o curso.
Controle	Escolaridade materna	Categórica. 1. Até o ensino fundamental (referência); 2. Ensino médio; e 3. Ensino superior/pós-graduação.	<i>Dummys</i> , sendo a categoria de mães com ensino fundamental a referência. A influência da escolaridade dos pais no alcance educacional dos filhos é conhecida, especialmente das mães.
Controle	Idade no momento do Enade	Contínua.	A variável tende a ter uma relação quadrática com a área/curso. Áreas e cursos com maior prestígio tendem a ter concluintes mais jovens que outras áreas/cursos.
Controle	Escola de ensino médio	Categórica. 1. Sempre em escola pública (referência) 2. Outras escolas. 3. Sem informação (omisso).	<i>Dummys</i> , sendo a trajetória no ensino médio em escola pública a referência. Estudantes que na sua trajetória escolar realizaram o ensino médio em escolas públicas tendem a ter desvantagens nas oportunidades educacionais em áreas/cursos de maior prestígio. A categoria “omissa” não é interpretável. Ela foi mantida nos modelos apenas para evitar

estudo são os concluintes que compareceram ao exame. O cômputo real de concluintes só é possível de ser feito com dados do Censo do Ensino Superior por meio do Sedap/Inep.

			excluir os casos em que há informação de outras variáveis.
--	--	--	--

As chances de conclusão por gênero e raça foram plotadas em gráficos (as tabelas com as estimativas estão no Apêndice deste capítulo). Para sua interpretação, é preciso observar se a barra de erro de cada área/curso passa pela linha vertical. Se isso ocorrer, não podemos afirmar que existem diferenças estatisticamente significativas entre o grupo representado pela barra e os homens brancos e amarelos (referência) quanto à chance de conclusão de determinado curso em relação à conclusão uma licenciatura (área de referência). Se a barra estiver acima da faixa, sem tocá-la, as chances de aquele grupo ser um concluinte da área em questão, em relação a estar terminando uma licenciatura, são superiores; e se ela estiver abaixo, as razões de chance são menores que a dos homens brancos.

As barras cinzas referem-se aos modelos apenas com a variável de interesse, que são sexo e raça reunidos, e na cor azul estão os resultados dos modelos controlados pela origem social. Vale lembrar que os modelos sem as variáveis de controle evidenciam a realidade enfrentada por esses grupos no que se refere à conclusão do ensino superior no estado de Minas Gerais. As variáveis de controle explicam em que medida as desigualdades entre os grupos estão relacionadas com a renda familiar, a escolaridade da mãe, a idade e a escola de origem. Por meio do modelo controlado, conseguimos dimensionar quais dessas variáveis são mais ou menos representativas para incidência do evento em questão: a conclusão de determinado curso de ensino superior. Contudo, ao inserir variáveis explicativas, as desigualdades nas chances reais de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras concluírem determinada área e/ou curso, em comparação com os homens brancos, não se alteram efetivamente. Esse procedimento é apenas uma tentativa de explicar essa realidade.

## **4.2 Metropolitana de Belo Horizonte**

### **4.2.1 Setor público**

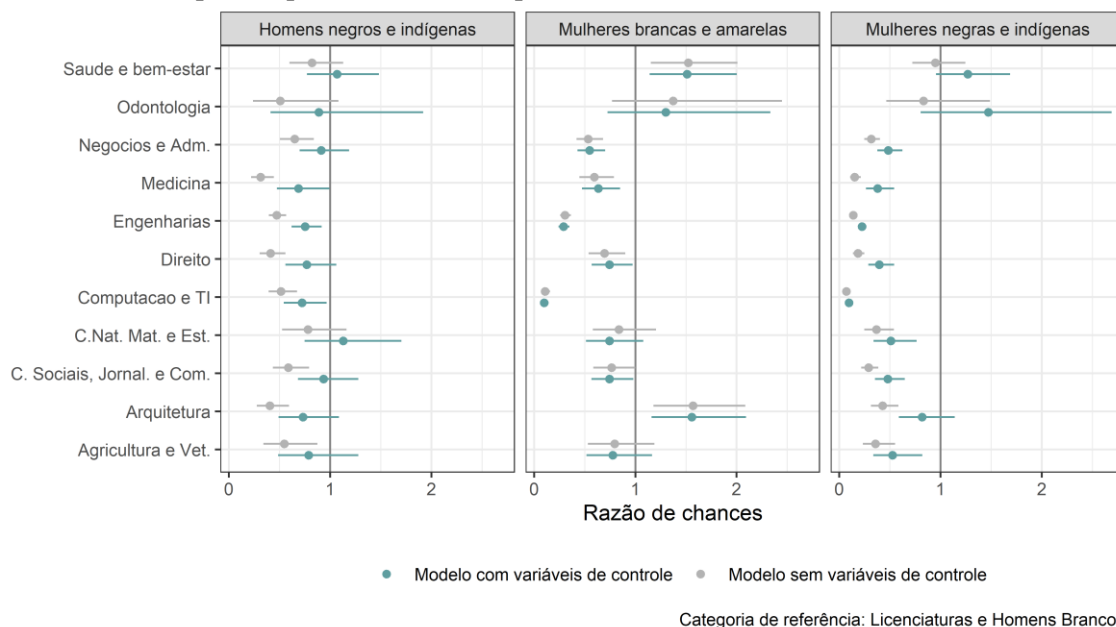
O setor público da mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte totalizou 13.394 concluintes no ciclo do Enade entre 2017 e 2019. Desses, 26% são homens brancos, 25,1% mulheres brancas, 19,5% mulheres negras, 19,2% homens negros e 10,2% não

responderam à questão sobre raça/cor. Assim como nas análises sobre a coorte de matriculados no ano de 2018 com dados do Censo do Ensino Superior, os homens negros estão em desvantagem quantitativa. Porém, no caso dos concluintes do triênio das IES públicas da Metropolitana de BH, as mulheres negras também apresentaram percentuais bem abaixo das mulheres e dos homens brancos.

O Gráfico 20 apresenta os resultados dos modelos com e sem as variáveis de controle do setor público da Metropolitana de BH. Os coeficientes do modelo sem as variáveis de origem social mostram que os estudantes negros, de ambos os sexos, apresentam mais chances que os homens brancos de serem concluintes das Licenciaturas em quase todas as áreas e cursos selecionados. As únicas exceções foram Saúde e Bem-Estar e o curso de Odontologia, em que as diferenças nas razões de chance não foram significativas. No caso dos homens negros, em Ciências Naturais, as diferenças nas razões de chance também foram irrelevantes. Para as mulheres brancas, as chances de estarem em Arquitetura e Saúde e Bem-Estar em relação a estarem concluindo uma Licenciatura superaram a dos homens brancos, e foram as mesmas em Ciências Naturais, Odontologia e Agricultura e Veterinária. As áreas de Computação e TI e as Engenharias chamam atenção porque as mulheres, independentemente da raça, estão bem distantes dos homens brancos, isto é, elas têm muito mais chances de concluir uma Licenciatura que um curso dessas áreas em comparação aos homens brancos. O mesmo se observa em relação à distância nas chances das mulheres negras de concluírem Medicina e Direito, em comparação aos homens brancos. Isso significa que as chances de conclusão das mulheres negras são maiores em um curso de Licenciatura, e não nesses cursos de maior prestígio.

Já os resultados do modelo completo para o setor público, expresso na cor azul, demonstra que as diferenças entre os homens brancos e negros ficam estatisticamente insignificantes quando se controla pela escolaridade materna, idade, renda familiar e origem escolar em quase todas as áreas e cursos, com exceção das Engenharias, da Medicina e do Direito — grupo das “profissões imperiais”. O mesmo não ocorreu com as mulheres negras. Apesar de menos acentuadas, suas chances ainda são menores na maior parte das áreas. No caso das mulheres brancas, os coeficientes tiveram pouca alteração com a inserção dos controles, indicativo do fato de que mulheres e homens brancos compartilham uma origem social semelhante.

**Gráfico 20. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

#### 4.2.2 Setor privado

O setor privado da Metropolitana de BH totalizou 44.132 concluintes, dos quais 25,6% são mulheres negras e indígenas, 22,2% mulheres brancas e amarelas, 21,6% homens negros e indígenas e 19% homens brancos e amarelos. Não consta essa informação em 11,6% dos casos. A vantagem quantitativa das mulheres no setor privado nas IES da capital do estado e de seu entorno é um resultado que chama atenção, com destaque para as mulheres negras e indígenas, que somam mais de um quarto do total de concluintes. Os homens negros e indígenas também aparecem na frente dos homens brancos.

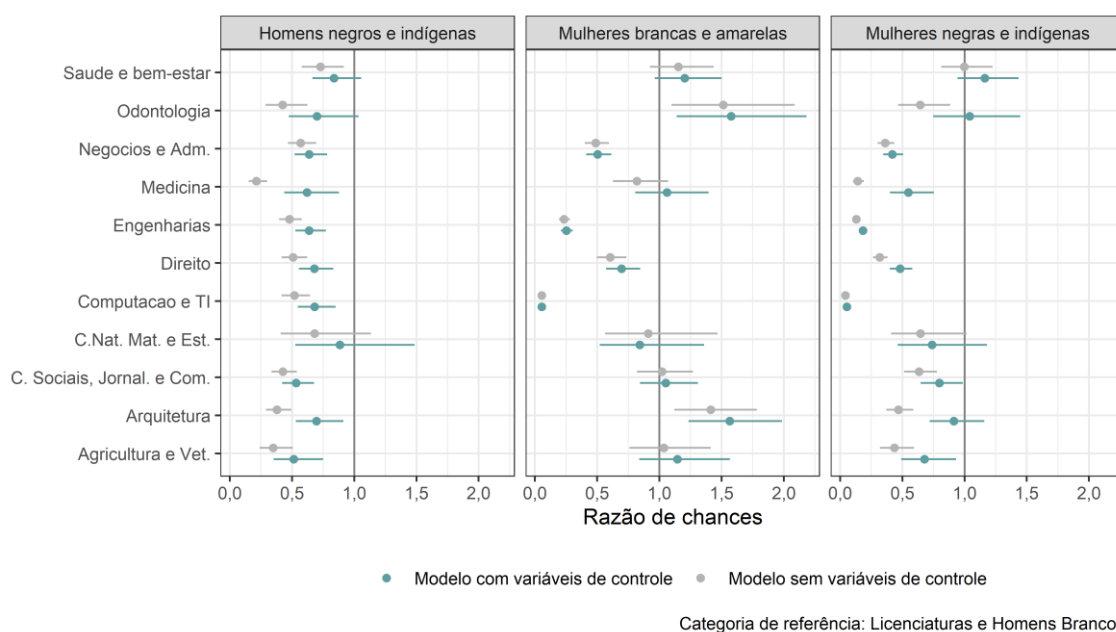
Os resultados do modelo sem controles expressos na cor cinza no Gráfico 21 mostram que as chances de os homens negros e indígenas serem um concluinte das Licenciaturas, em comparação com os homens brancos, são maiores para todas as áreas. A única exceção foi Ciências Naturais, Matemática e Estatística, em que as chances são estatisticamente as mesmas. O curso em que a distância entre as razões de chances entre os homens negros e brancos chamou mais atenção foi Medicina. O caso das mulheres negras e indígenas foi semelhante ao dos homens negros, com a diferença que, além da área de Ciências Naturais, na área de Saúde e Bem-Estar as chances das mulheres negras

e dos homens brancos se equivaleram. Já as mulheres brancas apresentaram mais chances que os homens brancos de concluir o curso de Odontologia e de Arquitetura que alguma Licenciatura, e suas chances foram menores que a dos homens brancos apenas em Computação e TI, nas Engenharias, em Negócios e Administração e em Direito.

As diferenças nas chances de conclusão entre os homens negros e brancos no setor privado, com o controle da escolaridade materna, da renda familiar, da idade e da escola de origem (resultados expressos na cor azul), ficaram atenuadas em todas as áreas, e não foram significativas em Odontologia e na área de Saúde e Bem-Estar. O mesmo aconteceu com as mulheres negras em Odontologia, Ciências Sociais e Jornalismo e Arquitetura. Contudo, mesmo mantidas constantes as variáveis de origem social, as chances de os estudantes negros concluírem graduações das chamadas “profissões imperiais” permaneceram estatisticamente menores que as dos homens brancos. Já para as mulheres brancas, os resultados do modelo sem controle e do modelo com as variáveis de controle foram bem semelhantes. Vale chamar atenção para as áreas de Computação e TI, em que as variáveis de controle não alteraram a desvantagem das mulheres, evidência de que ser conluente dessas áreas depende muito mais do gênero do que da origem socioeconômica.

O fato de a inserção das variáveis renda, escolaridade materna e origem escolar atenuar as diferenças entre os grupos de cor e raça, para ambos os setores, demonstra que a vantagem dos homens brancos sobre as mulheres negras e os homens negros é muito explicada pela origem social. Por isso, quando o efeito dessas variáveis é inserido na equação, a diferença dos coeficientes é atenuada. Entretanto, vale frisar que as diferenças permanecem significativas, isto é, a origem socioeconômica sozinha não explica as desigualdades entre os homens brancos e os homens e mulheres negros. Quanto às mulheres brancas e amarelas, as variáveis de origem social não alteram substancialmente suas chances de conclusão nas áreas e cursos analisados, mesmo resultado apreendido no setor público.

**Gráfico 21. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

### 4.3 Região Centro-Norte

#### 4.3.1 Setor Público

Como mencionado nos capítulos anteriores, as mesorregiões Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha apresentam características populacionais e indicadores socioeconômicos semelhantes e são chamadas de Centro-Norte quando reunidas. Optamos por também analisá-las em conjunto. O setor público dessas mesorregiões totalizou 4.213 concluintes, sendo 37,8% mulheres negras e indígenas, 23,6% homens negros e indígenas, 14,2% mulheres brancas, 10,6% homens brancos. Foram excluídos da análise os 14,1% sem informação para cor/raça.

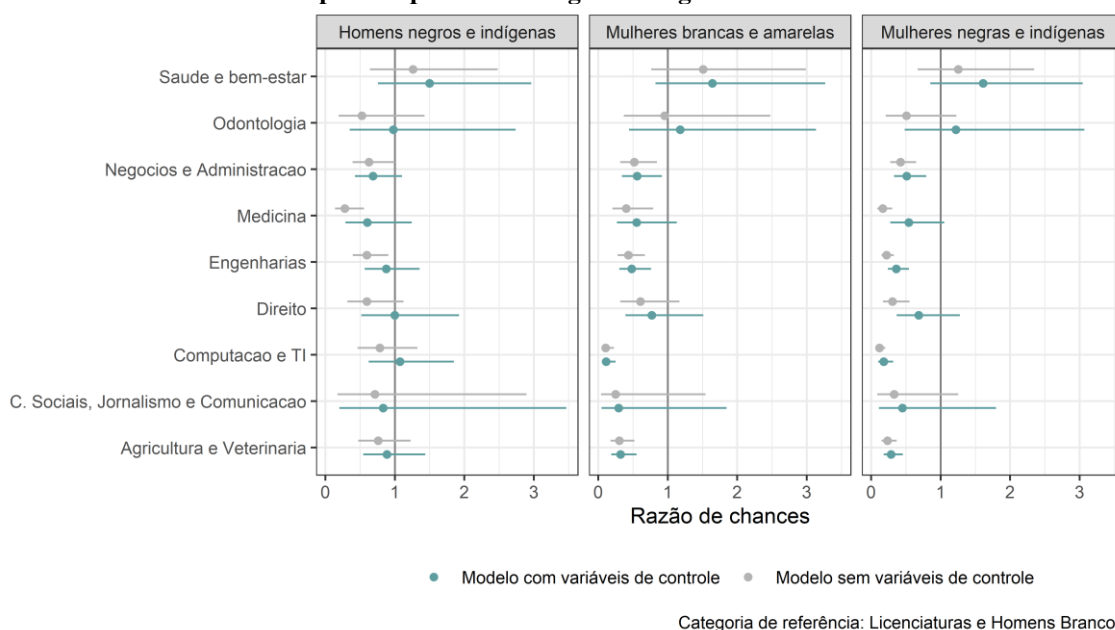
A distribuição de concluintes por grupo de gênero e raça aponta para uma larga predominância das mulheres negras, seguidas com alguma distância pelos homens negros, e o baixo percentual de mulheres e homens brancos. Vale reiterar que a população dessas mesorregiões é majoritariamente negra, o que explica essa alta proporção de estudantes não brancos.

Apesar da vantagem quantitativa dos estudantes negros, os resultados dos modelos preditivos indicaram que isso não se reflete em maiores chances de concluir cursos com maior prestígio. Conforme os resultados do modelo sem controles (Gráfico 24, os

homens negros apresentaram menos chances de serem concluintes de Medicina e das Engenharias que de concluir uma Licenciatura, em comparação aos homens brancos. As mulheres brancas apresentaram chances semelhantes à dos homens brancos de concluir Saúde e Bem-Estar, Odontologia, Direito e Ciências Sociais e Comunicação. No caso das mulheres negras, as razões de chance delas e dos homens brancos de concluir Saúde e Bem-Estar, Odontologia e Ciências Sociais são estatisticamente as mesmas. Diferentemente do setor público da Metropolitana de BH, as diferenças entre homens brancos e negros é menos marcada ao norte do estado. Ainda assim, a presença de homens brancos em cursos cuja credencial é mais valorizada se revela mais alta do que em cursos de Licenciaturas.

O modelo com as variáveis de controle — representado pela cor cinza — equiparou a chance de todos os grupos de gênero e raça de serem concluintes em Medicina em relação à de concluir uma Licenciatura, o que evidencia o peso das variáveis de origem social no curso. A diferença nas chances das mulheres negras e indígenas de serem concluintes em Direito em relação a serem concluintes de uma Licenciatura deixou de ser significativa a partir da inserção das variáveis de controle. Mais uma vez, Computação e TI se mostraram majoritariamente masculinas, independentemente dos controles.

**Gráfico 22. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da grande região Centro-Norte**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

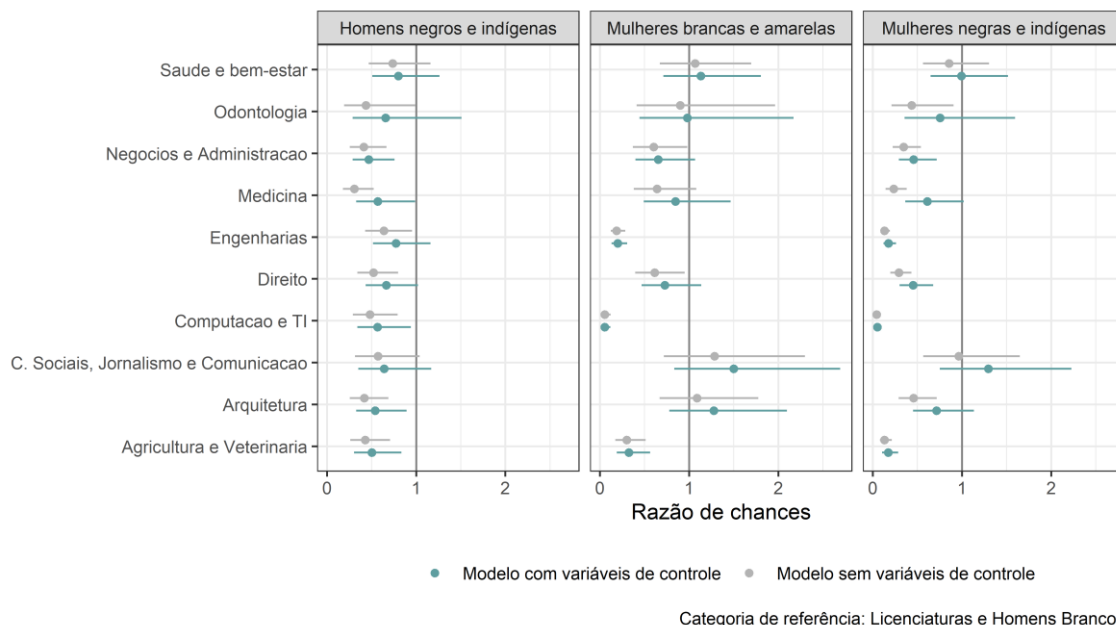
### 4.3.2 Setor Privado

O número de concluintes em cursos presenciais do setor privado das mesorregiões Norte de Minas, Noroeste de Minas, Central Mineira, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha foi de 10.306. Desse total, 32,2% são mulheres negras e indígenas, 28,2% homens negros e indígenas, 16,5% mulheres brancas e amarelas, 13,4% homens brancos e amarelos e em 9,6% dos casos não constava essa informação.

Diferentemente do setor público, no privado, as razões de chances dos homens negros de serem concluintes nas áreas e cursos selecionados em relação a serem concluintes das Licenciaturas foi menor que a dos homens brancos em sete das dez áreas e cursos analisados. No setor público, isso ocorreu em duas áreas (Engenharias e Medicina). No caso das mulheres negras, suas chances de conclusão foram menores em oito áreas e cursos selecionados em comparação à dos homens brancos. Para as mulheres brancas, isso ocorreu em quatro áreas e cursos considerados (Gráfico 23). Esses resultados demonstram que, a despeito da vantagem quantitativa dos estudantes negros, a presença de estudantes por grupo raça/cor não se dá de forma paritária no setor privado dessas mesorregiões.

O modelo com as variáveis de origem social, plotado na cor azul, atenuou as diferenças entre os homens negros e brancos em boa parte das áreas e dos cursos. As diferenças nas razões de chances de ser concluinte de Computação e TI e Engenharia em relação a ser concluinte das Licenciaturas persistiram entre as mulheres, brancas e negras, em comparação aos homens brancos. No curso de Medicina, assim como no setor público, as diferenças após os controles deixaram de ser significativas. Ademais, as chances das mulheres negras não se distinguiram significativamente às dos homens brancos em Odontologia e Arquitetura no modelo controlado.

**Gráfico 23. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referências homens brancos no setor privado presencial da grande região Centro-Norte**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

## 4.4 Regiões ao Sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro

### 4.4.1 Setor Público

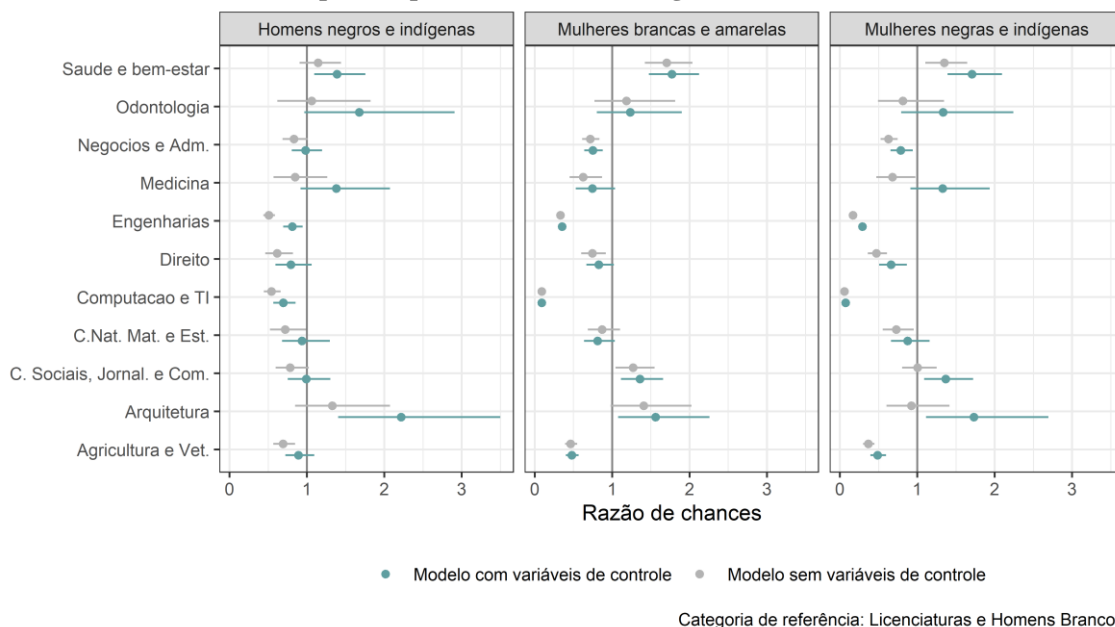
O Sul de Minas, o Triângulo Mineiro, o Oeste de Minas e Campo das Vertentes fazem divisa entre si, a maioria de sua população é branca, e essas regiões apresentam bons indicadores sociais (CIRINO; GONZÁLEZ, 2011). Reunidas, as mesorregiões totalizaram no setor público presencial 20.962 concluintes, dos quais 31,8% são homens brancos e amarelos, 29,6% mulheres brancas e amarelas, 13,9% homens negros e indígenas, 13,9% mulheres negras e indígenas e 10,7% não informaram sua raça/cor. Na coorte dos concluintes, a vantagem quantitativa dos homens brancos ficou ainda mais evidente que a dos matriculados, expressa no Capítulo 3.

A análise das razões de chance no modelo sem controles expresso nos intervalos de confiança na cor cinza do Gráfico 24 indica que a chance de conclusão dos homens negros se revelou menor que a dos homens brancos nas Engenharias, em Direito, em Computação e TI e em Agricultura e Veterinária, em relação à chance de concluir uma Licenciatura. As chances de conclusão das mulheres, brancas e negras, foram menores que a dos homens brancos em Negócios e Administração, em Medicina, nas Engenharias, em Direito, em Computação e TI e em Agricultura e Veterinária e superiores em Saúde e Bem-Estar. As mulheres brancas também apresentaram mais chances que os homens de serem concluintes em Ciências Sociais e Comunicação.

Ao se observar o Gráfico 20 — setor público da Metropolitana de BH — e o Gráfico 24 – regiões ao sul de Minas Gerais –, chama atenção o fato de as chances nas regiões ao sul de Minas Gerais se apresentarem mais equitativas em comparação com a Metropolitana de BH, em que 60% da população é de cor preta ou parda (Tabela 4). Na Metropolitana, as chances de conclusão dos homens negros foram menores que a dos homens brancos em oito áreas/cursos, enquanto nas regiões ao sul de Minas Gerais elas foram menores em quatro. As chances de conclusão das mulheres negras ou indígenas foram menores na Metropolitana em nove áreas e, nas regiões ao Sul de Minas Gerais, em seis.

Os resultados do modelo controlado presentes no Gráfico 24 na cor azul demonstraram que a vantagem dos homens brancos sobre as mulheres, brancas e negras, nas Engenharias, em Computação e TI e em Agricultura e Veterinária se manteve. Os homens negros também apresentaram menores chances que os homens brancos de serem concluintes das Engenharias e de Computação e TI, mas com distâncias mais modestas nos valores das razões de chance. Nos modelos controlados, as chances dos três grupos em Arquitetura foram superiores às dos homens brancos. Por fim, assim como nas demais regiões, as mulheres e homens brancos apresentam perfis socioeconômicos semelhantes, visto que as chances de conclusão das mulheres brancas e amarelas nos modelos com e sem controles foram muito próximas.

**Gráfico 24. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial das mesorregiões ao sul de Minas Gerais**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

#### 4.4.2 Setor Privado

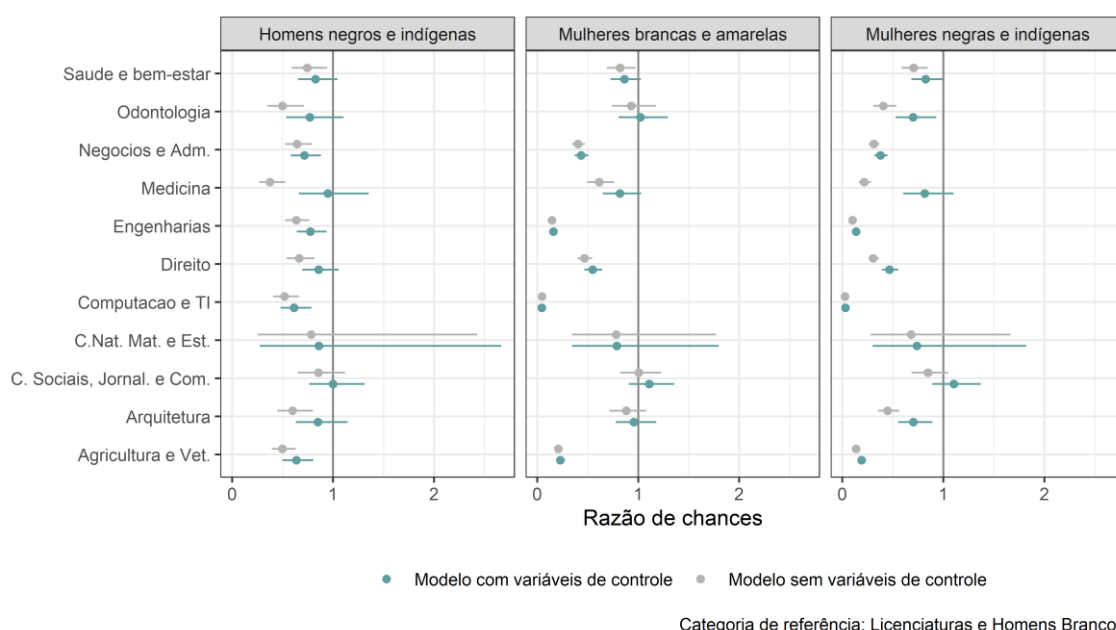
O setor privado das mesorregiões Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Oeste de Minas e Campo das Vertentes totalizou 28.861 estudantes, sendo 34,3% mulheres brancas e amarelas, 26,9% homens brancos e amarelos, 16% mulheres negras e indígenas, 13,7% homens negros e indígenas e 8,5% de estudantes sem essa informação. Diferentemente do setor público, nas IES privadas dessas mesorregiões, as mulheres brancas são o grupo com maior percentual de concluintes.

Em contraste com os modelos sem controle do setor público, no privado as razões de chances de os homens e as mulheres negros concluírem as áreas e cursos selecionados, em relação às de serem um concluinte das Licenciaturas, foram menores que a dos homens brancos em nove das áreas e cursos observados (Gráfico 25). Para as mulheres brancas, elas foram menores em seis áreas e cursos analisados. Possivelmente, o fato de o setor público se apresentar mais equitativo racialmente, comparado ao privado, é um efeito da Lei 12.711.

Os intervalos de confiança na cor azul expressam as razões de chances dos grupos de cor/raça controladas pelas variáveis renda familiar, origem escolar, escolaridade materna e idade. Nele, as chances de as mulheres concluírem Computação e TI, Engenharias e Agricultura e Veterinária permaneceram bem menores que as dos homens

brancos. Novamente, a conclusão dessas áreas está mais relacionada ao gênero que à origem social e escolar. Os homens negros também apresentaram menos chances em comparação aos homens brancos de conclusão dessas áreas em relação a uma Licenciatura, mas com valores menos discrepantes. As diferenças nas razões de chance dos grupos analisados de concluir Medicina, em relação às de concluir uma Licenciatura, no setor privado, ficaram estatisticamente insignificantes, resultado do peso da origem socioeconômica nas chances de conclusão do curso.

**Gráfico 25. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concludente nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concludente das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial das mesorregiões ao sul de Minas Gerais**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

#### 4.5 Leste Mineiro: Vale do Rio Doce e Zona da Mata

A Zona da Mata e o Vale do Rio Doce são mesorregiões vizinhas, apresentam certo dinamismo econômico, mas também contam em seus territórios com regiões estagnadas economicamente e, por conseguinte, são consideradas fortemente heterogêneas internamente (CIRINO; GONZÁLEZ, 2011). Essas duas regiões apresentam um perfil étnico-racial relativamente distinto, ao contrário das demais junções de mesorregiões. No Vale do Rio Doce, segundo o Censo Demográfico de 2010, 64% das pessoas são não-brancas, enquanto na Zona da Mata são 48%. Apesar dessa limitação, tendo em vista os pontos em comum, optamos por reunir essas mesorregiões.

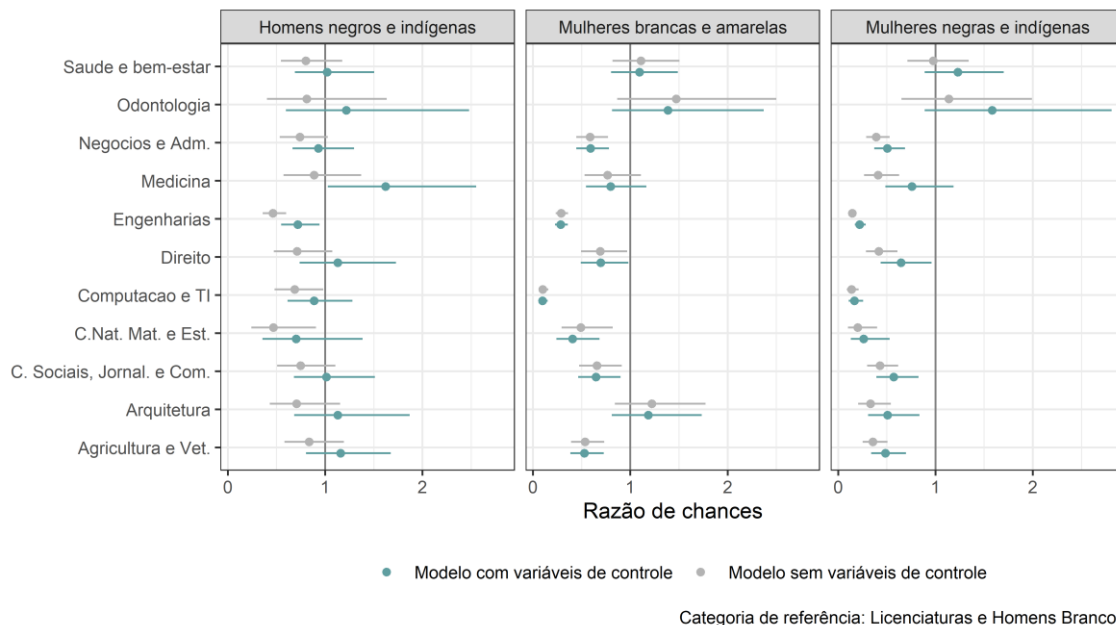
#### 4.5.1 Setor Público

O setor público da Zona da Mata e do Vale do Rio Doce totalizou 7.190 concluintes. 29% deles são mulheres brancas e amarelas, 28,6% homens brancos e amarelos, 16,7% mulheres negras e indígenas, 18% homens negros e indígenas e 9,9% são casos omissos para a informação cor/raça.

Os resultados do modelo sem variáveis de controle, na cor cinza do Gráfico 26, mostrou que os homens negros e indígenas apresentaram menos chances que os homens brancos de concluir Engenharias e Ciências Naturais, Matemática e Estatística, em relação a concluir uma Licenciatura. As mulheres brancas têm menos chances de concluir Computação e TI, Engenharias, Negócios e Administração, Ciências Naturais, Matemática e Estatística, Ciências Sociais Comunicação e Agricultura e Veterinária. As mulheres negras e indígenas só não apresentaram menores chances que as os homens brancos em Saúde e Bem-Estar e em Odontologia. Em todas as demais áreas, é menos provável que elas sejam concluintes, em comparação aos homens brancos.

O modelo controlado, na cor azul, fez as diferenças entre os homens negros e brancos deixarem de ser significativas em todas as áreas, com exceção das Engenharias e Medicina. No caso de Medicina, as chances de os homens negros concluírem o curso em relação às chances de concluir uma Licenciatura superaram as chances dos homens brancos. As diferenças entre as razões de chance de conclusão das mulheres negras e as dos homens brancos em Medicina ficaram estatisticamente insignificantes, indicativo do peso da origem social nas chances de concluir o curso. Engenharias, Computação e TI e Agricultura e Veterinária confirmaram a desvantagem feminina, mesmo quando medida a influência das outras variáveis. Assim como em outras regiões, as diferenças após os controles alteraram pouco as distâncias entre mulheres e homens brancos.

**Gráfico 26. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Vale do Rio Doce e Zona da Mata**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

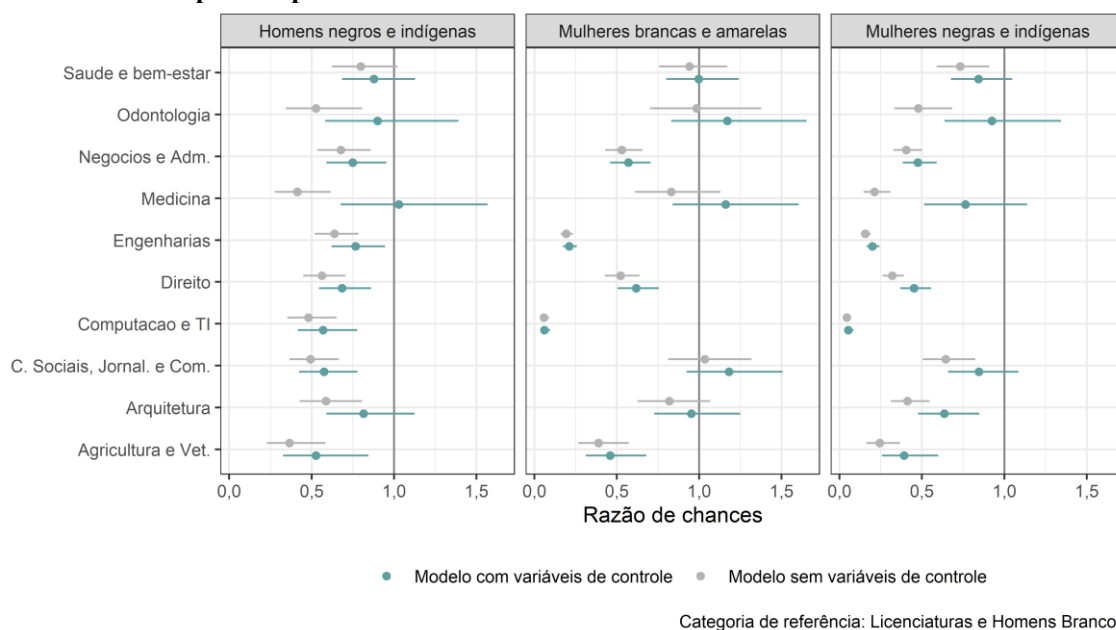
#### 4.5.2 Setor Privado

O setor privado do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata totalizou 17.235 concluintes, dos quais 28,7% são mulheres brancas e amarelas, 23,7% mulheres negras e indígenas, 22,7% homens brancos e amarelos e em 5,4% dos casos a informação cor/raça estava ausente. O modelo representado sem as variáveis de controle, na cor cinza do Gráfico 27, mostra que as chances que os homens negros têm de concluir qualquer das áreas, com exceção de Saúde e Bem-Estar, são menores que as dos homens brancos, em relação à chance de conclusão de alguma Licenciatura. As mulheres negras apresentaram menos chances de conclusão que os homens brancos em todas as áreas e cursos analisados, em relação à de concluir Licenciaturas.

Os resultados sem controles evidenciam que as chances de concluir as carreiras pesquisadas, no setor privado, está relacionada ao gênero em Negócios e Administração, Engenharias, Direito, Computação e TI e Agricultura e Veterinária. Nessas áreas e cursos, as mulheres brancas apresentaram menos chances de conclusão que os homens brancos. Paralelamente, as chances de conclusão são menores para homens negros e mulheres negras na quase totalidade das áreas e cursos avaliados.

Os intervalos de confiança na cor azul apresentam o modelo controlado e é possível notar que muitas desigualdades entre os grupos de estudantes negros, em relação aos homens brancos, se mantiveram. As exceções foram Medicina e Odontologia, pois no modelo controlado as chances de conclusão das mulheres negras e dos homens negros se equivaleram às dos homens brancos. As chances de as mulheres concluírem Engenheiras e Computação e TI permaneceram consideravelmente menores que as dos homens brancos. Chamou atenção o curso de Direito ter mantido, mesmo no modelo controlado, as chances maiores de conclusão dos homens brancos em relação aos três grupos de raça e gênero.

**Gráfico 27. Razões de chance e intervalo de confiança de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Vale do Rio Doce e Zona da Mata**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

#### 4.6 Considerações Parciais

Os percentuais de estudantes dos grupos de gênero e raça evidenciam que, na Metropolitana de Belo Horizonte e no Leste Mineiro (Zona da Mata e Vale do Rio Doce), o setor público incluiu quantitativamente menos estudantes negros comparado ao setor privado. Nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais, a desvantagem em números absolutos dos estudantes negros nas IES públicas foi alta, porém, foi menor em comparação às privadas dessas regiões. Tais resultados ficaram ainda mais evidentes na coorte de

concluintes que na de matriculados, expressa nos Capítulos 2 e 3. Quanto às mesorregiões do Centro-Norte, nelas os concluintes negros totalizaram mais de 60%, com destaque para as mulheres negras, que correspondem a 38% do total de concluintes.

A despeito da desvantagem quantitativa dos estudantes negros na maior parte das regiões do estado no setor público, os modelos sem as variáveis de controle demonstraram que as chances de conclusão das distintas áreas/cursos, em relação à possibilidade de se concluir uma Licenciatura, foram menos discrepantes para a variável de interesse (gênero e raça) comparado ao setor privado. Além disso, em alguns casos, a variável não apresentou significância, como ocorreu na comparação das chances de conclusão em Medicina entre homens brancos e negros do setor público das mesorregiões ao sul de Minas Gerais e no Leste Mineiro. O mesmo caso foi observado para Odontologia na Metropolitana de Belo Horizonte, no Centro-Norte, nas mesorregiões ao sul de Minas Gerais e no Leste Mineiro, onde os quatro grupos de raça não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. No setor público do Centro-Norte, entre homens negros e brancos, também inexistem diferenças significativas nas chances de conclusão em Direito, em Agricultura e Veterinária e em Computação e TI, em relação às de concluírem uma Licenciatura.

Os resultados encontrados no setor público estão relacionados a, pelo menos, dois fatores: a Lei 12.711, que garantiu vagas para estudantes negros e indígenas, e ao fato de as licenciaturas serem mais masculinas nas IES públicas mineiras. Gabriela Honorato, Carolina Zuccarelli e André Vieira, (2019) identificaram que o perfil social dos estudantes das graduações ligadas ao magistério nas universidades federais tende a ser mais elevado em relação ao privado. Em referência à Lei de Cotas, Gustavo de Paula, Bréscia Nonato e Cláudio Nogueira (2022) demonstraram como a ação afirmativa diminuiu a estratificação horizontal em cursos seletivos da UFMG, instituição referência do estado. Seja em função da composição social e de gênero das licenciaturas nas universidades públicas ou da política de afirmação de direitos, o dado é que as chances de homens brancos e negros e de mulheres brancas e negras concluírem cursos com prestígios diversos se revelam menos desiguais no setor público.

Em termos de gênero, os resultados do setor privado demonstram a vantagem quantitativa das concluintes mulheres em todas as regiões analisadas. Na Metropolitana de BH, as mulheres negras são maioria nas IES privadas, seguidas pelas mulheres brancas. Nas regiões ao sul de Minas Gerais, as mulheres brancas predominam, seguidas pelos homens brancos. No Leste Mineiro, elas também se confirmaram como grupo com

maior proporção de concluintes, e o segundo grupo com maior presença é o de mulheres negras. Já no Centro-Norte, as mulheres negras estão em maior proporção, seguidas pelos homens negros.

Na Metropolitana de BH, no Leste Mineiro e no Centro-Norte, o setor privado, comparado ao público, apresentou menos desigualdades qualitativas em relação ao gênero na conclusão do curso de Medicina. Nessas três regiões, homens brancos e mulheres brancas apresentaram chances de concluir o curso equivalentes estatisticamente. Esse resultado não se repetiu para mulheres negras e para os homens negros concluintes das IES privadas nas regiões, pois tais grupos se revelaram mais prováveis concluintes das Licenciaturas, em comparação aos homens brancos.

Nos modelos de ambos os setores controlados pela renda familiar, pela escolaridade materna, pela origem escolar e pela idade, as chances de as mulheres, brancas e negras, concluírem Computação e TI e Engenharias pouco se modificaram. Nessas áreas, a vantagem dos homens brancos se confirmou independentemente da origem socioeconômica dos estudantes, o que demonstra o peso do gênero na conclusão desses cursos.

Em síntese, é mais provável que as mulheres, brancas e negras, e que os homens negros sejam concluintes das Licenciaturas. Contudo, alguns padrões, no contexto de Minas Gerais, merecem ser destacados. No ano de 2013 — quando a tese de Mont’Alvão enfatizou a estratificação horizontal na educação superior com dados nacionais do Enem de 2010 —, foi revelada a vantagem progressiva das mulheres no setor privado e a manutenção da seletividade no público. A vantagem quantitativa das mulheres no setor privado se manteve em Minas Gerais. Todavia, possivelmente em decorrência da interiorização das IES públicas e da Lei 12.711, nas regiões de Minas Gerais consideradas, a análise das chances de conclusão das áreas e cursos selecionados mostrou que as universidades públicas estão menos estratificadas racialmente.

## **5. COMPOSIÇÃO SOCIAL E INDICADOR DE QUALIDADE DAS IES DE MINAS GERAIS**

Desde a concepção desta pesquisa, nossa intenção foi analisar o impacto dos marcadores sociais também no nível das IES. Haja vista os limites enunciados, isso não foi possível nos modelos apresentados no Capítulo 4. Contudo, não gostaríamos de encerrar esse trabalho sem chamar atenção para o que se forjou a partir da ampliação da cobertura do ensino superior brasileiro: a heterogeneidade das instituições.

A diversificação institucional foi o motor da expansão do ensino superior brasileiro e produziu efeitos na composição social das IES. Nas últimas décadas, o ensino superior privado explodiu em matrículas e se abriu para a oferta do ensino com fins lucrativos. As IES privadas absorveram uma parcela de estudantes com perfis que, noutros tempos, não frequentavam a educação superior, e são consideradas bastante heterogêneas. Nos últimos 20 anos, as instituições públicas também passaram por transformações: ampliaram a oferta de graduações menos seletivas, por meio do REUNI, se interiorizaram e implementaram ações afirmativas. A despeito das mudanças mais recentes, as universidades públicas são atravessadas pela sua natureza seletiva com que assim permaneceram por quase 100 anos.

O sistema de ensino superior que recebe esse novo público – a classe média baixa, as camadas populares e o estudante trabalhador – é diferente das intuições acadêmicas que predominaram até os anos 1990 (ALMEIDA, 2004). A diversificação institucional que se seguiu é vista por duas perspectivas. A primeira é a de que ela promove a inclusão de públicos distintos dos “herdeiros” e disponibiliza vagas para trabalhadores que desejam melhorar sua qualificação profissional (CARDOSO, SAMPAIO, 1994; (SHAVIT; ARUM; GAMORAN., 2007). A segunda é a de que ela promove a estratificação do sistema, pois as instituições acadêmicas de melhor qualidade continuarão sendo acessadas pelas camadas sociais privilegiadas (SHAVIT; ARUM; GAMORAN, 2007).

Com objetivo de investigar a heterogeneidade das IES e de apreender em que medida essas duas perspectivas se relacionam, essa seção foi estruturada. Para tanto, será apresentada uma análise exploratória da relação entre a heterogeneidade das IES por mesorregiões de Minas Gerais, da composição social de seus estudantes e da qualidade dessas instituições. Para descrever a composição social das IES utilizamos os microdados do questionário contextual respondido pelos concluintes em graduações presenciais que fizeram o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Foram selecionados

os anos 2017, 2018 e 2019, os mesmos dados do Capítulo 4, mas sem a exclusão das áreas de Serviços e Artes e Humanidades. O total de estudantes nos três anos analisados foi de 149.995<sup>38</sup>.

A composição social foi operacionalizada por características que definem a população estudada. Nesse caso, utilizamos a faixa de renda familiar e a escolaridade materna. Como essas variáveis são categóricas, escolhemos uma categoria e consideramos o percentual de estudantes na categoria por IES como medida da sua composição social. Para a renda familiar, elegemos a faixa acima de seis Salários Mínimos (SM), que representa 21% dos estudantes no total. Para a escolaridade materna, selecionamos as mães com, pelo menos, ensino superior completo, 28,7% dos casos válidos.

Vale mencionar que a escolha por delimitar uma faixa de escolaridade e uma de renda para apresentar os dados coloca limitações, tais como a não visualização dos estratos baixos e médios. Contudo, a escolha pelos estratos mais altos como *proxy* da composição social permitiu apreender a elitização das IES e o percentual de estudantes vindos de famílias em que a conclusão do ensino superior representa um grau de mobilidade escolar frente à escolarização de sua mãe.

Na sequência deste capítulo, apresentaremos gráficos da correlação entre o percentual de estudantes na faixa de renda acima de seis SM (eixo X) e o percentual de estudantes filhos de mães com pelo menos o ensino superior (eixo Y). Cada IES foi representada com um círculo, cujo tamanho é proporcional ao número de estudantes concluintes da IES que fizeram o Enade. O nome de cada IES está escrito no interior ou próximo de cada círculo. Os círculos na cor azul se referem às IES privadas e as alaranjadas, às públicas. Os gráficos foram produzidos por região (mesorregião ou conjunto de mesorregiões agrupadas). Quando uma região possui muitas IES, os círculos ficam mais embolados, como é o caso da Metropolitana de Belo Horizonte. Para melhorar a visualização, as escalas de cada gráfico foram ajustadas de acordo com as distribuições dos percentuais das variáveis dos eixos X e Y nas regiões. Dessa forma, só faz sentido comparar as correlações representadas nos gráficos dentro de cada região, e não entre regiões. É importante frisar que as posições na composição social são relativas e contextuais. Caso apresentássemos resultados de todo estado em um mesmo gráfico, uma instituição considerada com perfil socioeconômico mais alto localizada ao norte do estado

---

<sup>38</sup> Desse total 92,6% são válidos e 7,4% estão omissos dos bancos de dados do Enade para as variáveis renda e escolaridade materna de 2017 a 2019.

ocuparia uma posição intermediária nos dados gerais, por exemplo. Então, para apreendermos tendências que de outro modo passariam despercebidas, optamos por apresentar as mesorregiões separadamente.

Apresentamos também, nesta seção, o Índice Geral de Curso (IGC) das IES mineiras do ano de 2018. Esse indicador é derivado do Enade e expressa numericamente a qualidade das instituições de ensino superior (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES; 2009). O cálculo inclui a média ponderada dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC), para a graduação, e os conceitos apreendidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para a pós-graduação. O CPC considera no cálculo o desempenho dos estudantes no Enade, a infraestrutura da IES e a formação da equipe docente. O resultado é transformado em uma escala de 1 a 5 e, quanto mais próximo o IGC é de 5, melhor é a qualidade da IES.

## **5.1 Metropolitana de Belo Horizonte**

A composição social dos concluintes de cursos superiores presenciais da Metropolitana de BH é, em média, mais privilegiada do que a da média de Minas Gerais. Enquanto 21% dos concluintes do estado estavam na faixa de renda mais alta, na Metropolitana esse valor foi de 26,5%. O percentual de estudantes cujas mães completaram o ensino superior foi de 30%, em comparação com os 28,7% do estado.

O Gráfico 35 apresenta a relação entre o percentual de estudantes com renda familiar acima de seis SM e o percentual de mães com ensino superior, nas 28 instituições com maiores números de concluintes da mesorregião. A associação positiva entre as duas variáveis é esperada, e ela é observada pela tendência ascendente dos círculos da esquerda para a direita no plano gráfico, à medida que aumentam os percentuais nos eixos X e Y. Mas o que nos interessa aqui é observar como as instituições se distribuem nesse espaço gráfico que representa a composição social dessas IES.

As instituições privadas se destacam nos dois extremos do gráfico. Mais à esquerda, embaixo, há uma grande concentração de círculos azuis, que representam as IES privadas onde há os menores percentuais de estudantes cujas famílias têm renda mais alta e que são filhos de mães com curso superior. Do lado direito, acima, estão as IES onde esses percentuais são mais altos. Ou seja, as instituições privadas são, ao mesmo tempo, as mais elitizadas da mesorregião e as menos elitizadas.

Ainda assim, a composição social da UFMG, do Cefet e da Unifei se destacou pelo contingente de estudantes com perfil social alto. Vale mencionar que, entre as instituições públicas, figuram também universidades que apresentaram composição social de baixa a intermediária, tais como a UEMG, com 17,7% de estudantes oriundos de famílias com renda superior a seis SM e 24,5% das mães com ensino superior, e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFET<sup>39</sup>), com 15,2% e 19,6%, respectivamente. Essas duas IES estão um pouco ofuscadas pelas do entorno, mas suas bolhas são 8 e 15 vezes menores, respectivamente, que a da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC), instituição com maior número de concluintes. Notem que as demais IES no centro do gráfico – composição social intermediária – também têm proporcionalmente o maior número de concluintes.

O círculo que aparece isolado no canto direito superior representa o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) com 77,6% de seus concluintes na faixa de renda mais alta. O IBMEC possui o maior percentual de estudantes filhos de mães com ensino superior completo, 66,6%. Porém, o círculo que representa essa instituição é muito pequeno, o que denota o perfil privilegiado de seus estudantes. A Faculdade Milton Campos, com 57,6% de famílias com renda acima de seis SM, e a FUMEC, com 54,2%, também recebem um público mais elitizado.

Do outro lado, as instituições privadas também se destacam pelos menores percentuais de estudantes com renda alta e de mães com curso superior. Como são muitos círculos do lado esquerdo do gráfico, a visualização é mais difícil, mas as IES privadas às quais nos referimos são: a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa), a Unihorizontes, os campi da Faculdade Pitágoras, um dos campi da UNA e a Estácio de Sá. Em todos estes casos, os percentuais para as variáveis consideradas ficaram entre 4% e 15%.

Na parte mais central do gráfico está a Faculdade de Ciências Médicas que oferta Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia e Medicina. Entre as instituições mineiras que ofertam exclusiva ou majoritariamente a graduação em Medicina o perfil dos estudantes é mais alto, contudo no caso das Ciências Médicas apenas 37% dos estudantes são concluintes em Medicina. Possivelmente as demais graduações influenciaram na posição intermediária da composição social da instituição. Próxima às Ciências Médicas, mas

---

<sup>39</sup> A sigla IFET foi substituída pelo Ministério da Educação pela sigla “IF” seguido da região onde a instituição está localizada. Como o a sigla ficou extensa, em alguns casos optamos por padronizar e usar IFET para todos os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF’s).

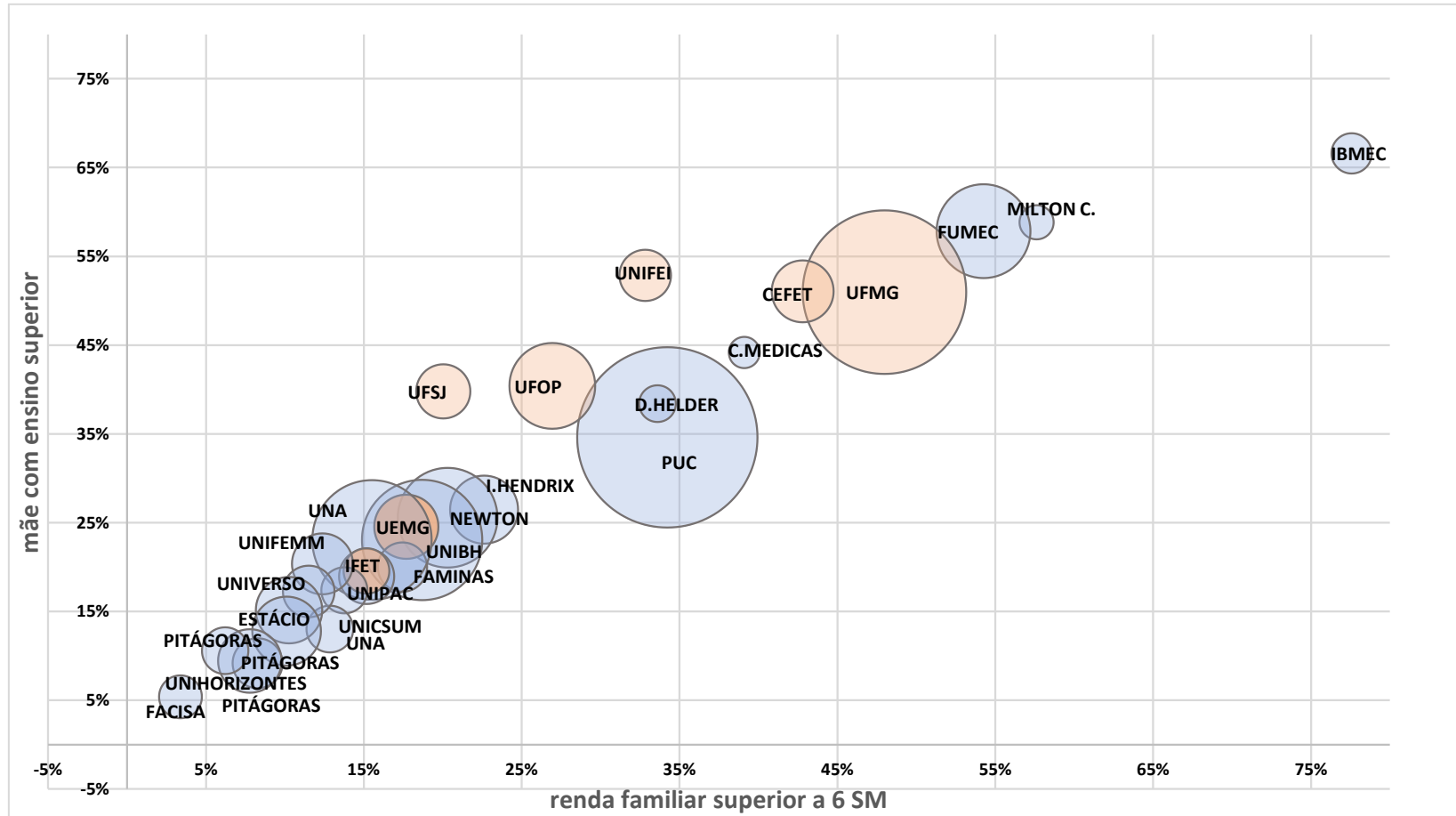
com perfil mais alto e próximo às privadas mais privilegiadas, está o grande círculo alaranjado que representa Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde 48% dos concluintes têm renda mais alta e 51% são filhos de mães com curso superior. Na mesma linha no eixo Y, está o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), em que o percentual de filhos de mães com ensino superior é igual aos da UFMG. Porém, em relação à variável renda, o Cefet é menos privilegiado (43%), e o tamanho do círculo denota ser uma instituição pública bem menor. Outra pública que se destaca é a Universidade Federal de Itajubá (Unifei), onde 52%, dos concluintes são filhos de mães com ensino superior.

Entre as instituições públicas, figuram também instituições que apresentaram composição social de baixa a intermediária, tais como a UEMG, com apenas 17,7% de estudantes oriundos de famílias com renda superior a seis SM e 24,5% das mães com ensino superior, e o Instituto Federal de Minas Gerais (IFET<sup>40</sup>) com 15,2% e 19,6%, respectivamente. Contudo, são IES com menor expressão em número de concluintes.

---

<sup>40</sup> A sigla IFET foi substituída pelo Ministério da Educação pela sigla “IF” seguido da região onde a instituição está localizada. Como o a sigla ficou extensa em alguns casos optamos por padronizar e usar IFET para todos os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF’s).

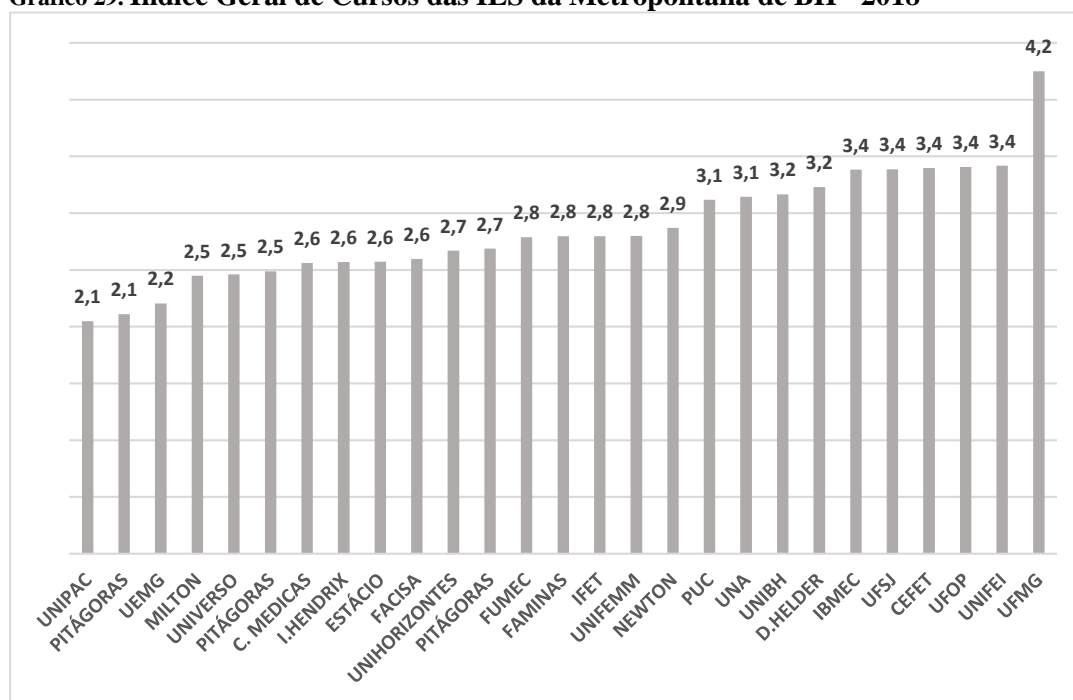
**Gráfico 28. Composição Social das IES da Metropolitana de Belo Horizonte por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

O Gráfico 37, com os IGC's, reproduziu em alguma medida, a composição social das instituições (Gráfico 35). No entanto, algumas exceções merecem ser destacadas. A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), por exemplo, apresentaram IGC's altos e composição social intermediária. Inversamente, a Milton Campos, que oferta principalmente o curso de direito e apresentou composição social alta, aparece com o 5º menor IGC. O IBMEC, apesar do IGC inferior à maioria das instituições públicas, alcançou o mais alto indicador de qualidade entre as privadas. Na outra ponta, a UNIPAC de Conselheiro Lafaiete, a Faculdade Pitágoras de Contagem (PITAGORAS) e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) tiveram os menores IGC's no ano de 2018 entre as IES analisadas.

**Gráfico 29. Índice Geral de Cursos das IES da Metropolitana de BH - 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

## 5.2 Região Centro-Norte

### 5.2.1 Norte de Minas

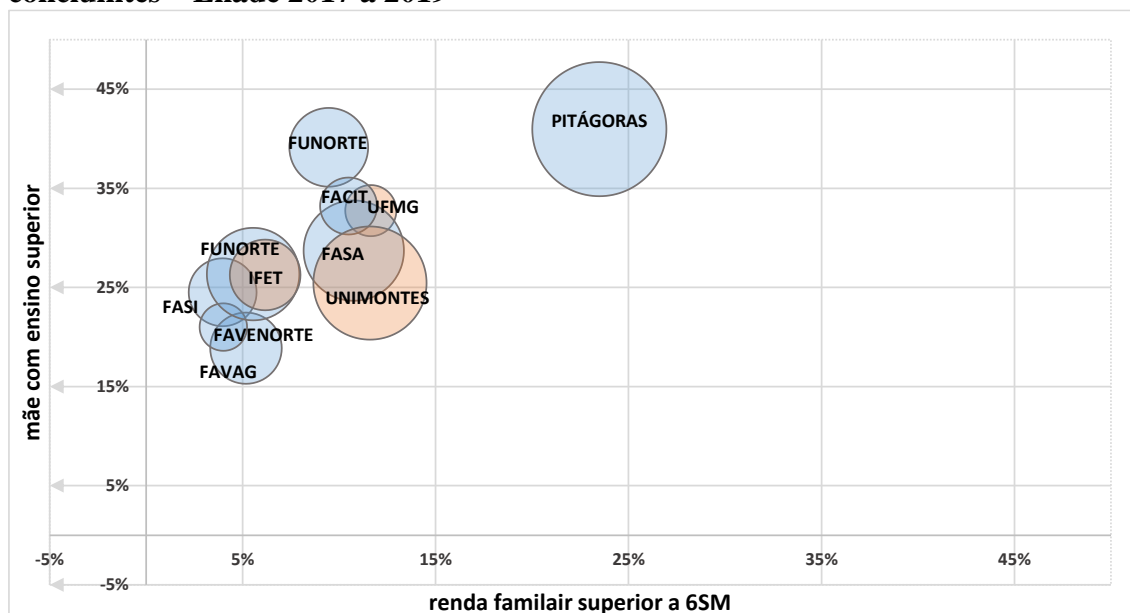
No Norte de Minas 11,7% dos concluintes em graduações presenciais dos anos 2017, 2018 e 2019 tinham renda familiar superior a seis SM. Esse número variou entre 4%, no Instituto Superior de Educação Verde Norte (FAVENORTE) e na Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI), e 23,5% na Faculdade Pitágoras. O percentual de estudantes filhos de mães com ensino superior na região foi de 29,7%, com mínimo de 18,9% na

Faculdade Vale do Gortuba (FAVAG), e máximo de 41% na Faculdade Pitágoras. As IES dessa região têm composição social bem menos privilegiada. Os valores máximos do percentual de estudantes com renda familiar acima de seis SM estão mais próximos dos valores baixos-intermediários da região Metropolitana de Belo Horizonte.

Pelo Gráfico 38, observamos que, no Norte de Minas, os concluintes da Faculdade Pitágoras apresentam perfil socioeconômico mais alto em relação às outras IES da região, enquanto na FAVAG e na FAVENORT eles são de origem social bem menos privilegiada. Nessa região, a Faculdade Pitágoras – representada pelo maior círculo mais à direita – possui proporcionalmente um número alto de concluintes.

Dentre as IES públicas, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) estão em uma posição intermediária na análise de composição social em relação ao perfil socioeconômico da região. Já o IFET, outra instituição pública, tem perfil socioeconômico mais baixo, com menor percentual de estudantes com renda familiar alta, 6,2% entre as três públicas.

**Gráfico 30. Composição Social das IES do Norte de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**

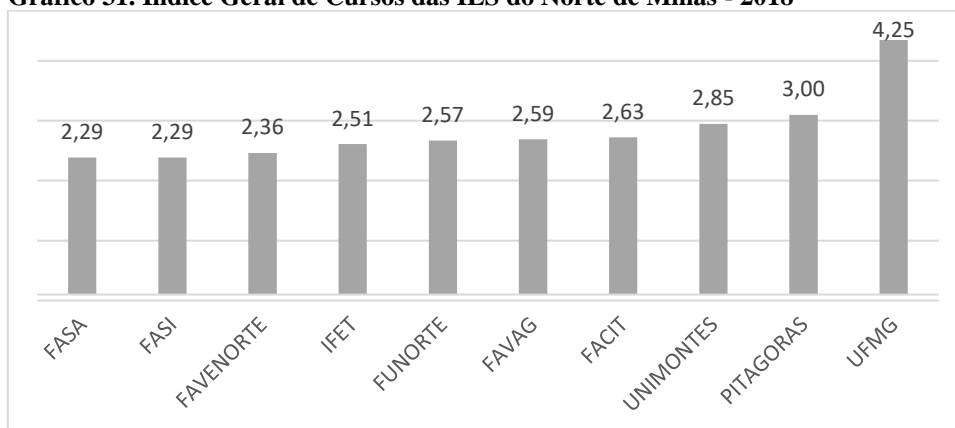


Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

No Gráfico 39 é possível notar que as IES privadas com mais baixo perfil socioeconômico apresentaram os menores valores para do IGC, ao lado do IFET, instituição técnica com o menor percentual de estudantes com renda acima de seis SM entre as públicas.

Cabe registrar que o indicador de qualidade é por código da IES e que as instituições federais, a UEMG e a UNIMONTES mantêm o mesmo código independentemente de seus campi. Os Institutos Federais utilizam códigos de acordo com a região onde estão inseridos. Em Minas Gerais, existem os IF's do Norte de Minas (presentes no Noroeste de Minas, no Vale do Jequitinhonha e Mucuri e no Norte de Minas), do Sul de Minas, do Triângulo Mineiro, do Sudeste de Minas Gerais (seus campi estão em Campo das Vertentes e Zona da Mata) e o Instituto Federal de Minas Gerais, com campi na Metropolitana, no Oeste de Minas e no Vale do Rio Doce. Já nas IES privadas, apesar de manterem o “nome fantasia”, os códigos podem variar até mesmo dentro de uma mesma cidade.

**Gráfico 31. Índice Geral de Cursos das IES do Norte de Minas - 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

### 5.2.2 Central Mineira, Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha<sup>41</sup>

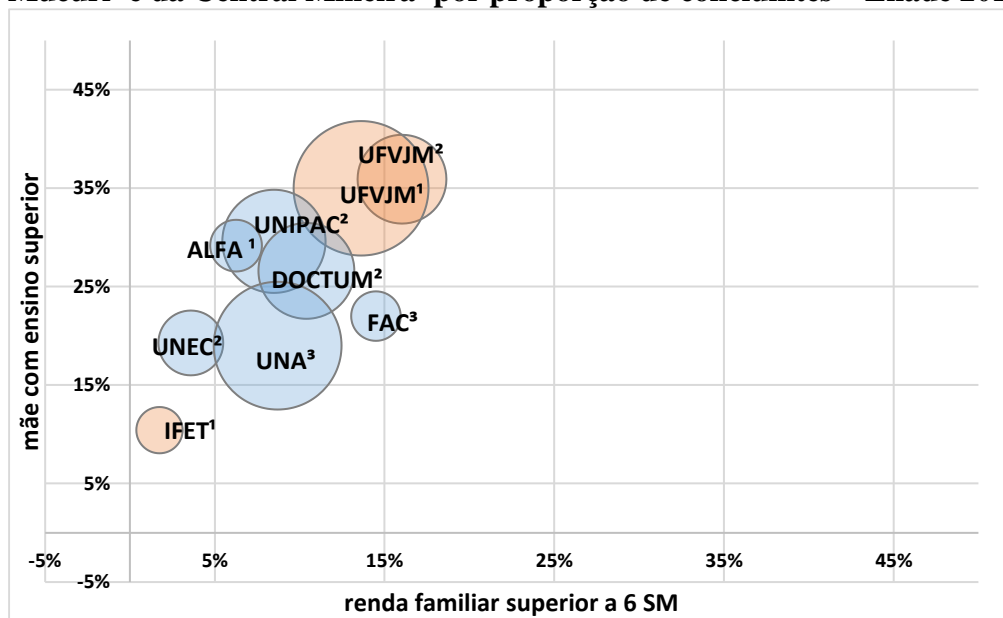
No Vale do Jequitinhonha, a presença de estudantes com renda familiar superior a seis SM foi de 12%, no Vale do Mucuri, 11%, e, na Central Mineira, 9,3%. O campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (UFVJM), no Vale do Mucuri, a Faculdade Arquidiocesana de Curvelo (FAC), na Central Mineira, e o campus da UFVJM no Vale do Jequitinhonha apresentaram valores mais altos nessa faixa de renda, 16%, 14,5% e 13%, respectivamente. O IFET apresentou menos estudantes com renda alta, apenas 1,7%, seguido do Centro Universitário de Caratinga, com 3,6%. Esses valores evidenciam a composição social menos privilegiada das IES que têm mais

<sup>41</sup> Essas três mesorregiões apresentaram baixo número de concluintes. Por isso, suas principais IES foram plotadas em conjunto no Gráfico 40. As IES com o número “1” circunscritos são do Vale do Jequitinhonha, as com o número “2” estão no Vale do Mucuri, e as com o número “3”, na Central Mineira.

concluintes nessas três mesorregiões. Notem que todos os círculos estão abaixo de 20% no eixo X, o da renda familiar.

O Vale do Jequitinhonha e do Mucuri apresentaram, assim como o Norte de Minas, alto percentual de mães graduadas, 32% e 29%, respectivamente. Mas, na Central Mineira, esse número atingiu apenas 19%. Os dois campi da UFVJM apresentaram maior porcentagem de mães escolarizadas, por volta de 35%. Diferentemente do Norte de Minas, nas mesorregiões Central Mineira, Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, as IES públicas figuram nas extremidades, como representado no Gráfico 40. O IFET apresentou os menores valores para as medidas de composição social e teve, proporcionalmente, um número menor de concluintes que fizeram o Enade, conforme o tamanho relativo do círculo.

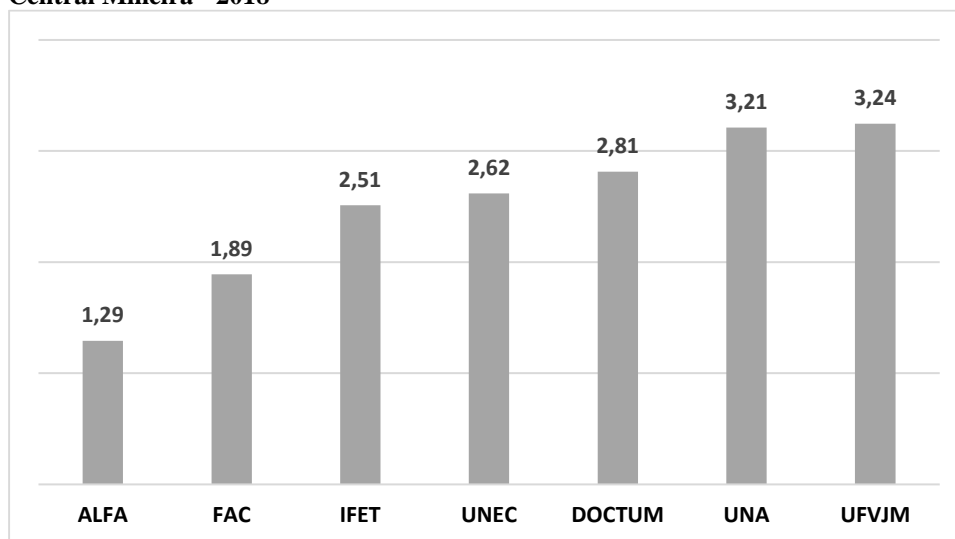
**Gráfico 32. Composição Social das IES do Vale do Jequitinhonha<sup>1</sup>, do Vale do Mucuri<sup>2</sup> e da Central Mineira<sup>3</sup> por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

O Gráfico 41 evidencia que, dentre as IES das mesorregiões, o IGC da UFVJM alcançou valor mais alto, e a Faculdade de Almenara (ALFA), o mais baixo, com 1,29, seguida da FAC, com 1,89. Na interpretação da escala do IGC, o Inep considera valores entre 1 e 2 não satisfatórios.

**Gráfico 33. Índice Geral de Cursos das IES do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e da Central Mineira - 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

### 5.2.3 Noroeste de Minas

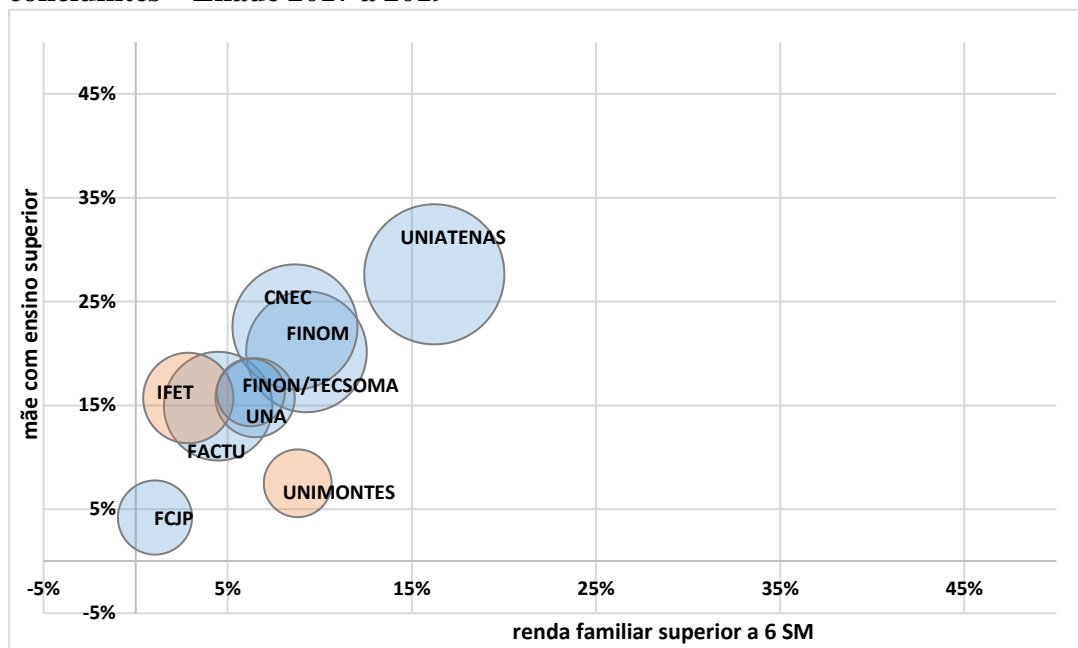
No Noroeste de Minas, 8,5% dos concluintes têm renda familiar superior a seis SM e 19,6% têm mães que completaram o ensino superior. Enquanto a mesorregião apresenta o maior PIB entre todas as do Centro-Norte e o terceiro maior do estado de Minas Gerais, a composição social dos concluintes da mesorregião foi bem inferior aos de Minas Gerais e até mesmo aos encontrados no Norte de Minas, no Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha. Vale lembrar que a economia da região é orientada principalmente para o agronegócio, atividade marcada pela concentração de terras e pelo acirramento das desigualdades (ELIAS; PEQUENO, 2007)

Entretanto, o Gráfico 42 mostra que o Grupo Atenas (UniAtenas) está descolado das demais IES, com 16,2% dos estudantes na faixa de renda mais alta e 27,6% com mães tendo concluído o ensino superior. Por outro lado, a Faculdade da Cidade de João Pinheiro (FCJP) e o IFET apresentaram os menores percentuais de estudantes com renda alta, 1,1% e 2,9%, respectivamente. A FCJP apresentou também o menor percentual de mães com ensino superior, 4,2%. O grupo Atenas se destacou, ademais, pelo tamanho do círculo, que denota número alto de concluintes proporcionalmente às demais IES representadas no gráfico.

Há duas instituições públicas na mesorregião, a Unimontes e o IFET. A composição social da Unimontes nessa mesorregião é bem menos privilegiada que a da sua unidade no Norte do estado, onde fica a sua reitoria. Já o IFET, que

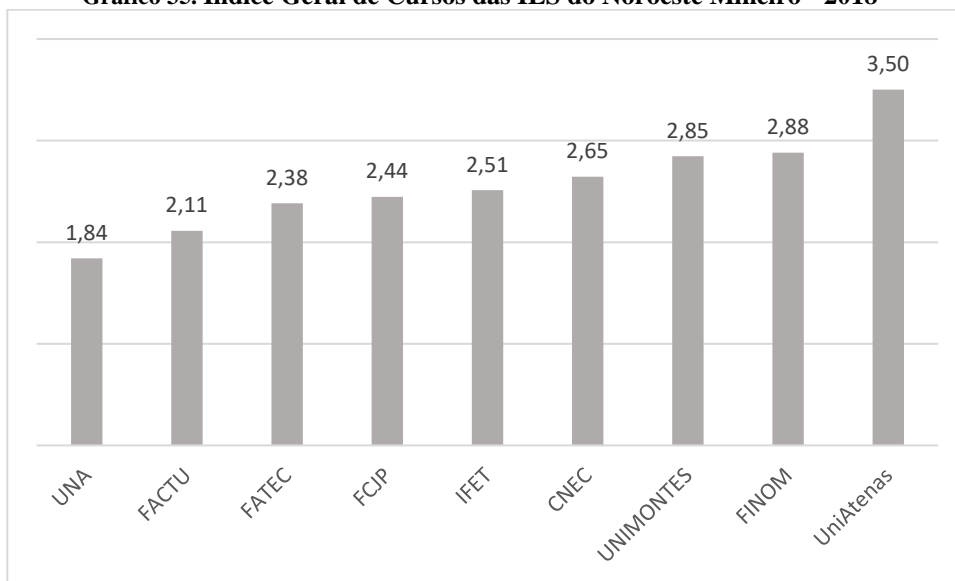
proporcionalmente tem mais alunos que a Unimontes, como já mencionado, atende estudantes cujas famílias possui renda baixa; porém, as mães dos estudantes são mais escolarizadas que na outra pública.

**Gráfico 34. Composição Social das IES Noroeste Mineiro por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

O Gráfico 43 demonstra que a UniAtenas apresenta não apenas composição social mais elevada, mas também que seu indicador de qualidade é superior aos das demais universidades da mesorregião, com 3,5, seguida pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM) e pela Unimontes, cujo índice é o mesmo para todos os seus campi.

**Gráfico 35. Índice Geral de Cursos das IES do Noroeste Mineiro - 2018**

Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

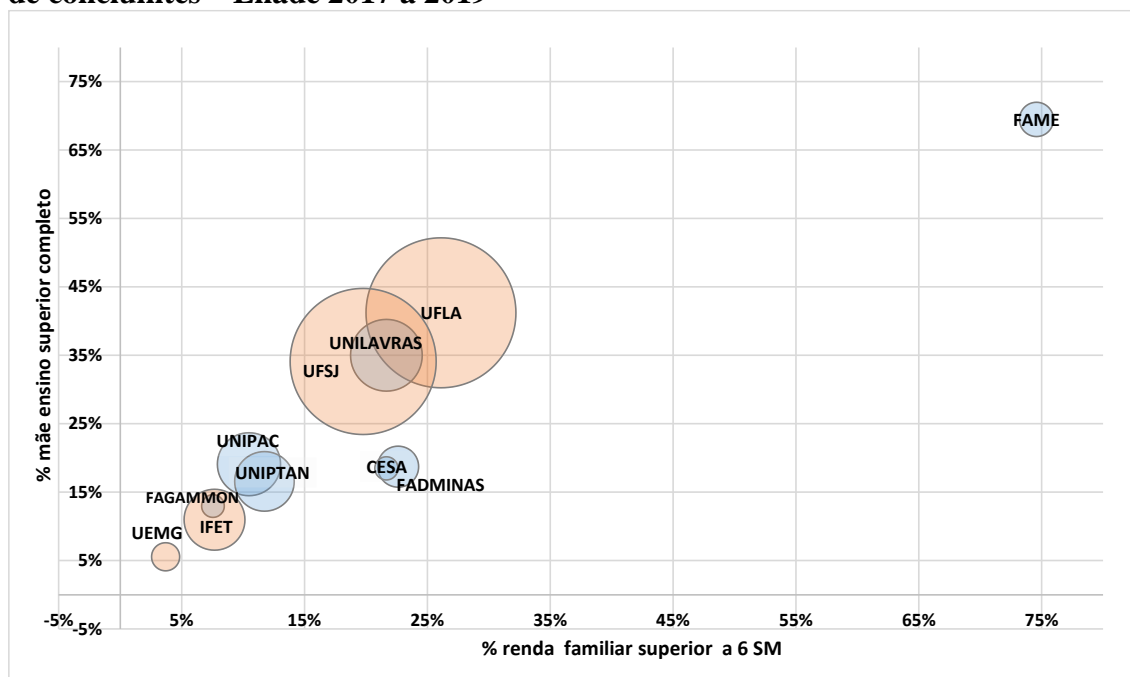
### 5.3 Mesorregiões ao Sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro

#### 5.3.1 Campo das Vertentes

Nas análises empreendidas no Capítulo 2, Campo das Vertentes demonstrou valer-se da ampla cobertura do ensino superior público. Somente nela e no Vale do Jequitinhonha a taxa de matrículas em instituições públicas supera a das privadas. O Gráfico 43 deixa evidente, pela proporção dos círculos, a grande quantidade de concluintes na Universidade Federal de Lavras (UFLA) e na UFSJ.

Contudo, há uma instituição com composição social muito atípica na região: a Faculdade de Medicina de Barbacena (FAME), na qual 79,6% dos estudantes vêm de famílias com renda acima de seis SM e 69,5% das mães concluíram o ensino superior. Em seguida, mas distante, a UFLA apresenta 26% dos estudantes com renda familiar alta e 41,2% filhos de mães que completaram o ensino terciário. As IES menos elitizadas foram o IFET e a UEMG, ambas públicas, que totalizaram os percentuais mais baixos nas duas variáveis consideradas. A UEMG se destaca pelo pequeno círculo devido ao baixo número de concluintes comparativamente às outras públicas da região.

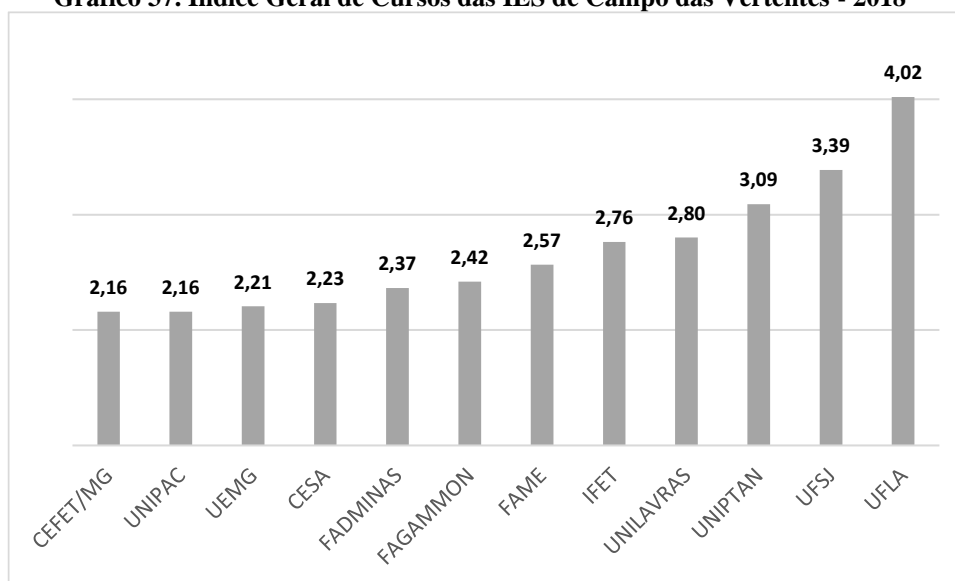
**Gráfico 36. Composição Social das IES em Campo das Vertentes por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

No que diz respeito ao indicador de qualidade, as maiores IES públicas da mesorregião com composição social mais alta no setor — UFLA e UFSJ — alcançaram IGC's mais altos (Gráfico 45). O Centro Universitário de Lavras (UNILAVRAS) apresentou composição social próxima à dessas instituições públicas e IGC pouco acima ao do IFET, de composição social baixa. Já a FAME, que oferta exclusivamente o curso de Medicina, alcançou IGC, em 2018, de 2,56.

**Gráfico 37. Índice Geral de Cursos das IES de Campo das Vertentes - 2018**

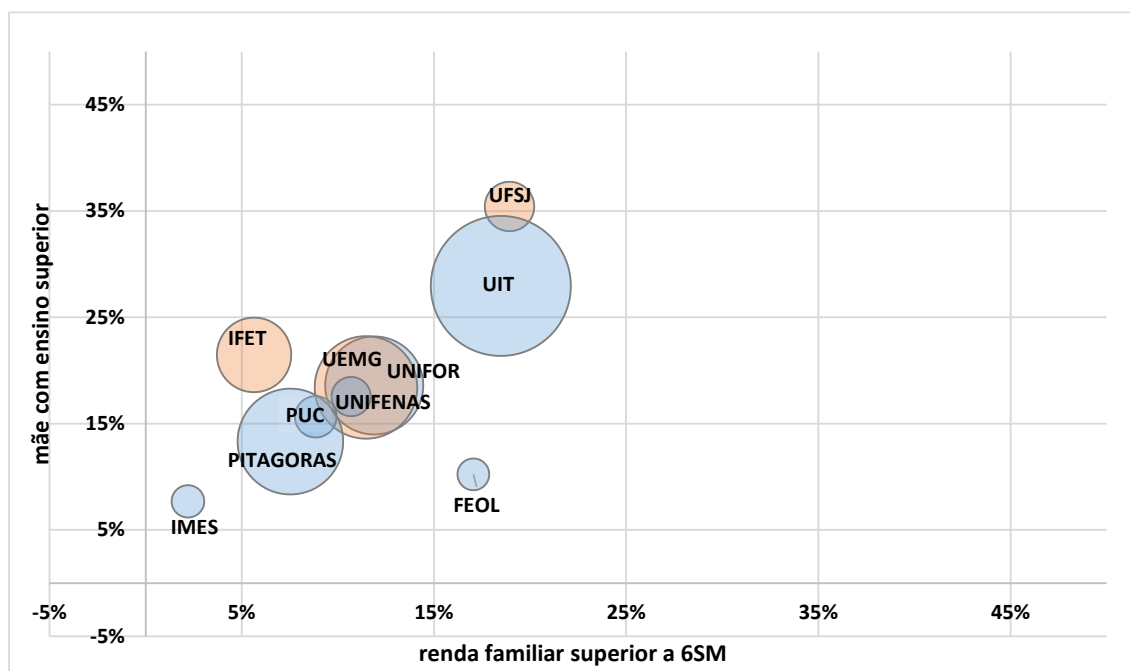


Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

### 5.3.2 Oeste de Minas

Comparada à Metropolitana e às demais mesorregiões ao sul do estado, o Oeste de Minas apresentou menores percentuais de estudantes com renda alta, 12,7%, e de estudantes cujas mães possuíam ensino superior, 21%. Na análise de composição social das IES, a UFSJ exibiu maiores percentuais de estudantes com renda familiar alta, 19%, e de mães com ensino superior, 35,4%, seguida pela Universidade de Itaúna (UIT) com 18,5% e 28% para as mesmas variáveis. A UIT emergiu também como maior IES da mesorregião (Gráfico 46). Assim como em outras mesorregiões, o IFET apresentou baixo percentual de estudantes com renda alta, 5,6%, à frente apenas do Instituto Mineiro de Educação Superior (IMES). Contudo, a despeito da origem econômica baixa, 21% dos concluintes do Instituto Federal vêm de famílias com mães graduadas. Chamou atenção a UEMG, que normalmente tem pouca expressão na quantidade de matriculados, sobretudo nas regiões ao norte do estado, ser a 4ª maior instituição em número de concluintes e apresentar, neste caso, uma composição social intermediária.

**Gráfico 38. Composição Social das IES do Oeste de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**

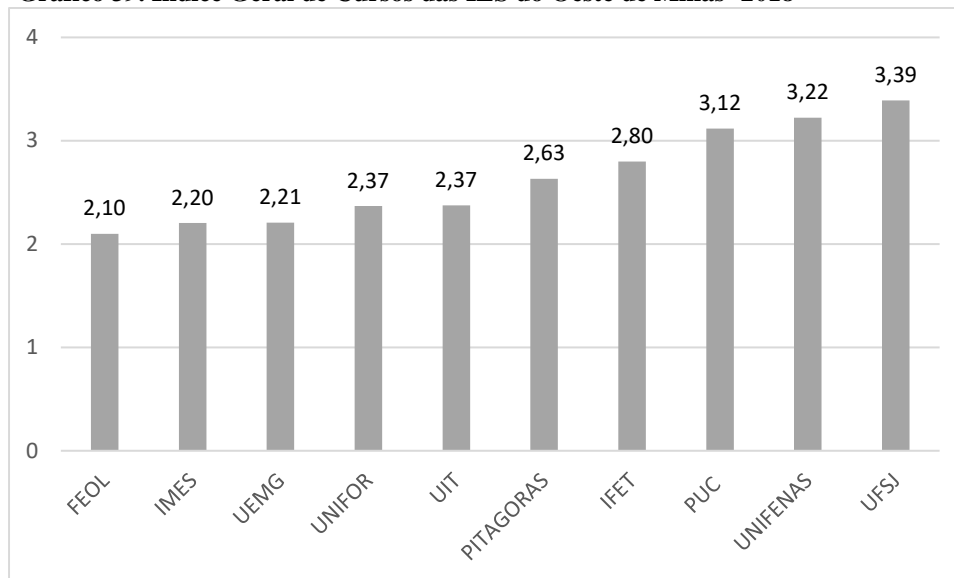


Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

O Gráfico 47 mostra a posição de destaque da UFSJ, um pouco à frente da Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS) e da PUC. A Faculdade Educacional de Oliveira (FEOL), o Instituto Mineiro de Educação (IMES) e a UEMG apresentaram os menores IGC's da mesorregião. É possível perceber uma correspondência entre a

composição social e o IGC. No caso do IMES e da FEOL, observam-se menores percentuais de mães graduadas e de índices de qualidade. Inversamente, as posições da UFSJ em ambos os gráficos revelam percentual de estudantes de famílias mais escolarizadas e alto IGC.

**Gráfico 39. Índice Geral de Cursos das IES do Oeste de Minas- 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

### 5.3.3 Sul de Minas

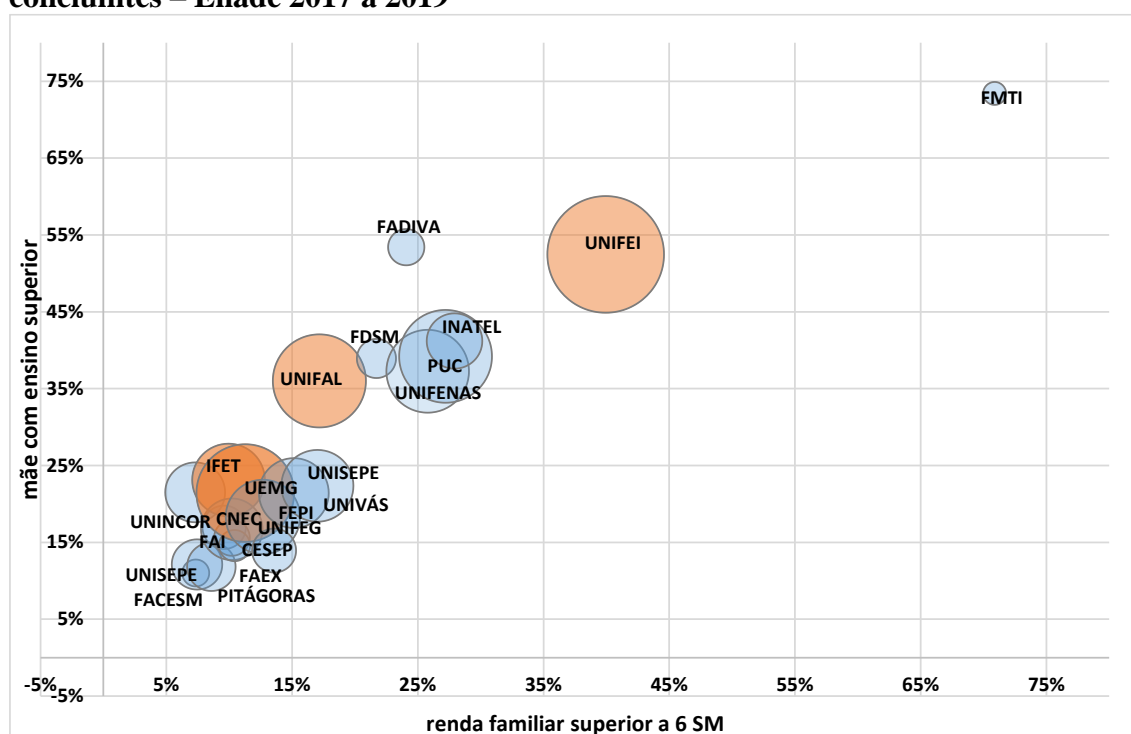
No Sul de Minas, 19% dos estudantes apresentaram renda alta e 29% eram filhos de mães com ensino superior completo. O Gráfico 47 mostra a Faculdade de Medicina de Itajubá (FMTI) descolada das demais, com 71% dos estudantes apresentando renda familiar alta e 73% sendo filhos de mães que haviam concluído o ensino superior. Tal situação é semelhante à das demais IES que ofertam prioritariamente o curso de medicina em outras mesorregiões. Em seguida, mas com distância, surge a Unifei, com 40% dos estudantes vindos de estratos econômicos elevados, e com 52,5% das mães graduadas. A Faculdade de Direito de Varginha (FADIVA) também apresentou alto percentual de concluintes cujas mães terminaram, pelo menos, uma graduação, 53%.

O Instituto Nacional de Comunicações (INATEL), a Faculdade de Direito do Sul de Minas (FADSM), a PUC, a Unifenas e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) apresentaram composição social intermediária. O grupo de Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (FACESM) e um dos campi do Centro Universitário do Vale do Ribeira (UNISEBE) apresentaram menores percentuais de estudantes com alta renda e de mães

com ensino superior. Próximas a essas instituições aparecem um conjunto de IES privadas – Faculdade de Extrema (FAEX), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas Gerais (FACES), UninCor, Pitágoras, CNEC, UNISEBE, Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (Unifeg), Faculdade Irecê (FAI) e Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado (CESEP) – e as públicas – UEMG e o IFET.

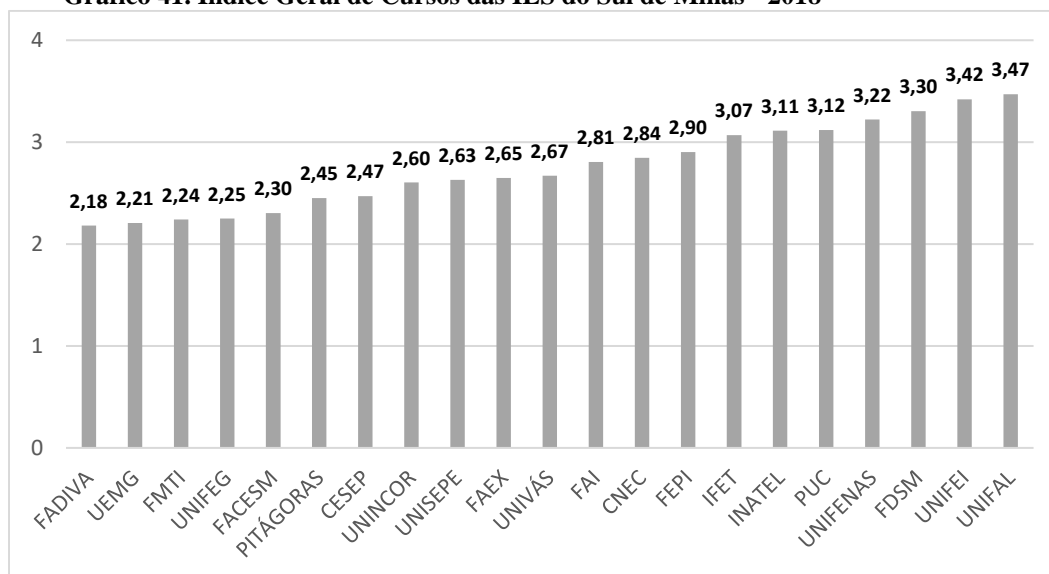
Vale lembrar que as posições das IES nos gráficos de composição social são relativas, e o que é considerado intermediário para o Sul de Minas se revelou alto nas mesorregiões ao Norte de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce e até mesmo no Oeste de Minas.

**Gráfico 40. Composição Social das IES do Sul de Minas por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

As universidades públicas do Sul de Minas se destacam pela qualidade (Gráfico 48), com os mais altos IGC's. A UEMG é exceção, exibindo índice mais baixo, próximo ao das IES privadas. A FADIVA, a despeito de ter uma composição social melhor que a da maioria das IES analisadas, apresenta o menor IGC da região. É válido mencionar que ela oferta exclusivamente o curso de direito, e exibiu resultados semelhantes aos da Milton Campos, na Metropolitana de BH.

**Gráfico 41. Índice Geral de Cursos das IES do Sul de Minas - 2018**

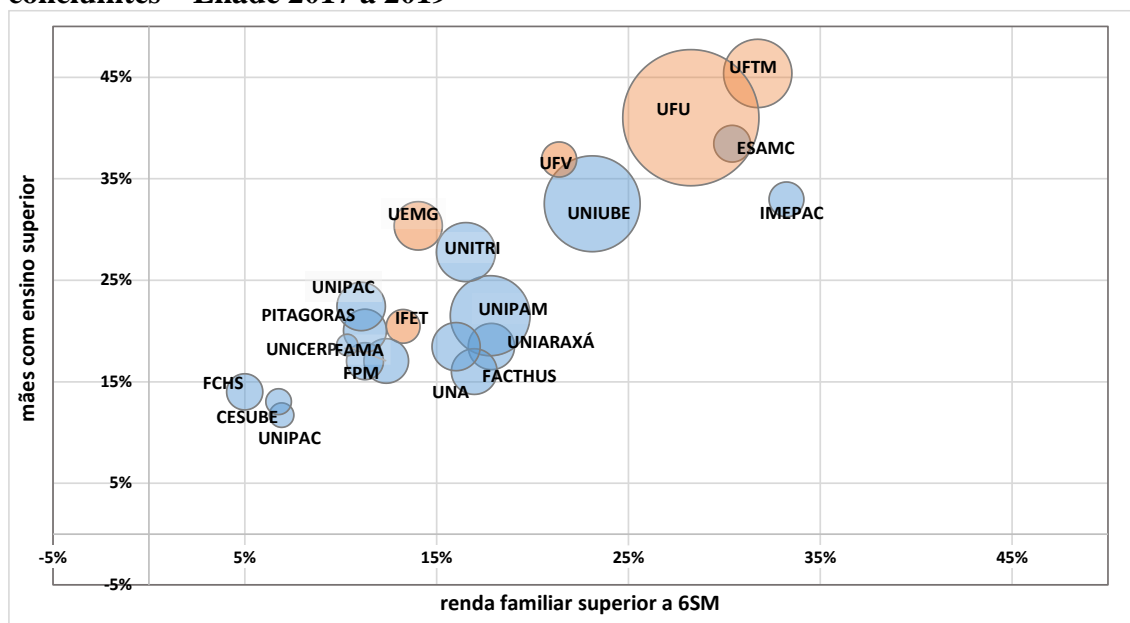
Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

### 5.3.4 Triângulo Mineiro

O Triângulo Mineiro é uma região com alta taxa de matrículas e apresentou perfil econômico equivalente ao de Minas Gerais – 21% estudantes provenientes de famílias com renda alta – e maiores percentuais de mães escolarizadas – 33%, em comparação com os 28,7% do estado. O Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos (IMEPAC) exibiu o maior percentual de estudantes com renda superior a seis SM. Em seguida vieram a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), a Faculdade Esamc Uberlândia e a maior IES da mesorregião, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). As UFTM e a UFU exibiram maiores percentuais de estudantes filhos de mães graduadas. O percentual da UFV também foi alto nessa variável, próximo ao da faculdade privada ESAMC, de Uberlândia.

O Gráfico 50 evidencia que a extremidade esquerda — composição social baixa — é ocupada por IES privadas. A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), a Unipac e o Cesube têm baixos percentuais de estudantes com renda familiar alta, entre 5% e 7%, e de mães graduadas, entre 12% e 14%. O IFET ocupa uma posição intermediária, a UEMG, média-alta, enquanto ambos aparecem rodeados por instituições privadas.

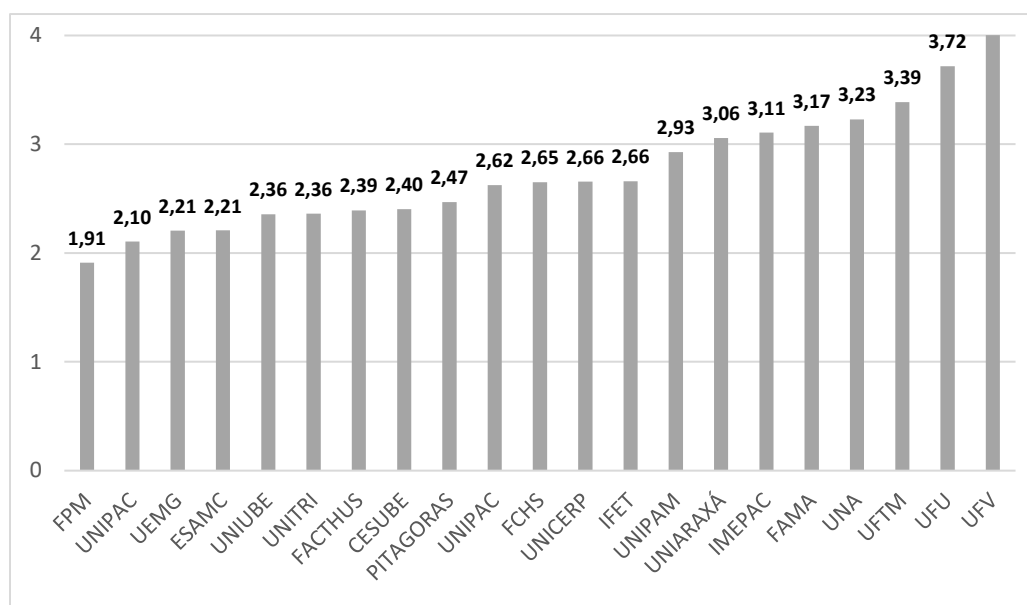
**Gráfico 42 - Composição Social das IES do Triângulo Mineiro por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

As instituições públicas federais, mais uma vez, ocuparam as posições mais altas no indicador de qualidade. A UEMG, cercada por IES privadas, esteve novamente mais abaixo. O IFET ocupa uma posição intermediária tanto na análise do IGC quanto na composição social. Os concluintes da Universidade de Uberaba (UNIUBE), segunda IES com maior proporção de concluintes, virem de uma origem social intermediária (Gráfico 51) e, em 2018, apresentou o 4º menor IGC entre as instituições analisadas.

**Gráfico 43. Índice Geral de Cursos das IES do Triângulo Mineiro - 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

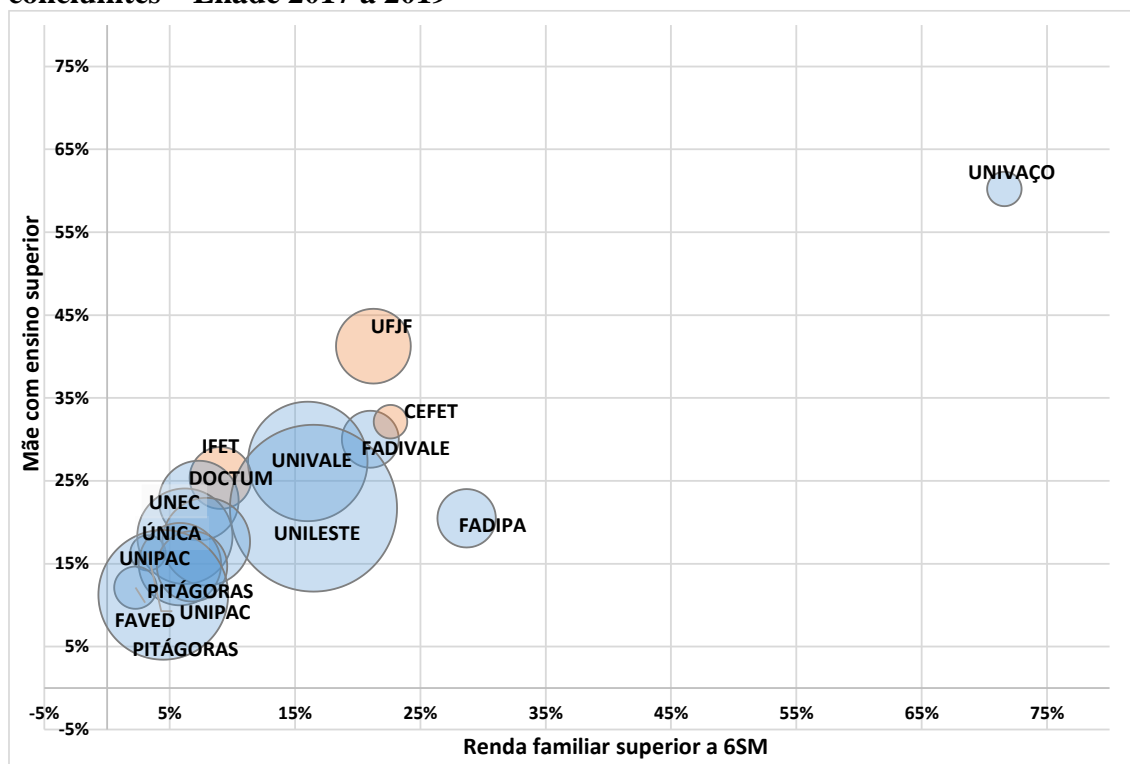
## **5.4 Zona da Mata e Vale do Rio Doce**

### **5.4.1 Vale do Rio Doce**

O Capítulo 2 evidenciou a forte presença do setor privado no Vale do Rio Doce, sendo nove vezes maiores as chances de um estudante estar matriculado nele em relação ao público (Mapa 4). No Gráfico 52 a predominância das IES privadas é notória. Além de poucas instituições públicas, seus círculos são proporcionalmente menores. Na análise da composição social da região, 12,4% dos estudantes têm renda familiar superior a seis SM e em 21,1% dos casos as mães concluíram o ensino superior. Comparado ao nível socioeconômico da Metropolitana e das mesorregiões do Sul de Minas, bem como à escolaridade das mães dos concluintes das mesorregiões ao Norte de Minas Gerais, o perfil social dos estudantes do Vale do Rio Doce é mais baixo.

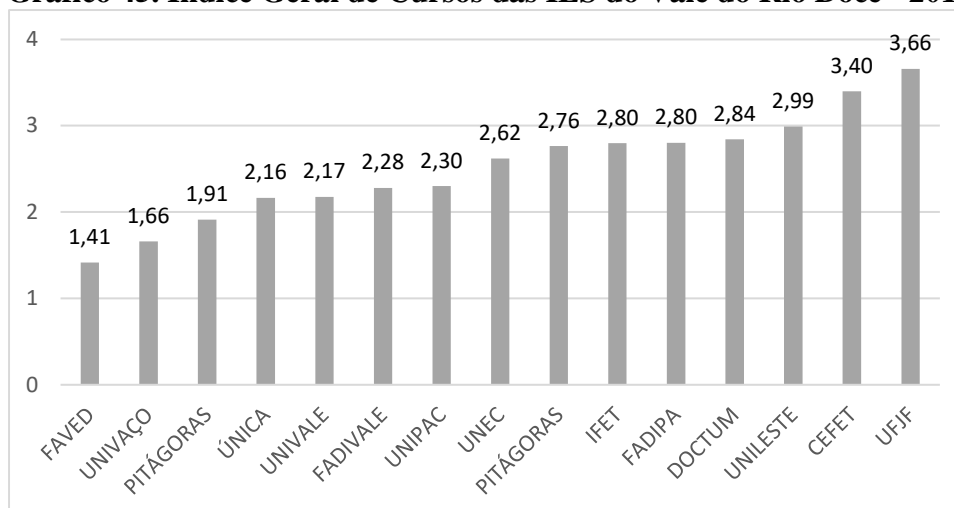
As IES que apresentaram mais concluintes de origem socioeconômica menos privilegiada na região são predominantemente privadas. Contudo, a diferença mais acentuada na composição social aconteceu em função do curso ofertado. Notem a posição privilegiada da Faculdade de Medicina do Vale do Aço (UNIVAÇO), com 71,6% dos estudantes com renda familiar superior a seis SM e 60% das mães com ensino superior. Os estudantes do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também se destacaram pelo alto percentual de mães graduadas. Em seguida, mas com alguma distância, aparecem o CEFET, a Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (FADIVALE), a Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE) e o IFET. Embora um quarto dos concluintes do IFET sejam filhos de mães com ensino terciário, apenas 9% tinham renda familiar alta, resultado próximo ao das IES privadas de composição baixa da região.

**Gráfico 44. Composição Social das IES do Vale do Rio Doce por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

O Gráfico 53 reitera a prevalência das IES públicas federais entre os maiores IGC's por mesorregião. A faculdade de direito FADIVALE, com composição social intermediária-alta e a de medicina UNIVAÇO chamam atenção pelos menores indicadores de qualidade, resultado equivalente ao de instituições de outras mesorregiões que ofertam predominantemente um desses cursos. O Centro Universitário Católico do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), universidade com maior proporção de concluintes e que apresentou composição social intermediária, alcançou terceiro maior IGC.

**Gráfico 45. Índice Geral de Cursos das IES do Vale do Rio Doce - 2018**

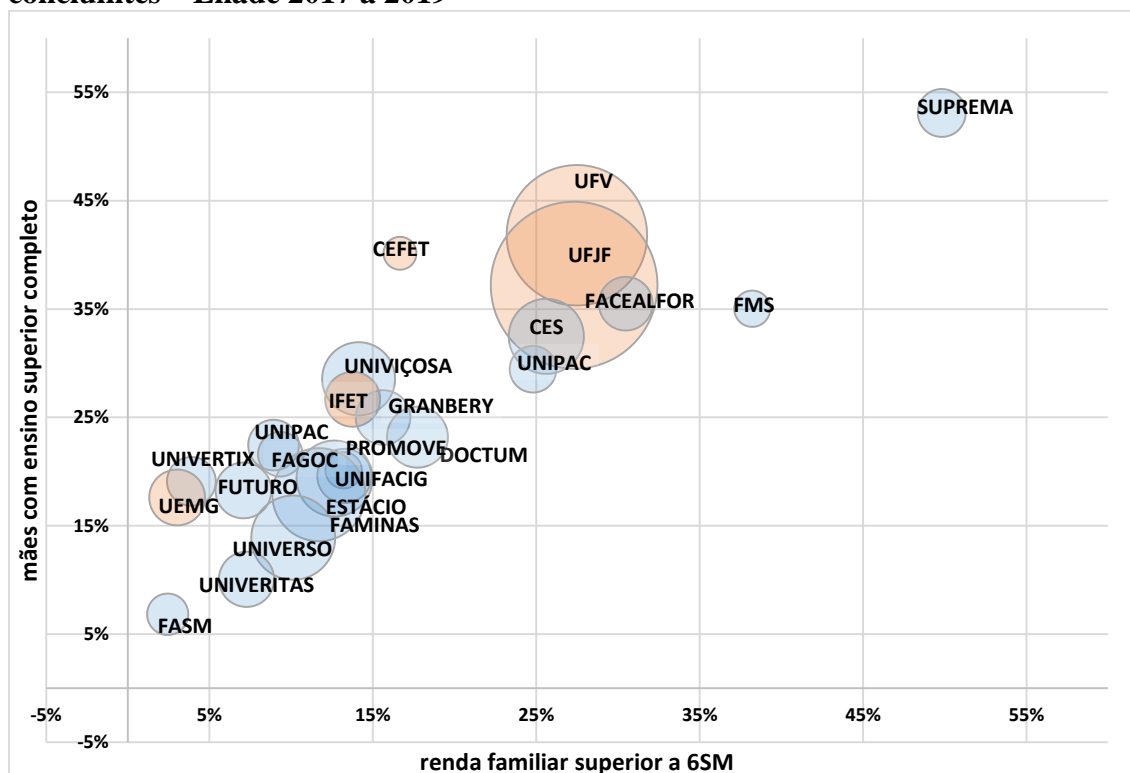
Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

#### 5.4.2 Zona da Mata

A instituição que mais se destacou pelo perfil social alto dos seus estudantes foi a Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (Suprema). 50% de seus estudantes são oriundos de famílias com renda familiar superior a seis SM e 53% das mães possuem ensino superior (Gráfico 53). A segunda instituição com maior percentual de estudantes com renda familiar alta foi a Faculdade Machado Sobrinho (FMS), 38,2%, seguida pela Faculdade de Ciências Gerenciais Alves Fortes (FACELOR), 30,5%, e pelas públicas UFV, 27,5%, e UFJF, 27%. Na análise da escolaridade materna, a UFV foi a segunda IES com maior percentual de mães escolarizadas, com 42%, seguida pelo CEFET, 40%, pela UFJF, 37%, pela FACELOR e pela FMS, com 35%.

As IES de composição social mais baixa da mesorregião foram, sobretudo, as privadas, junto da UEMG, resultado em consonância com outras mesorregiões. A Faculdade Santa Marcelina (FASM) apresentou apenas 2,4% dos estudantes com renda alta, a UEMG, 3%, a Faculdade Vértice (UNIVERTIX), 4%, e a Faculdade do Futuro, 7%. Na análise da escolarização materna, a FASM também apresentou menor percentual de mães com ensino superior, 7%, atrás da Faculdade Santa Rita (UNIVERITAS), da Universo, 14%, e da UEMG 17,5%.

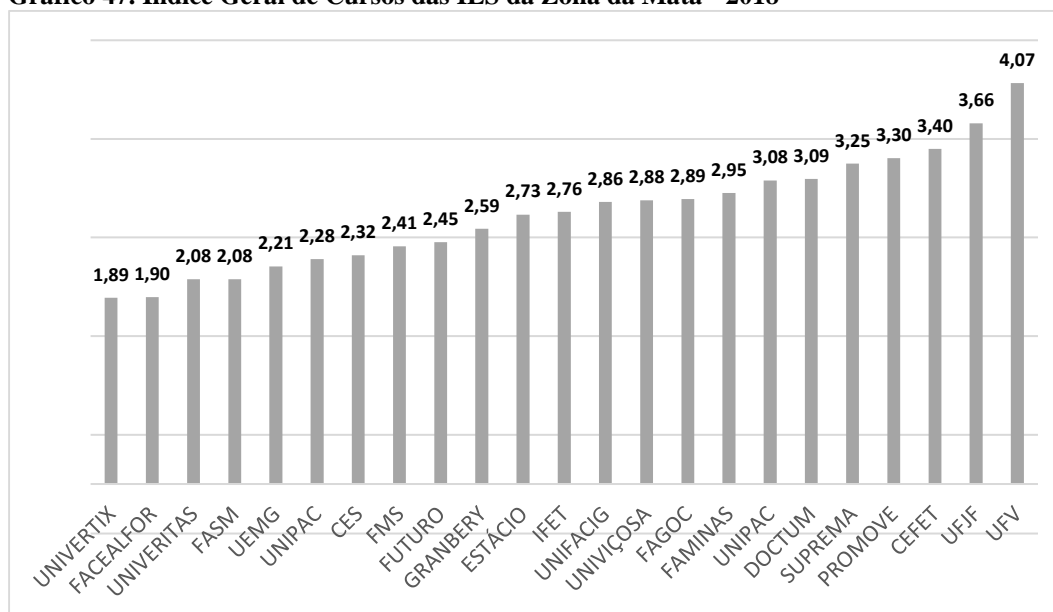
**Gráfico 46. Composição Social das IES da Zona da Mata por proporção de concluintes – Enade 2017 a 2019**



Fonte: Questionário Socioeconômico Enade, 2017, 2018 e 2019. Elaboração própria.

As IES com maior número de concluintes da Zona da Mata, UFJF e UFV, são públicas e alcançaram os maiores IGC's. Logo abaixo delas aparece o CEFET. Assim como já observado para outras regiões, as instituições privadas apresentam os mais baixos indicadores de qualidade, junto à UEMG. O IFET alcançou uma posição intermediária tanto na composição social quanto no IGC.

**Gráfico 47. Índice Geral de Cursos das IES da Zona da Mata - 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados do IGC de 2018. INEP (2019)

## 5.5 Considerações Parciais

O perfil socioeconômico dos concluintes das IES nas mesorregiões ao Norte de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce e no Oeste de Minas foram, em média, os mais baixos do estado. No Norte e Noroeste de Minas, determinadas IES privadas se confirmaram mais elitizadas, ao passo que no Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Central mineira, a UFVJM apresentou composição social mais alta. O Oeste de Minas se diferenciou das mesorregiões ao sul de Minas Gerais por apresentar menos discrepâncias entre as suas instituições, tanto no tamanho quanto na sua composição social. No Vale do Rio Doce, ficou evidente a prevalência do setor privado. Ademais, boa parte dos concluintes das IES públicas, pouco expressivas na região, vieram de famílias mais escolarizadas, mesmo resultado exibido pelas grandes universidades federais do estado. Tais resultados encontram explicação na importância da escolaridade dos pais, que pode ser mais decisiva para ingresso e conclusão de um curso no setor público que no privado (MONT'ALVÃO, 2013; COLLARES, 2010).

No Triângulo Mineiro, em Campo das Vertentes e no Sul de Minas, as grandes universidades públicas apresentaram composição social mais privilegiada em comparação à grande maioria das IES privadas. No que tange à composição social destas instituições no estado, ela variou drasticamente em função do curso que elas ofertavam. O IBMEC, faculdades de medicina e, com menor expressão, algumas de direito figuraram entre as IES cujas composições sociais são mais privilegiadas. Essa tendência não se repetiu no indicador de qualidade.

Em síntese, foi possível notar que ambos os setores são muito heterogêneos e ocuparam as pontas dos gráficos. Contudo, é como se a heterogeneidade do setor público correspondesse a uma lógica mais evidente: grandes universidades federais, mais elitizadas e com indicador de qualidade mais alto, seguidas com alguma proximidade pelo CEFET; UEMG, pouco expressiva nas mesorregiões ao norte do estado e ausente no Vale do Rio Doce, de composição social menos privilegiada e indicador de qualidade baixo; e Institutos Federais, também marcados pela presença de estudantes de origem social menos privilegiada, mas por indicador de qualidade intermediário. Já o comportamento da diversificação das IES privadas não correspondeu ao tamanho das instituições nem à sua qualidade. Nos casos em que foi possível verificar um padrão, isso se deu em função do curso ofertado.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A massificação dos sistemas de ensino superior nas sociedades contemporâneas veio acompanhada da diversificação institucional e, como resultado, da estratificação horizontal. No Brasil, esse fenômeno apresenta padrões semelhantes aos da Rússia, de Israel, dos EUA e de alguns países da Europa, em que as mulheres alcançaram uma vitória incompleta. Embora elas se tenham tornado maioria na educação superior, ainda estão em maior proporção nos destinos mais desvalorizados. No caso brasileiro, as desigualdades de gênero se somam às desigualdades raciais, e os estudantes negros acessam as posições de menor prestígio dentro desse novo arranjo institucional.

Minas Gerais é caracterizada pelas contradições presentes no Brasil, com a população racializada concentrada em regiões mais pobres e a população branca em áreas mais desenvolvidas economicamente. Lélia González chamou essa marca do Brasil de “divisão racial do espaço”, extremamente desvantajosa para a população negra. Ao longo desta tese, procuramos nos atentar para esse traço do estado e enfatizar as segmentações internas do sistema de ensino superior dentro das particularidades de suas regiões.

Pesquisas anteriores demonstraram que o sistema educacional brasileiro atua como um funil, deixando muitos sujeitos pelo caminho, e transforma apenas uma parte dos seus alunos e alunas em elegíveis para pleitear seu espaço na educação superior. Os selecionados que se matriculam e concluem uma graduação no Brasil se distribuem nesse sistema de forma nada aleatória. É como um cubo mágico em que os estudantes com perfis sociais e raciais similares se direcionam para os mesmos lados, para as mesmas instituições e cursos. Assim, cada lado do cubo é preenchido de forma homogênea. Contudo, revelamos que, no caso de Minas Gerais, a política de interiorização do ensino superior representou uma ampliação de oportunidades educacionais para estudantes negros, especialmente para as mulheres negras. Longe das disputas por vagas nas instituições e cursos mais tradicionais localizados nas regiões mais ricas do estado – a capital e seu entorno, sul, leste e Triângulo Mineiro –, as populações do Centro-Norte se beneficiaram das políticas de expansão e desordenaram-se as faces do cubo.

Com os dados do Censo do Ensino Superior de 2018 disponibilizados, infelizmente, apenas até o início de 2022 pelo Inep<sup>42</sup>, demonstramos que as licenciaturas se confirmaram, tal como apontado em pesquisas anteriores, predominantemente

---

<sup>42</sup> Desde fevereiro de 2022, o Inep retirou do seu sítio eletrônico os microdados do Censo do Ensino Superior, do Censo Escolar, do Enem e do Enade. A autarquia alegou estar adequando-se à Lei Geral de Proteção e Dados Pessoais.

femininas, com alta presença de mulheres negras, mesmo nas mesorregiões do Centro-Sul, e seus estudantes ingressam, em média, mais tardiamente no curso (HONORATO; ZUCACCARELI; VIEIRA, 2019; RIBEIRO; SCHLEGEL, 2015). Nas regiões ao norte do estado os homens negros também alcançaram altos percentuais nas licenciaturas, atrás apenas das mulheres negras. As mulheres brancas são maioria nos cursos de bacharelado do setor privado, seguidas pelas mulheres negras, e, nos bacharelados das universidades públicas do Centro-Sul mineiro, os homens brancos estão em maioria. Em contrapartida, nas universidades do Centro-Norte, com instituições federais mais recentes e que ofertam menos vagas, os estudantes negros, especialmente as mulheres negras, ocupam a maior parte das matrículas dos bacharelados em ambos os setores e os estudantes apresentaram composição social mais baixa.

Certamente, podemos afirmar que faz sentido o perfil étnico-racial e socioeconômico dos estudantes seguir a tendência demográfica de uma região. Entretanto, dificilmente poderíamos assegurar que essas pessoas, matriculadas nas IES ao norte de Minas Gerais e de origem social menos privilegiada, teriam condições de se deslocarem em direção às instituições do Centro-Sul de Minas Gerais. Logo, a predominância de estudantes negros nas mesorregiões cuja população é majoritariamente negra e apresenta, em média, composição social mais baixa representa um ganho importante em inclusão social. Nesse ponto reside a importância da interiorização das IES, tanto as públicas quanto as privadas.

Além da análise descritiva da coorte de matriculados, utilizamos modelos logísticos que na Sociologia da Educação se revelam úteis para perguntas de pesquisa envolvendo desigualdade de oportunidades (BUIS, 2017). Como resultado, observamos que é mais provável mulheres, brancas e negras, e homens negros concluírem licenciaturas, em comparação com homens brancos. Contudo, as chances de conclusão das distintas áreas/cursos, em relação às possibilidades de conclusão de uma licenciatura, foram menos discrepantes entre os grupos de raça e gênero no setor público. Possivelmente em decorrência da interiorização das IES federais e da Lei 12.711, as universidades públicas estão menos estratificadas racialmente.

Na coorte de matriculados, gerando pouca surpresa, Medicina de destacou pelo alto perfil social dos seus estudantes, em sua maioria mulheres brancas, seguidas pelos homens brancos, todos majoritariamente egressos do ensino médio privado. Nos modelos logísticos, em algumas regiões de Minas Gerais, as chances das mulheres brancas e dos homens negros de concluir Medicina, em relação às de concluir uma licenciatura — área

predominantemente feminina — se igualaram às dos homens brancos. O mesmo não ocorreu entre as mulheres negras. Nos modelos em que inserimos as variáveis de origem social como controles, os coeficientes se alteraram drasticamente, igualando, em muitos casos, as chances de todos grupos de raça e gênero de concluir o curso, o que indica a importância da origem socioeconômica para tornar-se médico.

As áreas predominantemente masculinas foram Engenharias e Computação e Tecnologia da Informação. Ambas demonstraram, com maior intensidade em Computação e TI, o domínio masculino, inclusive nos modelos controlados pela renda familiar, pela escolaridade materna, pela escola de origem e pela idade. Em outras palavras, concluir uma graduação nessas áreas depende muito mais do gênero que da origem socioeconômica. Destacamos esse resultado pois a sub-representação das mulheres em áreas tecnológicas, na era da “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), provavelmente acarretará um retrocesso no combate à segregação de gênero ocupacional e nas desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Algumas ressalvas na conclusão desta tese devem ser feitas. A primeira é o recorte nos cursos presenciais. Em 2018, no início desta pesquisa, excluimos os cursos EAD porque os estudantes dessa modalidade não estão necessariamente circunscritos em sua mesorregião ou mesmo em território mineiro. Interessava-nos comparar o perfil da população das mesorregiões do estado com o dos estudantes das suas instituições e áreas/cursos de ensino superior. Por isso, mesmo reconhecendo o aumento da modalidade à distância, inclusive nas licenciaturas, avaliamos que seria necessário outro desenho de pesquisa para contemplar essa realidade.

Uma segunda limitação é a comparação entre o perfil populacional das mesorregiões com dados do Censo Demográfico 2010 e o da população de estudantes com dados do Censo do Ensino Superior de 2017 (Capítulo 2). Sabemos que a comparação realizada entre a cor/raça das populações dessas duas pesquisas foi apenas uma aproximação. Além da distância temporal, o recorte etário dos dois levantamentos é distinto. No início da tese previmos que, eventualmente, teríamos a divulgação de resultados populacionais mais recentes do Censo Demográfico 2020 e, assim, conseguiríamos atualizar as análises antes da defesa. Porém, em razão da pandemia, o censo demográfico não aconteceu.

No Capítulo 4, enfrentamos a limitação de não ter sido possível o ajuste de modelos multinomiais hierárquicos, apesar da estrutura multinível dos dados do ensino

superior. Após inúmeros testes de modelos que não convergiram, entendemos que a complexidade dos dados do ensino superior violava os pressupostos dos modelos e/ou a capacidade computacional. A existência de muitas IES que não possuíam determinadas áreas ou cursos gerou muitas lacunas na matriz de dados que inviabilizaram o ajuste dos modelos. Todavia, entendemos que essa limitação poderia ser compensada pelo fato de analisarmos dados populacionais dos concluintes. Os modelos multinomiais ajustados no Capítulo 4 ajudaram a explicar as associações entre as variáveis em cada um dos distintos contextos: IES públicas e privadas nas regiões de Minas Gerais.

Feitas essas ressalvas e reconhecendo as limitações desta pesquisa, pretendemos trazer com esta tese uma contribuição importante para as políticas públicas educacionais voltadas para o ensino superior. Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016, fizeram a aposta na expansão e na interiorização do ensino superior para ampliar oportunidades educacionais. As políticas de cotas foram acompanhadas pelo aumento das vagas em todas as regiões do país e pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Consequentemente, a disputa por uma vaga nos cursos tradicionais nas instituições públicas de maior prestígio ficou mais acirrada, mas, no conjunto das instituições, as oportunidades aumentaram para todos. O caso mineiro comprova isso.

Em suma, os nossos resultados sustentam que a criação de Institutos Federais, faculdades e universidades públicas e privadas em regiões menos desenvolvidas economicamente, com população em sua maioria preta e parda, foi uma decisão e uma política pública que contribuiu para ampliar as oportunidades educacionais. Embora a segmentação interna persista em muitas áreas, cursos e intuições, políticas públicas com vistas à equidade promovem transformações em um sistema que tende a reproduzir as desigualdades sociais.

Sabemos que concluir uma graduação em um sistema de ensino superior massificado não garante um status e um retorno salarial como os de 50 anos atrás. Contudo, se antes um diploma era suficiente, hoje ele é necessário, e essa é uma necessidade estendida a todos: homens, mulheres, negros e indígenas.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALBOUY, Valérie; WANECQ, Thomas. Les inégalités sociales d'accès aux grandes écoles suivi d'un commentaire de Louis-André Vallet. **Économie et statistique**, v. 361, n. 1, p. 27-52, 2003.
- ALMEIDA, Ana Maria F.; ERNICA, Mauricio. Inclusão e segmentação social no Ensino Superior público no Estado de São Paulo (1990-2012). **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 63-83, 2015.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Editora Unesp, 2020.
- ARUM, Richard et al. More inclusion than diversion: Expansion, differentiation, and market structure in higher education. **Stratification in higher education: A comparative study**, p. 1-35, 2007.
- AZEVEDO, A. A evasão nos cursos de licenciatura: onde está o desafio? **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. Pesquisa em Educação e Transformação**, v. 13, p. 1-34, 2019.
- BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As profissões no Brasil e sua sociologia. **Dados**, v. 46, n. 3, p. 593-607, 2003.
- BARBOSA, Maria Ligia O. The expansion of higher education in Brazil: credentials & merit, **REMIE - Multidisciplinary Journal of Educational Research**, v. 2, n. 3, p. 251-271, 2012.
- BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. p. 171-195.
- BARONE, C. (2011). Some things never change: Gender segregation in higher education across eight nations and three decades. **Sociology of Education**, 84(2), 157-176.
- BITTENCOURT, Hélio Radke; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro César de Moraes. Sobre o índice geral de cursos (IGC). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, p. 667-682, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014
- BOURDIEU, Pierre, A Classificação, Desclassificação, Reclassificação. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs). **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 145-183.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

BUIS, Maarten L. Logistic regression: When can we do what we think we can do. **Unpublished note**, v. 2, 2017.

CARDOSO, Ruth CL; SAMPAIO, Helena. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 9, p. 30-50, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 271-289, 2019.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo social**, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero, raça e avaliação escolar: um estudo com alfabetizadoras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 837-866, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 6. ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CASTRO, Maria Helena G. de. **Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro, Tendências e Perspectivas**. Brasília, INEP, 1998.

CHARLES, Maria; BRADLEY, Karen. Equal but separate? A cross-national study of sex segregation in higher education. **American Sociological Review**, p. 573-599, 2002.

CHOY, S.; PREMO, M., **Profile of Older Undergraduates: 1989-90**. Washington, DC: U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics, 1995.

CIRINO, Jader Fernandes; GONZÁLEZ, Alba Maria Guadalupe Orellana. A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, v.11, n.1. p. 9-11, 2011.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930**, Editora Record, S. 1999.

COLLARES, Ana Cristina Murta. **Inequality and the expansion or higher education in Brazil from 1982 to 2006**. PhD Dissertation. University of WisconsinMadison, 2010.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CONNELL, Raewyn. Teaching the boys: new research on masculinity, and gender strategies for schools. **Teachers College Record**, v. 98, n. 2, p. 206-235, 1996.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. **Educação e Pesquisa**, v. 43, p. 1239-1250, 2017.

CRAVEIRO, Clélia Brandão Alvarenga; DE AQUINO XIMENES, Daniel. **Dez anos do Programa Bolsa Família: desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil**. IPEA, p. 109, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, p. 177.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 168-200, 2002.

DA SILVA, Anderson Paulino. **Reforma e Seletividade: fronteiras das desigualdades no acesso à Universidade**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p.171 2016.

DA MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **Historia do sertão noroeste de minas gerais 1690-1930**. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

DE PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso et al. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. **Seminário sobre a economia mineira**, v. 10, 2002.

DE PAULA, Gustavo Bruno. **Desigualdades sociais e evasão no ensino superior: uma análise em diferentes níveis do setor federal brasileiro**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – Belo Horizonte, UFMG, 2021.

DE PAULA, Gustavo Bruno, NONATO, Brésia França, NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Ações afirmativas e estratificação horizontal: comparação entre bônus e Lei de Cotas na UFMG**. 2022.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

FERNANDES, Danielle C. Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. **Prêmio Ipea**, v. 40, p. 21-72, 2005.

FERNANDES, Danielle Cireno. Race, socioeconomic development and the educational stratification process in Brazil. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 22, p. 365-422, 2004.

FERRÃO, M. E.; ALMEIDA, L. S. Multilevel modeling of persistence in higher education. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 664–683, 2018.

FERRARO, Alceu Ravello. Gênero e Alfabetização no Brasil—caminhos para a pesquisa em sociologia da educação a partir de fontes estatísticas. **Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, p. 154-181, 2007.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira de. Expansão, interiorização e alterações nas universidades federais no contexto do desenvolvimentismo. **Universidades públicas: mudanças, tensões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 17-56, 2016.

FISENGE, 2019. **O mercado de trabalho e a formação dos engenheiros no Brasil**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná. 1ª ed. Rio de Janeiro

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das letras, 2015.

GERBER, Theodore P.; CHEUNG, Sin Yi. Horizontal Stratification in Postsecondary Education: Forms, Explanations, and Implications. **Annual Review of Sociology** v.34, p. 299- 318, 2008.

GERBER, Theodore P.; SCHAEFER, David R. Horizontal stratification of higher education in Russia: Trends, gender differences, and labor market outcomes. **Sociology of Education**, v. 77, n. 1, p. 32-59, 2004.

GILIOLI, Renato. Um balanço do Fies: desafios, perspectivas e metas do PNE. **Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

GOMES, Sangra; SILVA, André; OLIVEIRA, Flávia. Governos partidários e política educacionais no Brasil do século XXI. In ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **As políticas da política: Desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT**. Editora Unesp, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. EDUFU, 2020

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica**. Amgh Editora, 2011.

HENRIQUE, Ana Paula Guedes; LACERDA, Wânia Maria Guimarães. Perfis dos universitários beneficiados pela política de ação afirmativa na UFV. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 2, 2016.

HONORATO, Gabriela; ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André. Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 28-53, 2019.

HOOKS, Bell. Escolarizando homens negros. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 03, p. 677-689, 2015.

IANNELLI, Cristina; GAMORAN, Adam; PATERSON, Lindsay. Fields of study: Horizontal or vertical differentiation within higher education sectors? **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 57, p. 11-23, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2018**, Síntese de Indicadores Sociais confirma as desigualdades da sociedade brasileira.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2019.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), 2019**.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS “ANÍSIO TEIXEIRA”. **Sinopse Estatística da Educação Superior**, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior**, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sinopse Estatística da Educação Superior**, 2014.

\_\_\_\_\_. **DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior**.

\_\_\_\_\_. **Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo**. Brasília, 2020.

KNOP, Márcia; COLLARES, Ana Cristina Murta. A influência da origem social na probabilidade de concluir os diferentes cursos de ensino superior. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 2, p. 351-380, 2019.

LETICHEVSKY, A. C. et al. Política de Expansão e de Inclusão Social: diferenças regionais. In: LETICHEVSKY, A. C. et al (Orgs.). **Enade: quarto recortes – quatro visões**. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 2016.

LUCAS, Samuel R. “Effectively Maintained Inequality: Education Transitions, Track Mobility and Social Background Effects”. **The American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, p. 1642-1690.

MACKINNON, Catharine A. Intersectionality as method: A note. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 38, n. 4, p. 1019-1030, 2013.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. **Dossiê de mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

MARQUES, Rosa Maria. Efeitos de Operação Lava Jato na economia brasileira. In: MILEK, Camila et. al. (orgs.). **Relações indecentes**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, p. 92-98.

MARTELETO, Leticia J. Educational inequality by race in Brazil, 1982-2007: structural changes and shifts in racial classification. **Demography**. v.49, p. 337-58, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. Uma história das relações sociedade-natureza no Vale do Mucuri: 1852-1983. **Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 413-439, 2015.

DA MATA-MACHADO, Bernardo Novais. **Historia do sertão noroeste de minas gerais 1690-1930**. Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

MCCOWAN, Tristan; BERTOLIN, Julio. **Inequalities in Higher Education Access and Completion in Brazil**. UNRISD, 2020.

MELLO, Jorge Cassio Reis da Silva. **Área de Formação e Diferenciação Institucional: Evidências de Estratificação dos Estudantes no Ensino Superior Brasileiro**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MIRANDA, L. C. **Nos caminhos do Vale: o (des)envolvimento no Jequitinhonha**. Dissertação de mestrado – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MIRANDA, Alexandre Borges. UNIVERSIDADES ESTADUAIS MINEIRAS: A CRIAÇÃO DA UEMG E DA UNIMONTES NOS ANAIS DA IV ASSEMBLÉIA ESTADUAL CONSTITUINTE DE 1988/89.

MIRANDA, Vitor. A resurgence of black identity in Brazil? Evidence from an analysis of recent censuses”. **Demographic Research**. v.32, p. 1603-1630, 2015.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. **Estratificação do acesso ao ensino superior no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Estratificação educacional no Brasil do século XXI. **Dados**, v. 54, p. 389-430, 2011.

MORAIS, Reginaldo. Expansão no ensino superior o que nos ensina sobre o vínculo entre relações sociais e as políticas de educação. **Educação e Sociedade**, n. 130, p. 23 - 113 v.33, 2015.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais**. Dissertação – Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MUNIZ, Jerônimo O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. **Dados**, Rio de Janeiro, v.55, p. 251-282, 2012.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 18, 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar: um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 125-1.

NUNES, Daniel de Freitas. **Quem quer ser professor no Brasil: uma análise a partir de variáveis socioeconômicas de estudantes de licenciatura**. Dissertação de Mestrado em Educação —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Daniel Coelho. **Elite do agronegócio em Unaí: percepções sobre pobreza e desigualdades sociais**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970). **Revista IDEAS**, v. 13, n. 1, 2019.

POSSELT, Julie R. et al. Access without equity: Race and ethnic stratification in higher education. **American Educational Research Journal**, v. 49, n. 6, p. 1074-1111, 2012.

PRATES, Antonio Augusto Pereira. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI**. Fino Traço, 2014.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. **Caderno crh**, v. 28, p. 327-340, 2015.

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, **Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais**. Vol 04, No. 07, Jan-Jun/2016.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa; SCHLEGEL, Rogério. Estratificação horizontal na Educação Superior (1960 a 2010). In: ARRETCHE, Marta. **Trajetoórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Uninesp, 2015, p. 133- 162.

ROSA, Guimarães. Aí está Minas: a mineiridade. **O Cruzeiro**, v. 25, 1957

SALATA, André. Razões da evasão: abandono escolar entre jovens no Brasil. **Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 21, n. 21-1, 2019.

SANTOS, Gilmar Ribeiro dos; SILVA, Ricardo dos Santos. Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais. **35º Encontro Anual da ANPOCS, GT05-Desenvolvimento em perspectiva: teorias, experiências e projetos políticos**. Montes Claros: UNIMONTES, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. Equity, Quality and Relevance in Higher Education in Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v.76, p.173–188, 2004.

---

**O ensino superior no Brasil – 1998**, Brasília: IPEA, 1999.

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 17, n. 62, p. 55-86, 2009.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184-208, 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, p. 415- 71, 1999.

SHAVIT, Yossi et al. Israel: diversification, expansion, and inequality in higher education. **Stratification in higher education: A comparative study**, p. 39-62, 2007.

SILVA, Nelson do Valle e HASENBALG, Carlos. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 18 (suplemento), 2002. p. 67-76.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Texto Para Discussão, 2020.

SIMÃO, Rosyler Cristina Santos. **Distribuição de renda e pobreza no estado de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Programa de Economia Aplicada, São Paulo, 2004.

SOARES, J. F., ALVES, M. T. G., & FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2021, v. 38, 1–21.

SOARES, Sergei (2008). A Demografia da Cor: a Composição da População Brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, Mário (org.); JACCOUD, Luciana; OSÓRIO, Rafael; SOARES, Sergei, **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

SOLÍS, Patricio. Desigualdad vertical y horizontal en las transiciones educativas en México. **Estudios Sociológicos**, p. 63-95, 2013.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Caminhos e descaminhos das Minas. In: STARLING, Heloisa Maria Murgel; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra Regina Goulart; MARTINS, Bruno Viveiros. (org.) **Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG: FAPEMIG, 2011.

PEREIRA, Camila Amaral; ESPINDOLA, Haruf Salmen; MARTINS, Diego. Formação econômica do Vale do Rio Doce: uma análise histórica (1940-1970). **Revista IDEAS**, v. 13, n. 1, p. e019005-e019005, 2019.

TAN, C. Y.; PENG, B.; LYN, M. What types of cultural capital benefit students' academic achievement at different educational stages? Interrogating the meta-analytic evidence. **Educational Research Review Journal**, v. 28, n. 2019, p. 100289, 2019.

TOLEDO, Cinthia Torres; CARVALHO, Marília Pinto de. Masculinidades e desempenho escolar: a construção de hierarquias entre pares1. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 1002-1023, 2018.

VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 15, n. 28, 2010.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 18, p. 459-485, 2013.

VENABLES, W.N.; Ripley, B.D. **Modern applied statistics with S**. 4th ed. New York: Springer, 2002. DOI: 10.1007/978-0387-21706-2.

WAGNER, Rachelle. Having their lives narrowed down? The state of Black women's college success. **Review of Educational Research**, v.85, p.171–204, 2015.

WEBER, Max. Os letrados chineses. In: \_\_\_\_\_ **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1982. pp. 471-501.

ZUCCARELLI, Carolina; HONORATO, Gabriela; VIEIRA, Andre. Perfil socioeconômico, motivações e aspirações profissionais de concluintes da área de Educação do ensino superior no Brasil, 2014. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, **Anais**. Poços de Caldas, 2018.

WENZEL, Judite Scherer; DE CASTRO MARTINS, Joana Laura; BRATZ, Giulia Engroff. A prática da escrita na formação inicial de professores de química. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 9, p. 1-16, 2019.

## Apêndice

## Capítulo 3

## 3.2 Interseccionalidade: inclusão de mulheres negras no setor privado e a desvantagem dos homens negros

Tabela 13. Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Privado (Continua)

			homens brancos	homens negros	mulheres brancas	mulheres negras	Total
Campo das Vertentes	Bacharelado	N	2543	1430	3734	1865	9572
		%	26,6%	14,9%	39,%	19,5%	100,0%
	Licenciatura	N	23	19	220	175	437
		%	5,3%	4,3%	50,3%	40,0%	100,0%
	Tecnológico	N	38	18	24	13	93
		%	40,9%	19,4%	25,8%	14,0%	100,0%
	Total	N	2604	1467	3978	2053	10102
		%	25,8%	14,5%	39,4%	20,3%	100,0%
Central Mineira	Bacharelado	N	1560	1617	1961	2098	7236
		%	21,6%	22,3%	27,1%	29,0%	100,0%
	Licenciatura	N	13	12	113	133	271
		%	4,8%	4,4%	41,7%	49,1%	100,0%
	Tecnológico	N	14	31	38	61	144
		%	9,7%	21,5%	26,4%	42,4%	100,0%
	Total	N	1587	1660	2112	2292	7651
		%	20,7%	21,7%	27,6%	30,0%	100,0%
Jequitinhonha	Bacharelado	N	15	70	18	67	170
		%	8,8%	41,2%	10,6%	39,4%	100,0%
	Licenciatura	N	2	1	2	11	16
		%	12,5%	6,3%	12,5%	68,8%	100,0%
	Total	N	17	71	20	78	186
		%	9,1%	38,2%	10,8%	41,9%	100,0%
Metropolitana de Belo Horizonte	Bacharelado	N	40873	48904	47710	59722	197209
		%	20,7%	24,8%	24,2%	30,3%	100,0%
	Licenciatura	N	715	1136	1777	3307	6935
		%	10,3%	16,4%	25,6%	47,7%	100,0%
	Tecnológico	N	3399	5542	3469	5598	18008
		%	18,9%	30,8%	19,3%	31,1%	100,0%
	Total	N	44987	55582	52956	68627	222152
		%					
Noroeste de Minas	Bacharelado	N	1024	2260	1271	3021	7576
		%	13,5%	29,8%	16,8%	39,9%	100,0%
	Licenciatura	N	52	177	114	330	673
		%	7,7%	26,3%	16,9%	49,0%	100,0%
	Tecnológico	N	3	3	12	12	30
		%	10,0%	10,0%	40,0%	40,0%	100,0%
	Total	N	1079	2440	1397	3363	8279
		%					

**Tabela 13: Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Privado – 2018 (continuação)**

			homens brancos	homens negros	mulheres brancas	mulheres negras	Total	
Norte de Minas	Bacharelado	N	2619	6532	3785	7389	20325	
		%	12,9%	32,1%	18,6%	36,4%	100,0%	
	Licenciatura	N	37	88	156	451	732	
		%	5,1%	12,0%	21,3%	61,6%	100,0%	
	Tecnológico	N	55	139	115	241	550	
		%	10,0%	25,3%	20,9%	43,8%	100,0%	
	Total	N	2711	6759	4056	8081	21607	
		%	12,5%	31,3%	18,8%	37,4%	100,0%	
Oeste de Minas	Bacharelado	N	5715	3106	6809	3803	19433	
		%	29,4%	16,0%	35,0%	19,6%	100,0%	
	Licenciatura	N	48	54	323	222	647	
		%	7,4%	8,3%	49,9%	34,3%	100,0%	
	Tecnológico	N	160	104	127	65	456	
		%	35,1%	22,8%	27,9%	14,3%	100,0%	
	Total	N	5923	3264	7259	4090	20536	
		%	28,8%	15,9%	35,3%	19,9%	100,0%	
Sul/Sudoeste de Minas	Bacharelado	N	15813	5438	18267	5571	45089	
		%	35,1%	12,1%	40,5%	12,4%	100,0%	
	Licenciatura	N	347	167	1278	517	2309	
		%	15,0%	7,2%	55,3%	22,4%	100,0%	
	Tecnológico	N	809	351	729	335	2224	
		%	36,4%	15,8%	32,8%	15,1%	100,0%	
	Total	N	16969	5956	20274	6423	49622	
		%	34,2%	12,0%	40,9%	12,9%	100,0%	
Triângulo Mineiro/a	Bacharelado	N	19066	12205	23271	13021	67563	
		%	28,2%	18,1%	34,4%	19,3%	100,0%	
	Licenciatura	N	717	642	1477	1173	4009	
		%	17,9%	16,0%	36,8%	29,3%	100,0%	
	Tecnológico	N	1161	865	1415	930	4371	
		%	27,6%	18,1%	34,5%	19,9%	100,0%	
	Vale do Mucuri	Bacharelado	N	387	2782	507	3492	7168
			%	5,4%	38,8%	7,1%	48,7%	100,0%
Licenciatura		N	11	131	28	344	514	
		%	2,1%	25,5%	5,4%	66,9%	100,0%	
Tecnológico		N	2	6	8	10	26	
		%	7,7%	23,1%	30,8%	38,5%	100,0%	
Total		N	400	2919	543	3846	7708	
		%	5,2%	37,9%	7,0%	49,9%	100,0%	

**Tabela 13: Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Privado – 2018 (continuação)**

			homens brancos	homens negros	mulheres brancas	mulheres negras	Total
Vale do Rio Doce	Bacharelado	N	6815	8925	7884	9893	33517
		%	20,3%	26,6%	23,5%	29,5%	100,0%
	Licenciatura	N	164	295	621	1072	2152
		%	7,6%	13,7%	28,9%	49,8%	100,0%
	Tecnológico	N	45	64	57	80	246
		%	18,3%	26,0%	23,2%	32,5%	100,0%
Total	N	7024	9284	8562	11045	35915	
	%	19,6%	25,8%	23,8%	30,8%	100,0%	
Zona da Mata	Bacharelado	N	10145	6012	13013	7388	36558
		%	27,8%	16,4%	35,6%	20,2%	100,0%
	Licenciatura	N	469	408	890	708	2475
		%	18,9%	16,5%	36,0%	28,6%	100,0%
	Tecnológico	N	819	431	662	374	2286
		%	35,8%	18,9%	29,0%	16,4%	100,0%
Total	N	11433	6851	14565	8470	41319	
	%	27,7%	16,6%	35,3%	20,5%	100,0%	
Vale do Rio Doce	Bacharelado	N	6815	8925	7884	9893	33517
		%	20,3%	26,6%	23,5%	29,5%	100,0%
	Licenciatura	N	164	295	621	1072	2152
		%	7,6%	13,7%	28,9%	49,8%	100,0%
	Tecnológico	N	45	64	57	80	246
		%	18,3%	26,0%	23,2%	32,5%	100,0%
Total	N	7024	9284	8562	11045	35915	
	%	19,6%	25,8%	23,8%	30,8%	100,0%	
Zona da Mata	Bacharelado	N	10145	6012	13013	7388	36558
		%	27,8%	16,4%	35,6%	20,2%	100,0%
	Licenciatura	N	469	408	890	708	2475
		%	18,9%	16,5%	36,0%	28,6%	100,0%
	Tecnológico	N	819	431	662	374	2286
		%	35,8%	18,9%	29,0%	16,4%	100,0%
Total	N	11433	6851	14565	8470	41319	
	%	27,7%	16,6%	35,3%	20,5%	100,0%	

**Tabela 14. Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Público – 2018 (continua)**

			homens	homens	mulheres	mulheres	Total	
			brancos	negros	brancas	negras		
Campo das Vertentes	Bacharelado	N	3976	2996	3254	2485	12711	
		%	31,3%	23,6%	25,6%	19,5%	100,0%	
	Licenciatura	N	827	776	1314	1188	4105	
		%	20,1%	18,9%	32,0%	28,9%	100,0%	
	Tecnológico	N	173	174	174	139	660	
		%	26,2%	26,4%	26,4%	21,1%	100,0%	
			N	4976	3946	4742	17476	
			%	28,5%	22,6%	27,1%	21,8%	100,0%
Central Mineira	Bacharelado	N	70	144	54	157	425	
		%	16,5%	33,9%	12,7%	36,9%	100,0%	
	Tecnológico	N	8	13	15	33	69	
		%	11,6%	18,8%	21,7%	47,8%	100,0%	
				N	78	157	69	494
				%	15,8%	31,8%	14,0%	38,5%
Jequitinhonha	Bacharelado	N	698	1745	817	2335	5595	
		%	12,5%	31,2%	14,6%	41,7%	100,0%	
	Licenciatura	N	92	372	147	785	1396	
		%	6,6%	26,6%	10,5%	56,2%	100,0%	
	Tecnológico	N	46	147	22	111	326	
		%	14,1%	45,1%	6,7%	34,0%	100,0%	
			N	836	2264	986	3231	7317
			%	11,4%	30,9%	13,5%	44,2%	100,0%
Metropolitana de Belo Horizonte	Bacharelado	N	13166	13098	11805	11622	49691	
		%	26,5%	26,4%	23,8%	23,4%	100,0%	
	Licenciatura	N	1661	2648	2701	3850	10860	
		%	15,3%	24,4%	24,9%	35,5%	100,0%	
	Tecnológico	N	209	458	279	476	1422	
		%	14,7%	32,2%	19,6%	33,5%	100,0%	
			N	15036	16204	14785	15948	61973
			%	24,3%	26,1%	23,9%	25,7%	100,0%
Noroeste de Minas	Bacharelado	N	223	551	226	484	1484	
		%	15,0%	37,1%	15,2%	32,6%	100,0%	
	Licenciatura	N	24	92	82	294	492	
		%	4,9%	18,7%	16,7%	59,8%	100,0%	
	Tecnológico	N	65	223	32	135	455	
		%	14,3%	49,0%	7,0%	29,7%	100,0%	
			N	312	866	340	913	2431
			%	12,8%	35,6%	14,0%	37,6%	100,0%

**Tabela 14: Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Público – 2018 (continuação)**

			homens brancos	homens negros	mulheres brancas	mulheres negras	Total
Norte de Minas	Bacharelado	N	1136	3056	1072	3466	8730
		%	13,0%	35,0%	12,3%	39,7%	100,0%
	Licenciatura	N	329	1411	645	2963	5348
		%	6,2%	26,4%	12,1%	55,4%	100,0%
	Tecnológico	N	31	149	17	88	285
		%	10,9%	52,3%	6,0%	30,9%	100,0%
		N	1496	4616	1734	6517	14363
		%	10,4%	32,1%	12,1%	45,4%	100,0%
Oeste de Minas	Bacharelado	N	1244	1020	1306	1151	4721
		%	26,4%	21,6%	27,7%	24,4%	100,0%
	Licenciatura	N	188	166	268	265	887
		%	21,2%	18,7%	30,2%	29,9%	100,0%
	Tecnológico	N	52	53	55	41	201
		%	25,9%	26,4%	27,4%	20,4%	100,0%
		N	1484	1239	1629	1457	5809
		%	25,5%	21,3%	28,0%	25,1%	100,0%
Sul/Sudoeste de Minas	Bacharelado	N	6626	3212	5258	2731	17827
		%	37,2%	18,0%	29,5%	15,3%	100,0%
	Licenciatura	N	1178	746	1568	922	4414
		%	26,7%	16,9%	35,5%	20,9%	100,0%
	Tecnológico	N	362	197	388	200	1147
		%	31,6%	17,2%	33,8%	17,4%	100,0%
		N	8166	4155	7214	3853	23388
		%	34,9%	17,8%	30,8%	16,5%	100,0%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Bacharelado	N	8956	5438	7995	5040	27429
		%	32,7%	19,8%	29,1%	18,4%	100,0%
	Licenciatura	N	1171	954	1736	1469	5330
		%	22,0%	17,9%	32,6%	27,6%	100,0%
	Tecnológico	N	552	525	347	311	1735
		%	31,8%	30,3%	20,0%	17,9%	100,0%
		N	10679	6917	10078	6820	34494
		%	31,0%	20,1%	29,2%	19,8%	100,0%
Vale do Mucuri	Bacharelado	N	321	772	296	990	2379
		%	13,5%	32,5%	12,4%	41,6%	100,0%
	Licenciatura	N	12	49	7	55	123
		%	9,8%	39,8%	5,7%	44,7%	100,0%
	Tecnológico	N	10	39	3	11	63
		%	15,9%	61,9%	4,8%	17,5%	100,0%
		N	343	860	306	1056	2565
		%	13,4%	33,5%	11,9%	41,2%	100,0%

**Tabela 14: Gênero e raça dos estudantes matriculados no ensino superior por graus acadêmicos e mesorregião – Setor Público – 2018 (continuação)**

			homens brancos	homens negros	mulheres brancas	mulheres negras	Total		
Vale do Rio Doce	Bacharelado	N	743	1089	938	1316	4086		
		%	18,2%	26,7%	23,0%	32,2%	100,0%		
	Licenciatura	N	8	34	9	50	101		
		%	7,9%	33,7%	8,9%	49,5%	100,0%		
Tecnológico	N	24	71	25	59	179			
	%	13,4%	39,7%	14,0%	33,0%	100,0%			
			N	775	1194	972	1425	4366	
			%	17,8%	27,3%	22,3%	32,6%	100,0%	
Zona da Mata	Bacharelado	N	7917	5741	7533	5466	26657		
		%	29,7%	21,5%	28,3%	20,5%	100,0%		
	Licenciatura	N	1004	1017	1447	1477	4945		
		%	20,3%	20,6%	29,3%	29,9%	100,0%		
	Tecnológico	N	12	15	41	32	100		
		%	12,0%	15,0%	41,0%	32,0%	100,0%		
				N	8933	6773	9021	6975	31702
				%	28,2%	21,4%	28,5%	22,0%	100,0%

## Capítulo 4

### 4.2 Metropolitana de BH

**Tabela 15. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>AREA</i>	
		<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.57	<0.001	C. Sociais, Jornal. e Com.
M BRANCAS [1]	0.76	<b>0.049</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
M NEGRAS [1]	0.29	<0.001	C. Sociais, Jornal. e Com.
H NEGROS [1]	0.59	<b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
(Intercept)	0.94	0.484	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.53	<0.001	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.32	<0.001	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.65	<b>0.001</b>	Negocios e Adm.
(Intercept)	0.24	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.
M BRANCAS [1]	0.84	0.338	C.Nat. Mat. e Est.
M NEGRAS [1]	0.37	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.
H NEGROS [1]	0.78	0.222	C.Nat. Mat. e Est.
(Intercept)	0.86	0.117	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.11	<0.001	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.07	<0.001	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.51	<0.001	Computacao e TI
(Intercept)	8.80	<0.001	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.31	<0.001	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.14	<0.001	Engenharias
H NEGROS [1]	0.47	<0.001	Engenharias
(Intercept)	0.19	<0.001	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.79	0.261	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.36	<0.001	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.55	<b>0.012</b>	Agricultura e Vet.
(Intercept)	0.41	<0.001	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.52	<b>0.003</b>	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.95	0.702	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.82	0.224	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.54	<0.001	Medicina
M BRANCAS [1]	0.59	<0.001	Medicina
M NEGRAS [1]	0.15	<0.001	Medicina
H NEGROS [1]	0.31	<0.001	Medicina
(Intercept)	0.07	<0.001	Odontologia
M BRANCAS [1]	1.37	0.282	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.83	0.535	Odontologia
H NEGROS [1]	0.51	0.079	Odontologia
(Intercept)	0.67	<0.001	Direito
M BRANCAS [1]	0.70	<b>0.006</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.18	<0.001	Direito
H NEGROS [1]	0.41	<0.001	Direito
(Intercept)	0.38	<0.001	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.57	<b>0.002</b>	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.43	<0.001	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.40	<0.001	Arquitetura
Observations	12025		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.133 / 0.132	Nagelkerke	0.1139036

**Tabela 16. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo com as variáveis de controle**

Predictors	Odds Ratios	p	Response	Predictors	Odds Ratios	p	Response
(Intercept)	5.29	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	(Intercept)	1.01	0.992	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.74	0.036	C. Sociais, Jornal. e	M BRANCAS [1]	0.78	0.222	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.48	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	M NEGRAS [1]	0.53	0.005	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.93	0.670	C. Sociais, Jornal. e	H NEGROS [1]	0.79	0.334	Agricultura e Vet.
NU IDADE	0.90	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	NU IDADE	0.94	<0.001	Agricultura e Vet.
1,5 a 3 SM	0.99	0.962	C. Sociais, Jornal. e	1,5 a 3 SM	0.67	0.094	Agricultura e Vet.
3 a 4,5 SM	1.68	0.006	C. Sociais, Jornal. e	3 a 4,5 SM	0.88	0.614	Agricultura e Vet.
4,5 a 6 SM	2.03	0.001	C. Sociais, Jornal. e	4,5 a 6 SM	0.84	0.537	Agricultura e Vet.
Acima de 6SM	2.76	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	Acima de 6SM	0.92	0.750	Agricultura e Vet.
ENSINO MEDIO	1.32	0.045	C. Sociais, Jornal. e	ENSINO MEDIO	1.75	0.008	Agricultura e Vet.
ENS. SUPERIOR	1.38	0.032	C. Sociais, Jornal. e	ENS. SUPERIOR	1.96	0.003	Agricultura e Vet.
PUBLICA EM [1]	0.57	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA EM [1]	0.53	<0.001	Agricultura e Vet.
OMISSO	1.00	NaN	C. Sociais, Jornal. e	OMISSO	1.00	1.000	Agricultura e Vet.
(Intercept)	1.80	0.039	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.72	0.267	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.55	<0.001	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	1.51	0.004	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.48	<0.001	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	1.27	0.099	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.91	0.491	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	1.07	0.690	Saude e bem-estar
NU IDADE	0.95	<0.001	Negocios e Adm.	NU IDADE	0.96	<0.001	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.17	0.334	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	0.93	0.624	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	2.36	<0.001	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	1.44	0.011	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	2.50	<0.001	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	1.45	0.028	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	4.60	<0.001	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	1.27	0.130	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	0.97	0.806	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	1.99	<0.001	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.06	0.629	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	1.91	<0.001	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.78	0.014	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.72	0.001	Saude e bem-estar
OMISSO	1.00	NaN	Negocios e Adm.	OMISSO	1.00	1.000	Saude e bem-estar
(Intercept)	15.67	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	(Intercept)	0.18	0.001	Medicina
M BRANCAS [1]	0.74	0.119	C.Nat. Mat. e Est.	M BRANCAS [1]	0.63	0.002	Medicina
M NEGRAS [1]	0.51	0.001	C.Nat. Mat. e Est.	M NEGRAS [1]	0.38	<0.001	Medicina
H NEGROS [1]	1.13	0.563	C.Nat. Mat. e Est.	H NEGROS [1]	0.69	0.046	Medicina
NU IDADE	0.84	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	NU IDADE	0.96	0.001	Medicina
1,5 a 3 SM	1.18	0.492	C.Nat. Mat. e Est.	1,5 a 3 SM	1.60	0.191	Medicina
3 a 4,5 SM	2.12	0.002	C.Nat. Mat. e Est.	3 a 4,5 SM	3.73	<0.001	Medicina
4,5 a 6 SM	1.83	0.029	C.Nat. Mat. e Est.	4,5 a 6 SM	3.61	<0.001	Medicina
Acima de 6SM	2.03	0.006	C.Nat. Mat. e Est.	Acima de 6SM	8.67	<0.001	Medicina
ENSINO MEDIO	1.28	0.162	C.Nat. Mat. e Est.	ENSINO MEDIO	2.61	<0.001	Medicina
ENS. SUPERIOR	1.26	0.237	C.Nat. Mat. e Est.	ENS. SUPERIOR	3.80	<0.001	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.65	0.005	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA EM [1]	0.37	<0.001	Medicina
OMISSO	1.00	NaN	C.Nat. Mat. e Est.	OMISSO	1.00	1.000	Medicina
(Intercept)	3.64	0.197	Odontologia	(Intercept)	1.27	0.599	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.30	0.377	Odontologia	M BRANCAS [1]	1.56	0.003	Arquitetura
M NEGRAS [1]	1.47	0.210	Odontologia	M NEGRAS [1]	0.82	0.236	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.89	0.760	Odontologia	H NEGROS [1]	0.73	0.120	Arquitetura
NU IDADE	0.84	<0.001	Odontologia	NU IDADE	0.91	<0.001	Arquitetura
1,5 a 3 SM	0.77	0.538	Odontologia	1,5 a 3 SM	1.41	0.138	Arquitetura
3 a 4,5 SM	1.78	0.143	Odontologia	3 a 4,5 SM	2.05	0.002	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.09	0.005	Odontologia	4,5 a 6 SM	2.71	<0.001	Arquitetura
Acima de 6SM	3.26	0.002	Odontologia	Acima de 6SM	4.09	<0.001	Arquitetura
ENSINO MEDIO	1.68	0.072	Odontologia	ENSINO MEDIO	2.05	<0.001	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	1.36	0.323	Odontologia	ENS. SUPERIOR	2.81	<0.001	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.52	0.004	Odontologia	PUBLICA EM [1]	0.58	<0.001	Arquitetura
OMISSO	1.00	1.000	Odontologia	OMISSO	1.00	NaN	Arquitetura
(Intercept)	1.27	0.520	Direito				
M BRANCAS [1]	0.74	0.030	Direito				
M NEGRAS [1]	0.40	<0.001	Direito				
H NEGROS [1]	0.77	0.110	Direito				
NU IDADE	0.94	<0.001	Direito				
1,5 a 3 SM	0.50	0.004	Direito				
3 a 4,5 SM	1.36	0.147	Direito				
4,5 a 6 SM	1.79	0.011	Direito				
Acima de 6SM	4.97	<0.001	Direito				
ENSINO MEDIO	1.44	0.021	Direito				
ENS. SUPERIOR	1.77	0.001	Direito				
PUBLICA EM [1]	0.60	<0.001	Direito				
OMISSO	1.00	1.000	Direito				
Observations	12025			R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.173 / 0.173	Nagelkerke	0.2561606

**Tabela 17. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<b>AREA</b>	
		<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	2.17	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal.
H NEGROS [1]	0.43	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal.
M BRANCAS [1]	1.02	0.849	C. Sociais, Jornal.
M NEGRAS [1]	0.63	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal.
(Intercept)	6.59	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.57	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.49	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.36	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
(Intercept)	0.17	< <b>0.001</b>	C.Nat. Mat. e Est.
H NEGROS [1]	0.68	0.139	C.Nat. Mat. e Est.
M BRANCAS [1]	0.91	0.701	C.Nat. Mat. e Est.
M NEGRAS [1]	0.64	0.059	C.Nat. Mat. e Est.
(Intercept)	3.26	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.52	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.05	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.04	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
(Intercept)	25.54	< <b>0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.48	< <b>0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.23	< <b>0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.13	< <b>0.001</b>	Engenharias
(Intercept)	0.51	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.35	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	1.04	0.826	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.44	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
(Intercept)	2.02	< <b>0.001</b>	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.73	<b>0.007</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.15	0.208	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.00	0.980	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.90	0.334	Medicina
H NEGROS [1]	0.21	< <b>0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.82	0.144	Medicina
M NEGRAS [1]	0.14	< <b>0.001</b>	Medicina
(Intercept)	0.42	< <b>0.001</b>	Odontologia
H NEGROS [1]	0.42	< <b>0.001</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	1.51	<b>0.012</b>	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.64	<b>0.007</b>	Odontologia
(Intercept)	7.36	< <b>0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.51	< <b>0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.60	< <b>0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.32	< <b>0.001</b>	Direito
(Intercept)	1.38	<b>0.002</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.38	< <b>0.001</b>	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.41	<b>0.004</b>	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.47	< <b>0.001</b>	Arquitetura
Observations	39023		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.143 / 0.143	Nagelkerke	0.1286796

**Tabela 18. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial da Metropolitana de Belo Horizonte – Modelo com variáveis de controle**

Predictors	Odds Ratios	p	Response	Predictors	Odds Ratios	p	Response
(Intercept)	9.94	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	(Intercept)	2.55	<0.001	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.05	0.653	C. Sociais, Jornal. e	M BRANCAS [1]	1.20	0.101	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.80	0.036	C. Sociais, Jornal. e	M NEGRAS [1]	1.16	0.157	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.53	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	H NEGROS [1]	0.84	0.133	Saude e bem-estar
NU IDADE	0.96	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	NU IDADE	0.99	0.001	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	0.76	0.001	C. Sociais, Jornal. e	1,5 a 3 SM	0.98	0.764	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.13	0.188	C. Sociais, Jornal. e	3 a 4,5 SM	1.17	0.078	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	1.29	0.042	C. Sociais, Jornal. e	4,5 a 6 SM	1.17	0.188	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	2.21	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	Acima de 6SM	1.71	<0.001	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	1.02	0.751	C. Sociais, Jornal. e	ENSINO MEDIO	1.46	<0.001	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.06	0.555	C. Sociais, Jornal. e	ENS. SUPERIOR	1.53	<0.001	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.57	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA EM [1]	0.79	0.010	Saude e bem-estar
PUBLICA	1.00	NaN	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA	1.00	1.000	Saude e bem-estar
(Intercept)	14.46	<0.001	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.31	0.002	Medicina
M BRANCAS [1]	0.50	<0.001	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	1.06	0.675	Medicina
M NEGRAS [1]	0.42	<0.001	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	0.55	<0.001	Medicina
H NEGROS [1]	0.64	<0.001	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	0.62	0.007	Medicina
NU IDADE	0.96	<0.001	Negocios e Adm.	NU IDADE	1.00	0.746	Medicina
1,5 a 3 SM	1.31	<0.001	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	1.07	0.771	Medicina
3 a 4,5 SM	2.61	<0.001	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	1.82	0.013	Medicina
4,5 a 6 SM	2.44	<0.001	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	2.56	<0.001	Medicina
Acima de 6SM	4.62	<0.001	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	6.72	<0.001	Medicina
ENSINO MEDIO	0.95	0.401	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	2.76	<0.001	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.74	0.001	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	5.44	<0.001	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.88	0.137	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.07	<0.001	Medicina
PUBLICA	1.00	NaN	Negocios e Adm.	PUBLICA	1.00	NaN	Medicina
(Intercept)	8.57	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	(Intercept)	4.32	<0.001	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.84	0.480	C.Nat. Mat. e Est.	M BRANCAS [1]	1.58	0.006	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.74	0.205	C.Nat. Mat. e Est.	M NEGRAS [1]	1.04	0.813	Odontologia
H NEGROS [1]	0.89	0.644	C.Nat. Mat. e Est.	H NEGROS [1]	0.70	0.074	Odontologia
NU IDADE	0.87	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	NU IDADE	0.91	<0.001	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.19	0.412	C.Nat. Mat. e Est.	1,5 a 3 SM	0.84	0.255	Odontologia
3 a 4,5 SM	2.01	0.002	C.Nat. Mat. e Est.	3 a 4,5 SM	1.43	0.024	Odontologia
4,5 a 6 SM	1.61	0.107	C.Nat. Mat. e Est.	4,5 a 6 SM	1.83	0.001	Odontologia
Acima de 6SM	2.59	0.001	C.Nat. Mat. e Est.	Acima de 6SM	2.70	<0.001	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.17	0.337	C.Nat. Mat. e Est.	ENSINO MEDIO	2.12	<0.001	Odontologia
ENS. SUPERIOR	1.00	0.999	C.Nat. Mat. e Est.	ENS. SUPERIOR	2.31	<0.001	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.52	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA EM [1]	0.37	<0.001	Odontologia
PUBLICA	1.00	1.000	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA	1.00	NaN	Odontologia
(Intercept)	20.05	<0.001	Computacao e TI	(Intercept)	5.51	<0.001	Direito
M BRANCAS [1]	0.05	<0.001	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.70	<0.001	Direito
M NEGRAS [1]	0.05	<0.001	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.48	<0.001	Direito
H NEGROS [1]	0.68	0.001	Computacao e TI	H NEGROS [1]	0.68	<0.001	Direito
NU IDADE	0.91	<0.001	Computacao e TI	NU IDADE	1.01	0.127	Direito
1,5 a 3 SM	1.58	<0.001	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	0.81	0.004	Direito
3 a 4,5 SM	3.57	<0.001	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	1.25	0.007	Direito
4,5 a 6 SM	4.06	<0.001	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	1.55	<0.001	Direito
Acima de 6SM	5.83	<0.001	Computacao e TI	Acima de 6SM	2.89	<0.001	Direito
ENSINO MEDIO	1.40	<0.001	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.32	<0.001	Direito
ENS. SUPERIOR	1.19	0.136	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	1.62	<0.001	Direito
PUBLICA EM [1]	0.69	<0.001	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.55	<0.001	Direito
PUBLICA	1.00	1.000	Computacao e TI	PUBLICA	1.00	NaN	Direito
(Intercept)	38.67	<0.001	Engenharias	(Intercept)	5.22	<0.001	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.25	<0.001	Engenharias	M BRANCAS [1]	1.56	<0.001	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.18	<0.001	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.91	0.454	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.64	<0.001	Engenharias	H NEGROS [1]	0.70	0.009	Arquitetura
NU IDADE	0.96	<0.001	Engenharias	NU IDADE	0.93	<0.001	Arquitetura
1,5 a 3 SM	1.51	<0.001	Engenharias	1,5 a 3 SM	1.11	0.352	Arquitetura
3 a 4,5 SM	2.80	<0.001	Engenharias	3 a 4,5 SM	1.92	<0.001	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.11	<0.001	Engenharias	4,5 a 6 SM	2.57	<0.001	Arquitetura
Acima de 6SM	5.31	<0.001	Engenharias	Acima de 6SM	4.62	<0.001	Arquitetura
ENSINO MEDIO	1.38	<0.001	Engenharias	ENSINO MEDIO	1.89	<0.001	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	1.42	<0.001	Engenharias	ENS. SUPERIOR	2.41	<0.001	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.62	<0.001	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.31	<0.001	Arquitetura
PUBLICA	1.00	NaN	Engenharias	PUBLICA	1.00	NaN	Arquitetura
(Intercept)	0.81	0.529	Agricultura e Vet.	(Intercept)	0.81	0.529	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	1.15	0.396	Agricultura e Vet.	M BRANCAS [1]	1.15	0.396	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.68	0.017	Agricultura e Vet.	M NEGRAS [1]	0.68	0.017	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.51	0.001	Agricultura e Vet.	H NEGROS [1]	0.51	0.001	Agricultura e Vet.
NU IDADE	0.98	0.001	Agricultura e Vet.	NU IDADE	0.98	0.001	Agricultura e Vet.
1,5 a 3 SM	0.85	0.277	Agricultura e Vet.	1,5 a 3 SM	0.85	0.277	Agricultura e Vet.
3 a 4,5 SM	1.17	0.325	Agricultura e Vet.	3 a 4,5 SM	1.17	0.325	Agricultura e Vet.
4,5 a 6 SM	1.36	0.112	Agricultura e Vet.	4,5 a 6 SM	1.36	0.112	Agricultura e Vet.
Acima de 6SM	2.10	<0.001	Agricultura e Vet.	Acima de 6SM	2.10	<0.001	Agricultura e Vet.
ENSINO MEDIO	2.25	<0.001	Agricultura e Vet.	ENSINO MEDIO	2.25	<0.001	Agricultura e Vet.
ENS. SUPERIOR	2.67	<0.001	Agricultura e Vet.	ENS. SUPERIOR	2.67	<0.001	Agricultura e Vet.
PUBLICA EM [1]	0.45	<0.001	Agricultura e Vet.	PUBLICA EM [1]	0.45	<0.001	Agricultura e Vet.
PUBLICA	1.00	1.000	Agricultura e Vet.	PUBLICA	1.00	1.000	Agricultura e Vet.
Observations	39022			R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.169 / 0.169	Nagelkerke	0.2266377
				R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.169 / 0.169	Nagelkerke	0.2266377

### 4.3 Centro-Norte

**Tabela 19. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Centro- Norte – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.08	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jor. e Com.
M BRANCAS [1]	0.25	0.135	C. Sociais, Jor. e Com.
M NEGRAS [1]	0.33	0.103	C. Sociais, Jor. e Com.
H NEGROS [1]	0.71	0.635	C. Sociais, Jor. e Com.
(Intercept)	1.97	<b>0.001</b>	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.52	<b>0.008</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.42	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.63	0.051	Negocios e Adm.
(Intercept)	1.08	0.729	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.10	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.12	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.78	0.360	Computacao e TI
(Intercept)	4.64	< <b>0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.43	< <b>0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.22	< <b>0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.60	<b>0.016</b>	Engenharias
(Intercept)	1.69	<b>0.012</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.30	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.23	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.76	0.260	Agricultura e Vet.
(Intercept)	0.42	<b>0.004</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.51	0.237	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.25	0.481	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	1.26	0.501	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.67	0.124	Medicina
M BRANCAS [1]	0.40	<b>0.008</b>	Medicina
M NEGRAS [1]	0.16	< <b>0.001</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.28	< <b>0.001</b>	Medicina
(Intercept)	0.19	< <b>0.001</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.95	0.923	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.51	0.132	Odontologia
H NEGROS [1]	0.52	0.206	Odontologia
(Intercept)	0.61	0.069	Direito
M BRANCAS [1]	0.61	0.135	Direito
M NEGRAS [1]	0.31	< <b>0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.60	0.111	Direito
Observations	3604		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.158 / 0.158	Nagelkerke 0.07952041	

**Tabela 20. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Centro- Norte – Modelo com as variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>	<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.05	<b>0.016</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	(Intercept)	0.47	0.139	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.29	0.191	C. Sociais, Jor. e Com.	M BRANCAS [1]	1.64	0.158	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.45	0.258	C. Sociais, Jor. e Com.	M NEGRAS [1]	1.61	0.144	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.83	0.801	C. Sociais, Jor. e Com.	H NEGROS [1]	1.50	0.247	Saude e bem-estar
NU IDADE	1.02	0.471	C. Sociais, Jor. e Com.	NU IDADE	0.99	0.509	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.07	0.905	C. Sociais, Jor. e Com.	1,5 a 3 SM	1.08	0.613	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.93	0.355	C. Sociais, Jor. e Com.	3 a 4,5 SM	1.88	<b>0.006</b>	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	3.09	0.187	C. Sociais, Jor. e Com.	4,5 a 6 SM	1.08	0.841	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	3.26	0.190	C. Sociais, Jor. e Com.	Acima de 6SM	1.86	0.095	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	0.59	0.386	C. Sociais, Jor. e Com.	ENSINO MEDIO	1.25	0.190	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	0.97	0.964	C. Sociais, Jor. e Com.	ENS. SUPERIOR	2.04	<b>0.001</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.64	0.478	C. Sociais, Jor. e Com.	PUBLICA EM [1]	0.61	<b>0.017</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA	1.00	NaN	C. Sociais, Jor. e Com.	PUBLICA	1.00	NaN	Saude e bem-estar
(Intercept)	1.25	0.570	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.15	<b>0.010</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.56	<b>0.021</b>	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	0.55	0.104	Medicina
M NEGRAS [1]	0.51	<b>0.003</b>	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	0.54	0.070	Medicina
H NEGROS [1]	0.68	0.119	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	0.60	0.170	Medicina
NU IDADE	1.00	0.631	Negocios e Adm.	NU IDADE	1.01	0.611	Medicina
1,5 a 3 SM	2.03	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	1.07	0.858	Medicina
3 a 4,5 SM	3.56	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	2.61	<b>0.017</b>	Medicina
4,5 a 6 SM	3.08	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	4.69	<b>0.001</b>	Medicina
Acima de 6SM	5.12	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	15.43	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENSINO MEDIO	0.94	0.639	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	2.35	<b>0.011</b>	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.68	<b>0.044</b>	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	4.28	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.97	0.880	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.24	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA	1.00	1.000	Negocios e Adm.	PUBLICA	1.00	1.000	Medicina
(Intercept)	5.55	<b>0.008</b>	Computacao e TI	(Intercept)	0.40	0.396	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.11	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	1.18	0.741	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.18	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	1.22	0.674	Odontologia
H NEGROS [1]	1.07	0.800	Computacao e TI	H NEGROS [1]	0.98	0.967	Odontologia
NU IDADE	0.92	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	NU IDADE	0.94	<b>0.047</b>	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.51	0.058	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	1.66	0.185	Odontologia
3 a 4,5 SM	2.76	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	2.88	<b>0.022</b>	Odontologia
4,5 a 6 SM	4.89	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	4.77	<b>0.004</b>	Odontologia
Acima de 6SM	4.41	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	Acima de 6SM	12.25	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.49	0.064	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.24	0.582	Odontologia
ENS. SUPERIOR	2.20	<b>0.001</b>	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	3.73	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.56	<b>0.013</b>	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.34	<b>0.001</b>	Odontologia
PUBLICA	1.00	1.000	Computacao e TI	PUBLICA	1.00	NaN	Odontologia
(Intercept)	18.29	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	(Intercept)	0.18	<b>0.005</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.48	<b>0.002</b>	Engenharias	M BRANCAS [1]	0.77	0.444	Direito
M NEGRAS [1]	0.36	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.69	0.235	Direito
H NEGROS [1]	0.88	0.550	Engenharias	H NEGROS [1]	1.00	0.994	Direito
NU IDADE	0.93	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	NU IDADE	1.01	0.585	Direito
1,5 a 3 SM	1.30	<b>0.039</b>	Engenharias	1,5 a 3 SM	2.51	<b>&lt;0.001</b>	Direito
3 a 4,5 SM	2.25	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	3 a 4,5 SM	5.20	<b>&lt;0.001</b>	Direito
4,5 a 6 SM	2.59	<b>0.001</b>	Engenharias	4,5 a 6 SM	5.76	<b>&lt;0.001</b>	Direito
Acima de 6SM	3.43	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	Acima de 6SM	11.10	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENSINO MEDIO	1.93	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENSINO MEDIO	1.56	0.060	Direito
ENS. SUPERIOR	3.16	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENS. SUPERIOR	2.44	<b>0.001</b>	Direito
PUBLICA EM [1]	0.40	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.32	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA	1.00	NaN	Engenharias	PUBLICA	1.00	NaN	Direito
(Intercept)	2.96	<b>0.019</b>	Agricultura e Vet.	(Intercept)	2.96	<b>0.019</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.32	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	M BRANCAS [1]	0.32	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.29	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	M NEGRAS [1]	0.29	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.88	0.621	Agricultura e Vet.	H NEGROS [1]	0.88	0.621	Agricultura e Vet.
NU IDADE	0.96	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.	NU IDADE	0.96	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
1,5 a 3 SM	1.14	0.409	Agricultura e Vet.	1,5 a 3 SM	1.14	0.409	Agricultura e Vet.
3 a 4,5 SM	1.85	<b>0.006</b>	Agricultura e Vet.	3 a 4,5 SM	1.85	<b>0.006</b>	Agricultura e Vet.
4,5 a 6 SM	1.56	0.193	Agricultura e Vet.	4,5 a 6 SM	1.56	0.193	Agricultura e Vet.
Acima de 6SM	2.82	<b>0.002</b>	Agricultura e Vet.	Acima de 6SM	2.82	<b>0.002</b>	Agricultura e Vet.
ENSINO MEDIO	1.38	<b>0.044</b>	Agricultura e Vet.	ENSINO MEDIO	1.38	<b>0.044</b>	Agricultura e Vet.
ENS. SUPERIOR	2.37	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	ENS. SUPERIOR	2.37	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
PUBLICA EM [1]	0.95	0.819	Agricultura e Vet.	PUBLICA EM [1]	0.95	0.819	Agricultura e Vet.
PUBLICA	1.00	NaN	Agricultura e Vet.	PUBLICA	1.00	NaN	Agricultura e Vet.
Observations	3604						
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.207 / 0.207	Nagelkerke	0.2682089				

**Tabela 21. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Centro- Norte – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<b>AREA</b>	
		<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.88	0.606	C. Sociais, Jor. e Com.
M BRANCAS [1]	1.28	0.400	C. Sociais, Jor. e Com.
M NEGRAS [1]	0.96	0.894	C. Sociais, Jor. e Com.
H NEGROS [1]	0.57	0.066	C. Sociais, Jor. e Com.
(Intercept)	2.59	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.60	<b>0.041</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.35	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.41	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
(Intercept)	1.91	<b>0.003</b>	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.04	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.48	<b>0.004</b>	Computacao e TI
(Intercept)	22.03	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.19	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.13	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.64	<b>0.028</b>	Engenharias
(Intercept)	2.03	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.30	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.13	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.43	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
(Intercept)	3.13	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.07	0.781	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.86	0.468	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.74	0.187	Saude e bem-estar
(Intercept)	1.72	<b>0.015</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.64	0.094	Medicina
M NEGRAS [1]	0.23	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.31	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
(Intercept)	0.38	<b>0.004</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.90	0.789	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.43	<b>0.026</b>	Odontologia
H NEGROS [1]	0.44	<b>0.048</b>	Odontologia
(Intercept)	6.69	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.61	<b>0.029</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.29	<b>&lt;0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.52	<b>0.003</b>	Direito
(Intercept)	2.12	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.09	0.732	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.46	<b>0.001</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.42	<b>0.001</b>	Arquitetura
Observations	9578		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.125 / 0.125	Nagelkerke	0.1472945

**Tabela 22. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Centro- Norte – Modelo com variáveis de controle**

Predictors	Odds Ratios	p	Response	Predictors	Odds Ratios	p	Response
(Intercept)	0.21	<b>0.002</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	M BRANCAS [1]	1.13	0.603	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.50	0.177	C. Sociais, Jor. e Com.	M NEGRAS [1]	0.99	0.968	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.29	0.352	C. Sociais, Jor. e Com.	H NEGROS [1]	0.80	0.336	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.64	0.145	C. Sociais, Jor. e Com.	NU IDADE	1.01	0.282	Saude e bem-estar
NU IDADE	1.05	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	1,5 a 3 SM	1.39	<b>0.005</b>	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.56	<b>0.004</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	3 a 4,5 SM	1.37	0.060	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.86	<b>0.003</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	4,5 a 6 SM	1.20	0.506	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	1.71	0.103	C. Sociais, Jor. e Com.	Acima de 6SM	1.38	0.334	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	1.49	0.321	C. Sociais, Jor. e Com.	ENSINO MEDIO	2.01	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	2.53	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	ENS. SUPERIOR	2.59	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	2.66	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	PUBLICA EM [1]	0.51	<b>0.006</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.37	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jor. e Com.	PUBLICA	1.00	NaN	Saude e bem-estar
PUBLICA	1.00	NaN	C. Sociais, Jor. e Com.	(Intercept)	0.54	0.303	Medicina
(Intercept)	3.15	<b>0.015</b>	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	0.85	0.552	Medicina
M BRANCAS [1]	0.65	0.089	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	0.61	0.059	Medicina
M NEGRAS [1]	0.46	<b>0.001</b>	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	0.57	<b>0.045</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.47	<b>0.002</b>	Negocios e Adm.	NU IDADE	1.02	0.071	Medicina
NU IDADE	0.98	<b>0.026</b>	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	1.93	<b>0.014</b>	Medicina
1,5 a 3 SM	2.45	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	4.49	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
3 a 4,5 SM	4.50	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	5.36	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
4,5 a 6 SM	3.83	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	11.30	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
Acima de 6SM	7.96	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	3.70	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENSINO MEDIO	1.60	<b>0.001</b>	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	8.68	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENS. SUPERIOR	1.25	0.257	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.03	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.48	<b>0.005</b>	Negocios e Adm.	PUBLICA	1.00	1.000	Medicina
PUBLICA	1.00	1.000	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.90	0.902	Odontologia
(Intercept)	25.23	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.98	0.959	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.75	0.458	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	H NEGROS [1]	0.66	0.322	Odontologia
H NEGROS [1]	0.57	<b>0.028</b>	Computacao e TI	NU IDADE	0.99	0.561	Odontologia
NU IDADE	0.91	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	1.69	0.076	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.43	0.085	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	1.83	0.080	Odontologia
3 a 4,5 SM	1.39	0.222	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	1.67	0.265	Odontologia
4,5 a 6 SM	1.83	0.112	Computacao e TI	Acima de 6SM	2.06	0.131	Odontologia
Acima de 6SM	2.70	<b>0.016</b>	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	2.81	<b>0.002</b>	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.88	<b>0.003</b>	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	7.67	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENS. SUPERIOR	3.15	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.06	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.35	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	PUBLICA	1.00	1.000	Odontologia
PUBLICA	1.00	1.000	Computacao e TI	(Intercept)	4.74	<b>&lt;0.001</b>	Direito
(Intercept)	40.32	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M BRANCAS [1]	0.73	0.162	Direito
M BRANCAS [1]	0.20	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.45	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.18	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	H NEGROS [1]	0.66	0.062	Direito
H NEGROS [1]	0.77	0.212	Engenharias	NU IDADE	1.02	<b>0.027</b>	Direito
NU IDADE	0.98	<b>0.025</b>	Engenharias	1,5 a 3 SM	1.29	<b>0.035</b>	Direito
1,5 a 3 SM	1.88	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	3 a 4,5 SM	1.77	<b>0.001</b>	Direito
3 a 4,5 SM	2.31	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	4,5 a 6 SM	2.52	<b>&lt;0.001</b>	Direito
4,5 a 6 SM	2.64	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	Acima de 6SM	4.95	<b>&lt;0.001</b>	Direito
Acima de 6SM	3.50	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENSINO MEDIO	2.25	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENSINO MEDIO	2.05	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENS. SUPERIOR	3.10	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENS. SUPERIOR	2.85	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.24	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA EM [1]	0.26	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA	1.00	1.000	Direito
PUBLICA	1.00	NaN	Engenharias	(Intercept)	1.31	0.558	Arquitetura
(Intercept)	2.01	0.195	Agricultura e Vet.	M BRANCAS [1]	1.28	0.336	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.33	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	M NEGRAS [1]	0.71	0.153	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.17	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	H NEGROS [1]	0.54	<b>0.016</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.50	<b>0.008</b>	Agricultura e Vet.	NU IDADE	1.02	0.140	Arquitetura
NU IDADE	0.99	0.644	Agricultura e Vet.	1,5 a 3 SM	1.81	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
1,5 a 3 SM	2.27	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	3 a 4,5 SM	2.69	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
3 a 4,5 SM	2.65	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	4,5 a 6 SM	2.85	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
4,5 a 6 SM	2.99	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.	Acima de 6SM	4.97	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
Acima de 6SM	3.59	<b>0.001</b>	Agricultura e Vet.	ENSINO MEDIO	2.71	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENSINO MEDIO	2.20	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	ENS. SUPERIOR	3.54	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	2.58	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	PUBLICA EM [1]	0.22	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.33	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	PUBLICA	1.00	NaN	Arquitetura
PUBLICA	1.00	NaN	Agricultura e Vet.	(Intercept)	1.00	1.00 – 1.00	Arquitetura

Observations 9578

R<sup>2</sup> 0.164 / 0.164 Nagelkerke 0.2794634

#### 4.4 Sul de Minas e Triângulo Mineiro

Tabela 23. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.35	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e
M BRANCAS [1]	1.27	<b>0.017</b>	C. Sociais, Jornal. e
M NEGRAS [1]	1.00	0.982	C. Sociais, Jornal. e
H NEGROS [1]	0.78	0.074	C. Sociais, Jornal. e
(Intercept)	0.91	0.143	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.72	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.63	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.83	0.062	Negocios e Adm.
(Intercept)	0.25	< <b>0.001</b>	C.Nat. Mat. e Est.
M BRANCAS [1]	0.87	0.250	C.Nat. Mat. e Est.
M NEGRAS [1]	0.73	<b>0.022</b>	C.Nat. Mat. e Est.
H NEGROS [1]	0.72	<b>0.042</b>	C.Nat. Mat. e Est.
(Intercept)	1.09	0.152	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.09	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.06	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.54	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
(Intercept)	6.38	< <b>0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.33	< <b>0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.17	< <b>0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.51	< <b>0.001</b>	Engenharias
(Intercept)	0.88	<b>0.042</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.46	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.37	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.69	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
(Intercept)	0.42	< <b>0.001</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.70	< <b>0.001</b>	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.35	<b>0.003</b>	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	1.14	0.264	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.13	< <b>0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.63	<b>0.005</b>	Medicina
M NEGRAS [1]	0.68	<b>0.036</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.85	0.415	Medicina
(Intercept)	0.06	< <b>0.001</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	1.18	0.436	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.81	0.419	Odontologia
H NEGROS [1]	1.06	0.833	Odontologia
(Intercept)	0.36	< <b>0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.74	<b>0.006</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.47	< <b>0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.62	<b>0.001</b>	Direito
(Intercept)	0.08	< <b>0.001</b>	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.41	0.065	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.92	0.719	Arquitetura
H NEGROS [1]	1.33	0.217	Arquitetura
Observations	18713		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.141 / 0.141	Nagelkerke 0.1092746	

**Tabela 24. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>	<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.36	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	(Intercept)	0.59	0.011	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.36	0.003	C. Sociais, Jornal. e	M BRANCAS [1]	1.77	<0.001	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.37	0.007	C. Sociais, Jornal. e	M NEGRAS [1]	1.71	<0.001	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.99	0.936	C. Sociais, Jornal. e	H NEGROS [1]	1.39	0.007	Saude e bem-estar
NU IDADE	0.98	0.006	C. Sociais, Jornal. e	NU IDADE	0.98	0.001	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.23	0.065	C. Sociais, Jornal. e	1,5 a 3 SM	0.95	0.546	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.63	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	3 a 4,5 SM	1.11	0.315	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	1.98	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	4,5 a 6 SM	1.24	0.094	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	3.10	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	Acima de 6SM	1.54	0.001	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	1.32	0.004	C. Sociais, Jornal. e	ENSINO MEDIO	1.56	<0.001	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.56	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	ENS. SUPERIOR	1.77	<0.001	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.68	<0.001	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA EM [1]	0.66	<0.001	Saude e bem-estar
PUBLICA	1.00	1.000	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA	1.00	NaN	Saude e bem-estar
(Intercept)	1.12	0.572	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.03	<0.001	Medicina
M BRANCAS [1]	0.75	<0.001	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	0.74	0.082	Medicina
M NEGRAS [1]	0.79	0.009	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	1.33	0.141	Medicina
H NEGROS [1]	0.98	0.850	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	1.38	0.122	Medicina
NU IDADE	0.97	<0.001	Negocios e Adm.	NU IDADE	1.00	0.813	Medicina
1,5 a 3 SM	1.49	<0.001	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	1.14	0.612	Medicina
3 a 4,5 SM	2.33	<0.001	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	2.26	0.001	Medicina
4,5 a 6 SM	2.72	<0.001	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	2.36	0.003	Medicina
Acima de 6SM	5.58	<0.001	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	6.15	<0.001	Medicina
ENSINO MEDIO	1.18	0.031	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	3.01	<0.001	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.91	0.326	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	5.13	<0.001	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.94	0.432	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.66	0.007	Medicina
PUBLICA	1.00	1.000	Negocios e Adm.	PUBLICA	1.00	NaN	Medicina
(Intercept)	21.14	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	(Intercept)	0.57	0.453	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.81	0.091	C.Nat. Mat. e Est.	M BRANCAS [1]	1.23	0.337	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.87	0.353	C.Nat. Mat. e Est.	M NEGRAS [1]	1.33	0.279	Odontologia
H NEGROS [1]	0.94	0.692	C.Nat. Mat. e Est.	H NEGROS [1]	1.67	0.067	Odontologia
NU IDADE	0.83	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	NU IDADE	0.90	<0.001	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.03	0.806	C.Nat. Mat. e Est.	1,5 a 3 SM	1.11	0.706	Odontologia
3 a 4,5 SM	1.43	0.018	C.Nat. Mat. e Est.	3 a 4,5 SM	1.71	0.065	Odontologia
4,5 a 6 SM	1.23	0.285	C.Nat. Mat. e Est.	4,5 a 6 SM	1.94	0.048	Odontologia
Acima de 6SM	1.53	0.023	C.Nat. Mat. e Est.	Acima de 6SM	2.86	0.001	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.56	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	ENSINO MEDIO	1.36	0.194	Odontologia
ENS. SUPERIOR	1.76	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	ENS. SUPERIOR	2.49	<0.001	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.57	<0.001	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA EM [1]	0.43	<0.001	Odontologia
PUBLICA	1.00	1.000	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA	1.00	NaN	Odontologia
(Intercept)	9.35	<0.001	Computacao e TI	(Intercept)	0.41	0.001	Direito
M BRANCAS [1]	0.09	<0.001	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.83	0.081	Direito
M NEGRAS [1]	0.07	<0.001	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.66	0.003	Direito
H NEGROS [1]	0.69	0.001	Computacao e TI	H NEGROS [1]	0.79	0.117	Direito
NU IDADE	0.89	<0.001	Computacao e TI	NU IDADE	1.00	0.623	Direito
1,5 a 3 SM	1.57	<0.001	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	0.43	<0.001	Direito
3 a 4,5 SM	2.13	<0.001	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	0.78	0.070	Direito
4,5 a 6 SM	2.80	<0.001	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	1.13	0.446	Direito
Acima de 6SM	3.79	<0.001	Computacao e TI	Acima de 6SM	2.15	<0.001	Direito
ENSINO MEDIO	1.60	<0.001	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.32	0.016	Direito
ENS. SUPERIOR	1.46	0.001	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	1.61	<0.001	Direito
PUBLICA EM [1]	0.76	0.003	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.70	0.001	Direito
PUBLICA	1.00	1.000	Computacao e TI	PUBLICA	1.00	1.000	Direito
(Intercept)	28.76	<0.001	Engenharias	(Intercept)	0.17	0.003	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.35	<0.001	Engenharias	M BRANCAS [1]	1.56	0.018	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.29	<0.001	Engenharias	M NEGRAS [1]	1.73	0.015	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.81	0.007	Engenharias	H NEGROS [1]	2.22	0.001	Arquitetura
NU IDADE	0.91	<0.001	Engenharias	NU IDADE	0.92	<0.001	Arquitetura
1,5 a 3 SM	1.55	<0.001	Engenharias	1,5 a 3 SM	1.18	0.540	Arquitetura
3 a 4,5 SM	2.35	<0.001	Engenharias	3 a 4,5 SM	2.16	0.004	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.25	<0.001	Engenharias	4,5 a 6 SM	3.39	<0.001	Arquitetura
Acima de 6SM	4.74	<0.001	Engenharias	Acima de 6SM	6.48	<0.001	Arquitetura
ENSINO MEDIO	1.79	<0.001	Engenharias	ENSINO MEDIO	2.24	<0.001	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	2.04	<0.001	Engenharias	ENS. SUPERIOR	3.18	<0.001	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.41	<0.001	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.57	<0.001	Arquitetura
PUBLICA	1.00	1.000	Engenharias	PUBLICA	1.00	NaN	Arquitetura
(Intercept)	2.34	<0.001	Agricultura e Vet.	Observations	18713		
M BRANCAS [1]	0.48	<0.001	Agricultura e Vet.	R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.176 / 0.176	Nagelkerke	0.2402226
M NEGRAS [1]	0.49	<0.001	Agricultura e Vet.				
H NEGROS [1]	0.89	0.263	Agricultura e Vet.				
NU IDADE	0.94	<0.001	Agricultura e Vet.				
REND A [2]	1.08	0.456	Agricultura e Vet.				
REND A [3]	1.25	0.042	Agricultura e Vet.				
REND A [4]	1.78	<0.001	Agricultura e Vet.				
REND A [5]	2.58	<0.001	Agricultura e Vet.				
ESC MAE [2]	1.75	<0.001	Agricultura e Vet.				
ESC MAE [3]	2.08	<0.001	Agricultura e Vet.				
PUBLICA EM [1]	0.79	0.005	Agricultura e Vet.				
PUBLICA	1.00	1.000	Agricultura e Vet.				

**Tabela 25. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.83	<b>0.036</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
M BRANCAS [1]	1.01	0.960	C. Sociais, Jornal. e Com.
M NEGRAS [1]	0.85	0.124	C. Sociais, Jornal. e Com.
H NEGROS [1]	0.85	0.251	C. Sociais, Jornal. e Com.
(Intercept)	3.75	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.40	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.31	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.64	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.
(Intercept)	0.03	<b>&lt;0.001</b>	C.Nat. Mat. e Est.
M BRANCAS [1]	0.78	0.554	C.Nat. Mat. e Est.
M NEGRAS [1]	0.68	0.399	C.Nat. Mat. e Est.
H NEGROS [1]	0.78	0.671	C.Nat. Mat. e Est.
(Intercept)	1.68	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.03	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.52	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI
(Intercept)	11.53	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.15	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.10	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.63	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias
(Intercept)	2.08	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.21	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.14	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.50	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.
(Intercept)	1.62	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.82	<b>0.023</b>	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.70	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.74	<b>0.014</b>	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.73	<b>0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.61	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
M NEGRAS [1]	0.22	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.37	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
(Intercept)	0.51	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.93	0.543	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.41	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
H NEGROS [1]	0.50	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
(Intercept)	3.71	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.47	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.30	<b>&lt;0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.66	<b>&lt;0.001</b>	Direito
(Intercept)	0.79	<b>0.008</b>	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.88	0.220	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.45	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.60	<b>0.001</b>	Arquitetura
Observations	26413		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.114 / 0.114	Nagelkerke	0.1386746

**Tabela 26. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Sul de Minas e Triângulo Mineiro – Modelo com as variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>	<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.50	<b>0.002</b>	C. Sociais, Jornal. e	(Intercept)	1.28	0.205	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.11	0.310	C. Sociais, Jornal. e	M BRANCAS [1]	0.86	0.098	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	1.10	0.372	C. Sociais, Jornal. e	M NEGRAS [1]	0.82	<b>0.040</b>	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	1.00	0.998	C. Sociais, Jornal. e	H NEGROS [1]	0.83	0.111	Saude e bem-estar
NU IDADE	1.00	0.351	C. Sociais, Jornal. e	NU IDADE	1.00	0.886	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.52	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	1,5 a 3 SM	1.39	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	2.31	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	3 a 4,5 SM	1.62	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	2.53	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	4,5 a 6 SM	1.50	<b>0.001</b>	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	3.11	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	Acima de 6SM	2.00	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	1.57	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	ENSINO MEDIO	1.69	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.85	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	ENS. SUPERIOR	1.70	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.55	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA EM [1]	0.67	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA	1.00	1.000	C. Sociais, Jornal. e	PUBLICA	1.00	NaN	Saude e bem-estar
(Intercept)	3.10	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	(Intercept)	0.09	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.43	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	M BRANCAS [1]	0.82	0.086	Medicina
M NEGRAS [1]	0.38	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	M NEGRAS [1]	0.81	0.179	Medicina
H NEGROS [1]	0.71	<b>0.002</b>	Negocios e Adm.	H NEGROS [1]	0.95	0.764	Medicina
NU IDADE	0.98	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	NU IDADE	1.01	0.134	Medicina
1,5 a 3 SM	2.13	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	1,5 a 3 SM	1.94	<b>0.007</b>	Medicina
3 a 4,5 SM	3.70	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	3 a 4,5 SM	3.06	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
4,5 a 6 SM	4.40	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	4,5 a 6 SM	5.71	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
Acima de 6SM	5.80	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Adm.	Acima de 6SM	19.15	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENSINO MEDIO	1.15	<b>0.033</b>	Negocios e Adm.	ENSINO MEDIO	4.73	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.95	0.600	Negocios e Adm.	ENS. SUPERIOR	10.47	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.79	<b>0.010</b>	Negocios e Adm.	PUBLICA EM [1]	0.04	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA	1.00	NaN	Negocios e Adm.	PUBLICA	1.00	1.000	Medicina
(Intercept)	0.06	<b>0.006</b>	C.Nat. Mat. e Est.	(Intercept)	1.60	0.154	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.79	0.570	C.Nat. Mat. e Est.	M BRANCAS [1]	1.02	0.857	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.74	0.509	C.Nat. Mat. e Est.	M NEGRAS [1]	0.70	<b>0.014</b>	Odontologia
H NEGROS [1]	0.86	0.791	C.Nat. Mat. e Est.	H NEGROS [1]	0.77	0.157	Odontologia
NU IDADE	0.97	0.245	C.Nat. Mat. e Est.	NU IDADE	0.94	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
1,5 a 3 SM	0.84	0.655	C.Nat. Mat. e Est.	1,5 a 3 SM	1.69	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
3 a 4,5 SM	1.74	0.161	C.Nat. Mat. e Est.	3 a 4,5 SM	2.71	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
4,5 a 6 SM	0.67	0.603	C.Nat. Mat. e Est.	4,5 a 6 SM	3.09	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
Acima de 6SM	1.78	0.343	C.Nat. Mat. e Est.	Acima de 6SM	6.24	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENSINO MEDIO	2.10	<b>0.021</b>	C.Nat. Mat. e Est.	ENSINO MEDIO	2.09	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENS. SUPERIOR	1.05	0.923	C.Nat. Mat. e Est.	ENS. SUPERIOR	3.72	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.88	0.789	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA EM [1]	0.27	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA	1.00	NaN	C.Nat. Mat. e Est.	PUBLICA	1.00	NaN	Odontologia
(Intercept)	9.14	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	(Intercept)	1.83	<b>0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.55	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.03	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.47	<b>&lt;0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.61	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	H NEGROS [1]	0.86	0.149	Direito
NU IDADE	0.91	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	NU IDADE	1.02	<b>&lt;0.001</b>	Direito
1,5 a 3 SM	2.26	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	1.22	<b>0.006</b>	Direito
3 a 4,5 SM	3.61	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	1.96	<b>&lt;0.001</b>	Direito
4,5 a 6 SM	3.61	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	2.53	<b>&lt;0.001</b>	Direito
Acima de 6SM	4.38	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	Acima de 6SM	4.14	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENSINO MEDIO	1.46	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.75	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENS. SUPERIOR	1.89	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	2.19	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA EM [1]	0.73	<b>0.015</b>	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.39	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA	1.00	NaN	Computacao e TI	PUBLICA	1.00	NaN	Direito
(Intercept)	10.88	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	(Intercept)	1.48	0.145	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.16	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M BRANCAS [1]	0.96	0.680	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.13	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.70	<b>0.004</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.77	<b>0.008</b>	Engenharias	H NEGROS [1]	0.85	0.286	Arquitetura
NU IDADE	0.98	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	NU IDADE	0.96	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
1,5 a 3 SM	1.98	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	1,5 a 3 SM	2.46	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
3 a 4,5 SM	3.57	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	3 a 4,5 SM	3.75	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.83	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	4,5 a 6 SM	4.49	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
Acima de 6SM	4.48	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	Acima de 6SM	6.65	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENSINO MEDIO	1.62	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENSINO MEDIO	1.72	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	1.80	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENS. SUPERIOR	2.55	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.48	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.29	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
PUBLICA	1.00	NaN	Engenharias	PUBLICA	1.00	NaN	Arquitetura
(Intercept)	2.42	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	Observations	26413		
M BRANCAS [1]	0.23	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.	R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.152 / 0.152	Nagelkerke	0.2812503
M NEGRAS [1]	0.19	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
H NEGROS [1]	0.63	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
NU IDADE	0.98	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
REND A [2]	1.58	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
REND A [3]	2.17	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
REND A [4]	2.55	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
REND A [5]	3.93	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
ESC MAE [2]	2.03	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
ESC MAE [3]	2.76	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
PUBLICA EM [1]	0.49	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Vet.				
PUBLICA	1.00	NaN	Agricultura e Vet.				

#### 4.4 Leste Mineiro

**Tabela 27 . Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Leste Mineiro– Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	0.63	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
M BRANCAS [1]	0.66	<b>0.012</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
M NEGRAS [1]	0.43	< <b>0.001</b>	C. Sociais, Jornal. e Com.
H NEGROS [1]	0.75	0.145	C. Sociais, Jornal. e Com.
(Intercept)	1.19	0.113	Negocios e Adm.
M BRANCAS [1]	0.58	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
M NEGRAS [1]	0.39	< <b>0.001</b>	Negocios e Adm.
H NEGROS [1]	0.74	0.072	Negocios e Adm.
(Intercept)	0.22	< <b>0.001</b>	C. Nat. Mat e Est
M BRANCAS [1]	0.49	<b>0.007</b>	C. Nat. Mat e Est
M NEGRAS [1]	0.20	< <b>0.001</b>	C. Nat. Mat e Est
H NEGROS [1]	0.47	<b>0.024</b>	C. Nat. Mat e Est
(Intercept)	0.90	0.348	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.10	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.14	< <b>0.001</b>	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.69	<b>0.039</b>	Computacao e TI
(Intercept)	6.60	< <b>0.001</b>	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.29	< <b>0.001</b>	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.15	< <b>0.001</b>	Engenharias
H NEGROS [1]	0.46	< <b>0.001</b>	Engenharias
(Intercept)	0.79	0.054	Agricultura e Vet.
M BRANCAS [1]	0.53	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
M NEGRAS [1]	0.36	< <b>0.001</b>	Agricultura e Vet.
H NEGROS [1]	0.83	0.319	Agricultura e Vet.
(Intercept)	0.65	<b>0.001</b>	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	1.11	0.505	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.98	0.884	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.80	0.258	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.42	< <b>0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.77	0.157	Medicina
M NEGRAS [1]	0.41	< <b>0.001</b>	Medicina
H NEGROS [1]	0.89	0.584	Medicina
(Intercept)	0.14	< <b>0.001</b>	Odontologia
M BRANCAS [1]	1.47	0.154	Odontologia
M NEGRAS [1]	1.14	0.653	Odontologia
H NEGROS [1]	0.81	0.555	Odontologia
(Intercept)	0.56	< <b>0.001</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.69	<b>0.031</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.42	< <b>0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.71	0.105	Direito
(Intercept)	0.35	< <b>0.001</b>	Arquitetura
M BRANCAS [1]	1.22	0.294	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.33	< <b>0.001</b>	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.71	0.165	Arquitetura
Observations	6479		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.123 / 0.123	Nagelkerke 0.09678774	

**Tabela 28. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor público presencial do Leste Mineiro– Modelo com variáveis de controle**

AREA							
Predictors	Odds Ratios	p	Response	Predictors	Odds Ratios	p	Response
(Intercept)	0.46	<b>0.002</b>	C. Sociais, Jornalismo	(Intercept)	1.48	0.078	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.85	0.188	C. Sociais, Jornalismo	M BRANCAS [1]	0.84	0.125	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	M NEGRAS [1]	0.88	0.310	Saude e bem-estar
H NEGRAS [1]	1.18	0.184	C. Sociais, Jornalismo	H NEGRAS [1]	1.00	0.977	Saude e bem-estar
NU IDADE	1.03	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	NU IDADE	1.00	0.853	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.23	<b>0.034</b>	C. Sociais, Jornalismo	1,5 a 3 SM	1.34	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.71	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	3 a 4,5 SM	1.58	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	1.86	<b>0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	4,5 a 6 SM	1.85	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	2.35	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	Acima de 6SM	1.50	<b>0.015</b>	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	1.28	<b>0.009</b>	C. Sociais, Jornalismo	ENSINO MEDIO	1.25	<b>0.007</b>	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.40	<b>0.007</b>	C. Sociais, Jornalismo	ENS. SUPERIOR	1.55	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.54	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo	PUBLICA EM [1]	0.69	<b>0.001</b>	Saude e bem-estar
OMISSO	1.00	NaN	C. Sociais, Jornalismo	OMISSO	1.00	NaN	Saude e bem-estar
(Intercept)	2.32	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	(Intercept)	0.07	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.48	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	M BRANCAS [1]	0.76	0.186	Medicina
M NEGRAS [1]	0.75	<b>0.018</b>	Negocios e	M NEGRAS [1]	1.03	0.892	Medicina
H NEGRAS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	H NEGRAS [1]	1.16	0.368	Medicina
NU IDADE	0.99	<b>0.021</b>	Negocios e	NU IDADE	1.02	<b>0.029</b>	Medicina
1,5 a 3 SM	1.73	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	1,5 a 3 SM	1.23	0.479	Medicina
3 a 4,5 SM	2.58	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	3 a 4,5 SM	2.24	<b>0.005</b>	Medicina
4,5 a 6 SM	3.83	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	4,5 a 6 SM	5.24	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
Acima de 6SM	3.09	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e	Acima de 6SM	13.68	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENSINO MEDIO	1.15	0.098	Negocios e	ENSINO MEDIO	3.62	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.75	<b>0.015</b>	Negocios e	ENS. SUPERIOR	7.10	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.75	<b>0.009</b>	Negocios e	PUBLICA EM [1]	0.09	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
OMISSO	1.00	1.000	Negocios e	OMISSO	1.00	1.000	Medicina
(Intercept)	2.41	<b>0.025</b>	Computacao e TI	(Intercept)	1.06	0.894	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.93	0.683	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.90	0.637	Odontologia
H NEGRAS [1]	0.06	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	H NEGRAS [1]	1.17	0.368	Odontologia
NU IDADE	0.96	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	NU IDADE	0.93	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.55	<b>0.012</b>	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	1.54	<b>0.035</b>	Odontologia
3 a 4,5 SM	2.52	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	3.12	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
4,5 a 6 SM	2.69	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	6.03	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
Acima de 6SM	2.93	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	Acima de 6SM	8.21	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.11	0.481	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.86	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENS. SUPERIOR	1.10	0.594	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	2.97	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.56	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.30	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
OMISSO	1.00	NaN	Computacao e TI	OMISSO	1.00	1.000	Odontologia
(Intercept)	8.83	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	(Intercept)	1.55	<b>0.034</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.20	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M BRANCAS [1]	0.45	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.77	<b>0.013</b>	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.68	<b>0.001</b>	Direito
H NEGRAS [1]	0.21	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	H NEGRAS [1]	0.62	<b>&lt;0.001</b>	Direito
NU IDADE	0.99	<b>0.007</b>	Engenharias	NU IDADE	1.03	<b>&lt;0.001</b>	Direito
1,5 a 3 SM	1.56	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	1,5 a 3 SM	0.99	0.871	Direito
3 a 4,5 SM	2.38	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	3 a 4,5 SM	1.49	<b>&lt;0.001</b>	Direito
4,5 a 6 SM	3.09	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	4,5 a 6 SM	2.36	<b>&lt;0.001</b>	Direito
Acima de 6SM	2.70	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	Acima de 6SM	2.87	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENSINO MEDIO	1.48	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENSINO MEDIO	1.44	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENS. SUPERIOR	1.60	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENS. SUPERIOR	1.61	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA EM [1]	0.59	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.54	<b>&lt;0.001</b>	Direito
OMISSO	1.00	NaN	Engenharias	OMISSO	1.00	1.000	Direito
(Intercept)	0.18	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	(Intercept)	0.61	0.101	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.39	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	M BRANCAS [1]	0.64	<b>0.002</b>	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.53	<b>0.008</b>	Agricultura e	M NEGRAS [1]	0.81	0.214	Arquitetura
H NEGRAS [1]	0.46	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	H NEGRAS [1]	0.95	0.728	Arquitetura
NU IDADE	1.00	0.922	Agricultura e	NU IDADE	1.00	0.738	Arquitetura
1,5 a 3 SM	1.47	0.099	Agricultura e	1,5 a 3 SM	1.82	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
3 a 4,5 SM	2.69	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	3 a 4,5 SM	2.30	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.67	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	4,5 a 6 SM	3.68	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
Acima de 6SM	3.04	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	Acima de 6SM	3.71	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENSINO MEDIO	2.31	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	ENSINO MEDIO	1.66	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	4.16	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	ENS. SUPERIOR	1.92	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.42	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e	PUBLICA EM [1]	0.33	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
OMISSO	1.00	NaN	Agricultura e	OMISSO	1.00	NaN	Arquitetura

Observations

16287

R<sup>2</sup> / R<sup>2</sup> adjusted

0.112 / 0.112 Nagelkerke 0.2260711

**Tabela 29. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos seleccionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Leste Mineiro– Modelo sem variáveis de controle**

<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>p</i>	<i>Response</i>
(Intercept)	1.05	0.635	C. Sociais, Jornalismo e
H NEGROS [1]	0.49	<0.001	C. Sociais, Jornalismo e
M BRANCAS [1]	1.03	0.786	C. Sociais, Jornalismo e
M NEGRAS [1]	0.65	<0.001	C. Sociais, Jornalismo e
(Intercept)	2.50	<0.001	Negócios e Administracao
H NEGROS [1]	0.68	0.001	Negocios e Administracao
M BRANCAS [1]	0.53	<0.001	Negocios e Administracao
M NEGRAS [1]	0.40	<0.001	Negocios e Administracao
(Intercept)	0.99	0.957	Computacao e TI
H NEGROS [1]	0.48	<0.001	Computacao e TI
M BRANCAS [1]	0.06	<0.001	Computacao e TI
M NEGRAS [1]	0.04	<0.001	Computacao e TI
(Intercept)	9.08	<0.001	Engenharias
H NEGROS [1]	0.64	<0.001	Engenharias
M BRANCAS [1]	0.19	<0.001	Engenharias
M NEGRAS [1]	0.16	<0.001	Engenharias
(Intercept)	0.37	<0.001	Agricultura e Veterinaria
H NEGROS [1]	0.37	<0.001	Agricultura e Veterinaria
M BRANCAS [1]	0.39	<0.001	Agricultura e Veterinaria
M NEGRAS [1]	0.24	<0.001	Agricultura e Veterinaria
(Intercept)	1.79	<0.001	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	0.80	0.074	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.94	0.586	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.73	0.005	Saude e bem-estar
(Intercept)	0.50	<0.001	Medicina
H NEGROS [1]	0.41	<0.001	Medicina
M BRANCAS [1]	0.83	0.235	Medicina
M NEGRAS [1]	0.21	<0.001	Medicina
(Intercept)	0.37	<0.001	Odontologia
H NEGROS [1]	0.53	0.003	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.98	0.921	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.48	<0.001	Odontologia
(Intercept)	3.91	<0.001	Direito
H NEGROS [1]	0.56	<0.001	Direito
M BRANCAS [1]	0.52	<0.001	Direito
M NEGRAS [1]	0.32	<0.001	Direito
(Intercept)	0.78	0.027	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.59	0.001	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.82	0.142	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.41	<0.001	Arquitetura
Observations	16288		
R <sup>2</sup> / R <sup>2</sup> adjusted	0.081 / 0.081	Nagelkerke	0.1070737

**Tabela 30. Razões de chance de ser concluinte nas áreas e cursos selecionados em relação a ser concluinte das Licenciaturas por gênero e raça tendo como referência os homens brancos no setor privado presencial do Leste Mineiro– Modelo com variáveis de controle**

Predictors	Odds Ratios	p	Response	Predictors	Odds Ratios	p	Response
(Intercept)	0.46	<b>&lt;0.002</b>	C. Sociais, Jornalismo e	(Intercept)	1.48	0.078	Saude e bem-estar
M BRANCAS [1]	0.85	0.188	C. Sociais, Jornalismo e	M BRANCAS [1]	0.84	0.125	Saude e bem-estar
M NEGRAS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	M NEGRAS [1]	0.88	0.310	Saude e bem-estar
H NEGROS [1]	1.18	0.184	C. Sociais, Jornalismo e	H NEGROS [1]	1.00	0.977	Saude e bem-estar
NU IDADE	1.03	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	NU IDADE	1.00	0.853	Saude e bem-estar
1,5 a 3 SM	1.23	<b>0.034</b>	C. Sociais, Jornalismo e	1,5 a 3 SM	1.34	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
3 a 4,5 SM	1.71	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	3 a 4,5 SM	1.58	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
4,5 a 6 SM	1.86	<b>0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	4,5 a 6 SM	1.85	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
Acima de 6SM	2.35	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	Acima de 6SM	1.50	<b>0.015</b>	Saude e bem-estar
ENSINO MEDIO	1.28	<b>0.009</b>	C. Sociais, Jornalismo e	ENSINO MEDIO	1.25	<b>0.007</b>	Saude e bem-estar
ENS. SUPERIOR	1.40	<b>0.007</b>	C. Sociais, Jornalismo e	ENS. SUPERIOR	1.55	<b>&lt;0.001</b>	Saude e bem-estar
PUBLICA EM [1]	0.54	<b>&lt;0.001</b>	C. Sociais, Jornalismo e	PUBLICA EM [1]	0.69	<b>0.001</b>	Saude e bem-estar
OMISSO	1.00	NaN	C. Sociais, Jornalismo e	OMISSO	1.00	NaN	Saude e bem-estar
(Intercept)	2.32	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	(Intercept)	0.07	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
M BRANCAS [1]	0.48	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	M BRANCAS [1]	0.76	0.186	Medicina
M NEGRAS [1]	0.75	<b>0.018</b>	Negocios e Administracao	M NEGRAS [1]	1.03	0.892	Medicina
H NEGROS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	H NEGROS [1]	1.16	0.368	Medicina
NU IDADE	0.99	<b>0.021</b>	Negocios e Administracao	NU IDADE	1.02	<b>0.029</b>	Medicina
1,5 a 3 SM	1.73	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	1,5 a 3 SM	1.23	0.479	Medicina
3 a 4,5 SM	2.58	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	3 a 4,5 SM	2.24	<b>0.005</b>	Medicina
4,5 a 6 SM	3.83	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	4,5 a 6 SM	5.24	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
Acima de 6SM	3.09	<b>&lt;0.001</b>	Negocios e Administracao	Acima de 6SM	13.68	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENSINO MEDIO	1.15	0.098	Negocios e Administracao	ENSINO MEDIO	3.62	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
ENS. SUPERIOR	0.75	<b>0.015</b>	Negocios e Administracao	ENS. SUPERIOR	7.10	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
PUBLICA EM [1]	0.75	<b>0.009</b>	Negocios e Administracao	PUBLICA EM [1]	0.09	<b>&lt;0.001</b>	Medicina
OMISSO	1.00	1.000	Negocios e Administracao	OMISSO	1.00	1.000	Medicina
(Intercept)	2.41	<b>0.025</b>	Computacao e TI	(Intercept)	1.06	0.894	Odontologia
M BRANCAS [1]	0.05	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M BRANCAS [1]	0.93	0.683	Odontologia
M NEGRAS [1]	0.57	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	M NEGRAS [1]	0.90	0.637	Odontologia
H NEGROS [1]	0.06	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	H NEGROS [1]	1.17	0.368	Odontologia
NU IDADE	0.96	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	NU IDADE	0.93	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
1,5 a 3 SM	1.55	<b>0.012</b>	Computacao e TI	1,5 a 3 SM	1.54	<b>0.035</b>	Odontologia
3 a 4,5 SM	2.52	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	3 a 4,5 SM	3.12	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
4,5 a 6 SM	2.69	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	4,5 a 6 SM	6.03	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
Acima de 6SM	2.93	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	Acima de 6SM	8.21	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENSINO MEDIO	1.11	0.481	Computacao e TI	ENSINO MEDIO	1.86	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
ENS. SUPERIOR	1.10	0.594	Computacao e TI	ENS. SUPERIOR	2.97	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
PUBLICA EM [1]	0.56	<b>&lt;0.001</b>	Computacao e TI	PUBLICA EM [1]	0.30	<b>&lt;0.001</b>	Odontologia
OMISSO	1.00	NaN	Computacao e TI	OMISSO	1.00	1.000	Odontologia
(Intercept)	8.83	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	(Intercept)	1.55	<b>0.034</b>	Direito
M BRANCAS [1]	0.20	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	M BRANCAS [1]	0.45	<b>&lt;0.001</b>	Direito
M NEGRAS [1]	0.77	<b>0.013</b>	Engenharias	M NEGRAS [1]	0.68	<b>0.001</b>	Direito
H NEGROS [1]	0.21	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	H NEGROS [1]	0.62	<b>&lt;0.001</b>	Direito
NU IDADE	0.99	<b>0.007</b>	Engenharias	NU IDADE	1.03	<b>&lt;0.001</b>	Direito
1,5 a 3 SM	1.56	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	1,5 a 3 SM	0.99	0.871	Direito
3 a 4,5 SM	2.38	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	3 a 4,5 SM	1.49	<b>&lt;0.001</b>	Direito
4,5 a 6 SM	3.09	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	4,5 a 6 SM	2.36	<b>&lt;0.001</b>	Direito
Acima de 6SM	2.70	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	Acima de 6SM	2.87	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENSINO MEDIO	1.48	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENSINO MEDIO	1.44	<b>&lt;0.001</b>	Direito
ENS. SUPERIOR	1.60	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	ENS. SUPERIOR	1.61	<b>&lt;0.001</b>	Direito
PUBLICA EM [1]	0.59	<b>&lt;0.001</b>	Engenharias	PUBLICA EM [1]	0.54	<b>&lt;0.001</b>	Direito
OMISSO	1.00	NaN	Engenharias	OMISSO	1.00	1.000	Direito
(Intercept)	0.18	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	(Intercept)	0.61	0.101	Arquitetura
M BRANCAS [1]	0.39	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	M BRANCAS [1]	0.64	<b>0.002</b>	Arquitetura
M NEGRAS [1]	0.53	<b>0.008</b>	Agricultura e Veterinaria	M NEGRAS [1]	0.81	0.214	Arquitetura
H NEGROS [1]	0.46	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	H NEGROS [1]	0.95	0.728	Arquitetura
NU IDADE	1.00	0.922	Agricultura e Veterinaria	NU IDADE	1.00	0.738	Arquitetura
1,5 a 3 SM	1.47	0.099	Agricultura e Veterinaria	1,5 a 3 SM	1.82	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
3 a 4,5 SM	2.69	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	3 a 4,5 SM	2.30	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
4,5 a 6 SM	3.67	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	4,5 a 6 SM	3.68	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
Acima de 6SM	3.04	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	Acima de 6SM	3.71	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENSINO MEDIO	2.31	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	ENSINO MEDIO	1.66	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
ENS. SUPERIOR	4.16	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	ENS. SUPERIOR	1.92	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
PUBLICA EM [1]	0.42	<b>&lt;0.001</b>	Agricultura e Veterinaria	PUBLICA EM [1]	0.33	<b>&lt;0.001</b>	Arquitetura
OMISSO	1.00	NaN	Agricultura e Veterinaria	OMISSO	1.00	NaN	Arquitetura

Observations 16287

R<sup>2</sup> / R<sup>2</sup> adjusted 0.112 / 0.112 Nagelkerke 0.2260711